



3 1761 07313976 8



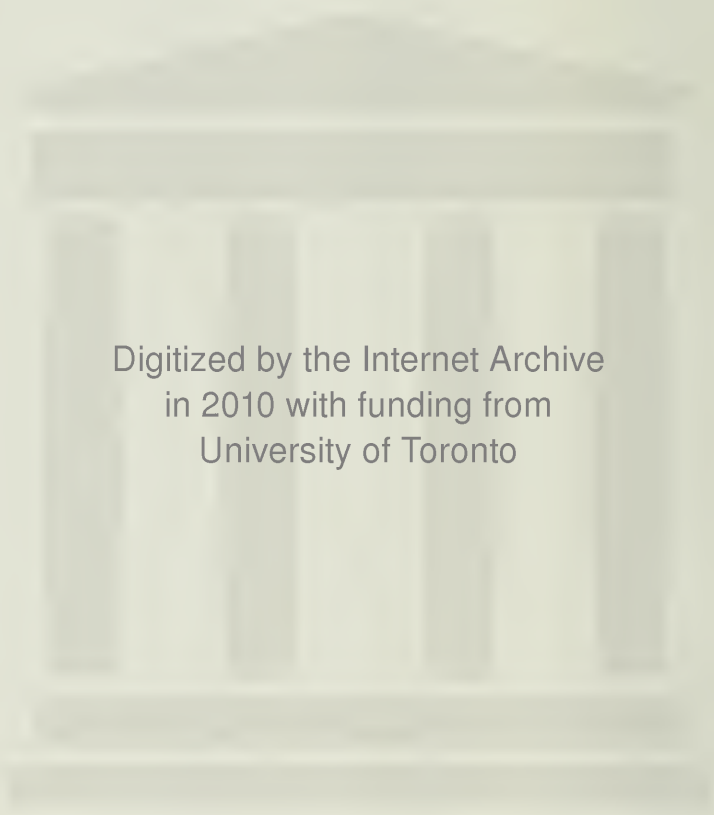
PURCHASED FOR THE
University of Toronto Library

BY

Brascan
LIMITED

FOR THE SUPPORT OF
Brazilian Studies





Digitized by the Internet Archive
in 2010 with funding from
University of Toronto

A ACADEMIA DE S. PAULO

TRADIÇÕES E

REMINISCENCIAS

ALMEIDA NOGUEIRA

" A ACADEMIA DE S. PAULO "

TRADIÇÕES

E

REMINISCENCIAS

ESTUDANTES

ESTUDANTÕES

ESTUDANTADAS

SEGUNDA SÉRIE

S. PAULO — 1907



LE
31

S422

N65

ser. 2

PREFACIO

DAMOS no presente livro a *Segunda Série* das nossas TRADIÇÕES E REMINISCENCIAS DA ACADEMIA DE S. PAULO. Esta publicação será seguida de uma *Terceira Série*, e a terceira, de uma *Quarta*, esta de uma *Quinta*, etc., até que se complete o plano delineado no nosso prefacio da *Primeira Série*, a saber, que tenhamos concluido, se Deus nos der vida e saúde, todo o historico das gerações academicas, desde 1831 até ao anno de 1890.

Não visavamos, certamente, a tão vasto projecto, ao lançarmos, em Março do anno passado, a primeira chronica sobre a Academia de S. Paulo em 1862. Era apenas o nosso fito, apesar do titulo emphatico da secção que haviamos creado no *Correio Paulistano*, dar-lhe com aquelle scripto uma desprestenciosa contribuição á *Great Attraction* daquella folha.

Entretanto, a excessiva benevolencia com que o publico acolheu aquelle trabalho trouxe-nos a idéa de escrever um segundo, depois um terceiro ; d'ahi por diante, animo-nos, sem inicialmente querer e sem plano preconcebido, como que na obrigação de proseguir... E' como temos feito e ainda estamos fazendo.

A não havermos sido desta arte colhidos de surpresa pelos acontecimentos, provavelmente não estaríamos empenhados neste momento em tarefa de tão penosa execução ; porque, como a Lafontaine, *les grands ouvrages nous font peur*.

Mas, já agora, que fazermos, se não proseguir?

Auxilie-nos, ao menos, o apoio do publico, acolhendo com favor os nossos livros e enviando-nos o precioso subsidio de suas informações a respeito das turmas academicas ainda não editadas.

S. Paulo, Junho de 1907.

J. L. DE ALMEIDA NOGUEIRA.

CAPITULO I

A primeira turma academica de 1831



Os primeiros matriculados. — Estudantes emigrados de Coimbra. — A Bahia na ponta. — Morosa organização do Curso — O absolutismo de D. Miguel e a Universidade de Coimbra. — Documento interessante. — Os leutes de S. Paulo em 1831. — O director da Academia, suas luctas e dissabores. — Attritos entre Arouche e Brotero. — Officio curioso. — Insistencia no pedido de demissão. — Historia de um compendio. — Apreciação desapiedada na Camara dos Deputados. — Parecer da Commissão de Instrucção Publica. — Digressão opportuna. — Seis fugitivos de Coimbra. — Cerqueira Carvalho. — Antonio Joaquim de Siqueira. — Simões da Silva. — Alves de Britto. — Tosta. — Paulino de Souza. — *Menu* pesado: vejamos o *dessert*. — A eloquencia do dr. Brotero. — Sua indole brigosa. — Implicancia com o Zé Quietto. — Ou bem continuo ou bem musico. — Resposta *ingenua* do Mendonça. — As *broteradas*. — Algumas que se tornaram classicas. — *Broterada* referida pelo Imperador. — As *mendoncinhas* na parede. — Trocadi-lho jocoso. — *Por consequencia*: de Moraes. — Respeitoso protesto de um genro.



No 1.º de março de 1828, como vimos anteriormente, inaugurava-se com extraordinaria solennidade a Academia de S. Paulo. Grandes festejos populares, que se prolongaram durante tres dias, trouxeram em alvoroçado regosijo a pequena e pittoresca Paulicéa.

Dias depois, exactamente a 10 do mesmo

mez, abria o dr. Brotero a primeira e unica aula do 1.º anno.

A sua cadeira era de «Direito Natural, Publico, Analyse da Constituição do Imperio, Direito das Gentes e Diplomacia», e devia-se desenvolver no 1.º e 2.º annos do curso.

Até ao dia do *cavaco* estavam matriculados vinte e seis estudantes. A matricula, porém, continuou aberta até ao fim do mez, elevando-se aquelle numero a trinta e tres.

Não foi, entretanto, esta a primeira turma que se bacharelou em S. Paulo.

Iniciando o curso em 1828, deveria ella terminar o quinquennio em 1832. E foi o que aconteceu.

Houve, todavia, em 1831, collação de grau a seis bachareis que então se formaram.

E é destes que, como se vê da nossa epigraphie, nos vamos agora occupar.

Não tendo sido até então inventada a marcha accelerada dos *galgos*, que tanto prosperou no decennio de 1880 a 1890, é intuitivo que aquella turma que terminou os estudos em 1831, já de algures trazia feito o principio do curso de direito.

De onde, senão de Coimbra?

E assim era, com effeito.

Não excedia de seis, como ficou dicto, a turma dos quinto-annistas de 1831, dos quaes dois fluminenses e seis bahianos.

Esta proporção estava na razão directa da supremacia intellectual da Bahia, naquelle tempo, sobre as outras provincias do Brasil.

Este facto foi opposto por Montezuma, na Assembléa Constituinte, a Antonio Carlos, que se tinha referido, em termos deprimentes, aos costumes da população bahiana, quando alguém naquella Camara aventou a idéa de se fundar na capital da Bahia um dos cursos juridicos projectados.

Insistente nesta idéa, assim a fundamenteou Montezuma na sessão de 27 de outubro de 1823:

«O SR. MONTEZUMA — Entre as razões que favorecem a minha opinião, é uma dellas a de ver a Bahia sem duvida nenhuma a provincia mais culta do Imperio, permitta-se-me a expressão; e para o mostrar não quero senão lembrar que quando estive na Universidade de Coimbra, havia lá cento e vinte estudantes brasileiros, dos quaes sessenta e tantos eram bahianos; e o que succedia então, succedeu sempre. A Bahia foi sempre a que teve mais elementos de instrucção publica, é a que tem mais relações com os estrangeiros, por causa do seu grande commercio, e é por isso a mais culta do Imperio.

Ainda mais, senhores, a provincia da Bahia, como não contente com sessenta e tantos estudantes que tinha na Universidade de Coimbra, tinha um quasi igual numero em outras universidades estrangeiras: o que prova que o numero

dos seus filhos, que procuravam as letras, era igual ao numero dos de todas as outras provincias.»

Se, como foi allegado por Fernandes Pinheiro, na Assembléa Constituinte, eram mal vistos em Coimbra os estudantes brasileiros; se mesmo, por vezes, soffriam desacato do populacho, alli, como em toda a parte, eivado de nativismo, uma pergunta nos acóde ao espirito: — Como é que, fundados no Brasil em 1827 os cursos juridicos de S. Paulo e de Olinda, e installados desde 1828 — ainda permaneceram em Coimbra muitos estudantes brasileiros, entre os quaes este sexteto, que sómente em 1831 veio a S. Paulo?

E' legitima a extranheza, mas facil a explicação do facto.

E' que até 1830 não estava completa a organização dos cursos do Brasil, nem nomeados os lentes que deveriam reger as cadeiras do 4.º e do 5.º annos.

Como se vê dos officios do director da Academia ao ministro do Imperio, datados de 11 a 29 de junho de 1831, sómente neste anno se completou o provimento das nove cadeiras do curso, continuando ainda vagos os logares de cinco substitutos.

Mesmo assim, já no anno anterior, tres desses estudantes empregavam esforços para alcançar a conclusão dos seus estudos na Academia de

S. Paulo. E' o que consta do aviso de 27 de dezembro daquelle anno, cujo teôr é o seguinte:

«Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.:

Tendo Paulino José Soares de Souza, Manuel Vieira Tosta e Antonio José Simões representado que estavam nos termos de matricular-se no 5.^o anno do curso juridico dessa cidade e asseverando que, na falta dos respectivos lentes do dicto anno, não duvidavam os do 2.^o e 3.^o, Thomaz José Pinto Cerqueira e José Joaquim Fernandes da Silva Torres, reger as cadeiras do 5.^o anno, sem faltar ás obrigações das suas:

Ha por bem S. M. o Imperador que V. Ex.^a faça todas as diligencias que estiverem ao seu alcance para que no proximo anno lectivo se abram as aulas do 5.^o anno, aproveitando o mencionado offerecimento, se fôr verdadeiro e a congregação julgar admissivel sem prejuizo das licções das cadeiras de que são proprietarios os dictos lentes, enquanto se não nomeiam os mencionados substitutos.

Deus guarde a V. Ex.^a

Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1830.—*José Antonio da Silva Maia.*

Sr. José Arouche de Toledo Rendon».

Outra duvida, em sentido inverso, póde ser suscitada, a saber: se estes estudantes brasileiros puderam conservar-se em Coimbra até 1829, porque não terminaram o curso naquella Uni-

versidade, e, ao contrario, voltaram ao Brasil, na incerteza, como se vê, de poderem aqui, naquella época, fazer acto das disciplinas do 4.º anno e cursar as aulas do 5.º?

Poderiam ter tido estes estudantes e as suas familias, para assim procederem, diversas razões que nos escapam; bastaria, porém, esta de caracter peremptorio: é que em 1829 foi fechada por ordem do governo a Universidade de Coimbra, e della expulsos, na sua maioria, os estudantes brasileiros.

Sob o regimen absolutista de D. Miguel, impunha-se como necessaria aquella medida, por ser a Universidade um fóco de liberalismo, sympathico, por conseguinte, á causa constitucional, então representada por D. Maria II, e, depois de 1831, pelo proprio D. Pedro, nosso ex-imperador, pae della, que se proclamou rei de Portugal, sob o titulo de D. Pedro IV.

E' interessante, como documento historico, este outro officio archivado na Secretaria da Faculdade de S. Paulo:

«Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.

Aqui se apresentaram ha poucos dias tres estudantes naturaes dessa cidade e regressados de Coimbra.

Antonio Joaquim de Siqueira e Francisco Alves de Britto provam, pela lista geral, impressa em Coimbra, dos estudantes matriculados no anno

ectivo de 1827 para 1828, que elles se achavam matriculados no 4.^o anno de leis, e José Joaquim de Siqueira, irmão do primeiro, prova pela mesma lista que elle se achava matriculado no 1.^o anno.

Todos os tres provam plenamente com outros contemporaneos, e entre elles um lente, que não só se acharam matriculados no referido anno de 1828, mas que já se achavam habilitados pela respectiva congregação para fazerem acto, os dois primeiros do 4.^o anno, e o 3.^o do 1.^o

Em consequencia da lei de 26 de agosto do anno proximo passado, art. 2.^o, admitti-os a exames de francez, e depois a exames dos referidos annos, para serem matriculados, os dos primeiros no 5.^o anno, e o terceiro no 2.^o E no meu despacho declarei que a validade do meu procedimento ficava dependendo da imperial approvação.

A minha unica razão de duvidar é o elles não apresentarem certidões de suas habilitações, porque, supposto a lei, no citado art. 2.^o, não fale nisso, é, comtudo, certo que a certidão é o documento legal.

Porém, sendo certo que então a Universidade se fechou e os brasileiros leaes á Augusta Filha do seu monarcha foram riscados daquella Academia, e por isso impedidos de tirarem certidões, julguei que lhes faria justiça em os admittir com as provas que tenho apontado. V. Ex.^a, levando tudo á Augusta presença de Sua Majestade Im-

perial, me communicará a sua resolução e suas Imperiaes ordens a esse respeito.

Deus guarde a V. Ex.^a muitos annos.

S. Paulo, 9 de março de 1831.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Visconde de Alcantara. —
José Arouche de Toledo Rendon, director do Curso Juridico».

No anno de 1831, estavam assim preenchi-
das as diversas cadeiras do Curso Juridico de
S. Paulo:

1.^o ANNO. — Direito Natural e Direito Pu-
blico: padre dr. Antonio Maria de Moura.

2.^o ANNO. — 1.^a cadeira, continuação da ca-
deira do 1.^o anno: Direito das Gentes e Diplo-
macia: dr. Brotero.

2.^a cadeira, Direito Publico Ecclesiastico:
dr. Pinto Cerqueira.

3.^o ANNO. — 1.^a cadeira, Direito Civil: dr.
Veiga Cabral.

2.^a cadeira, Direito Criminal: dr. Fernandes
Torres.

4.^o ANNO. — 1.^a cadeira, Direito Civil (conti-
nuação da 1.^a do 3.^o anno): dr. João Candido de
Deus e Silva; Direito Commercial: dr. Falcão.

5.^o ANNO. — 1.^a cadeira, Economia Politica:
dr. Carneiro de Campos.

2.^a cadeira, Processo Civil, Commercial e
Criminal: dr. Fagundes Varella.

Era director da Academia o tenente-general

Arouche Rendon, que serviu desde 23 de agosto de 1827 até 19 de agosto de 1833.

Muitas vezes pediu elle demissão, ora por sentir-se edoso e fatigado, ora desgostoso por attritos com o lente Brotero.

Apreciando no devido valor o prestimo do velho servidor do Estado e, ao mesmo tempo, o alto merecimento do dr. Brotero, tratava o governo de contemporizar, ora deixando de responder aos officios do director, ora dando-lhe satisfação em pontos accessorios.

Em certa occasião, sendo muito acerbos os termos de um dos taes officios do tenente-general Arouche, respondeu-lhe o governo, em nome do Imperador, que os seus serviços se faziam indispensaveis ao Estado, e por isso S. M. havia por bem negar-lhe a solicitada demissão.

Após esta resposta acompanhada, poucos dias depois, da sua condecoração com a dignitaria da Ordem do Cruzeiro, accommodou-se o queixoso e, assim sem maior novidade, correram as coisas por mais quatro annos.

Alguns desses officios são interessantes, um delles principalmente, por trazer dados biographicos a respeito do conselheiro Brotero.

O de 28 de fevereiro de 1828, que occupa nada menos de quinze laudas de papel, termina assim:

«Por fim, ex.^{mo} sr., em conclusão de tudo,

um dos dois (eu e Brotero) é criminoso; um dos dois deve deixar o lugar, que é a menor pena. Eu quero ser o réo. Para o que, levo submisamente ao conhecimento de v. ex.^a que me fará um grande favor em fazer subir á augusta presença de S. M. o Imperador que eu, desde a flor da minha idade, tenho fielmente servido ao Estado e a S. M. I., bem como ao seu augusto pae, o sr. D. João VI, que muito me estimou e honrou; que tenho arruinado a minha fortuna no serviço do Estado, que estou na idade de 73 annos, idade em que não só faltam as forças do corpo, como do espirito; que me não acho com forças de poder aturar e soffrer a um homem que, se não é mais alguma coisa, é de certo um louco, capaz de atacar moinhos; e que, portanto, em premio dos meus serviços, me conceda a demissão de director, para viver em paz os poucos dias que me restam.»

O mesmo pedido e as mesmas queixas, em termos ainda mais vehementes, foram repetidos em officio de 20 de setembro de 1829, e no de 11 de dezembro do mesmo anno.

Este ultimo, ao qual acima fizemos allusão, contém algumas curiosas informações.

Eil-o na sua integra, sublinhados por nós alguns trechos dignos de reparo maior:

«Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.

Julgo do meu dever pôr deante dos olhos

de v. ex.^a o impresso incluso, que hontem foi nesta cidade distribuido com o periodico *Farol Paulistano*.

Não é preciso que eu o analyse; deixo tudo à consideração profunda de v. ex.^a E, além do referido, queira v. ex.^a por sua bondade permittir que eu accrescente o seguinte:

A Congregação nomeou uma commissão para apresentar o projecto de estatutos, que lhe é ordenado pela lei; esta apresentou-o, e *assentaram que fosse publicamente discutido*, não obstante esta corporação não ser de eleição popular.

No dia 9 deste mez, principiavam as discussões, a que tenho presidido diariamente, e nas res que tem havido tenho constantemente soffrido grosseria de *este falador* ⁽¹⁾ dar-me as costas e bravar para o povo com declamações: em todas ellas *tenho ouvido chufas*, introduzidas de proposito contra mim e contra v. ex.^a

No dia 1.^o falou do «celebre aviso» que dispensava por esta vez a apresentação de attestações para exames de preparatorios; accrescentou que eu «merecia graças por ter achado um Santo Antonio de quem me vali, para o alcançar por vias incompetentes.» ⁽²⁾

(¹) Refere-se o director, neste officio, como é patente, ao conselheiro Brotero, mas sem reparar que lhe não tinha ainda mencionado nome. E' provavel que este figurasse no artigo do *Farol*, cujo exemplar acompanhava o officio.

(²) Será o padre, dr. Antonio Maria de Moura, lente da Faculdade, deputado geral por Minas e muito amigo do Director?

No 2.º falou mal de si, porque contou os meios de que se valeu nos seus exames de Coimbra, concluindo que *alli estivera preso 50 dias*.

No 3.º (hoje) contou que esteve desterrado ou fugitivo (palavras delle) *na Ilha da Madeira* (¹) por 2 annos; falou no seu compendio e queixou-se amargamente do ministerio, dizendo coisas bem pesadas, etc.

Levo o referido ao conhecimento de v. ex.^ª, não tanto para acabar de conhecer quem é *este estrangeiro*, pois para isso basta o impresso incluso, mas sim e principalmente para que v. ex.^ª avalie o estado critico em que me vejo, pois deve v. ex.^ª julgar que, se não sou insensivel, devo existir em um imminente *perigo de perder a cabeça* e fazer quanto a colera me obrigar.

E' verdade que quando vou encontrar-me com aquelle homem, vou disposto a soffrel-o, e que o sangue já me circula nas veias vagarosamente, mas nem por isso deixa de ser certo que sou homem e que *podem chegar as coisas a um ponto que eu perca o tino*.

Portanto, torno novamente a levar a minha supplica ao pé do throno de S. M. I., a quem submissamente peço que *mesmo por humanidade* me aparte deste perigo, dando-me a demissão pe

(¹) A tradição da familia diz «Fayal». Ha Fayal, freguezia n.ª de Madeira, e Fayal, ilha dos Açores. Qual será? Affirmam-nos ser segunda.

dida, e em v. ex.^a confio que a minha supplica suba á augusta presença de S. M. I.

Deus guarde a v. ex.^a muitos annos.

S. Paulo, 11 de dezembro de 1829

Ill.^{mo} ex.^{mo} sr. José Clemente Pereira.

José Arouche de Toledo Rendon — Director do
Curso Juridico.»

Tendo sido substituido no governo José Clemente pelo Marquez de Caravellas, a este apresou-se em officiar Arouche, repetindo as suas queixas e o pedido de demissão.

Depois de mencionar o estado dos serviços da Faculdade, conclue elle:

«...Comtudo, eu e só eu, vivo no maior desgosto e continuamente insultado por um estrangeiro, o dr. Brotero, que aqui é lente do 1.^o anno, por contracto.

Não quero cançar a v. ex.^a com a narração dos factos praticados por este homem, que, na opinião da maior parte da gente sensata, é tido por louco, e na de outros por mais alguma coisa.

Eu tenho pedido demissão a S. M. I., porque não me é possível soffrer mais. O sr. José Clemente Pereira, respondendo a bagatellas, não me deu resposta sobre este ponto capital, contentando-se de mandar reprehender por uma carta desattenciosa que me escreveu, reprehensão esta que produziu atacar-me pela imprensa e atacar ao mesmo ministro do Estado, a quem era obrigado.

Devendo, pois, terminar-se esta questão, eu peço a v. ex.^a — queira, por me fazer justiça, por bem da ordem e do interesse publico, mandar ir á sua presença os meus officios apontados na relação inclusa e, depois de os ler e levar tudo ao conhecimento de S. M. o Imperador, participar-me as suas respeitaveis ordens.

Estimarei que a decisão seja a minha demissão, porque não é possível soffrer mais. Ficarei livre de commetter um de dois erros, pois estou na alternativa ou de ir ás mãos deste estrangeiro, ou de desamparar o posto que S. M. I. foi servido conferir-me. Ambos são dolorosos, e eu espero da honra e integridade de v. ex.^a 'que me salvará deste embaraço.»

Como já dissemos, não foi nessa occasião, e sim sómente tres annos mais tarde, concedida a demissão tão reiteradamente pedida pelo director Arouche Rendon.

Fala-se, como vimos, num desses officios, de um compendio do dr. Brotero.

E' toda uma historia...

Desde os primeiros dias da inauguração do Curso Juridico, insistia o director, em cumprimento do art. 7.^o da lei de 11 de agosto de 1827, pela organização de um compendio, no qual pudessem os alumnos acompanhar as explicações do lente.

Esta materia é objecto de muitos officios

endereçados ao governo e de varios avisos do governo ao director da Academia.

Afinal, por occasião da abertura da Assembléa Geral, na sessão legislativa de 1830, o dr. Brotero remette ao ministro do Imperio o seu compendio, para que fosse approved pela assembléa geral.

E' assaz conhecida a sorte desastrada desse primeiro livro do illustre e erudito lente.

Não sómente a Camara dos Deputados o não approved, como a elle se referiu em termos os mais severos.

Não nos foi possivel, por falta de elementos, apreciar da justiça desse julgamento, pois teem sido vãos até ao presente os esforços por nós empregados para conhecer o texto desse trabalho.

Quer-nos parecer, todavia, que para tão rigorosa condemnação muito contribuiu o atrazo mental da época, em contraste com o espirito adeantado que o dr. Brotero sempre revelou.

Eis, em todo o caso, o pequeno debate que aquelle compendio suscitou na Assembléa de 1830 e o parecer sobre elle emittido e approved.

Na sessão de 8 de junho de 1830:

O SR. LINO COUTINHO — Tinha pedido a palavra para fazer um requerimento que é consensaneo com este caso.

Foi offerecido aqui á Camara um compendio

de direito natural, feito por um lente da escola de direito de S. Paulo, compendio este que é vergonha das vergonhas pelas suas imbecilidades, e mesmo compendio prejudicial pelas más doutrinas que nelle se encerram, e que eu não sei como o sr. ex-ministro do Imperio, sem examinar este compendio, sem coisa nenhuma, mandasse ou decretasse que se ensinasse á mocidade brasileira por tão infame compendio.

Este compendio foi offerecido á Camara e, diz-se, recebido com geral agrado. Isto, apparecendo nas nações estrangeiras, é vergonha para a Camara dos Deputados e para o Brasil inteiro, pelas imbecilidades que contém.

Eu apontarei uma:

Num artigo em que este compendio trata da existencia de Deus, diz que é um ponto duvidoso para muitos grandes espiritos, e para muitos grandes philosophos. Ora, isto num compendio para se ensinar direito!

E, então, a definição do homem? Faz rir. Um catecismo que aqui appareceu, que era um catecismo de asneiras, não sei se trazia tantas imbecilidades no artigo homem; entretanto, o nosso ex-ministro do Imperio, que puniu tanto pela instrucção publica, como aqui se disse, mandou que se ensinasse nas escolas de direito por este catecismo que parece ser feito por um homem tresloucado. Não sei se o sr. ex-ministro do Imperio o leu; mas se o leu, muito mau conceito

fico fazendo do sr. ex-ministro do Imperio e dos seus talentos.

Requeiro, portanto, que o compendio seja remettido a uma commissão.

O SR. CLEMENTE PEREIRA — Eu queria que o sr. deputado dissesse quem foi que disse que eu mandei se ensinasse por este compendio.

O SR. LINO COUTINHO — Até posso attestar pelo sr. presidente de S. Paulo, que se acha presente.

O SR. ALMEIDA TORRES — Eu digo uma verdade, não vi tal ordem do governo, mas diz-se que o governo mandára ordem para se ensinar por aquelle compendio.

O SR. PAULA SOUZA — Parece-me que o requerimento do sr. deputado é determinar que fosse á commissão, no que o sr. deputado é muito louvavel; porque, sr. presidente, verdadeiramente o compendio não merece servir de compendio da escola de direito, e o sr. ministro do Imperio em uma portaria mandou que se ensinasse por este compendio, em uma portaria, que é artigo official, e tanto assim que eu falei com um dos lentes de S. Paulo e disse que era vergonha que elles obedecessem a esta portaria.

Vejam-se os diarios de setembro e ver-se-á se lá vem a tal portaria.

O SR. MOURA — A portaria foi do sr. ex-ministro do Imperio, que foi logo muito censurada, e por isso clamaram contra a portaria, dizendo

que se ensinasse pelo compendio no caso de ser approved pela Congregação dos lentes: eu declaro que, se estivesse na minha cadeira, não obedeceria a esta portaria, porque nisto obedecia á lei.

Foi por isso que eu clamei tanto contra o compendio e falei contra elle.

O SR. PAULA SOUZA — O lente de que falei, não sendo o illustre deputado, nem se dizendo quem é — todos o sabem.

O SR. VASCONCELLOS — O sr. ex-ministro do Imperio mandou ou não mandou?

O SR. LINO COUTINHO — Mandou, mandou; ha uma portaria.

O SR. VASCONCELLOS — Então, como diz que não?

(Muitas risadas.)

Remettido o compendio á commissão de instrucção publica esta o estudou durante mais de vinte longos dias, e, por fim, na sessão de 1 de julho, apresentou á mesa o seguinte parecer, em forma synthetica:

«A commissão de instrucção publica examinou o compendio de direito natural, composto e offerecido a esta augusta Camara pelo lente do 1.º anno juridico de S. Paulo, e observando que não tem ligação e harmonia nas materias, nem uniformidade no estylo, sendo uma verdadeira compilação de differentes auctores, que não se-

guiram os mesmos principios nem se exprimiram no mesmo estylo; que os raciocinios não teem força de convicção, nem os termos clareza e precisão; que comprehende materias heterogeneas ao direito natural, e notas repetidas e mui extensas: é, portanto, de parecer que não seja admittido no curso juridico, devendo-se ensinar o direito natural por outro compendio que melhor desempenhe a materia.

Paço da Camara dos Deputados, 30 de junho de 1830. — *J. R. Soares da Rocha, A. J. do Amaral, A. Ferreira França.*»

Este parecer foi approvedo sem discussão.

Sendo reduzida em numero a turma academica que ora nos occupa, era intenção nossa additar ao estudo da mesma algumas referencias aos lentes mais antigos.

Não poderemos, todavia, executar senão parte minima desse programma, limitando-nos, por agora, a mais algumas notas complementares em relação ao conselheiro Brotero.

Ficam, porém, mesmo estas, para a parte final da presente chronica, pois urgente se faz que não sacrificuemos o objecto principal deste estudo, a saber — os bachareis de 1831.

Não passavam elles, como já declarámos, de seis, emigrados todos da Universidade de Coimbra, talvez apressadamente, se é que de facto se

immiscuiram no pronunciamento, á mão armada, contra o absolutismo miguelista.

Deste diminuto grupo, dois notabilizaram-se como vultos de primeira grandeza no vasto scenario da politica nacional; e dos outros quatro, que seguiram a magistratura, um attingiu ao pinaculo na nossa organização judiciaria.

Mas, deixemos as generalidades e entremos no estudo analytico de cada um desses jovens estudantes de 1831, transformados depois em venerandos personagens, cujos nomes a sociedade contemporanea relembra com respeito.

ANTONIO DE CERQUEIRA CARVALHO DA CUNHA PINTO JUNIOR — Bahiano, filho de outro de igual nome.

O *Memorial Paulistano*, para o anno de 1863, traz a respeito d'elle a seguinte nota: «... tinha quatro annos da Universidade de Coimbra. Ouvidor da comarca do Rio Grande do Norte. Juiz de direito na mesma provincia e na de Pernambuco. Falleceu assassinado em dezembro de 1836.»

Recebeu o grau no dia 24 de março de 1832.

ANTONIO JOAQUIM DE SIQUEIRA — Fluminense. Filho de José Joaquim de Siqueira. Tinha 31 annos de idade. Juntamente com Paulino de Souza e Vieira Tosta luctou com difficuldades para alcançar a matricula no 5.º anno. Primeira-mente, não estavam ainda, até meados de 1830,

providas as cadeiras do 5.º anno do Curso; em segundo lugar, não tinha esse estudante, nem tão pouco os seus collegas, certidões em forma legal que provassem haver cursado em Coimbra as aulas do 4.º anno.

Esta prova legal foi-lhes dispensada, visto as difficuldades quasi insuperaveis, por elles com fundamento allegadas. Limitou-se, por isso, a prova á exhibição da lista impressa dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra, no anno lectivo de 1828-29, e mais o testemunho do lente dr. Fernandes Torres, que os conhecera naquella Universidade.

Fizeram o acto do 4.º anno em 1830 e matricularam-se em 1831 no 5.º

Antonio de Siqueira foi approvado plenamente, como tambem com a mesma nota o foram os seus cinco companheiros. Recebeu o grau de bacharel a 3 de novembro desse anno, juntamente com o seu collega Francisco Alves de Britto, presidindo o acto o lente Carneiro Campos, mais tarde Visconde de Caravellas.

Depois de formado, Antonio de Siqueira seguiu a magistratura, occupando tambem, parallelamente, cargos de representação popular e da publica administração.

Assim, foi elle juiz de direito da comarca do norte de Santa Catharina; deputado provincial e vice-presidente da mesma provincia em 1837; presidente do Rio Grande do Norte, de 29 de abril

a 25 de novembro de 1848, e do Espirito Santo, de 7 de março a 2 de agosto de 1849.

Fallecido em março de 1854.

ANTONIO SIMÕES DA SILVA — Bahiano. Filho de outro de igual nome. Contava 27 annos de idade.

Cursára até o 4.^o anno, inclusive, a Universidade de Coimbra, mas não havia feito acto senão dos tres primeiros.

Seguiu, na Academia de S. Paulo, a sorte de Paulino e de Vieira Tosta, dos quaes sempre foi amigo, e com os quaes recebeu o grau de bacharel, sendo a turma de tres, no dia 27 de Outubro de 1831.

Eis aqui os principaes estadios da sua longa carreira publica:

- Juiz de direito da capital da Bahia;
- Desembargador, em 1839;
- Vice-presidente da provincia da Bahia;
- Deputado geral pela Bahia na 5.^a legislatura (1843-44);
- Chefe da policia da Côrte, em 1848;
- Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, em 1861.

FRANCISCO ALVES DE BRITTO. — Bahiano. (1)
Filho de Antonio Alves de Britto.

(1) Na relação official dos bachareis formados, existente na

Trazia, como o precedente, tres annos de Coimbra.

Seguiu sempre a carreira da magistratura, tendo começado como juiz de fóra em Paranguá, pertencente então á provincia de S. Paulo, pois que a do Paraná — *nondum nata erat*.

Exerceu cargos judiciarios noutras provincias, e foi deputado provincial na de Sergipe.

MANUEL VIEIRA TOSTA. — Bahiano, filho de outro de igual nome.

Faculdade de S. Paulo, consta essa naturalidade; entretanto, de um distincto magistrado federal residente no Rio, e que nos tem coadjuvado com preciosas informações, o Dr. Armino Guaraná, recebemos os seguintes reparos, de toda a procedencia: «...Relativamente ao bacharel Francisco Alves de Britto, vacillo em asseverar ter sido elle carioca, e não bahiano, como aliás se lê na lista dos formados em S. Paulo. Não me aventuro, no momento, a affirmar com segurança (pois que já é passado bastante tempo) ter ouvido de um filho seu, o desembargador Francisco Alves da Silveira Britto, hoje aposentado e residente na capital de Sergipe, haver o pae nascido nesta cidade; mas estou bem certo de ter-me dicto elle descender da familia Xavier de Britto, muito conhecida no Estado do Rio e aqui. Entretanto, o que supponho ter ouvido do filho daquelle bacharel, vejo repetido no começo do officio do general Arouche, nas seguintes palavras: «...aqui se apresentaram, ha poucos dias, tres estudantes, *naturaes dessa cidade* e regressados de Coimbra», incluindo no numero dos tres o quarto-annista Francisco Alves de Britto. No archivo da Faculdade talvez seja possivel deparar a solução desta duvida, que me permitti levantar no interesse da verdade.»

O archivo da Faculdade ardeu quasi todo no incendio, alli ateado por mão criminosa, em 1880. Entre os documentos restaurados, após o incendio, ha um livro de «Registro das cartas de bachareis». Delle consta, a copia da carta de Francisco Alves de Britto, com a declaração — «*nascido na provincia do Rio de Janeiro.*»

A' vista disto e do que expõe o Dr. Guaraná (releve-nos elle a indiscreção) acreditamos ser esta a melhor versão.

Chamou-se, depois, Barão, Visconde, e, por fim, Marquez de Muritiba, e, sob esses nomes, exerceu os mais elevados cargos da politica e da administração no Brasil.

E' desnecessario, tal a notoriedade do seu nome, darmos aqui, ainda que em traços largos, a sua vida publica, e bem assim o simples esboço da sua tempera romana.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.—Nascido a 4 de outubro de 1807, em França, onde seu pae se casára, quando estudante de medicina. Filho do dr. José Antonio Soares de Souza, mineiro, natural de Paracatú, e que exerceu clinica medica em S. Luiz do Maranhão, onde residiu até á morte.

Basta lembrarmos que elle veio a chamar-se Visconde de Uruguay, para que, como em relação a Muritiba, e ainda com razão maior talvez, seja dispensavel registrarmos aqui quaesquer notas biographicas a seu respeito.

Como politico, diplomata, estadista e publicista, o Visconde de Uruguay—é um vulto historico e uma gloria nacional.

Nenhum brasileiro lhe ignora o nome e os relevantes serviços.

Dir-nos-á, talvez, o leitor, que lhe vamos servindo esta chronica por um *menu* algum tanto pesado...

E' força convir que, com effeito, quasi lhe temos dado sómente pratos de resistencia.

A vêr se nos desforrâmos com o *dessert*.

E quem nos vae valer nesta tarefa de *maître d'hotel*...

Tá! — exclamará o leitor. — Basta de imagens culinarias... Bem se vê que o auctor é um *gourmet*.

Pois bem, seja. Iamos dizendo que — quem nos ha de soccorrer neste aperto é o nosso venerando mestre, de saudosa memoria, o illustre conselheiro Brotero.

Vamos pedir-lhe, com a devida reverencia, a nota faceta desta chronica.

Era o Dr. Avellar Brotero mais do que eloquente, era eloquentissimo. Todos os documentos da época confirmam esta asserção, e repetem frequentemente aquelle epitheto, na mesma forma superlativa que ora lhe damos.

Auxiliado por vasta erudição, tinha, por vezes, na sua cathedra, verdadeiros arroubos de eloquencia que provocavam os entusiasticos applausos da mocidade.

Nessas occasiões, temperamento impressionista, era feliz com aquellas manifestações dos seus discipulos. Não obstante, reprehendia-os fingidamente, dizendo-lhes *pro formula*:

— Não, meus m'ninos, não, nada de applausos; isto não é permittido pelos Estatutos.

Mas, logo depois, para que o não tomassem ao pé da letra, accrescentava indulgente:

— Mas, quem é que pode dominar a emoção? Ora! applaudam, meus m'ninos, applaudam quanto quizerem ao seu velho mestre!...

Espirito alevantado, estava quasi sempre em opposição ao director da Academia e em attritos com os collegas.

Mas não era isto, sómente. Quando secretario da Faculdade ou no exercicio interino da directoria, constituia-se oppressor dos empregados. E neste affan era meticoloso. Occupava-se até das mais infimas creaturas.

Assim, havia entre os serventes um preto, de nome José Alves Fernandes, vulgo *Zé Quietto*, alcunha que bem lhe quadrava, porque, effectivamente, elle era muito socegado, um ente bom e inoffensivo.

Pois bem, o *Zé Quietto*, findo o serviço, gostava de postar-se humilde, quasi occulto, a um canto da bibliotheca, e ahi lêr alguns dos jornaes do dia.

O conselheiro Brotero irritava-se com isto, e, logo que percebia o *Zé Quietto* com uma folha nas mãos, dava-lhe immediatamente algum serviço a fazer.

Uma vez viu elle o continuo Siqueira, vulgo

Chico Guaiaca, tocando ophicleide numa banda de musica.

Que mal fazia isto a quem quer que fosse? Que mal tambem advinha ao mundo do facto de star lendo jornal o Zé Quieto?

Assim, porém, não pensava o conselheiro Brotero.

E a tal ponto chegava esta sua birra que, sempre que ouvia musica na cidade, mandava marcar ponto no Chico Guaiaca.

— Mas, sr. conselheiro, eu estou aqui.

— Ah! o sr. está aqui?! Mas ha de estar fazendo falta lá fóra. Pois o sr. não é musico?

— Mas, sr. conselheiro...

— Cada qual no seu logar. Ou o sr. é empregado da Academia ou pertence á banda de musica!

Para com o continuo Mendonça não era mais indulgente o conselheiro Brotero.

Uma vez, exasperado pela excessiva severidade do seu superior, chegou a dizer-lhe o Mendonça:

— Sr. conselheiro, eu supplico a v. ex.^a que não me persiga, não; porque eu tambem sou maluco.

Estava de bom humor nesse dia o velho conselheiro, e deu para rir desse — «*tambem*» — do seu classico Mendonça.

O conselheiro Brotero, quando orava (as

suas prelecções eram sempre em fôrma oratoria) sahiam-lhe as palavras aos borbotões. Era uma catadupa de eloquencia.

Uma vez explicou elle porque não podia exprimir-se vagarosamente. É que as idéas lhe acudiam com precipitação e não podia elle então, sem lhes prejudicar o enunciado, disciplinar as palavras e proferil-as pausadamente. As idéas fugiriam e completa seria a perturbação do discurso.

Esta irremediavel despreocupação da fôrma, produzia ás vezes inconscientes transposições de syllabas, que davam resultados engraçados.

Estes trocadilhos chegaram a constituir, no genero, especie caracteristica. Baptisadas com uma derivação do nome do seu auctor — são as *broteradas*.

Conserva-se nas rodas academicas a tradição de copiosas *broteradas*, algumas dellas quasi se pódem considerar classicas, e não ha quem não as conheça. Estão neste caso — *cidadeiro brasileiro* — *vidrada quebraça* — *limenta com pimão* — *palavras moucas ouvidos loucos* — *Sayato Lobão*, por Sayão Lobato — *C. Mastro*, por Magalhães Castro — *Mouto . . . galhães*, por Couto Magalhães.

Quando elle dava pelo equivoco e queria corrigil-o, equivocava-se de novo, dizendo:

— Ora! meus m'ninos, *bolei as trocas, boleii as trocas!*

Uma dessas *broteradas* foi registrada pelo imperador, que a referiu a pessoa da nossa amizade. Foi esta — «*Imperial constitucionador*».

E não eram sómente estas transposições de letras e de syllabas ; produziam-se por vezes analogas transposições de palavras e mesmo de idéas.

Neste genero é muito conhecida a seguinte, por occasião da visita do imperador a S. Paulo, em 1847 :

— Apresento a V. M. o sr. conego Rethorica, professor de Fidelis.

E esta outra, da mesma época, quando se preparava o edificio para a visita imperial. Disse elle, dirigindo-se ao bedel Mendonça e mostrando-lhe umas garatujas na parede :

— Sr. imperador, sr. imperador, apaga es as Mendoncinhas que o Garatuja ahi vem.

As transposições de phrases davam tambem logar a surprehendentes effeitos.

Assim, fazendo a descripção de uma bella manhã no campo, dizia o conselheiro Brotero :

«... o gado a saltar de galho em galho, os passarinhos a pastarem pelo campo, etc.»

Tinha elle outro vezo na sua phrase, quer quando orava, quer mesmo na simples conversa. Consistia em intercalar, sem proposito algum, a locução — *por consequencia*.

Dizia, por exemplo :

«Um milhão de factos, meus meninos ; meus meninos, um milhão de factos, não constitue... *por consequencia* um direito.»

Outras vezes interpunha o seu estribilho como se fôra uma these original, dentro de um nome proprio.

Assim, dizia :

«Conego Fidelis Seringa Maringa *por consequencia* de Moraes.

Não escapava a esta estranha desfiguração o nome do seu digno genro, o illustrado lente dr. Sá e Benevides.

Apresentando-o a alguém, disse uma vez o conselheiro Brotero :

— Apresento a v. ex.^a o meu genro dr. José Maria Corrêa *por consequencia* de Sá e Benevides.

Ao que observou entre dentes o dr. Benevides :

— O que não posso comprehender é a razão de causalidade que o meu sogro descobriu entre a primeira e a segunda parte em que elle divide o meu nome!...



CAPITULO II

A turma academica de 1839-43



Preambulando. — Os lentes dessa turma. — Complemento do nosso plano. — O conselheiro Veiga Cabral. — Apreciação geral — O seu casamento. — *To be or not to be*. — Ab-intestato. — Suas crenças e idéas. — O seu livro. — Sua instrução literaria. — Como era susceptivel! — Entretanto, preguiçoso. — Na presença do Imperador. — Como elle explicava. — Outras excentricidades. — Contra maluco, maluco e meio. — Para provar a independencia. — Assiduidade... nos dias chuvosos. — Falta por intenção. — Sua aversão aos nomes esturdios. — Aos estudantes de côr. — O apreço ao vestuario apurado. — E vice-versa. — O requinte do *chiquismo*! — O retrato do Cabral. — Mudemos de assumpto. — Agostinho Machado. — Daniel Machado. — Emygdio Ribeiro. — Flaminio Lessa. — Bernardes de Gouvêa. — Xavier de Barros. — Xavier de Britto. — Jacintho Coelho. — Carneiro Maia. — Dados biographicos. — Doente imaginario. — Paixão cynegetica. — Estou morto! Venham amanhã ao meu enterro. — Dados complementares. — Araujo Cintra. — José Augusto Pereira. — Gouvêa e Horta. — Rufino Segurado.



EXERCEU o cargo de director da Academia durante quasi todo o periodo que encima este capitulo o senador Nicolau Vergueiro, de quem com a devida amplitude nos occuparemos noutra occasião.

Pretendemos, com effeito, consagrar o preambulo da nossa chronica de hoje ao estudo, ainda

que ligeiro, de outro personagem da congregação, figura, por mais de um titulo, curiosa e interessante — o conselheiro Cabral. Aproveitaremos, para esse fim, um esboço já por nós algures traçado. Convém, entretanto, procedermos com methodo.

Mencionemos primeiramente os lentes que preleccionaram as disciplinas do curso á turma que transitou pela Academia de 1839 a 1843.

São elles:

No 1.^o ANNO: Direito Natural, Publico e das Gentes, o dr. Brotero.

2.^o ANNO: Em continuação do programma iniciado no 1.^o anno, o mesmo dr. Brotero;

Direito Ecclesiastico, o padre dr. Anacleto Coutinho.

3.^o ANNO: Direito Civil, o dr. Veiga Cabral;
Direito Criminal, o dr. Manuel Dias de Toledo.

4.^o ANNO: Direito Civil, em continuação, o mesmo Veiga Cabral;

Direito Commercial, o dr. Clemente Falcão (senior).

5.^o ANNO: Processo Civil, Commercial e Criminal, dr. Silveira da Motta;

Economia Politica, dr. Carneiro de Campos.

Não havia ainda no curso juridico as cadeiras de Direito Romano e de Direito Administra-

tivo, as quaes sómente mais tarde foram creadas, pela reforma de 1854.

No plano destas *Tradições e Reminiscencias* da Academia de S. Paulo, uma vez que o methodo que temos adoptado é o estudo biographico das turmas academicas, dar-se-ia grave lacuna se, fugindo ao rigorismo deste systema, não nos prevalecessemos da liberdade peculiar aos preambulos, para nelles, de tempo em tempo, introduzirmos digressões relativas aos lentes e directores não formados na Faculdade, e alguns empregados cuja passagem pelo convento de S. Francisco deixou vestigios nas tradições academicas.

Como, por exemplo, traçar-se a chronica da nossa velha Academia, sem se falar em Rendon, Vergueiro, Brotero, Balthazar Lisboa, Varella, Antonio Maria de Moura, Carneiro de Campos, Falcão Velho e tantos outros directores e lentes, que, por não se terem formado em S. Paulo, não figuram entre as turmas de bachareis ou doutores graduados nesta Faculdade?

Como tambem omittir-se, na parte anecdotica da vida academica, alguma referencia mais ou menos accentuada das velhas, e, por assim dizer, legendarias figuras dos bedéis Mendonça e Firmino Soares e dos porteiros Carlos Godinho, capitão Fortunato e major Fabiano?

Pois bem, entre o corpo docente da Faculdade, occupa analoga posição de notabilidade, para

a chronica anecdotica da Academia de S. Paulo, o dr. Prudencio Geraldês Tavares da Veiga Cabral.

Nasceu elle, na Provincia de Matto Grosso, a 22 de abril de 1800, quando, no dizer do poeta,

... *Rome remplaçait Sparte*
Et déjà Napoléon perçait sous Bonaparte.

Era filho de Joaquim Tavares da Veiga Cabral e de D. Anna Thereza de Jesus.

Segundo refere Pinheiro Chagas, ⁽¹⁾ começou a cursar os estudos de humanidades no Rio de Janeiro e foi concluil-os a Lisboa, seguindo depois o curso de direito na Universidade de Coimbra, tomando o grau de bacharel em 1822.

Depois da proclamação da independencia do Brasil, o dr. Veiga Cabral regressou ao Rio de Janeiro. Seguiu desde logo a carreira da magistratura, exercendo os respectivos cargos, desde o de juiz de fóra no Rio Grande do Sul até ao de desembargador da Relação do Maranhão.

Inaugurado, em 1828, o Curso Juridico de S. Paulo, no anno seguinte, por decreto de 8 de

(1) PINHEIRO CHAGAS, *Brasileiros illustres*, sec. XLV.

abril de 1829, foi nomeado lente cathedratico do mesmo, e sómente em 1834 lhe foi conferido o grau de doutor, em virtude do Dec. n.º 34, de 16 de Setembro do mesmo anno.

Nesta cidade, residia o dr. Cabral, na rua de S. Bento, em predio, que hoje não existe, contiguo ao de propriedade do sr. major Domingos Sertorio, quasi em frente ao da redacção do *Commercio de S. Paulo*.

Ainda algumas notas biographicas.

O conselheiro Cabral era dotado de grande intelligencia e vasta cultura juridica; era, não obstante, um mau lente, já pelas suas singularidades algum tanto ridiculas, como, sobretudo, pelo pouco caso que ligava aos seus deveres cathedratlicos.

Não é justo accusal-o de explicar mal o Mello Freire; ha mais acerto em dizer-se que elle não se dava ao trabalho de explical-o, para não se incommodar; mas... não antecipemos.

Qual o seu estado civil?

Delle póde-se dizer, sem trocadilho, que não era casado, nem solteiro, nem viuvo; porque, realmente — era casado e ao mesmo tempo o não era, pois o seu matrimonio não foi seguido... como diremos? Emfim, porque, depois de effectuado o casamento, não fez elle a minima côrte á sua noiva, nem nada; ao contrario, arrependeu-se desde logo do passo que havia dado, e,

interpellando-se em voz alta, a si mesmo, passeou toda a noite em frente ao quarto nupcial, cujo limiar não transpoz:

— Que fizeste, Cabral!? — exclamava elle, desolado. — Que loucura foi esta?!

Afinal, saltando pela janella (o predio era assobradado), abandonou a casa e jámais conviveu com *mademoiselle* Cabral, *sa femme*.

Esta senhora era filha do tenente general Rendon, e, pelas suas virtudes, certo não merecia tão affrontosa desattenção.

Referem, porém, as más linguas que, vindo a fallecer o sogro, pretendeu o conselheiro Cabral entrar na meação dos respectivos bens. Dizem que a isto se oppoz madame ou mademoiselle Cabral, fundada no direito então vigente e na verdade dos factos; o requerente contestou então as allegações sobre a inexistencia da sociedade conjugal; porque, affirmava elle, que sim, que não havia duvida, que elle tinha sido verdadeiro esposo.

Replicava ella que não, que muito ao contrario.

Para verificar o caso, accrescentam, *si vera est fama*, que elle requereu que se procedesse a exame...

Não foi este senão um ardil empregado para obrigar ao accôrdo. E assim aconteceu. Afim de evitar o vexame, consentiu a esposa platonica do

conselheiro Cabral em repartir com elle os bens que lhe cabiam.

Não sabemos se isto é verdade, ou uma simples anedota inventada. Alguem nol-a contestou como incompativel com o character brioso, posto que excentrico, do conselheiro Cabral.

Vae o caso como veio, sem endosso da nossa parte.

Se não teve sociedade conjugal, deixou prole, entretanto; pois lhe advieram de enlaces naturaes dois filhos. Um delles, nascido no Rio Grande do Sul, bacharelou-se em 1850 e exerceu a magistratura nesta Provincia.

O outro, muito mais moço, o sr. João da Veiga Cabral, falleceu ha dois annos, e era muito conhecido e estimado nesta cidade. Nascido em 1853, muito luctou pela vida, e, por vezes, desde bem moço, contra fado adverso. Foi typographo, nas officinas do *Ypiranga*, e tornou-se um habillissimo compositor. Passou a actor, depois official de policia, depois editor, proprietario e redactor de jornaes (a *Gazeta do Povo* e o *Jornal da Tarde*), e depois livreiro, e, por fim — empregado publico na Secretaria da Agricultura.

Não era destituído de certa cultura literaria.

Deixou um filho, que está empregado na brigada policial.

Nada legou o conselheiro Cabral aos seus

filhos, comquanto tivesse bens. A sua morte, sobrevinda em 1862 — foi subita, surprehendendo-o *ab-intestato*; de modo que nem poudes elle reconhecer os filhos, nem ao menos instituil-os seus herdeiros.

E assim foram os seus haveres arrecadados pela Fazenda Nacional.

Em religião, era catholico, sem carolismo.

Em politica, propendeu sempre para o partido conservador; não era, porém, militante: o que explica, em periodos em que não superabundavam homens da illustração do dr. Cabral, não ter elle sido investido de importantes cargos de eleição popular ou da publica administração.

Como posição official na politica, não teve outra a não ser a de deputado provincial, na 11.^a legislatura, a saber, no biennio de 1854-55.

É lamentavel que muitos dos lentes mais talentosos e eruditos jurisconsultos que teem adornado a Congregação da Faculdade de S. Paulo — não tenham deixado obras didacticas reveladoras do seu merecimento intellectual e perpetuadoras dos nomes de seus auctores. Assim, nada nos legaram, a não serem razões em autos, pareceres ou discursos, homens do valor mental de Chrispiniano, Carrão, José Bonifacio, Falcão Filho, Justino de Andrade, Dutra Rodrigues e Duarte de Azevedo.

Este ultimo, por estar ainda vivo e robusto, graças a Deus, poderá em boa hora eliminar desta relação o seu glorioso nome, condensando num livro de direito duradoura emanação do seu muito saber.

Falavamos do conselheiro Cabral, e iamos louval-o por ter enriquecido o patrimonio juridico da nossa Academia com uma obra didactica de regular merecimento.

Deixou-nos com effeito o seu *Direito Administrativo Brasileiro*, 1 volume in 8.º, editado em 1859 por Laemmert, Rio de Janeiro.

A grande evolução pela qual tem passado a nossa organização administrativa tornou, como é natural, antiquada esta obra. Ella assignala, entretanto, um progresso relativo, attendendo-se á época da sua publicação, e, principalmente, o que é mais meritorio, ao muito trabalho proprio, original do seu auctor, no estudo das instituições patrias.

Além disso, o estylo é correcto e castigado, o que, por certo, em nada prejudica o valor scientifico do livro.

Affirmam-nos, de mais, que effectivamente o conselheiro Cabral não descuidava da vernaculidade da fórmula, quer nas suas prelecções, quer nas licções, sabbatinas e actos dos estudantes, e até nas defesas de theses pelos doutorandos.

Emendava, sem cerimonia, erros de dicção e de syntaxe.

Sabia tambem regularmente latim, e fazia timbre desse conhecimento, quer na traducção do compendio de Mello, quer na citação dos textos do Direito Romano.

Dissemos que é um bom livro o *Direito Administrativo* do conselheiro Cabral. É esta a verdade. Elle, porém, tinha o seu trabalho em muito mais alta conta; considerava-o verdadeira obra prima, e não admittia contra elle a minima impugnação, nenhuma critica, a não ser elogiativa.

Um dia, por instancias delle, publicou o conselheiro Duarte de Azevedo uma apreciação sobre o livro. Está visto que o elevou ao septimo céu. Todavia, para que não ficasse insipido o juizo critico, entendeu, mesmo para realçar os elogios da apreciação, glosar sobre o contencioso administrativo, contrariando longinquamente a doutrina do auctor.

Pois, senhores, o dr. Cabral não levou a bem o caso, e, ao encontrar-se com Duarte de Azevedo, falou-lhe sobre o objecto da duvida aventada.

— Mas, sr. conselheiro — replicou o Duarte, — v. ex.^a deve convir commigo que a minha opinião não é isolada...

— Bem sei, bem sei; não viu o sr. que numa nota eu digo que alguns ignorantes contestam a legitimidade do contencioso administrativo?

Com todo o seu cabedal scientifico e com regular facilidade de elocução, tinha elle, entretanto, preguiça (não podemos dizer de outro modo) tinha preguiça de explicar as doutrinas da sua cadeira.

Essa indolencia levava-o a ponto de não citar integralmente as datas e os numeros das leis e decretos. Assim, por exemplo, a lei da *boa razão*, de 1769, citava-a elle «mil setecentos...» e o mais traçava no ar, por mimica, com o dedo pollegar.

O conselheiro Brotero, por motivos que não veem agora ao caso, andava *de ponta* com elle; de modo que, por occasião de uma das visitas imperiaes a S. Paulo, pediu ao imperador que não deixasse de assistir á aula do dr. Cabral, afim de ter a prova directa da sua desidia.

Assim fez o imperador.

Em vez, porém, daquelle resultado, assistiu a uma brilhante prelecção de Direito Civil e sahio encantado pela vasta erudição do respectivo cathedratico.

Ao retirar-se o egregio visitante, immediatamente passou o conselheiro Cabral a explicar na fórmula ronceira do costume.

No dia seguinte declarou elle aos alumnos:

— Estão vendo? Aquillo fiz eu para confundir (não estava ainda em voga a expressão —

moer —) para confundir o intrigante do Brotero. Mas, porque incommodar-me com longas e desenvolvidas explicações? E depois, se eu me fatigasse em explanar todo o assumpto, os srs. não teriam que estudar; bastaria ouvirem; sahiriam da aula com a lição sabida. Isto não quero eu. Estudem, esforcem-se, queimem as pestanas, como eu fiz, para saber quanto sei.

Em geral, limitava-se a lêr em latim ou vernaculo o paragrapho do Compendio, accrescentando, como commentario, unicamente isto: «Como se vê, a doutrina é muito clara; passemos adiante.»

Noutras occasiões, ao abordar um assumpto importante, dizia elle: «Esta materia presta-se a grande desenvolvimento. Mas o anno passado explanei-a *ex-professo*; portanto, para que voltar a um assumpto já por mim exgottado?»

E fosse alguém fazer-lhe vêr que a turma academica era outra e que os alumnos presentes não tinham conhecimento da explicação anterior...

Apreciava muito, no trato com os estudantes, as blandicias de fórma, quando se dirigiam á sua pessoa. Assim, era todo sorrisos, e ficava entregue, quando o abarrotavam de «*Excellencia*», «*preclaro mestre*», «*erudito lente*», «*eximio civilista*»; ou, quando se referiam á sua «*obra notabilissima de direito administrativo*».

Não o chamassem, porém, «a Cadeira» e nem mesmo «a *illustrada Cadeira*». Tel-o-iam então pela prôa.

Assim também quando algum estudante citava Lobão. Estava perdido no conceito do conselheiro Cabral, e (o que era mais serio) poderia contar certa a sua esphera preta no dia do *acto*.

— Mas, sr. conselheiro — ponderasse embora algum outro lente — v. ex.^a attenda, que é um bom estudante...

— Não póde ser!

— ... applicado, intelligente.

— Não póde ser, já disse! Elle citou Lobão, está reprovado. Citou Lobão!...

E não havia como demovel-o. Não foi tão rigoroso, em certa occasião, o conselheiro Cabral, em relação a um estudante que, sciente de que o esperava um infallivel e talvez justiceiro R, foi ter com elle, na vespera do *acto*, e lhe falou nestes termos:

— Sr. conselheiro, v. ex.^a conhece que eu sou doido. Sou doido mesmo e toda gente sabe disto. Pois, eu venho communicar a v. ex.^a que tomei uma resolução. Se v. ex.^a me reprovar — eu mato-o! Eu mato-o!...

— Que?!

— Mato-o, e suicido-me em seguida. Olhe aqui o revólver!...

— Deixe-se disso. Pois eu havia de reprovar um bom estudante como o senhor? — Vá socegado e conte com o seu *plenamente*.

O estudante, que era pessimo, fez mau acto. Os outros lentes da commissão examinadora quizeram-o reprovar; mas valeu-lhe a ardente protecção do conselheiro Cabral. Dizem que este se promptificou a atirar-se pela janella a baixo (estavam no pavimento superior) se o estudante fosse reprovado.

A' medida que, algumas vezes, se revelava assim timorato, noutras occasiões era de uma prepotencia verdadeiramente provocadora.

Referiu-nos o seguinte caso um amigo nosso, pessoa respeitabilissima, que o ouvira do conselheiro Ribas.

Estava o conselheiro Cabral presidindo a uma mesa examinadora de preparatorios. Eram doze os examinandos. Correram os exames com altos e baixos, como sóe acontecer. No momento do julgamento, estando o dr. Ribas a pesar o merecimento relativo dos alumnos, sentenciou peremptoriamente o conselheiro Cabral:

— Todos reprovados!

— Mas o sr. conselheiro...

— Não ha conselheiro nem meio conselheiro
Todos reprovados!

O dr. Ribas insistiu, mas foram baldados os seus esforços. Teve de conformar-se com a degolação geral de culpados e innocentes...

No dia seguinte, revelou-se muito inferior á primeira a turma examinada.

Tomando por bitóla o julgamento da vespéra, propoz o dr. Ribas:

— Bem! Agora, á vista do resultado de hontem, não ha hesitar: todos reprovados.

— Não, senhor! — contestou o conselheiro Cabral. — Ao contrario: todos approvados!

— Como assim, sr. conselheiro?

— Sim, senhor, todos approvados!

— Com que justiça?!

— Qual justiça! E' para mostrar que somos independentes!

Era muito pouco assiduo á Academia. Entretanto, nos dias tempestuosos, comparecia — infallivelmente.

E então, jactava-se de ser cumpridor dos seus deveres, tanto que, vencendo as intemperies, alli se achava. Onde estavam os outros lentes? Onde o Brotero, que tanto se implicava com as suas faltas? Vadios!...

Ao contrario, quando fazia bom tempo, era muito problematica a sua vinda á Academia. Preferia dar um passeio, ás vezes rural.

Algumas vezes vinha-se encaminhando para a Academia e, ao enfrentar o cruzeiro de pedra, deante das arcadas exteriores, deparando-se avultado numero de discipulos seus que o esperavam, dobrava a esquina da rua do Ouvidor e... ia-se embora, a passeio, a rir-se com os seus

botões pelo logro que havia pregado aos estudantes.

Numa feita, encontrou elle num desses passiosos um dos seus discipulos. No dia seguinte perguntou ao bedel Mendonça se tinha marcado ponto naquelle estudante.

— Não, senhor, sr. conselheiro...

O estudante, que ouvira a pergunta, observa em tom muito respeitoso:

— Mas, sr. conselheiro, pois se não houve aula...

— Mas o sr. não sabia que eu não viria. A sua obrigação era estar aqui, e o sr. não veio á Academia. Sr. Mendonça, marque ponto neste moço!

— Mas, sr. conselheiro...

— Se não está contente, leva uma falta injustificavel. Olhe lá!

Tinha quisilia a nomes longos ou esdruxulos, e muitas vezes, por isso, victimava os seus donos.

Assim, nunca poudo traçar, sem zanga e ás vezes sem brindal-o nos actos com o seu R, o nome de legua e meia do dr. Benedicto Aymberé.

Neste ponto, parece que elle tinha razão, por isso que realmente não é nome de gente este: Benedicto Fosculo Jovino de Almeida Aymberé Militão de Souza Barué Tiquatira de Boré!

Ao dr. Antonio Carlos, então seu discípulo, respondendo á chamada:

— Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

— Presente!

— Que é do outro?

— Outro quem, sr. conselheiro?

— O outro. Isto não é nome de uma só pessoa.

Tinha accentuado preconceito contra os estudantes de côr, e perseguia-os implacavelmente

Começava por não admittir que lhe estendessem a mão.

Uma vez deu o pé a um delles, que o queria cumprimentar.

— Desafôro! — dizia. — Negro não pôde ser doutor. Ha tantas profissões apropriadas: cozinheiro, cocheiro, sapateiro...

Nos dois annos do curso de Civil, levou de canto chorado um estudante de nome Fogaça, mulato feio e maltrapilho, pois o descuido na *toilette* era tambem, para o conselheiro Cabral, caso de força!

Ás vezes, estando presente o Fogaça, o Cabral nem olhava para o lado d'elle, mas perguntava ao bedel:

— Sr. Mendonça, já marcou ponto no negro?

— Mas, sr. conselheiro, protestava respeitosamente o Fogaça, eu estou presente!...

— Quer o negro esteja ausente, quer o negro esteja presente, marque ponto no negro!

Inversamente, tinha particular estima aos estudantes que trajavam com apuro, cuidavam da *toilette* e se perfumavam.

Não lhe passava despercebido o corte elegante de uma casaca ou sobrecasaca.

Sim, porque naquelle tempo ninguem ousaria ir á aula trajando *paletot*. Seria um escandalo, e o conselheiro Cabral, pelo menos, mandaria que aquelle individuo fosse compor-se com decencia.

Deu-se um episodio destes com o estudante Ramos Nogueira, conhecido pela antonomasia de *Perereca*, o qual dahi por diante não veio á Academia senão — casacalmente vestido.

Casaca e calças brancas — eram o rigor da *haute gomme* daquelles tempos.

Era costume pedir-se por escripto a justificação das faltas.

Receoso das excentricidades do conselheiro Cabral, um estudante mineiro, de nome Magalhães, intelligente mas algum tanto lambazão, fez-se acompanhar por um collega muito da sympathia do lente pelo seu apuro de trajar, cremos que um dos Andrades Pinto, o Caetano, talvez.

Magalhães entrou na primeira venda, e alli mesmo, sobre o balcão, traçou com caracteres

indisciplinados, num papel barato que comprára, o requerimento destinado á justificação das faltas. Dirigiu-se, em seguida, com o seu elegante introductor, á casa do dr. Cabral.

Ahi recebidos, dispensou o conselheiro as mais delicadas atenções ao Andrade Pinto e nem olhava para Magalhães, até que, conhecido o objecto da visita, tomou o papel com mau humor, leu-o rapidamente com ar desdenhoso e respondeu colerico:

— Incorrecto na fôrma e no fundo... como o seu auctor!

Em certo dia apresentou-se o Andrade Pinto na Academia, trajando com a costumada elegancia e trazendo sapatinhos de entrada baixa e meias de seda...

O conselheiro Cabral deteve-se a contemplal-o e surpreso interpellou-o:

— Que, sr. Andrade Pinto? Pois o senhor, um moço tão distincto, que traça com tanto gosto e faceirice, apresentar-se aqui sem meias!...

— Perdão, sr. conselheiro — disse o estudante — observe bem v. ex.^a (beliscou para lhe mostrar a meia finissima que trazia).

— Bravo! — exclamou com sincero enthusiasmo o conselheiro Cabral — meias côr de carne! É o requinte da distincção! Venha cá este abraço.

São innumeras as anedotas, authenticas ou

apocryphas, referentes ao conselheiro Cabral. Este espaço, porém, é limitado, e não podemos sacrificar a segunda parte do presente capitolo.

Concluiremos, pois, este esboço, accrescentando-lhe tão sómente, em duas linhas mais, o retrato physico do illustre conselheiro Cabral.

Era alto, magro, meio curvo, corpo mal delineado, cara completamente rapada, nariz grande, olhos negros, bocca regular e face pallida.

Corava facilmente, quando o punham fóra do sério.

Compunha-se, apenas, de treze estudantes a turma academica que se formou em 1843.

Nenhum delles sobrevive na presente data.

Passemos em revista os treze nomes desse obituario.

AGOSTINHO JOSÉ DE OLIVEIRA MACHADO. — Paulista, natural de Santos.

Estudante regular.

Era professor publico de primeiras letras nesta capital.

Foi, depois, advogado e vereador em Santos.

DANIEL AUGUSTO MACHADO. — Paulista, desta capital, filho de Joaquim José Machado.

Estudante regular.

Tambem foi, a principio, professor publico primario em S. Paulo; depois, juiz municipal em

Ubatuba, e, successivamente, em Jacaréhy e Curytiba.

Abriu escriptorio de advocacia em Jacaréhy.

Fallecido em dezembro de 1861.

É pae do dr. Daniel Augusto Machado, formado em 1682, e ex-secretario da Provincia de S. Paulo.

EMYGDIO JOSÉ RIBEIRO. — Bahiano, filho de Simplicio José Ribeiro.

Intelligencia regular e regular applicação.

Foi juiz municipal na Provincia do Espirito Santo, e depois na do Rio de Janeiro, do termo de Nova Friburgo.

Mudou-se depois, em 1849, para a comarca do Pirahy, onde exerceu a advocacia e foi vereador em 1853; dalli passou-se para a Barra Mansa, onde foi advogado e gosou de geral estima.

FLAMINIO ANTONIO DO NASCIMENTO LESSA. — Paulista, desta capital, filho do tenente de milicias Manuel Gonçalves Lessa.

Intelligente e regularmente applicado. Desde os bancos academicos, começou a lutar pela vida, pois a fim de prover-se dos necessarios recursos, para os seus estudos, dava aulas de preparatorios, na casa que ainda existe, n.º 32 ou 34 da rua da Boa Vista, chamada antigamente «Casa das Veigas».

Foi juiz municipal em Guaratinguetá logo no anno immediato ao da sua formatura; deputado á Assembléa Provincial de S. Paulo nos biennios de 1848-49; 1858-59 e 1860-61; e á Assembléa Geral no quatriennio de 1861-64.

Teve ardentes polemicas pela imprensa, e foi victima da musa humoristica dos seus adversarios.

O proprio dr. João Mendes de Almeida contra elle compoz uma versalhada satyrica, coisa então muito ao sabor da época, nas polemicas partidarias. Eis uma pequena amostra:

... Por achar a porta aberta
Nas arcadas penetrou,
Á cata de um pergaminho
Que humildemente impetrou.

Tantas vezes foi ao Curso,
Tantas vezes lá entrou,
Que um dia o Carlos Godinho
Bacharel o despachou.

Foi assim que o tal pançudo,
Tendo por sorte a tripeça,
Por fado ou destino seu,
Assignou-se — Doutor Lessa.

Este Godinho a quem se refere o poeta era, então, o porteiro da Academia.

Não obstante a malevolencia destes epigrammas exclusivamente inspirados pelo preconceito

partidario, o dr. Flaminio Lessa assignalou-se não sómente pelo seu merecimento intellectual, como pela nobreza dos seus sentimentos; e sempre gosou da estima dos seus concidadãos.

Falleceu em Guaratinguetá no anno de 1877, mais ou menos, deixando regular fortuna. Legou por testamento ao governo provincial o predio em que residia e onde está hoje installado o *Grupo Escolar Flaminio Lessa*, assim denominado, em justa homenagem ao generoso instituidor. É descendente em linha recta do dr. Flaminio Lessa o conego Antonio Augusto Lessa, thesoureiro mór da Cathedral desta diocese.

FRANCISCO SOARES BERNARDES DE GOUVÊA.
— Mineiro, filho de Luiz Soares Bernardes de Gouvêa. Estudante distincto pelo talento e pela applicação.

Foi promotor publico de Itaborahy, juiz de orphams em Campos em 1846, juiz de direito em 1850.

Teve tambem a investidura de mandatos politicos, quaes o de deputado á Assembléa Provincial do Rio de Janeiro, no biennio de 1850-51, e o de deputado geral por Minas á 9.^a legislatura.

Da carreira judiciaria subiu ao pinaculo, pois chegou á curúl de ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

É auctor de apreciados trabalhos juridi-

cos, especialmente sobre processo civil e criminal.

FRANCISCO XAVIER DE BARROS. — Goyano, filho de outro de igual nome.

Foi juiz municipal do termo de Santos em 1845. Condecorado com o grau de cavalleiro da Ordem de Christo em 1846. Falleceu em 1849.

FREDERICO AUGUSTO XAVIER DE BRITTO. — Fluminense, filho de Henrique Isidro Xavier de Britto.

Alto, robusto, grande, hombros largos, claro, cabellos castanhos, barba rapada.

Chamavam-lhe o *Brittão*, e calhava bem o appellido.

Era bom estudante, dos primeiros do anno.

Seguiu a carreira da magistratura, com algumas interrupções motivadas pelo exercicio de cargos politicos ou administrativos.

Promotor publico de Nictheroy em 1848; deputado á Assembléa Provincial do Rio em 1850; juiz de direito em 1853; chefe de policia de Sergipe em 1854.

Em 1872 voltou á actividade politica, e, sustentado pelo conselheiro Sayão Lobato, foi eleito deputado á Assembléa Geral pelo 4.º districto do Rio de Janeiro.

Na eleição senatorial, que se realizou em fevereiro de 1873 na Provincia do Rio, em periodo

de effervescencia da questão do elemento servil, fez elle parte da lista triplice governista, que ficou assim organizada:

Teixeira Junior.....	1.208	votos
Xavier de Britto.....	1.000	»
Diogo Teixeira de Macedo.....	868	»

Foi escolhido Teixeira Junior.

Na carreira judiciaria, alcançou o dr. Xavier de Britto os logares de desembargador da Relação de S. Paulo, da do Rio de Janeiro, e de ministro do Supremo Tribunal.

JACINTHO JOSÉ COELHO. — Catharinense, filho de Joaquim José Coelho.

Exerceu primeiramente cargos de magistratura, como sejam os de promotor publico de Vassouras, juiz municipal de Pirahy, na Provincia do Rio de Janeiro; e de Itape-mirim, na Provincia do Espirito Santo. Mudou-se depois para Cabo Frio, onde foi vereador, e dedicou-se á advocacia.

Não temos sobre elle outras informações.

JOÃO DE AZEVEDO CARNEIRO MAIA. — Fluminense, de Rezende; filho de Bento Carneiro Maia. Altura pouco superior á mediana, compleição regular, claro, louro, feições delicadas e physionomia intelligente.

E era, effectivamente, dotado de superior talento, extraordinariamente apto para todas as applicações intellectuaes, quer literarias, quer scientificas.

Todavia, certo acanhamento congenito não lhe permittia o exercicio da oratoria.

Salvo esta excepção, em tudo o mais primava, a saber, como jurisconsulto, sociologo, jornalista, critico e poeta, poeta lyrico principalmente.

Delle conhecemos produções poeticas de subido valor, que sobretudo se recommendam pela originalidade da invenção, pela correcção da fôrma e pela delicadeza do sentimento.

Quanto sentimos não tel-as á mão, para que as pudesse o leitor apreciar.

Primava elle tambem no epigramma, genero este que principalmente cultivou na sua quadra academica, segundo informa o *Parnaso Academico*, do dr. Paulo do Valle.

Dessa collecção extrahimos o seguinte soneto, eivado de mordacidade, e cujo sal mais poderia apreciar quem conhecesse a victima da desapiedada satyra (lente, estudante ou *futrica*?):

SONETO

Raro aborto de horrenda catadura!
Magriço, macambuzio e derengado,
Olhar sombrio, rosto descarnado,
Nojento corpo, exotica figura.

Enchafurdado em larga vestidura,
Longo jaléco sujo, entabacado,
Farfalhudo casaco esverdinhado
Co'a enorme góla podre de gordura.

Tremendo béque em jorros destilando
O vil fermento de fétido esturro,
E o porco mel á bocca escorregando.

Ahi tens Burromeu, esse casmurro,
Philosophando só, só ruminando
Em Kant, em Jouffroy, mas sempre burro.

S. Paulo, 1843.

A obra capital do dr. João Maia é uma notavel e estimadissima monographia sobre o *Município*, conscienciosamente estudada, e na qual, de principio a fim, domina um pensamento vigoroso de são liberalismo.

Advogado em Rezende e por algum tempo fazendeiro no vizinho municipio do Bananal, onde se casára com uma filha do commendador Luciano de Almeida, o dr. João Maia foi eleito, em 1858, deputado á Assembléa Provincial de S. Paulo.

Não veio, porém, tomar assento nem no primeiro nem no segundo anno do biennio.

Teve, para isso, um obstaculo muito real—a sua doença imaginaria.

Nada conhecemos de mais real que uma mo-

lestia imaginaria. Quem se julga enfermo, está de facto enfermo.

Com o dr. Maia assim acontecia.

Pois se até chegava a medicar-se para.. prevenir molestias! Na sala em que estivesse haviam não sómente de se conservar fechadas todas as janellas, como tambem cuidadosamente tapadas as menores frestas por onde pudesse penetrar o ar exterior. Extranha noção de hygiene!

Elle mesmo, além desse cuidado, ainda se agasalhava com sobretudo, *foulards*, cache-nez, sapatos com forro de lã, etc., etc.

Ás vezes, não obstante, esquecia-se de todas estas cautellas.

Dava-se isto quando se tratava de alguma caçada.

Pois, é verdade! Esse fino literato e scien-
tista, tão impressionado com a oppressão de molestias que não tinha e o receio de outras de que não estava ameaçado... era falar-se-lhe em caçada, esquecia-se de todos esses males e pavor-
res imaginarios, e eil-o a cavallo ou a pé, de caminho para montes e valles, através de campos e mattas, de espingarda ao hombro, polvarinho e mais petrechos a tiracollo, a canzoada impaciente, a precedel-o, os companheiros a acompanhal-o... E ia a desfazer-se, insensivelmente, um a um, dos seus pannos de agasalho. Fazia então todas as extravagancias, praticava todos

s excessos habituaes ás diversões cynegeticas.

Aconteceu, uma feita, que numa dessas excursões foi surprehendido por uma tempestade, em ponto em que não se encontrava abrigo.

Voltou á cidade, contrariado principalmente pelo mallogro da caçada.

Uma idéa triste suggere outra. Lembrou-se, por isso, do catalogo de molestias que o acabruhavam, e então disse, ao despedir-se dos seus companheiros:

— Não resisto aos desastres de hoje. Estou molhado até á medula dos ossos. Isto é dizer que estou morto... Amanhã vocês venham ao meu enterro.

Com tal convicção foram proferidas estas palavras, que os companheiros se impressionaram, e, de facto, voltaram no dia seguinte a indagar da saúde do dr. Maia.

Nunca tinha passado tão bem. Estava rijo e tão como um pero.

Dotado de vasta e variada cultura literaria, e além d'isso de trato amabilissimo, o dr. João Maia tinha uma conversa instructiva e attraente.

Falleceu ha quatro annos, na cidade de Rezende.

Era pae dos drs. Adolpho Maia e João Maia, e sogro dos srs. Gustavo Pacca, Virgilio Bar-

bosa, Cesar Torres, Augusto Leite e do coronel Luiz Pereira Leite.

JOAQUIM FLORIANO DE ARAUJO CINTRA. — Paulista, natural de Atibaia, filho de Jacintho José de Araujo Cintra.

Logo no anno subsequente ao da sua formatura, foi nomeado juiz municipal de Atibaia.

Em 1847 foi eleito deputado á Assembléa Provincial de S. Paulo para o biennio de 1848-49.

Mudou-se depois para a Penha de Mogy-mirim (hoje Itapira), onde exerceu o cargo de delegado de policia e foi eleito vereador.

JOSÉ AUGUSTO PEREIRA. — Paulista, de Santos; filho de Salvador de Jesus Pereira.

Falleceu logo no anno posterior ao da sua formatura.

LUIZ SOARES GOUVÊA E HORTA. — Mineiro, filho de outro de igual nome. Era natural da cidade da Campanha.

Em 1846, foi nomeado juiz municipal desse mesmo termo.

Condecorado com o grau de cavalleiro da Ordem de Christo em 1849.

Foi eleito deputado á Assembléa Geral por Minas á 8.^a e 9.^a legislaturas.

E' fallecido desde muito, na sua cidade natal, deixando numerosa descendencia.

RUFINO THEOTONIO SEGURADO. — Goyano, filho de Joaquim Theotônio Segurado.

Pouco após a formatura, vencido apenas o prazo legal, foi nomeado juiz municipal na sua Província natal, e, findo o quatriennio, juiz de direito, na mesma.

Foi deputado á Assembléa Provincial de Goyaz.

Em 1848, viajou em commissão do governo pelos rios Araguaya e Tocantins, de Goyaz até ao Pará, viagem essa que posteriormente repetiram em épocas diversas os presidentes Couto de Magalhães e Leite Moraes, e que ambos descreveram com côres tão impressionistas e em paginas palpitantes da mais intensa emoção.



CAPITULO III

A turma academica de 1841-45

PARTE PRIMEIRA

Feição revolucionaria da época. — Atmosphaera tempestuosa. — Preponderancia da mocidade academica. — Um lente delegado de policia. — Conflicto com o presidente da Provincia. — A prohibição de tossir. — Dois estudantes na enxovia. — A Academia quasi toda na cadeia. — O numero dos presos. — Extranho laconismo do director da Faculdade. — Solidariedade academica. — Adhesão de um lente. — Ruidosa alegria dos encarcerados. — Os presos de baixo aos de cima. — O hymno da prisão. — Requerimento gaiato. — Explicação de alguns pontos. — O desenlace. — Reacção projectada. — Documentos publicos. — Officio ao presidente. — Reparos que elle suggere. — Ingenua informação do carcereiro. — O processo. — Nota da culpa. — Auto de qualificação. — Nomes omittidos. — Planos do presidente. — Resposta do bispo. — A do governador do bispado. — A do vigario de Santa Iphigenia. — A do do Braz. — A do cura da Sé. — Outras respostas ao inquerito presidencial. — Festejos academicos pela demissão e partida do presidente. — Versos em moda, cantados ao violão. — Perdeu-se a musica do acompanhamento.



As datas extremas, que ahi ficam inscriptas, abrangem um periodo de convulsões politicas nesta provincia e na sua capital.

A effervescencia do ambiente social havia forçosamente de influenciar sobre o espirito da mocidade academica.

As ondas encapelladas de 1842 não succedeu immediata calmaria; a emoção, ao menos, produzida pelos graves acontecimentos que a historia patria registra, perdurou ainda por algum tempo no animo popular.

Nada de admirar, portanto, em que, a exemplo dos seus paes, dos seus mestres e dos seus concidadãos maiores, os estudantes de então fossem egualmente dominados pelas suggestões do espirito revolucionario, que pairava naquella época na atmospheria do Brasil.

Assim, os annos de 1842 e 1843 assignalaram-se em S. Paulo por mais de uma contenda entre os academicos da nossa Faculdade e ora o presidente de Provincia, ora a policia, ora as auctoridades ecclesiasticas.

Nesses embates teriam os rapazes alguma parcella de razão? Ou é verdade, como pretendiam os seus antagonistas, que caminhava a arraigar-se e a tornar-se endemico na Academia o espirito de indisciplina?

Não diremos que assista á mocidade o direito de ser imprudente; mas uma excusa, nesses casos, quem lhe poderá negar? Entretanto, aos depositarios do poder, aos representantes de auctoridade civil ou ecclesiastica, a prudencia, a moderação, a sabedoria, são mais do que virtudes administrativas, são dever do cargo, constituem mesmo impreterivel obrigação.

E' provavel, pois, que nos conflictos, então

havidos, a nenhuma das partes contendoras coubesse toda a razão ou exclusivamente fossem imputaveis todos os desacertos. Culpados, sobretudo, foram os tempos, e o factor principal daquellas agitações era o espirito de revolta que estava no ambiente moral e impregnava o ar que se respirava.

S. Paulo era ainda uma pequena cidade, naquella época; a sua população não excedia de 15.000 almas. Nella, portanto, deveriam avultar consideravelmente as oito ou dez dezenas de academicos que então aqui existiam. Se não era avultado este contingente, não deixava, ainda assim, de constituir intenso fóco de intellectualidade naquelle meio atrasado, e poderoso elemento de acção, de impulso, e de agitação, numa sociedade em que se approximava dos nove decimos da população o numero dos analphabetos, ou quasi analphabetos.

Preponderava, por isso, e durante longos annos continuou a preponderar no movimento intellectual e a influenciar na vida economica da Paulicéa a mocidade da Academia.

Aquella preponderancia e este influxo foram sempre beneficos á evolução progressiva da nossa Paulicéa; e sómente, de longe em longe, no tempo, trouxeram momentaneas e superficiaes perturbações que interromperam a normalidade monotona da cidade, com escandalo, se-

gundo o prisma policial, mas mera diversão para o povo.

Para o effeito de prevenir incidentes dessa natureza, e confiando antes na força moral da auctoridade que nos meios repressivos, aliás deficientissimos, de que dispunha, o governo da Provincia investiu por muito tempo das funcções de delegado de policia desta capital um lente da Academia, o conselheiro Furtado.

Amigo dos rapazes, dispensando-lhes attentões e trato affavel, fechando os olhos ante as estroinices mais ou menos veniaes de um ou de outro, foi elle durante largos annos o delegado que convinha a esta cidade. Contava como infallivel ponto de apoio o auxilio incondicional do 5.^o anno; e dispunha, consequentemente, de um factor quasi decisivo em todas as deliberações academicas.

Foi por essa consideração que o conselheiro Furtado se manteve por longo periodo na delegacia de policia de S. Paulo. A despeito das alternações dos partidos no governo, era elle, por assim dizer, o delegado de policia de todas as situações, auctoridade perpetua, e considerada a unica possivel, indispensavel para manter a ordem na antiga Paulicéa.

Traz-nos á memoria as considerações que ahi ficam um episodio occorrido no anno de 1843, e do qual foram protagonistas alguns es-

tudantes da turma a que se refere a nossa epigraphé.

Teve origem o facto no velho theatrinho então existente no *Páteo do Collegio* (hoje largo do Palacio), na noite de 15 de junho do anno supra referido.

Estava presente ao espectáculo, no camarote de honra, o presidente da Provincia.

Representava-se um drama da escola antiga, intitulado «*Os salteadores da Saxonia*». Ignoramos o auctor, e bem assim o infallivel *sub-titulo*, pois não se conhece dramalhão sem sub-titulo.

Em certo ponto da representação deram-se tiros no fundo do scenario (socegue o leitor... isto era da peça), por detraz dos bastidores, figurando-se um assalto aos viandantes.

A fumaça da polvora veio até á platéa, repleta de espectadores; e um destes, ou por movimento natural, ou por espirito de gracejo, tossiu, um outro tambem tossiu, e mais outro, e mais outro... A tosse tornou-se communicativa e foi quasi geral, perturbando o espectáculo.

Sugestão, contagio, impressão nervosa ou troça de estudantes?

É provavel que um pouco de cada coisa.

O presidente da Provincia, coronel Joaquim José Luiz de Souza, chegando á frente do seu camarote, começou a advertir o publico a que se aquietasse, a fim de poder o espectáculo prose-

guir. Da platéa levantou-se então um estudante, emquanto falava o presidente, e... tossiu.

Num impeto de colera, ordenou o presidente á guarda do theatro que prendesse o imprudente tossidor; e foi mais imprudente ainda, pois perdeu a compostura do cargo, ao ponto de enunciar-se nestes termos triviaes:

—Prendam esse patife que está tossindo!

O delegado de policia em exercicio, dr. João Carlos da Silva Telles, que chegava então ao theatro, mandou de prompto effectuar a prisão ordenada pelo presidente.

Quem havia tossido... contra o presidente fôra o José Caetano de Andrade Pinto, mas quem se apresentou como responsavel e se poz a tossir mais forte, desde a ameaça presidencial, passou a ser o estudante Martim Francisco, então terceiro-annista.

Penetraram os soldados na platéa e a este ultimo se dirigiram, attrahidos pela pertinacia da sua tosse provocadora.

Nessa occasião, outro estudante, Tristão da Cunha Menezes (¹), collocou-se ao lado do Martim Francisco e oppoz-se materialmente á prisão do collega. Produziu-se grande alvoroço e vieram á

(¹) Natural da Bahia, filho do Visconde do Rio Vermelho. Não se formou em S. Paulo.

platéa o presidente, o delegado de policia e numerosos guardas, retirando-se, ao contrario, do theatro, varios espectadores da platéa e todas as familias que occupavam os camarotes.

Foram presos, por fim, os dois estudantes Martim e Tristão, e conduzidos á cadeia.

Espalhando-se logo a noticia de terem sido aquelles moços recolhidos á enxovia, os estudantes, que em grande numero assistiam ao espectáculo, reuniram-se no saguão do theatro e em frente ao mesmo, no largo, e ahi, em altas vozes, e em termos violentamente aggressivos ao presidente e ao delegado de policia, protestavam contra as prisões effectuadas e reclamavam a immediata soltura dos seus collegas.

Não fôram attendidos. Redobraram então as reclamações, cada vez mais energicas e insultuosas, até que o delegado de policia intimou a dispersão do grupo, sob pena de serem presos como sediciosos todos os reclamantes.

A esta intimação responderam os estudantes que era aquillo mesmo o que desejavam; que, não sendo postos em liberdade os seus collegas, queriam ir-lhes fazer companhia na prisão.

Sentenciou então o delegado:

— Quem quizer, vá para a cadeia!

E os estudantes, com o alvoroço proprio da idade, bradaram em côro:

— Pois vamos! Vamos todos para a cadeia!

Em acto continuo, seguiram em desfilada, entoando a *Marselheza*, e apresentaram-se no edificio da Camara Municipal, em cujo pavimento inferior estava a cadeia. (1)

Alli chegados, foram recolhidos á sala superior do mesmo edificio e fechada logo a porta de entrada.

Pela manhã seguinte, diz o nosso respeitavel informante, (2) contaram-se na dicta sala 72 estudantes alli recolhidos.

Temos sobre estes algarismos as seguintes duvidas:

Em primeiro logar, um officio do carcereiro ao delegado de policia, que adeante daremos, declara que eram 39 os estudantes presos, embora accrescente: «é o que se pode contar».

Em segundo logar, estavam em 1843 matriculados na Academia apenas cerca de 80 estudantes. E' inverosimil, portanto, que sómente pouco mais de meia duzia tivesse deixado de comparecer ao theatro na noite de 15 de junho, e, assim, sómente este reduzido numero conservasse a liberdade. Poder-se-á responder que dos

(1) É o actual edificio do Congresso do Estado. Foi adaptado sob a presidencia do dr. Sebastião José Pereira para o paço da Assembléa Provincial, em 1876.

(2) Suppomos não haver indiscreção em declarar que quem nos ministrou tão interessantes informações foi o nosso respeitavel amigo, ex.^{mo} conselheiro Tristão de Alencar Ararepe.

72 recolhidos á prisão comprehendiam-se estudantes de preparatorios.

Dos autos de um processo de *habeas-corpus*, que consultámos, pertencente ao archivo particular do dr. Leão Bourroul, parece que o numero dos detidos foi apenas 28.

Nesta confusão, suppomos que, de facto, aquelle numero variou do primeiro ao ultimo dia, ou pela soltura, sem forma legal, de alguns, ou pela evasão, tolerada pelo carcereiro, por instrucções talvez do proprio delegado de policia. A respeito da difficuldade de organizar a relação dos presos, diz o carcereiro numa consulta que dirige ao delegado e consta dos autos:

«...Não fiz os assentos necessarios porque, indagando dos dictos estudantes que se acham presos, nem um quiz contar o seu nome proprio; unicamente pude contar quantos se achavam presos, e, como elles não quizeram declarar os seus nomes proprios, eu logo participei a V. S.^a para que me determinasse o que fosse servido e de direito, o que até ao presente não sei o que deva fazer e como não se pode tirar os nomes delles por motivo que os barulhos são muitos e que não se pode chegar ao xadrez: é o que tenho a informar, etc.»

Em confirmação desses algarismos, encontrámos no archivo da Faculdade o seguinte officio, curioso por seu laconismo:

«Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Tenho o prazer e a honra

de levar ao conhecimento de S. M. I., por intermedio de v. ex.^a, que os trabalhos da Academia não teem soffrido a menor alteração; e que nella reina a melhor ordem possible. Na noite de 15 do corrente mez, foram presos no theatro desta cidade trinta e tantos estudantes. Segundo as informações que tenho tirado, nada mais houve do que objecto de policia.

Aproveito esta occasião para participar a v. ex.^a que o meu estado de saúde me obriga a largar a directoria no dia 1.^o do proximo mez; vou principiar a gosar de uma licença que tenho de tres mezes.

Deus Guarde, etc. S. Paulo, 20 de Junho de 1843. Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr. José Antonio da Silva Maia, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio. — *José Maria de Avellar Brotero*, Director Interino.»

Reatemos, porém, o fio da narração, fiel ás preciosas notas que nos foram communicadas.

Logo pela manhã do dia 16, os estudantes que estavam na grande sala do pavimento superior pediram que para alli tambem viessem os dois collegas mettidos na enxovia. Deferida esta reclamação, poucos minutos depois, foi aberta a porta da sala e nella penetraram o Martim Francisco e o Cunha Menezes, que tiveram dos collegas alegre e estrepitosa recepção.

Comparecendo pessoalmente o delegado de policia em exercicio e juiz municipal effectivo,

declarou que os estudantes que alli haviam sido recolhidos na vespera á noite podiam livremente sahir, ficando, porém, detidos os dois presos na platéa do theatro.

Contra estas palavras protestaram todos os indultados, declarando que só sahiriam com os seus dois collegas que acabavam de vir da enxovia.

— Pois neste caso — replicou o dr. João Telles — quem não sahir, será considerado como preso; concedo-lhes uma hora para reflectirem.

A hora de reflexão não lhes alterou o firme proposito: ninguem sahiu.

Mais tarde, veio visitar os estudantes o lente do 5.^o anno, dr. Silveira da Motta. Depois de os ter ouvido, tomou o partido dos moços, constituiu-se advogado delles e tratou de requerer *habeas-corpus*.

Este foi propositalmente protellado, até que, por fim, ao cabo de onze dias, teve de ser concedida a impetrada ordem de soltura.

O juiz de direito, que tomou conhecimento da petição de *habeas-corpus* e concedeu afinal a impetrada ordem, foi o dr. Carlos Antonio de Bulhões Ribeiro, formado em 1833.

Perceberam os rapazes que toda aquella demora outro intuito não tinha a não ser o de vexal-os com prolongamento da reclusão. Esfor-

çaram-se, por isso, em não dar o braço a torcer, e, assim, manifestaram sempre, durante todo o tempo da prisão, muito e ruidoso regosijo; durante o dia assobiavam, declamavam, cantavam, dançavam, faziam gymnastica, exercicios militares, etc., e, á noite, além dos mesmos exercicios, soltavam bichas, rodinhas e pistolões.

Era tal a algazarra que, em certa occasião, os presos existentes no pavimento terreo do edificio mandaram aos estudantes, em meia folha de papel, esta engraçada missiva:

«Os presos de baixo pedem aos presos de cima moderação na sua alegria, pois a bulha os incommoda bastante. E. E. D. da sua humilde supplica.»

O requerimento foi deferido, e o barulho diminuiu.

Imaginaram os estudantes manifestações de outra ordem para convencerem ao presidente da Provincia e ao delegado de policia—de que os não apoquentava a prisão, e que alli mesmo se divertiam.

Assim, um poeta compoz logo um espirituoso hymno, cujo estribilho era este:

Debalde feroz vingança
Caprichosa quíz mandar,
Estudantes não se curvam,
Sabem honra conservar!

Este hymno era cantado, mas, como não havia na prisão instrumentos musicaes para o acompanhamento, foi endereçado ao delegado de policia um requerimento assim concebido:

«Sr. delegado de policia: Os estudantes presos na cadeia desta cidade, para maior divertimento seu, pedem permissão para receber violões, rabecas, guitarras e outros instrumentos musicaes. Nestes termos — E. E. R. M.»

Deste jaez faziam-se repetidos requerimentos, todos collectivos e anonymos, e cujo despacho não era procurado, sendo, porém, o teor delles assás divulgado pela cidade, que geralmente sympathisava com a causa dos estudantes.

Era esta a summa de um dos taes requerimentos:

Illustre heróe de Panellas!
Diz o João Alma de Gato,
Qu'indo caçar pelo matto,
Em procura das gazellas,
No tijuco se atolou;
E deste passo galante
Ao pobre do supplicante
Um grande mal resultou;
Pois, ficando indefluxado
E não podendo tossir
Sem que logo vá cahir
Em o vosso desagrado,
Humilde vos vem pedir
Que, attenta a constipação,
A licença se lhe dê.
E receberá mercê.

DESPACHO

Póde tossir,
Mas com cuidado;
Quando eu falar,
Grite : apoiado !

Joaquim José Luiz,
Senhor do seu nariz.

Este requerimento, escripto por um estudante, foi remettido ao presidente da Provincia com segurança de entrega.

Algumas notas sobre diversos pontos destes versos :

— O presidente, coronel Joaquim José Luiz de Souza, tinha por alcunha — *O heroe de Panellas*. — porque, como militar, servira na guerra que em Panellas teve a sua terminação.

— Pelo appellido de *Alma de Gato*, era conhecido o então delegado de policia e juiz municipal, dr. João Carlos da Silva Telles, formado em 1834 e que por longos annos foi secretario da Provincia.

— «E não podendo tossir» allude ao começo do barulho no theatro, na occasião em que o presidente, do seu camarote, gritou :

«Prendam esse patife, que está tossindo!»

— «Grite : *apoiado*!» O poeta faz allusão aos *apoiados* que da platéa davam ao presidente, quando falava para os espectadores, *apoiados* ironicos que pareciam exaltar o orador, a quem c

publico assim debicava sem que elle se apercesse.

A ordem de soltura, como dissemos, foi retardada pelo processo do *habeas-corpus*, e os estudantes, ao sahirem da prisão, desfilaram pela rua de S. Gonçalo (mais tarde do Imperador, hoje — do Marechal Deodoro), onde, e nas outras do seu trajecto, foram cobertos de flores, sobre elles atiradas das janellas por damas e senhoritas das mais distinctas familias.

Tal foi o exito dessa *estudentada* na cidade de S. Paulo, em 1843.

Termina assim a narração, que quasi literalmente reproduzimos de graciosa missiva com que fomos obsequiado.

Consultando sobre o mesmo objecto velhos documentos de repartições publicas, encontrámos no Archivo do Estado e no cartorio do tenente-coronel Ludgero de Castro alguns esclarecimentos mais sobre o interessante episodio.

Suppomos que os nossos leitores terão, como tivemos, certo prazer com a leitura dessas peças officiaes. Vamos, nessa persuasão, reproduzir textualmente algumas dellas.

Comecemos por um officio do dr. Silva Telles ao presidente da Provincia:

«Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Tendo recebido a portaria

de v. ex.^a em data de 17 do corrente, em que me ordena informe os excessos commettidos por alguns estudantes no Theatro Publico desta cidade em a noite de 15 deste mez, ao mesmo tempo remetta uma lista dos que por tal motivo foram presos, cumpre-me responder a v. ex.^a que motivos particulares tendo-me impedido de comparecer no theatro cedo, como era do meu dever, não presenciei os primeiros excessos commettidos por alguns estudantes naquelle recinto; mas, sendo informado de que a platéa se achava tumultuosa, descommedida e turbulenta, immediatamente segui para o theatro, e fiz entrar para a platéa quatro soldados, com ordem de fazer retirar os que se comportassem menos com-medidamente.

Com esta providencia restabeleceu-se a ordem na platéa, mas por pouco tempo, e não tardou muito que não comesçassem os amotinadores a perturbar o socego e a ordem, que alli devia reinar, com novos excessos.

Então, vendo eu que o principal causador delles era o estudante Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior, ordenei a um dos guardas que alli se achava, que o fizesse retirar da platéa e como recusasse obstinadamente cumprir esta minha determinação, mandei-o prender e remettel-o á cadeia. Immediatamente proromperam muitos estudantes em insultos directos ás auctoridades, retirando-se da platéa em acompa-

nhamento ao estudante preso e tentando directamente tiral-o da escolta, que o conduzia á cadeia, sendo-me ainda necessario fazer prender ao estudante Tristão de tal Menezes, que naquella occasião mais se distinguuiu por suas invectivas contra as mesmas auctoridades. Julgando então haver-se restabelecido o socego e a ordem, voltei para o theatro e ordenei que se continuasse o espectáculo; mas sendo logo informado de que no pateo do mesmo theatro achava-se um grupo consideravel de estudantes que descommedidamente reclamavam a soltura dos dois presos, e continuavam nos mesmos, senão maiores, insultos, mandei-os por tres vezes intimar que se dispersassem, e como sempre obstinadamente o recusassem, fiz chegar a elles a força que alli tinha á minha disposição, e os mandei conduzir presos, com o que ficou perfectamente restabelecida a ordem no theatro.

Devo ainda dizer a v. ex.^a que, comquanto eu não presenciasse os primeiros excessos commettidos na platéa, fui informado de que foram extraordinarios, e que até algumas familias recommendaveis foram alli insultadas.

Sobre os nomes dos estudantes, que mandei prender, remetto por cópia o officio que dirigiu-me o carcereiro sobre esse assumpto; d'elle verá v. ex.^a que, ainda depois de presos e recolhidos á cadeia, mostraram-se desobedientes.

Finalmente, cumpre-me communicar a v. ex.^a

que já ordenei a formação do processo relativo aos mesmos estudantes pelos factos occorridos.

Deus guarde a V. Ex.^a. S. Paulo, 20 de junho de 1843. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. coronel Joaquim José Luiz de Souza, presidente e commandante das armas desta Provincia. — *João Carlos da Silva Telles*, juiz municipal e delegado supplente.

A narração constante da petição de *habeas-corpus* é algo differente da versão official, pois naquelle documento lê-se o seguinte:

«Os supplicantes acham-se presos por causa dos acontecimentos que tiveram logar no theatro desta cidade, na noite de 15. O que ahi occorreu V. S.^a viu, e por isso não será preciso fazer uma exposição muito circumstanciada. Tudo se reduz a que os supplicantes se achavam numa platéa que dava pateada por causa da demora do espectáculo, e á qual o Ex.^{mo} Presidente desta provincia dirigiu algumas palavras taes que alguns dos supplicantes repelliram por sua dignidade, resultando d'ahi que o mesmo Ex.^{mo} Presidente prendeu alguns dos supplicantes e mandou prender a outros, e alguns que não estiveram no theatro acham-se presos por visitarem aquelles. Sejam porém quaesquer que forem os crimes que se tenham emprestado aos supplicantes para justificar o que nesse acto fez o Ex.^{mo} Presidente, entretanto os supplicantes até agora ainda não sabem os motivos de sua prisão . . . »

Eis agora a informação, assás interessante, do carcereiro, que acompanha o officio supra, o ao qual já nos referimos. Vae com a orthographia e a pontuação do original:

«Ill.^{mo} sr. Partecipo a v. s.^a que são 39 os estudantes, é o que se pode contar, e bem assim nem um delles não querem dar os seus nomes, estão dando errados, e tomando por mangação; eu com toda a moderação estou procurando saber os nomes delles, porque está um barulho e motim que não se póde aturar, eu tenho procurado meios de apaziguar a elles. É o que tenho a informar a v. s.^a, que mandará o que fôr servido.

Deus guarde a v. s.^a por muitos annos.

Cadeia em S. Paulo, 16 de junho de 1843.

Ill.^{mo} sr. dr. juiz municipal e delegado de policia.

— *Benedicto Antonio Eloy*, carcereiro.

O summario do processo começa por uma portaria do juiz municipal e delegado de policia, cujo teor é, em substancia, o mesmo do seu officio ao presidente da Provincia, mas termina assim:

«Achando-se, portanto, os estudantes, que á minha ordem foram presos, incursos, além dos arts. 121, 128, 236, 280 e outros do Cod. Penal e art. 7.^o da lei de 26 de outubro de 1831, o escriptão, autuada esta, notifique testemunhas que tenham conhecimento dos factos mencionados, para serem sobre elles inquiridas, notificando

egualmente o dr. promotor publico para assistir á inquirição das testemunhas do processo.

S. Paulo, 19 de junho de 1843, etc.»

Apresentada no dia 16 a nota constitucional da prisão, os estudantes recusaram-na por ser collectiva, e exigiram que fôsse individual, em tantos exemplares quantos eram os presos.

Sómente no dia 23, uma semana depois da prisão, começou a formação da culpa, que não seguiu além do auto de qualificação de doze dos indiciados.

Foram estes, nomes todos conhecidos e que posteriormente se assignalaram na vida publica:

— Tristão da Cunha Menezes, filho do barão do Rio Vermelho, com 21 annos de idade, natural da Bahia;

— Francisco Aurelio de Souza Carvalho, filho de Luiz de Souza Carvalho, 21 annos, natural de Paracatú, Minas;

— José de Araujo Brusque, filho do coronel Francisco Vicente Brusque, 17 annos, Rio Grande do Sul;

— Antonio da Costa Pinto, filho de Antonio da Costa Pinto e Silva, 17 annos, Rio de Janeiro;

— João Ignacio Silveira da Motta, filho do conselheiro Joaquim Ignacio Silveira da Motta, 19 annos, Bahia;

— Ignacio Joaquim Barbosa Filho, filho de outro de igual nome, 20 annos, Rio de Janeiro;

— José Rodrigues Jardim, filho do finado senador José Rodrigues Jardim, 20 annos, Goyaz;

— Francisco Carlos de Araujo Brusque, filho do coronel Francisco Vicente de Araujo Brusque, 21 annos, Rio Grande do Sul;

— Francisco Soares Bernardes de Gouvêa, filho do finado senador Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, 21 annos, Paracatú;

— Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior, filho do conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, 18 annos, França;

— Francisco Octaviano de Almeida Rosa, filho do finado dr. Octaviano Maria da Rosa, 18 annos, Rio de Janeiro;

— Joaquim Augusto do Livramento, filho do capitão Joaquim Luiz do Livramento, 23 annos, Desterro.

Alem desses 12 nomes, excluido o de Francisco Brusque, que foi posto em liberdade antes dos demais, a petição de *habeas-corpus* traz as assignaturas destes outros estudantes:

João José de Andrade Pinto Junior

José Caetano de Andrade Pinto

Domingos de Oliveira Maia

Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada

Antonio Gonçalves Barbosa da Cunha

Caetano José de Souza
Francisco Alvares da Silva Campos
Joaquim Floriano de Godoy Junior
João Guilherme Whibaker
Tristão de Alencar Araripe
Eduardo Olympio Machado
José Pedro Pereira
Antonio Pereira Prestes
Candido Xavier de Almeida e Souza
Isidro Borges Monteiro
João Silveira de Souza
João da Costa Franco.

O despacho final, concedendo o *habeas-corpus*, é do teor seguinte:

«Vistos estes autos, etc. Julgo illegal a detenção dos pacientes: porquanto, não mostrando o juiz municipal e delegado de policia desta cidade, em a sua informação a fl. 13, quaes os factos pelos quaes elle considera ter havido tentativa de tirada de presos do poder da justiça, o que aliás não declara em a nota de prisão a fl. 9 v.; consistindo os mais crimes imputados em desobediencia e injurias, aos quaes são impostas penas menores de seis mezes de prisão, segundo os arts. 128, 237 § 2.º, e 238, do Codigo Penal: estão os pacientes nas circumstancias de se livrarem soltos, na conformidade do art. 179 § 9 da Constituição do Imperio e leis do processo criminal. Passe-se, portanto, mandado de soltura a favor dos mesmos; paguem as custas; e recorro

para o Tribunal da Relação. S. Paulo, 26 de Junho de 1843. — *Carlos Antonio de Bulhões Ribeiro.*»

Não podemos conjecturar quaes fossem os planos ultteriores do presidente da Provincia em relação aos estudantes; mas que elle os tinha, e sinistros, talvez induz a crêr um inquerito a que elle mandou proceder sobre os costumes da mocidade academica de então e do qual são peças constitutivas as respostas de algumas auctoridades ecclesiasticas sobre o procedimento dos academicos nas egrejas, por occasião das festividades religiosas.

Eis, primeiramente sobre este ponto, o officio do bispo diocesano D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade:

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Para com mais conhecimento de causa poder responder ao officio de v. ex.^a, de 16 deste corrente mez, mandei por intermedio do Provisor e Vigario Geral informar o Arcediago os Parochos das Freguezias desta Cidade e outras pessoas que estavam, em razão de suas occupaões ecclesiasticas, em circumstancias de poder saber do comportamento dos estudantes por occasião de festividades, e obtive as informações que junto tenho a honra de passar ás mãos de v. ex.^a

Eu de minha parte posso asseverar a v. ex.^a que, não obstante ficar nas egrejas, quando assisto

às festividades, em logar que impossivel he presenciar o que se passa no corpo da egreja, tenho observado, ao tempo que por ella passo, que elles mui pouca decencia guardam, a pontos de os ter reprehendido por varias vezes, e em differentes épocas, lembrando-me ser a mais proxima Quinta-Feira Santa deste anno, quando dava a Communhão Geral, ao passar o Sacramento por onde estavam, ficaram de pé e na mesma posição em que antes se achavam, obrigando-me a mandal-os ajoelhar, ou sahir para fóra do templo, e assim mesmo não fizeram caso.

E este comportamento he publico, notorio nesta cidade, e confio agora, mais do que nunca, em que handem (*sic*) cessar tantos abusos commettidos nos templos por esses indiscretos moços, com o que v. ex.^a fará um grande serviço á Religião.

He o que em verdade posso informar a v. ex.^a em resposta ao supracitado officio.

Deus Guarde a V. Ex.^a S. Paulo, 20 de Junho de 1843. Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Coronel Joaquim José Luiz de Souza.—Presidente desta Provincia. — *Manoel*, Bispo diocesano.

Resposta do cura da Sé:

«Ex.^{mo} Rev.^{mo} Sr. Ordena-me v. ex.^a que eu informe sobre o comportamento que, nas solenidades religiosas, teem tido alguns estudantes da Academia desta cidade, e para cumprir tal

dever respondo que a conducta da actual mocidade nas egrejas he tão escandalosa que afflige ainda aquelles que são indifferentes á religião.

Factos constantes provam esta verdade.

Não desigño estes factos, porque não sei designar as pessoas, porem invoco a v. ex.^a mesmo, que em todas as vezes que teve occasião de passar por entre os grupos desta mocidade, na cathedral, tem achado, tem tido motivos dignos de reprehensão, e os tem reprehendido; e se na cathedral e na presença de v. ex.^a assim se portam, qual será a conducta nas egrejas menores?

He tão sabida, he tão conhecida por todos que com justiça bem se póde dizer *quid adhuc agemus testibus*.

He o que posso informar a v. ex.^a

Deus Guarde a V. Ex.^a por muitos annos.

S. Paulo, 19 de junho de 1843.

Exmo. e Revmo. Sr. Bispo D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade. — O cura, *Manoel da Costa e Almeida.*»

Segue agora a resposta do Chantre, Provisor e Vigario Geral do Bispado.

«Ill.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Recebi o officio de v. s.^a com data de 17 do corrente, em que me communica de ordem do ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. bispo diocesano que informe acerca do officio do ex.^{mo} sr. presidente da Provincia em data de 16 deste mez, em que exige saber qual o comportamento que

nas solennidades religiosas teem tido alguns indiscretos e dissolutos estudantes da Academia Juridica desta cidade.

Ao que me cumpre responder que, com bastante magua, se observa quasi geralmente pouca decencia nos templos e mui pouca attenção ás solennidades religiosas; todavia, da minha parte não me julgo habilitado para dizer que taes faltas de respeito sejam commettidas exclusivamente pelos estudantes, que mui poucos conheço, pois que, occupado de ordinario nas funcções a meu cargo, pouco posso applicar-me a distinguir quaes são aquelles que menos attentos se portam no templo, podendo comtudo affirmar que, pela desgraça da época em que vivemos, essa falta de respeito affecta a diversas classes da sociedade.

Deus guarde a V. S.^a S. Paulo, 18 de junho de 1843. — Ill.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Chantre Lourenço Justiniano Ferreira, Provisor e Vigario Geral do Bispado. — *José Gomes d'Almeida*, arcediago da da Sé Cathedral.»

Resposta do capellão da egreja da Boa Morte:

«Ill.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Chantre Provedor do Bispado. Cumprindo com a ordem de v. s.^a, tenho a informar que, sendo eu capellão da egreja da Boa Morte desta cidade, tão sómente para dizer as missas conventuaes, sendo estas ás sete ho-

ras da manhã, e não concorrendo para ellas estudantes da Academia desta cidade, e não sendo eu que assisto ás festividades que alli se fazem, por isso que ellas pertencem ao rev.^{mo} Parocho da Freguezia da Sé; e nestes termos não posso informar coisa alguma em abono ou desabono dos mesmos estudantes. Sobre a notoriedade dos factos praticados pelos dictos estudantes nos templos, tenho a informar que tenho ouvido dizer que alguns delles não se portam com aquella decencia devida, porém, quaes sejam elles não os conheço.

He o que tenho a informar a v. s.^a

Deus guarde a V. S.^a por muitos annos.

S. Paulo, 19 de junho de 1843.

Ill.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Chantre Provedor do Bispado, Lourenço Justiniano Ferreira. — O padre *Joaquim José da Silva.*»

Foi a seguinte a informação do vigario do Braz:

«Ill.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. — Em cumprimento da portaria de v. ex.^a, datada de 17 de junho, para que eu informasse sobre o comportamento dos estudantes da Academia desta cidade, tenho a informar a v. ex.^a que, não residindo nesta freguezia estudante algum, sómente por aqui apparecem nas occasiões das festas parochiaes; e então seu comportamento he pouco mais ou menos o mesmo da cidade. Comtudo, nada tem acontecido de notavel ou escandaloso.

He o que posso informar a v. ex.^a, a quem Deus guarde por muitos annos.

Freguezia do Senhor Bom Jesus de Mattozinho do Braz, 18 de junho de 1843.

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. — O vigario, *Joaquim José Rodrigues.*»

Alguns parochos e capellães responderam directamente ao presidente da Provincia, que aos mesmos se dirigira.

Vão em seguida alguns desses officios, infensos todos ao procedimento dos estudantes.

Do padre Luiz de Alvarenga:

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Tive a honra de receber a portaria de v. ex.^a em data de hoje, em que me ordena informe circumstanciadamente sobre os revoltantes e immoraes successos que fôram commettidos na egreja de Santa Iphigenia por alguns estudantes na solennidade do Espirito Santo, que alli teve logar no dia 11 do corrente mez.

Obedecendo á ordem de v. ex.^a, passo a informar que na vespera da festa, á noite, havendo matinas solennes, um grupo de pessoas na egreja, onde na verdade existiam estudantes, mas totalmente ignoro seus nomes, começaram a fazer indecencias conversas e até apresentaram pouco caso á solennidade do templo e á presença do Deus Sacramentado; o que obrigou ao Rev.^{mo}

Vigario a ir exhortar e pedir toda a decencia devida. A' vista disto, o mesmo Rev.^{mo} Vigario pediu-me requisitasse guardas de policia para no dia seguinte ir conter qualquer outra indecencia; e isso cumpri.

Mas, em obsequio á verdade, no dia seguinte tudo se conservou em ordem e com todo o respeito devido.

E' o que posso informar a v. ex.^a, a quem Deus guarde por muitos annos.—S. Paulo, 16 de junho de 1843.—Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Joaquim José Luiz de Souza, presidente desta Provincia.—O P. *Luiz Antonio de Alvarenga.*»

Do vigario de Santa Iphigenia:

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Em cumprimento á muito respeitavel portaria de v. ex.^a, de 16 do corrente mez, informo que na occasião de se sollemnizarem as matinas da festividade do Espirito Santo nesta matriz, alguns jovens que me disseram serem estudantes do Curso Juridico desta Cidade, cujos nomes ignoro, se encontraram ás grades debaixo do arco cruzeiro sem respeito algum aos actos de nossa santa religião, e com bastante escandalo da moral publica, tratando de resto as advertencias que eu e mais alguns ecclesiasticos, que se achavam no côro, lhes faziamos.

Isto é o que posso informar a v. ex.^a com aquella verdade que é do nosso dever.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Freguezia de Santa Iphigenia, 17 de Junho de 1843. Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Coronel Joaquim José Luiz de Souza. D. Presidente desta Provincia.
— *Antonio Joaquim da Silva.*»

Não deixa de ser curioso, pelo facto nelle relatado, o seguinte officio, que se encontra por copia, como os precedentes, no Archivo do Estado :

«Em obediencia da ordem de v. s.^a, tenho a dizer que, no tempo em que existi de vigario na Ordem 3.^a de S. Francisco, só em 1833 achei dois individuos jogando a bola com uma caveira no jazigo da Ordem, em que me distractaram. Não sei se eram estudantes, se não.

Em 1834, entraram alguns moços pela egreja com os chapéos nas mãos e outros na cabeça, mas não posso jurar se eram ou se não eram, pois os não conheci.

He o que se me offerece dizer a v. s.^a

S. Paulo, 19 de junho de 1843.

Francisco José Abranches.»

A presidencia do coronel Joaquim José Luiz de Souza durou de 27 de janeiro a 24 de novembro de 1843.

Os estudantes celebraram com festejos e grande foguetaria a data de sua demissão e fizeram collocar cruces á margem do caminho em toda a extensão da estrada que elle tinha de per-

correr desta capital a Santos, quando de retirada da Provincia.

Estavam então no auge da voga uns versos allusivos á vida academica e que se cantavam com acompanhamento de violão. (¹)

Eram attribuidos, segundo nos informam, a Antonio Augusto de Queiroga, formado em 1834, e natural do Serro.

Na chronica relativa á turma academica graduada em 1834, daremos a integra dessa composição, cujo titulo é «*A vida do Estudante*» e cuja auctoria tem sido objecto de controversia, pretendendo alguns que taes versos são de Bernardo Guimarães (o que é manifesto anachronismo), outros de um irmão do grande poeta mineiro.

A poesia é bastante longa. Damos, por isso, sómente algumas estrophes:

A vida do estudante

Triste vida do estudante,
Vida triste e desgraçada,
Que com a réles mesada
Passa miserias. (*bis*)

Esperando pelas férias
A vêr se pilha dinheiro,
Assim passa o anno inteiro
Vida mofina. (*bis*)

(¹) Sim, porque naquelle tempo não havia de ser avultado na Paulicéa o numero de pianos. Além disso, os poucos que haveria, não estariam muito ao alcance dos estudantes e ainda menos nas suas *republicas*.

Pois a fome nos ensina
A não soffrer palanfrorio,
Que é viver num purgatorio,
Não ter dinheiro. (*bis*)

Procura ter companheiro
De casa, que vae morar,
E então póde formar
Bolsa minguada. (*bis*)

Começa pela maçada
De aturar os veteranos
Que nos tecem mil enganos,
E nos desfructam. (*bis*)

As horas sete se escutam
No triste sino tocar,
Que nos faz alevantar
Da quente cama. (*bis*)

A' pressa grita-se á ama
Que ponha agua no fogo,
E ella vem dizer logo :
— Chá 'stá na mesa! (*bis*)

Então de gravata têsá,
Enfiando casacão,
No bucho damos co'um pão
Mal mastigado. (*bis*)

Corremos ao mal fadado
Convento de São Francisco,
Ainda correndo risco
Da caçoada. (*bis*)

Depois de mal amassada
A destructavel licção,
Com os cadernos na mão
Corre ás geraes. (*bis*)

Então com alegres signaes
Inquire se ha feriado ;
Responde o outro agastado :
Lá vem o lente! (*bis*)

Elle entra então descontente
Para a classe nunca vista;
Puxa o lente pela lista
Oh! que aperturas! (*bis*)

Duram tão crueis torturas
Momentos em que suamos,
Emquanto não escutamos:
«Senhor fulano!» (*bis*)

Concluida a lição do anno,
E dos bancos nos erguendo,
Pensamos já ir fazendo
Boa figura. (*bis*)

Em casa ninguém atura
O modo por que contamos
Que ao lente nos encovamos
Em um momento. (*bis*)

E' de suppôr que o encanto da musica desse a estes versos alguma graça, que a leitura delles mal deixa transparecer. A não ser assim, tiveramos que concluir que, para este genero poetico, as gerações passadas eram dotadas de estomago pouco exigente.



CAPITULO IV

A turma academica de 1841-45



SEGUNDA PARTE

Academia acephala.—Os lentos.—Os estudantes.—Leitão da Cunha.—Guimarães Azambuja.—Ferreira de Abreu.—Candido da Rocha.—Eduardo Machado.—Francisco Brusque.—As *cavalladas*.—A politica na Academia.—Indisposições contra Brusque.—Idyllo com desenlace tragico.—Traços biographicos.—Honorato Cidade.—Francisco Octaviano.—O nosso objectivo.—As duas velas.—O exame de philosophia.—*Sic vos non vobis*...—Sua vida publica.—O romance de um soneto.—João José Rodrigues.—Espírito sereno deante da morte.—O homem moral.—Ribeiro da Luz.—Moraes Vieira.—Camara Leal.—Martim Francisco.—Apreciação geral.—Dados biographicos.—Admiravel *causeur*.—Um peccado literario.—Amplamente resgatado.—O Martim intimo—Precedencia disputada.—O novo methodo pedagogico.—Perigo da instrucção.—Bem digerido.—Abolicionista pre-historico.—A carta a Loboulaye.—Orador.—Independencia de espirito.—Sempre tolerante e bondoso.—Homenagens publicas.—Dictos chistosos.—Tristão Araripe.



ATÉ 4 de fevereiro de 1842, a contar de 8 de março de 1837, foi director da Academia o senador Nicolau Vergueiro.

Daquella data até 1857 vaga se conservou a directoria, por não ter tomado posse o director nomeado, Visconde de Goyana.

O intervallo quinquennal, portanto, que neste momento nos interessa, corresponde todo elle a um periodo de acephalia na Faculdade de S. Paulo, cuja directoria foi exercida ora por directores interinos de nomeação do presidente da Provincia, ora pelo conselheiro Brotero, como o decano da congregação.

Os lentes que preleccionaram para a turma bacharelada em 1845 foram os seguintes:

1.º e 2.º annos: Direito Natural, Publico e das Gentes — Padre Manuel Joaquim;

2.º anno: Direito Ecclesiastico — Padre Anacleto;

3.º e 4.º annos: Direito Civil — Padre Vicente Pires da Motta; Direito Criminal — Dr. Manuel Dias;

4.º anno: Direito Commercial — Dr. Falcão Senior;

5.º anno: Processo Civil, Commercial e Criminal — Dr. Silveira da Motta; Economia Politica — Dr. Carneiro de Campos.

Eram lentes substitutos Chrispiniano, Ramalho, Pedreira e Furtado.

No anno de 1845 (por decreto de 10 de junho) foi tambem nomeado o dr. Carrão.

Compunha-se apenas de 15 estudantes o 5.º anno de 1845.

Destes, dois defenderam theses e obtiveram

o grau de doutor; e foram Eduardo Olympio Machado e Martin Francisco Ribeiro de Andrada Junior.

Tambem defendeu theses Francisco Carlos de Araujo Brusque; foi, porém, *blak bolado*, segundo consta — por ter sido um dos cabeças dos disturbios de 1843, aos quaes já nos referimos; mas, em nosso conceito, por outros motivos que adeante havemos de mencionar.

Diminuto embora, numericamente, era notavel, pelo talento e pela applicação, o punhado de moços que se bacharelaram em 1845; tanto assim que quasi todos muito se assignalaram na vida publica.

Passemol-os em resenha, observada a ordem alphabetica.

AMBROSIO LEITÃO DA CUNHA. — Paraense, filho de Gaspar Leitão da Cunha e pae do dr. José Maria Leitão da Cunha, que se doutorou em 1877.

De estatura regular, moreno pallido, barba rapada em colleira. Era essa a moda do tempo, de rigor para os moços, a tal ponto que não havia entre os estudantes da Academia dez por cento que usassem o bigode e não fizessem a barba, quando a tivessem, desse feitio. É o mesmo que hoje se dá com a vulgaridade dos bigodinhos, sem nada mais.

Que paginas interessantes se poderiam es-

crever sobre a evolução da barba... através dos seculos !

Deixemos, porém, na paz do Senhor as barbas e os cabellos, e voltemos ao quinto-annista Leitão da Cunha, de 1845, auspiciosa crysalida do Barão de Mamoré.

Havia feito na Academia de Olinda quasi todo o seu curso juridico, que em S. Paulo apenas veio completar. Não deixou, por isso, nas arcadas do convento de S. Francisco, nem nesta Paulicéa, tradições que se perpetuassem.

A sua vida publica é repleta de serviços, e numerosos se contam os cargos officiaes por elle desempenhados.

Começou como inspector da thesouraria do Pará, em 1849; em 1850 foi juiz municipal de Belem e em 1855 juiz de direito; pouco depois, chefe de policia.

Teve longa, operosa e brilhante carreira no governo e na politica do paiz.

Alludindo ao numero de commissões administrativas por elle exercidas, escreve *Timon* (Eunapio Deiró) na sua 1.^a série dos *Estadistas e Parlamentares*: «Poucos brasileiros terão, como elle, recebido tantas cartas imperiaes.»

São effectivamente as seguintes as provincias que por elle foram administradas: a do Pará, como vice-presidente em exercicio, de 24 de maio a 8 de dezembro de 1858; a da Parahyba, de 4 de junho de 1859 a 14 de abril de 1860; a de

Pernambuco, de 23 de abril de 1860 a 29 de abril de 1861; a do Maranhão, de 13 de junho de 1863 a 24 de abril de 1865, e com interrupção, por ocasião da sessão legislativa; a da Bahia, de 25 de novembro de 1866 a 21 de fevereiro de 1867.

Leitão da Cunha representou a sua Província natal como deputado á Assembléa Geral desde 1850 até 1868, data em que, na vaga de Herculano Ferreira Penna, foi eleito e nomeado senador pelo Amazonas. Com elle faziam parte da lista triplice o contra-almirante Delamare e Epaminondas de Mello.

Esta eleição, porém, foi annullada pelo Senado em 3 de julho de 1869.

Em outubro do mesmo anno foi de novo eleito Leitão da Cunha (sendo seus companheiros de lista triplice o conego Siqueira Mendes e Angelo Thomaz do Amaral), e nomeado senador por carta imperial de 27 de abril de 1870.

De origem conservadora, o deputado Leitão da Cunha, durante o periodo da *Liga* que depois se transformou em partido *progressista*, déra o seu apoio politico ao gabinete Zacharias; entretanto, subsequentemente, por ocasião da ascensão do partido conservador em 1868, voltou aos antigos arraiaes e sustentou o ministerio Itaboraahy.

Em 1885 fez parte, como ministro do Imperio, do gabinete Cotegipe, de 20 de agosto. Grandes serviços prestou nesse elevado posto, não

sendo o menos importante o cordão sanitario que estabeleceu nas nossas fronteiras com o Uruguay, e com o qual preservou o Brasil da invasão do *colera morbus*, que assolava aquelle paiz.

Como parlamentar, eis o conceito que, em 1883, a respeito delle externava Timon, no opusculo ha pouco citado e que nos parece justissimo:

«Instruido e intelligente, o illustre senador é um espirito pratico, que todavia não desdenha as theorias.

O orador do Amazonas ostenta na tribuna um aspecto insinuante. Os seus gestos são livres; a voz clara, o estylo dos seus discursos é natural e simples. Não é um rhetorico, ou um advogado — a peor especie de oradores, sempre escallados de longas periphrases. Elle diz o seu pensamento como um homem que tem conscienciosamente reflectido; discute sem declamar.»

ANTONIO ALVES GUIMARÃES AZAMBUJA. — Rio-grandense, do Rio Pardo.

Alto, robusto, moreno, olhos e cabellos pretos, barba toda, aparada quasi rente, bem apesoado, bonito moço.

Não tinha a intelligencia viva do seu conterraneo Brusque; era, entretanto, intelligente e de regular applicação. Assignalava-se sobretudo pela rectidão de espirito e inflexibilidade de caracter.

Foi deputado á Assembléa Provincial do Rio

Grande e vice-presidente dessa Província em 1859.

É fallecido, ha para mais de trinta annos.

ANTONIO CANDIDO FERREIRA DE ABREU. — Paulista, filho de José Mathias Ferreira de Abreu e irmão do dr. Americo Ferreira de Abreu e do Faustino de Abreu, dos quaes já nos temos occupado.

O *Memorial Paulistano* dá-o como deputado á Assembléa Provincial de S. Paulo em 1852 e deputado geral pelo Paraná á nona legislatura.

Quanto á primeira parte, houve equivoco. O deputado provincial Ferreira de Abreu, do bienio de 1852-53, foi o dr. José Mathias Ferreira de Abreu Junior, formado em 1835 e irmão de Antonio Candido. Elle foi, egualmente, deputado geral por S. Paulo na nona legislatura. Antonio Candido exerceu em 1861 o cargo de procurador fiscal da thesouraria do Paraná.

ANTONIO CANDIDO DA ROCHA. — Fluminense, de Rezende, filho do abastado commerciante Simão da Rocha Corrêa, por antonomasia — Simão do Porto, por ter á margem do Parahyba, na cidade de Rezende, um grande armazem, vasto emporio para a navegação fluvial então existente entre aquella e outras cidades marginaes do grande rio.

Simão da Rocha era primo-irmão do sargento-

mór José Ramos Nogueira, fazendeiro no Banamal e nosso avô, e de Bento Carneiro Maia, pae do dr. João Maia, auctor do *Município*. Teve elle muitos filhos e filhas, dos quaes mais se notabilizou na vida publica o dr. Antonio Candido da Rocha.

O estudante Antonio Candido era de estatura regular, claro, corado, louro, olhos azues, barba em projecto, quando elle caloiro, e depois, cuidadosamente rapada toda, como prescrevia a moda, com tolerancia apenas para uma colleira a emmoldurar o rosto.

Casou-se, ainda quando estudante, na antiga e distincta familia paulistana Azevedo.

Intelligente e applicado, enumerava-se durante o curso academico entre os bons estudantes da sua turma.

Teve depois, na vida publica, uma carreira cheia de serviços, consagrada toda, com poucas interrupções, aos arduos misteres da magistratura.

Começou como promotor publico da comarca de Rezende, que comprehendia naquelle tempo os termos de Rezende, Barra Mansa e Pirahy; foi depois, por muito tempo, juiz municipal em Baependy e Ayuruoca (termos reunidos, naquelle tempo), e depois juiz de direito em varias comarcas de Minas, como sejam Jaguary, Sapucahy, Camandocaia, Tres Pontas, Alfenas.

Nomeado pelo gabinete Itaborahy, occupou

a presidencia da Provincia de S. Paulo, de 1 de julho de 1869 a 28 de outubro de 1870, e nesse alto posto deu provas de grande aptidão administrativa.

Tendo perdido a sua comarca, ficou em disponibilidade por espaço de um anno, até que foi nomeado juiz de direito de Magé, e pouco depois de Nictheroy.

Em 1872, o 12.º districto da Provincia de Minas elegia-o deputado á Assembléa Geral.

Findo o mandato legislativo, o dr. Antonio Candido da Rocha foi nomeado juiz de direito desta capital, cargo este que deixou para occupar uma cadeira de desembargador da Relação de S. Paulo.

Grave molestia que o acommetteu obrigou-o em 1880 a deixar o exercicio do cargo, indo procurar o restabelecimento da sua saúde no clima sêcco dos sertões do Ceará.

Debalde! Lá mesmo a morte inclemente o foi ferir no anno de 1882.

É pae dos drs. Alfredo Rocha, director da Imprensa Nacional, Antonio Rocha, commerciante, e Eugenio Rocha, juiz de direito de Caçapava, e sogro dos drs. José Baptista Pereira e Portugal Freixo, e do sr. Ferreira Sampaio, commerciante em Sorocaba.

EDUARDO OLYMPIO MACHADO. — Bahiano, filho de Antonio do Rosario da Silva.

Um estudantão, talvez o primeiro da pleiade, como estudante de Direito.

Depois de um curso brilhante, propoz-se candidato ao grau de doutor. Defendeu theses em 1846 e alcançou na defesa a approvação com o grau *simpliciter*. Não sabemos a que attribuir esse relativo insuccesso. Faz-se tão rara e tão difficil a approvação plena em defesa de theses!

Teve por algum tempo escriptorio de advocacia na Côrte, onde mereceu a distincção de conselheiro do Instituto da Ordem dos Advogados.

Em 1848, foi secretario da Provincia do Rio, e pouco após nomeado presidente de Goyaz, cargo do qual tomou posse a 11 de junho de 1849.

No anno seguinte, foi eleito deputado á Assembléa Geral por Goyaz.

Presidente do Maranhão, de 5 de junho de 1851 a 12 de agosto de 1855, excluidas as interrupções correspondentes ao periodo das sessões legislativas.

Falleceu em S. Luiz do Maranhão a 14 de agosto de 1855.

FRANCISCO CARLOS DE ARAUJO BRUSQUE. — Riograndense, filho de Francisco Vicente Brusque e cunhado do Barão de Jacuhy, o famoso Chico Pedro, ou o *Moringue*, da guerra dos Farapos.

Era de pequena estatura, magro, moreno,

olhos pretos e vivos, cabellos pretos, a saber, em seu tempo de estudante; pois que, exactamente, elle encaneceu depressa, a ponto de, aos quarenta annos apenas, estar com o tecto coberto de neve.

Sympathico, sociavel, brincador, era em S. Paulo a alma de todas as festas.

Refere a tradição que numa feita, provavelmente pelo carnaval, disfarçou-se em mulher, e, em trages de cigana, metteu-se de gorra com os magnates da capital e... deu sorte!

No dia seguinte era uma boa e ingenua velhinha da Cutia ou da Conceição dos Guarulhos, «*Nha Tuca*» que percorria as casas das principaes familias paulistanas, receitando *mézinhas* engraçadas para molestias e achaques mais engraçados ainda.

Noutra occasião, tomou parte numas *cavalhadas*, no campo dos Curros, divertimentos commemorativos das guerras peninsulares entre mouros e christãos, e que por muito tempo se celebraram com extraordinario fausto em varias cidades e villas do Brasil. O simulacro das pelejas terminava, naturalmente, pela derrota dos mouros, seguindo-se então disputados torneios em que os cavalleiros patenteavam a sua elegancia e destreza e o adestramento dos seus corceis, e executavam evoluções difficeis, apanhando, montados, e a galope, objectos collocados no chão, dando tiros sobre cabeças de turcos e tirando argollinhas, etc., etc. Tudo isto, sob as vistas entusiasticas de

um avultado publico e aos olhos enamorados de bellas e romanticas donzellas. O vestuario era de setim azul para os christãos, roseo para os mouros, e todo elle bordado a ouro.

Destro cavalleiro, o Brusque fazia prodigios nessas *cavalhadas*. Todo o povo o admirava e o applaudia, os seus collegas faziam-lhe calorosas ovações, as damas atiravam-lhe flores... Era completo o seu triumpho.

Tambem a politica, como, aliás, nesse tempo, a toda a Academia, prendia-lhe a attenção e inflammava-lhe os sentimentos civicos.

Basta que nos lembremos, para que nos pareça natural esse facto, que o periodo quinquenal que estamos estudando é o que medeia entre 1841 e 1845.

Não se imagine, todavia, que tantas diversões desviassem do estudo de Direito os academicos daquelle tempo. Assim, com effeito, não acontecia; elles eram, em geral, estudiosos, assiduos ás aulas e dominados pelo nobilissimo estimulo de se distinguirem.

Francisco Brusque fez bom curso academico, era tido como estudante talentoso e applicado, mas... (infelizmente ha um — *mas*) mas, iamos dizendo, havia contra elle a prevenção dos lentes *carranças* (deixem passar o calão) que não sympathizavam com a desenvoltura dos seus modos, e a dos politicos adversos que não levavam a bem o seu exaltamento partidario.

Essa dupla indisposição concorreu, talvez, para o desastre da defesa de theses do Brusque.

Concorria talvez para aggravar estes motivos outro facto de natureza mais delicada. Vivia elle conjugalmente, sem a precedencia das bençãos da egreja, com uma senhorita filha de conceituada familia paulistana. Esta senhorita por elle se apaixonára e esperava, como tambem o Brusque, legitimar aquella situação, logo que fosse vencida a opposição dos parentes d'elle.

O idyllio do estudante teve, porém, tragico desenlace. De regresso ao seu patrio Rio Grande, o Brusque, fiel ao compromisso, mandou buscar a sua dilecta Olympia. Esta partiu contente, com o paraizo n'alma!... Ia tornar a ver o namorado, ia desposal-o aos olhos de Deus e dos homens... Que mais poderia almejar?

Nem mesmo isto, porém, lhe foi concedido: um naufragio mallogrou a doce esperança, e ella pereceu nas costas de Santa Catharina.

O dr. Francisco Brusque teve escriptorio de advocacia na cidade do Rio Grande e, depois, na de Pelotas, e uma pittoresca estancia no Quarahim.

Foi por diversas vezes deputado á Assembléa Provincial do Rio Grande do Sul, e deputado geral nas 9.^a, 10.^a, 11.^a, 12.^a e 13.^a legislaturas; presidente de Santa Catharina em 1859, e do Pará em 1861.

No ministerio Zacharias, de 15 de janeiro de 1864, coube-lhe a pasta da Marinha.

Embora liberal de principios e indefectivel partidario, todavia desde que começou na politica riograndense a crescer o brilho da estrella de Gaspar Martins, que breve se tornou um sol, empallideceu successivamente a do conselheiro Brusque, até que, por fim, em dissidencia com o novo chefe, foi por elle vencido e deixado á margem do caminho.

Dispunha de dotes oratorios e era vigoroso jornalista politico.

Falleceu em Pelotas, no anno de 1881, deixando numerosa e distincta familia, que elle educára primorosamente.

Seu filho, dr. Francisco Brusque Junior, foi deputado provincial em 1891, e, durante o governo da revolução federalista em 1891, exercia o cargo de juiz de direito em Pelotas.

FRANCISCO HONORATO CIDADE.—Catharinense, nascido em 1818, no Desterro, hoje Florianopolis; filho de João Francisco Cidade, «o velho Cidade», que exercia o cargo de thesoureiro da Alfandega daquelle porto.

De estatura mediana, moreno, pouca barba, cabellos pretos e bastos, olhos pretos tambem, muito vivos e luzentes; typo acaboclado.

Fez com successo o seu curso de humanidades no antigo collegio dos jesuitas, então si-

tuado no Matto Grosso, pittoresco arrabalde da formosa capital catharinense. Prestou exames de preparatorios perante a Directoria da Instrucção Publica, na Côrte, e no anno de 1841 matriculou-se no curso juridico em S. Paulo.

Brioso e intelligente, aferrava-se aos livros durante o anno lectivo; assim tambem, ainda segundo a boa regra, atirava-se aos folguedos em sua terra natal, no grato periodo das férias, sempre ameno para os estudantes... e para os lentes.

Não faltavam então divertimentos, mórmente para apaixonado valsista, num meio tradicionalmente sociavel, que só por derisão se podia denominar Desterro.

Depois de formado, voltou á terra natal a bordo de um bergantim. Desembarcou trajando com apuro, á moda do tempo, casaca de panno, côr de azeitona, com botões amarellos, e calções de setim preto, e trazendo meias de seda pretas e sapatos de polimento, de entrada baixa com fivellas de ouro. Completavam o vestuario de gala chapéo armado e espadim. Em elegante latinha tubular, presa a fitas de seda encarnada, pendia a tiracollo o pergaminho academico, motivo da festa que o aguardava.

Ao seu velho pae, pessoa muito estimada por toda a gente do lugar, uniram-se numerosos amigos, quasi todo o povo desterrense, para fazer ao novo bacharel festiva recepção.

Accrescenta a chronica local, que nos foi graciosamente communicada, que figuraram no programma das ruidosas festas, como era de rigor, lauto banquete e sumptuoso baile no vasto palacete da Praça (nome hodierno) do Barão da Laguna, esquina da Rua João Pinto, vistosamente ornamentado para receber a multidão dos manifestantes. (1)

Menciona bisbilhoteira tradição que o laureado dançou todas as valsas... e mais que houvesse! Foi seu par predilecto a sua gentilissima sobrinha D. Maria Carolina, eximia musicista,

(1) Esta é, nos seus traços geraes, a mesma scena do estrepitoso e ingenuo, mas sincero acolhimento que, em regra, encontram no torrão natal todos os estudantes brasileiros após a conclusão do seu curso academico. Muita festa, muita musica, muitas flores, foguetes e mais foguetes a estrugirem, vivas e aclamações, discursos, e, por vezes, alguma lagrima de emoção; depois, banquete, baile e mais discursos, muitos e longos, estes com o competente acompanhamento de hips e hurras e de apropriadas canções bachicas. Não fossemos nós latinos!...

Agora, o contraste anglo-saxonico:

Referiu-nos parente nosso, formado nos Estados-Unidos, que acompanhando em analogia situação um seu collega yankee, que laureado voltava aos patrios lares, notou a singeleza, a frieza mesmo, do acolhimento por parte da familia. Não passou de um vigoroso *shake hand* do velho pae, com a seguinte laconica, ainda que expressiva saudação:

— *You are a good boy!*

— *Thank you* — responden-lhe o filho.

E este breve dialogo suppriu lá todos os gastos de rhetorica que em taes occasiões sóem fazer os nossos patricios com desfreada prodigalidade.

Em compensação, accrescentou o nosso communicante, já no dia seguinte o joven americano estava todo entregue ao exercicio da sua profissão. *Time is money*, pensava elle.

que mais tarde foi directora do afamado «Collegio Cidade».

O dr. Francisco Honorato exerceu cargos judiciais e administrativos, quaes os de juiz municipal, em 1853, e mais tarde o de chefe de policia de Santa Catharina, e egualmente o mandato de deputado provincial. Politico extremado e um dos principaes chefes do partido liberal, que se condecorava com a antonomasia de — «partido christão» (acoimando os adversarios de — «judeus»), teve por competidor numa eleição geral o distincto Silveira de Souza, que depois... mas então simples bacharel novato.

Ardente foi a contenda, e as satyras do illustre poeta e jurisconsulto catharinense não pouparam ao seu digno competidor, que foi cantado em prosa e em verso.

A memoria da gente antiga do logar ainda retem a seguinte quadrinha, que deu no gotto do populacho:

Sabe letras, sabe tretas,
É moço de clientella;
Tem suas ceroulas pretas
E botões pela canella.

O dr. Francisco Honorato Cidade falleceu, abeirando aos setenta annos, em Pregibaé, municipio da Ilha do Desterro, já lá vae para vinte annos.

FRANCISCO OCTAVIANO DE ALMEIDA ROSA. — Fluminense, nascido na Côrte, a 26 de junho de 1822; filho de Octaviano Maria da Rosa.

Alto, magro, moreno pallido, quasi imberbe, testa descoberta, olhos grandes, expressão physionomica intelligente e sympathica, muito sympathica, sem embargo de um sorriso fino entre zombeteiro e amavel, que constantemente lhe enflorava os labios.

Trazia, desde a quadra academica, os seus indefectiveis oculos com aros de ouro.

Isto quanto ao physico. Que dizemos agora do homem moral? Que dizemos que não seja conhecido e notorio a respeito da sua prodigiosa e agudissima intelligencia, do seu primoroso talento de escriptor, da magia do seu estylo, da sua musa sentimental, da sua amavel e encantadora *causerie*?

Por outro lado, tambem não é nenhum desses pontos o objecto especial das nossas preoccupações neste momento.

Em relação a um homem publico, qual foi Octaviano (e daqui a pouco outro tanto nos ocorrerá em relação a Martim Francisco), fracamente nos seduz a velleidade de repetir o que outros teem já dicto e publicado, *revelando* aos nossos leitores factos que lhes são familiares, *desvendando* da carreira publica desses varões circumstancias de ninguem ignoradas.

Imaginem que, ao contrario, consigamos co-

her em relação aos mesmos alguns pormenores interessantes da vida academica, ou algum facto menos conhecido, desses, porém, que na sua apparente insignificancia dão todavia o traço mais saliente do character pessoal. Não será muito mais attrahente e mais novo este systema? Pois é essa a feição peculiar das nossas *Tradições e Reminiscencias* da Academia de S. Paulo.

Francisco Octaviano, sobre ser dotado de privilegiado talento, como dissemos, tambem se dedicava com ardor ao estudo. Preferia, entretanto, que lhe admirassem o talento mais do que a applicação. Desejava mesmo ser tido por vadio, para reverter exclusiva ou quasi exclusivamente ao seu poder intellectual quanto produzia nas aulas, nas discussões com os collegas, na imprensa e na tribuna.

Empregava elle, para esse fim, o seguinte ardil.

Tinha para o seu estudo nocturno duas velas... Que anachronismo, se falassemos, referindo-nos áquelle periodo, já não diremos na luz electrica, na do gaz, do alcool, ou mesmo nos simples lampeões de kerosene! Tinha, pois, o estudante que se valer das velas, e, note-se, a vela de spermacete já assignalava um progresso sobre a de cêra, a de cebo ou a lugubre candeia de azeite.

Voltemos, porém, ao que iamos referindo.

Tinha Octaviano duas ou mais velas, a saber — uma ostensiva, a sua vela official, por assim dizer; e outra, ou outras clandestinas... que elle cuidadosamente occultava na gaveta.

Quando se recolhia ao seu quarto de estudante, para «apenas passar os olhos sobre as lições», como elle dizia, começava por accender a vela publica; apagava-a, porém, logo depois, e accendia a outra cuja luz era aproveitada até que elle estivesse perfeitamente senhor das lições, deixando-a, portanto, accesa emquanto precisasse de luz, ou substituindo-a, se se extinguisse.

Este artificio permittia-lhe allegar, no dia seguinte, que não tinha estudado nada, tanto assim que a sua vela estava quasi inteira, e, para prova, a exhibia.

Desvanecia-se muito, então, quando ouvia dizer algum collega:

— Este Octaviano é extraordinario! Que intelligencia assombrosa! Não estuda e parece que adivinha o Direito: sabe mais que os collegas que levam horas e horas a queimar as pestanas sobre os livros!

Achando assombroso o facto e não acreditando em milagres, muito intrigado ficava o Martin Francisco, collega e amigo intimo do Octaviano. Intelligente era elle tambem, e nem um ápice menos; entretanto, nada adivinhava, tinha que estudar e estudar muito para acompanhar o collega: como era aquillo?!

E tanto fez, tanto indagou, tanto pesquisou o Martim, até que afinal descobriu a chave do enigma.

O segundo facto anecdotico que vamos referir em relação a Francisco Octaviano na Academia é colhido de uma carta d'elle ao dr. Pinto Junior, inserta no *Elogio Historico* de Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, pelo conselheiro Olegario.

O trecho menciona episodio interessante, sob mais de um ponto de vista, e ao mesmo tempo dá-nos noticia do systema de educação seguido por Octaviano, desde os seus primeiros estudos.

Escreve elle na alludida missiva:

«As minhas primeiras relações com Amaral Gurgel deixaram-me viva impressão. As doutrinas philosophicas, que dominavam nos estudos de humanidades na Academia, eram as de Kant. Eu conhecia-as, embora superficialmente, porque lera como creança a *Critica da razão pura*, para poder acompanhar as lições que nos dava, a mim, a Martim e a José Bonifacio, o benemerito ancião Martim Francisco, digno pae daquelles meus companheiros de estudos e de jogos.

Era curioso espectaculo esse de um ministro de Estado, que depois de importantes trabalhos de gabinete se occupava com a educação de tres meninos e despendia thesouros de saber e de eloquencia para combater deante desse pequeno

auditorio as theorias utilitarias fazendo vingar o principio rigoroso do dever!

Procurando o Amaral Gurgel para lhe pedir que accelerasse o meu exame de philosophia, perguntou-me elle:

— E que philosophia sabe?

— A de Kant — respondi-lhe com a intrepidez do pedantismo dos primeiros annos.

— A de Kant! — replicou elle, arregalando os olhos de admirado. — Pois é mais feliz do que eu, que a estudei, mas não a apprendi.

Vendo-me um tanto enleado:

— Vamos — disse-me de novo — não se dê por molestado com as minhas palavras. Eu não posso chamal-o a exame, se o Brotero, que está servindo de director, não despachar o seu requerimento. Procure-o. Naturalmente ha de ter trazido recommendações para elle...

— Não, senhor — atalhei-o. — Meu pae não quiz que eu trouxesse recommendações...

— Pois então será meu recommendado. Eu o vou apresentar.

E com uma bondade paternal tomou-me da mão e levou-me á secretaria.

— Sr. director — disse elle a Brotero — aqui lhe trago uma *rara avis*; é um examinando sem carta de recommendação para o director da Academia.

Brotero sorriu-se, inquiriu de meu nome, procurou o meu requerimento e deu-me logo despacho.»

Mais uma tradição academica a respeito de Francisco Octaviano.

No anno de 1870 apresentou-se em S. Paulo, a defender theses para obter o grau de doutor, o bacharel José Julio de Albuquerque Barros, mais tarde Barão de Sobral.

O doutorando, que havia feito todo o seu curso juridico na Faculdade do Recife, vinha precedido da nomeada de jurisconsulto e armára grande expectativa.

Fôra, pouco antes, deputado geral e occupava no Rio o cargo de director geral da Secretaria da Justiça.

O conselheiro Octaviano, seu amigo e protector, veio assistir á sua defesa de theses.

Esta correu assim, assim... sem destaque do candidato, mas tambem sem desastre para elle na argumentação. Teve a fortuna de ser approved plenamente.

A dissertação, porém, não n'a soube o doutorando defender. Versava sobre um bellissimo ponto de Direito Internacional, o seguinte:—
Se o Estado, por cujo territorio passa um rio que offerece navegação de alto bordo e que tem mais Estados ribeirinhos, póde chamar-se proprietario da quella parte do rio que corre dentro de sua jurisdição e imperio.

Surprehendeu tanto mais a inhabilidade do doutorando na defesa da dissertação, quanto estava ella perfeitamente escripta e ponderada,

além de clara e resumida, em summa, um trabalho de alto valor juridico.

Octaviano teve impressão desagradabilissima com as vacillações do defendente, e parecia acompanhar com emoção as peripecias do debate. Por vezes não se continha e dizia a meia voz:

— Não é isto! Não é o que está na dissertação.

Elle parecia, *et pour cause*... conhecer perfeitamente o que estava escripto na dissertação.

Sabia mais, sobre este ponto, que o auctor, ou antes que o signatario da dissertação.

Depois da sua formatura, regressou Octaviano para a Côrte, onde fez advocacia e jornalismo, mais jornalismo que advocacia.

Em 1848 foi nomeado director e redactor do *Diario Official*; pouco depois, secretario da Provincia do Rio de Janeiro.

Foi deputado á Assembléa Geral nas 9.^a, 10.^a, 11.^a e 12.^a legislaturas, e redigia ao mesmo tempo com excepional brilhantismo o *Correio Mercantil*.

Por occasião da guerra com o Paraguay, foi-lhe confiada a delicada missão de celebrar com a Argentina e o Uruguay o tratado da triplíce alliança.

Em 1866 a Provincia do Rio incluiu-o em lista sextupla para senador, conjunctamente com

Pedreira, Thomaz Gomes dos Santos, Macedo, Sayão Lobato e Valdetaro. Octaviano e Pedreira, os mais votados, foram os escolhidos.

Uma vez na Camara vitalicia, retrahiu-se Octaviano, de algum modo, da actividade politica, e com isto muito perdeu da sua influencia partidaria, sem, comtudo, deixar de ser uma das mais sympathicas personalidades do nosso scenario politico, uma das intelligencias mais finas e de mais cultura literaria da sociedade brasileira.

Falleceu no Rio de Janeiro, em 1889.

Deixou ás letras patrias legado não copioso, mas de alto valor quanto ao merecimento de suas composições poeticas.

Damos em seguida um bellissimo soneto dos seus ultimos dias, eivado de amargura mais do que do scepticismo que apparentam as suas queixas.

Morrer, dormir, não mais : termina a vida
E com ella terminam nossas dores,
Um punhado de terra, algumas flores,
E, ás vezes, uma lagrima fingida !

Sim, minha morte não será sentida,
Não deixo amigos e nem tive amores !
Ou se os tive, mostraram-se traidores,
Algozes vis de uma alma consumida.

Tudo é pobre no mundo ; que me importa
Que elle amanhã se esb'roe e que desabe,
Se a natureza para mim está morta !

É tempo já que o meu exilio acabe ;
Vem, pois, ó morte, ao nada me transporta !
Morrer, dormir, talvez sonhar, quem sabe !

Este soneto, assaz conhecido, chama-nos a memoria uns versos que supponho inéditos, uma preciosidade da quadra academica de Octaviano. É possível que esta producção dos verdes annos facilite a decifração do terceiro verso da segunda estrophe acima reproduzida:

«..... e nem tive amores;
Ou se os tive, mostraram-se traidores.

Reza indiscreta tradição que, de facto, experimentou Octaviano em sua mocidade uma romantica paixão amorosa, que o fez viver com muita intensidade, se é certo, como elle diz, que

Quem passou pela vida e não soffreu
Foi espectro de homem, não foi homem
Só passou pela vida, não viveu!

Mas, volvamos ao que iamoz dizendo sobre aquelle amor da adolescencia.

Parece que não foi, como sóe acontecer méro fogo de palha. Em confirmação desta conjectura, depararam-se-nos na *Revista Academica* de 1859, as seguintes linhas de Couto Magalhães referentes a Francisco Octaviano:

«Numa casa da rua do Ouvidor, desta cidade existia, ainda o anno passado, escripta na parede, uma bella poesia deste escriptor, que começa assim:

Oh se te amei! Toda a manhã da vida
Gastei em sonhos, que de ti falavam;
Nas estrellas do céu lia o teu nome,
Ouvia-te nas brizas que passavam.

Commentando estes versos, accrescenta expressivamente o critico academico:

«Na collecção seguinte daremos ao leitor, por extenso, esta poesia tão bella e energica, que faz crer (o grypho é nosso) *que ella é mais alguma coisa do que uma simples ficção de poeta.*»

O anjo dos devaneios... não dizemos bem, a deusa dos martyrios do talentoso estudante era uma poetica senhorita filha de um medico de bastante notoriedade, residente então no Rio de Janeiro, á rua da Ajuda. Vindo ella a contrahir esponsaes com abastado commerciante inglez, quanto não soffreu o seu enamorado trovador!

Todavia, por uma bravata assaz frequente em taes situações, tratou elle de abafar os gemidos da sua alma e apparentar mentirosa indiferença. O joven Petrarcha fluminense levou a dissimulação ao auge de fazer uma visita de despedida, antes de seguir para S. Paulo, á familia da sua ingrata Laura. Esta, despeitada talvez com aquella ostentação de impassibilidade, pretendeu fazer o mesmo jogo, e convidou o poeta a inscrever num album, que lhe offereceu, alguma lembrança...

Octaviano, de improviso, escreveu estas endechas, que lhe irrompiam do coração:

C'est fini!

E' tão bella uma esperança!
Que de gratas emoções
Não produz nos corações
Com seu brilhante fulgor!
Aponta para o futuro,
O presente faz risonho,
Promette o infinito em sonho,
Fala de gloria e de amor.

Mas a gloria... onde está ella?
Onde, após tanto tormento?
Onde está? — Num monumento,
Depois que a vida passou!
E os labios que nos sorriram,
E os olhos que prometteram...
Para outros se volveram,
Quando a morte nos tocou!

Longe de mim, esperança!
Não quero mais os teus sonhos;
Ao começo são risonhos,
Terminam sempre fataes.
Desprêso as glórias do mundo,
Escarneço da paixão,
Tenho livre o coração:
Ir prendel-o... Nunca mais!

Sem fé, sem amor, sem gloria,
Que direito posso ter
Para meu nome inscrever
Em tão formoso sacrario?
Raspae, senhora, depressa,
Esta pagina perdida:
A historia de minha vida
Não profane um santuario.

A dona do album, para poupar talvez o zelo
britannico, julgou dever abrigar estes gemidos
poeticos sob um chrômo... nada de anachronis-

nos, — sob algumas figuras coloridas, que os occultassem de olhares não iniciados no segredo do esconderijo.

Um amigo de Octaviano, que acompanhára com interesse todo aquelle romance vivido, praticou o piedoso abuso de subtrahir o autographo, rasgando uma pagina do album, a qual ainda conserva com carinhoso cuidado, e a custo nos concedeu a copia com que acima brindamos aos nossos leitores.

JOÃO JOSÉ RODRIGUES. — Paulista, filho do benente Jesuino José Rodrigues e sua mulher D. Beralda Francisca Rodrigues; nascido nesta capital a 21 de agosto de 1820.

Estudante do 4.^o anno, em 1844, casou-se com sua prima D. Jesuina Ribeiro dos Santos Rodrigues, irmã do grande orador parlamentar Gabriel José Rodrigues dos Santos.

Desse consorcio houve tres filhos: João José Rodrigues, fallecido em 1887, como vigario de Fundiahy; D. Maria Joanna Rodrigues de Alk-nim e o dr. Antonio Candido Rodrigues, engenheiro, ex-deputado federal, ex-secretario da Agricultura deste Estado e senador estadual.

Desde os bancos academicos foi o dr. João José Rodrigues um assiduo e intelligente cultor do Direito, e era, com justiça, enumerado entre os melhores estudantes da sua turma.

Em 1847, foi juiz municipal em Taubaté,

removido depois para Porto Feliz e successivamente para Itajubá, Christina e Baependy. Nomeado juiz de direito, foi posteriormente removido para uma comarca longinqua. Com isto muito se maguou, a ponto de despir a toga de magistrado, dedicando-se dalli por diante ao exercicio da advocacia em diversas comarcas do sul de Minas, onde gosava merecidamente dos fóros de jurisconsulto.

Atacado de grave enfermidade em fevereiro de 1877, logo que se sentiu melhor, tratou de regularizar todos os seus negocios, certo de que seus dias estavam contados; vendeu o que tinha em Minas, annunciou pelos jornaes da terra que nada devia a ninguem, escreveu seu bonito e tocante testamento, deixou minutado em um livro o requerimento que sua viuva deveria dirigir á Caixa de Amortização pedindo a transferencia para seu nome das apolices da divida publica, apenas 20, que adquiriu de 1872 a 1877 quando se convenceu da imminencia da sua morte. Minutou, egualmente, o termo de desistencia que seus filhos, todos maiores, deveriam fazer da legitima paterna em beneficio da viuva.

Feito isso, encaixotou sua grande e valiosa livraria, e, com toda a bagagem pesada, remetteu-a para a estação mais proxima da estrada de ferro com destino a S. Paulo, onde elle pretendia vir morrer.

Com esse intuito, e buscando energias en

sua admiravel força de vontade, poz-se em viagem para esta capital. Passou, porém, por casa de seu genro o dr. João Capistrano Ribeiro de Alkmim, que, então, residia em Caxambú, afim de despedir-se da filha que amava em extremo, dos netos e do genro, ao qual dedicava extremos de pae.

Chegando alli, aggravaram-se-lhe os incomodos e a morte arrebatou-o antes que pudesse realizar o seu plano.

Coração aberto a todos os nobres sentimentos, character austero, leal e franco, fazendo do cumprimento do dever uma religião, o dr. João José Rodrigues gosava no sul de Minas de muita estima e influencia, e a sua opinião como advogado era acatada e respeitada como de jurisconsulto notavel.

Foi um trabalhador infatigavel e um estudioso em sua profissão, tendo deixado attestados de seu labôr nas duas obras que publicou: *Miscellanea Juridica* e *Consultas Juridicas*.

Foi deputado provincial, mas não se ageitou com a politica, preferindo a magistratura.

JOAQUIM AUGUSTO RIBEIRO DA LUZ. — Paulista, desta capital, filho de José Manuel da Luz, e pae do legendario Luz (dr. Joaquim Augusto Ribeiro da Luz), que se formou em 1874, e foi o chefe da bohemia academica do seu tempo.

Foi bom estudante, talentoso e applicado.

Era casado no municipio de Angra dos Reis, onde exercêra o cargo de juiz municipal.

Residiu por longos annos na cidade de Rezende, onde advogou com muito exito e veio a fallecer, ha cerca de trinta e oito annos.

JOSÉ INNOCENCIO DE MORAES VIEIRA. — Paulista, natural de Porto Feliz, filho de Joaquim Vieira de Moraes.

Não se assignalou como estudante.

Foi, a principio, ajudante de bibliothecario e por fim bibliothecario effectivo da Faculdade de S. Paulo, desde 1859.

Nesse cargo veio a fallecer ha mais de trinta annos.

LUIZ FRANCISCO DA CAMARA LEAL. — Fluminense, da Côrte, filho de Luiz Francisco Leal.

Bom estudante de Direito.

Seguiu a magistratura. Juiz municipal na Provincia do Rio em 1846; juiz de direito em 1853; vice-presidente do Paraná em 1857; chefe de policia da mesma Provincia em 1858.

E' auctor de alguns trabalhos juridicos, entre os quaes uma apreciada monographia sobre *Suspeições e recusações*, editada em Curityba em 1863.

MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA. — Nascido no Havre, filho do senador Martim Fran-

Francisco Ribeiro de Andrada, e neto e sobrinho do conselheiro José Bonifacio.

Alto, magro (sim, magro e esbelto), moreno, olhos grandes e á flôr do rosto, e nenhuma barba, pois que era extremamente joven, quando se matriculou na Faculdade.

Foi, durante todo o seu curso academico, um bom estudante, intelligente, brioso, altivo como todos os Andradas e por vezes de uma excessiva intrepidez, como vimos na secção primeira da presente chronica.

A vida de Martim Francisco é, no meio paulista, muito conhecida como exemplo de trabalho triumphante pela energia.

Pobre em um meio politico bastante subordinado ao capitalismo, conseguiu chegar ás mais elevadas posições sociaes, e morreu sem deixar inimigos; o segredo dessa vantagem existe na phrase com que o Barão de Piratininga lhe exordiou bello artigo necrologico: *«Ninguém mais do que o conselheiro Martim menos se preoccupou dos interesses proprios e mais dos alheios.»*

Bacharelou-se em direito em 1845 com pouco mais de vinte annos, tendo sido estudante rival de Francisco Octaviano, seu amigo e companheiro de estudos, como vimos ha pouco, desde preparatorios sob a direcção do conselheiro Martim

Francisco, cuja paixão pela pedagogia datava dos dias coloniaes aqui em S. Paulo.

Defendeu theses, foi nomeado lente em 1854, e jubilou-se em 1881.

Foi juiz municipal em Santos, promotor publico em Ytú, deputado provincial e geral, conseguindo varias vezes derrotar os adversarios no poder.

Foi presidente da Camara dos Deputados, conselheiro de Estado, e candidato o mais votado em lista sextupla, em 1879, para senador por S. Paulo, contribuindo para a sua não escolha a recusa de communicar ao Paço de S. Christovam, como era de uso, a apresentação da sua candidatura.

Causeur agradabilissimo (qualidade tão rara no brasileiro que esquece ter-lhe dado a natureza dois ouvidos e uma lingua, para ouvir mais e falar menos), com a memoria servida constantemente por trechos de Camões e Garrett, adaptava-se, como poucos, ás modalidades sociaes. Conversava com um soldado como se tivesse jurado bandeira; com uma moça no baile, como se fosse modista; com um chefe local, como se morasse na localidade!

Interpellado, onde lêra a opinião de auctor que acabava de citar, o velho Cotegipe, seu amigo e inseparavel parceiro de voltarete, replicou sentenciosamente:

— Li no Martim.

Quando moço, compôz (1845) o drama *Januario Garcia*, ou *O Sete-orelhas*, que fez successo na época, e, a ultima vez que foi representado em Piracicaba, teve servindo de *ponto* o dr. Prudente de Moraes. (1)

Wolf e Taunay elogiam esse drama, que o conselheiro Martim tratava de fazer desaparecer, rasgando os exemplares e qualificando-o de *crime da mocidade*. E assim explicava o conselheiro:

— Wolf certamente não leu o drama e escreveu sob a inspiração de Porto Alegre e Joaquim Norberto, que haviam sido amigos intimos de meu pae; e o Taunay tem a literatura muito grata á amizade que nos liga.

Num volume de poesias, *Lgrimas e sorrisos*, tem boas traducções de Lamartine e Musset. O soneto — *Dois Tempos* — muito conhecido e traduzido, composto poucos mezes antes de morrer, é producção algum tanto acima da normalidade.

E, senão, julgue o leitor:

Dois Tempos

(1885)

No deserto da vida o caminheiro
Encontra dois oasis de bonança:
Tem um as ledas cores da esperança,
Outro lhe mostra o pouso derradeiro.

(1) Isso ha 30 annos, mais ou menos.

Um deixa-lhe entrever no amôr primeiro
Todo o supremo bem que não se alcança;
Outro lhe mostra o porto onde descança
Do vae-vem da existencia o marinheiro.

Feliz quem poudé á luz da phantasia
Demorado, escutar toda a harmonia
Do poema febril da mocidade.

Prefiro-te, porém, ultimo abrigo,
Espelho do passado, pouso amigo,
Velhice — companheira da saudade.

Vejamos, porém, o Martim intimo, ligeiramente sarcastico, repentista nas réplicas como o era na tribuna quando respondia a Tavares Bastos:

— O aparte é tão pequeno como o seu auctor.

Vejamos o Martim gordo, calmo, observador, indo para a mesa de jantar com um jornal francez ou um romance de Zola debaixo do braço, com a fama de comilão, adquirida quando moço e tinha solitaria, mas de facto alimentando-se normalmente.

Em 1842, agente de Raphael Tobias na revolução, tentando revoltar os cadetes, um destes (o futuro general Argollo, que morreu Barão de Itaparica, e era um gaiatão), perguntava-lhe:

— Se formos descobertos, que será de nós?

— Nesse caso, para evitar duvidas—replicou Martim, muito calmo — eu mato-te e depois mato-me.

Ao que Argollo replicou:

— Aceito o plano, com uma pequena modificação: primeiro mato-te, depois mato-me eu.

Dois ou tres dias antes de morrer, respondendo a uma normalista espevitada, que lhe perguntava qual o melhor methodo pedagogico, se o synthetico, se o «*analéptico*», o conselheiro, mal podendo articular a phrase, dizia:

— O melhor é este segundo, porque é totalmente novo.

Ainda quando moribundo, observou a um dos filhos:

— Vives a estudar, e isso na politica do Brasil é prejudicial. Olha como o Saraiva continua feliz na vida politica, e como o Chico Sodré e o Moura teem sempre escapado de ser presos por crime de imbecilidade!

Resposta ao conselheiro Pereira da Silva, que lhe perguntára, nos corredores da Camara, se almoçarára duas vezes nesse dia:

— Nada de sustos, tranquilliza-te, João Manuel: eu digiro tudo o que como. Não tens motivos de queixa.

Em 1844, quando estudante do 4.^o anno, em Santos, como advogado da diplomacia ingleza, animou-se a accusar contrabandistas de es-

cravos, e metteu-os na cadeia. A causa fôra recusada por varios advogados. Cobrou de honorarios 300\$000, pagamento então enorme.

Em 1866, como ministro dos estrangeiros, respondeu a uma carta de Laboulaye e outros, compromettendo o governo do Brasil a tratar da libertação dos escravos logo que terminasse a guerra do Paraguay.

Da correspondencia que então foi trocada entre D. Pedro II e o conselheiro Martim Francisco deduz-se ter sido a redacção da resposta discutidissima entre o rei e o ministro. Não é, portanto, rigorosamente exacto o que Joaquim Nabuco assegura a esse respeito em sua obra — *Um Estadista do Imperio* (1).

Era senhor da tribuna. Nas sessões de 1865 a 1868 salientou-se discutindo os orçamentos da Marinha, Justiça e Extrangeiros, e defendendo-se como ministro da Justiça.

Era, porém, mais eloquente quando falava de improviso.

Das tradições santistas e paulistas ainda se não apagaram de todo a defesa, no jury e *ex-officio*, que fez em Santos, em 1853, de duas des-

(1) Diz que a redacção foi exclusivamente de D. Pedro II. E' possivel que uma das cópias da redacção final seja delle, explica-nos com a veia sarcastica habitual o nosso presado amigo dr. Martim Francisco Junior.

graçadas meretrizes implicadas em infanticídio, nem a esplendida peroração com que, em nome das senhoras paulistas, disse, no antigo quartel, o adeus á bandeira do 42 de *voluntarios da patria*, em 1870.

Commovia-se e transferia a commoção ao auditorio.

Era, em materia doutrinaria, de uma independencia de espirito, compativel com a sua elevação de character.

Na tribuna politica sustentou muitas vezes o voto feminino, o imposto sobre solteiros e a separação da Igreja do Estado.

Nunca promoveu a demissão de quem quer que fosse. Nunca tirou uma vingança ou mesmo guardou rancores.

Pertenceu sempre ao partido liberal.

Falleceu em 1866. A Assembléa Provincial levantou a sessão em signal de pesar, orando pelos liberaes o dr. João Ribeiro, pelos conservadores o auctor desta chronica e pelos republicanos o dr. Quirino dos Santos.

Morreu pobre. Por iniciativa dos deputados provinciaes Barão do Rio Pardo e Candido Rodrigues, foi consignada no orçamento uma verba de 150\$000 para as despesas de sepultura.

Agora, para terminar, mais alguns dictos espirituosos do conselheiro Martim Francisco:

A um afilhado de casamento (o velho violeiro Cabral), que lhe consultava se a noiva, já mãe de varios filhos, poderia levar ao altar grinalda de flores de laranjeira :

— Leve laranjas e os respectivos caroços.

A outro afilhado, moço sem prestimo algum e sem o minimo expediente para a vida, que lhe foi participar o seu futuro casamento :

— Sim?!— respondeu-lhe o conselheiro — *E contra quem se vae v. casar?*

— É com D. F. de T., meu padrinho.

Estas iniciaes indicavam uma rica matrona, viuva e... *d'un certain âge*.

— Parabens pela conquista! — replicou o conselheiro. — Mas, então, não é *contra*, é *sobre*.

Era-lhe frequente dar forma engraçada e pittoresca aos seus pensamentos. Disse elle uma vez, empregando imagem muito apropriada ao meio paulistano :

— Não costumo pedir senão duas coisas: votos e fructas.

Fructas em S. Paulo quer dizer — jaboticabas.

Delle ouvimos que, quando lhe acontecia de momento não conhecer algum *patricio*, com ares de chefe politico do interior, se abstinha de perguntar ao interlocutor quem elle era. Certo o correligionario se maguaria, attribuindo injusta-

mente á soberba ou á ingratidão — a falta de memoria; e meditaria desde logo exemplar desforra na primeira eleição.

— Mas, então — perguntámos — que faz v. ex.^a para se livrar da difficuldade?

— Não me dou por achado. Trato o interlocutor como velho conhecido, dou-lhe de «meu amigo», e, por fim, pergunto-lhe pelos «negocios da localidade».

— Ah! percebo...

— Então, com a resposta, vou-me orientando, até que acabo por saber, sem ter feito interpegação directa, com quem estou falando. Soldado velho não se aperta!

Numa occasião foi consultado o conselheiro Martim Francisco sobre a idoneidade moral de um seu adversario politico para o exercicio de importante commissão:

— Não o conheço pessoalmente — respondeu; — conheço-lhe, porém, os ascendentes; são boa gente. E como tenho o habito de julgar os homens como aos cachorros e aos cavallo, isto é, pela raça, cuido que este moço, ainda que bem joven, deve ser muito bom.

Procurado, uma vez, por uma commissão de senhoras, interrompeu amavelmente a oradora, que começára excusando-se por vir importunal-o para pedir...

— Perdão, minhas senhoras, v. ex.^{as} não me importunam. Uma senhora jámais me molestou quando me pede, mas sómente quando me nega

O seu fino espirito nos dialogos, e, ao mesmo tempo, a sua altivez de caracter salientaram-se no seguinte incidente que se tornou historico, ocorrido na Secretaria do Exrangeiros, no Rio de Janeiro, estando Martim Francisco no exercicio da respectiva pasta, em 1866, da qual passou para a da Justiça, no gabinete de 3 de agosto:

O notavel diplomata, ministro do Uruguay sr. André Lamas, após uma reclamação prolongada e pouco ao sabor do nosso governo, praticou a incorrecção de elevar a voz além do natural diapasão. Atalhou-o de prompto Martim Francisco.

— Sr. Lamas, em vez de vir aqui aborrecer-me, fôra preferivel que o sr. aconselhasse a seu paiz a pagar o que deve ao Brasil.

— Garanto-lhe que o meu paiz ha de pagar o ultimo vintem!...

— Pois garanto que ainda não pagou o primeiro!

Summariando:

Um homem de coração. Bonita intelligencia muito absorvido na esterilidade das contendas partidarias. Levou a vida a ganhar eleições. A sua lealdade levou-o, porém, mais de uma vez, a sacrificar os interesses politicos. Assim (e va

gora a revelação de um segredo que nos foi communicado pelo dr. Martim Francisco Junior) em 1867, quando ministro da Justiça, por contemplação ao Amaro Bezerra, deixou de acceitar uma candidatura á senatoria pelo Rio Grande do Norte. O resultado desta esquivança não foi proveitoso áquelle amigo e ainda menos ao partido liberal, pois a vulgaridade dos nomes apresentados deu logar a ser *furada* a chapa liberal por Salles Torres Homem, que foi o escolhido pela Corôa; o que, como se sabe, deu em terra com o gabinete Zacharias e com elle a situação politica, 16 de julho de 1868.

Lá por não ser natural do Rio Grande do Norte, não era sufficiente razão para os escrúpulos de Martim Francisco, pois que também não era o candidato conservador.

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE. — Cearense, filho de Tristão Gonçalves de Alencar. Nasceu a villa de Icó, em 1821.

De estatura regular, cheio de corpo, claro, brado, e pouca barba, que trazia feita á moda do tempo.

Fez em Pernambuco o 1.º e o 2.º annos, e as tres restantes em S. Paulo, onde se bachareou em 1845.

Era um bom estudante.

Na vida publica seguiu a carreira da magistratura, e, por fim, a politica.

Eis, em traços largos, os principaes cargos por elle exercidos:

Juiz municipal da Fortaleza em 1847; official da Secretaria da Fazenda em 1852; juiz de direito de Bragança, no Pará; chefe de policia do Espirito Santo em 1856; idem de Pernambuco em 1859; juiz de direito do Recife em 1861; desembargador da Relação da Bahia em 1870, e dalli removido para a da Côrte; em 1874, presidente da Relação de S. Paulo, que installou, solennemente, proferindo eloquente discurso; removido para a Relação da Côrte, onde se conservou até ser promovido em 1886 para o Supremo Tribunal, do qual passou em 1890 para o Supremo Tribunal Federal, em cujo cargo se aposentou em 1892 contando 43 annos de serviço.

Foi deputado provincial no Ceará, no biennio de 1848-49, e deputado geral por aquella Provincia em quatro legislaturas, tendo sido um dos mais valentes campeões do abolicionismo.

Exerceu altos cargos politicos e administrativos, como sejam os de presidente da Provincia do Rio Grande do Sul, em 1876, da do Pará, em 1885, e foi ministro da Fazenda e da Justiça Interior, sob a presidencia do marechal Deodoro.

É auctor de varios trabalhos juridicos, entre os quaes dois de subido valor juridico e grand concentração mental, a saber: a *Consolidação d*

processo criminal e a Consolidação do processo civil.

O sr. conselheiro Alencar Araripe reside hoje no Rio de Janeiro, está cheio de vida e ainda escreve bellissimos versos, repletos de saudades dos tempos idos... e das pessoas queridas que elles roubaram.



CAPITULO V

A turma academica de 1847-51



Directoria ainda acephala. — Os lentes da turma. — Relação completa dos lentes desde 1828 até hoje. — Os bachareis de 1851. — Estatística dos bachareis formados em S. Paulo desde 1831 até 1906. — Relação nominal dos doutores. — Pequenina turma academica de 1847-51. — Carlos Canuto Malheiros. — Francisco Emygdio da Fonseca Pacheco. — Joaquim B. M. de Souza Castellões. — José Maria de Andrade. — O *Ypiranga*. — Dados biographicos. — José Martiniano de Oliveira Borges. — Laurindo Abelardo de Brito. — Sua administração em S. Paulo. — Memoravel pleito eleitoral em 1881. — «Egualou pelo dente». — Rotulos trocados. — Epigramma dos adversarios. — «*Magis amicus Plato*». — Seu coração philantropico. — Luiz J. Ferreira de Araujo. — Paschoal de Mattos. — Bernardo Guimarães. — Jovial, intelligente e expansivo. — Os seus *bestiologicos*. — Notavel triumvirato. — A *Epycuréa*. — Fraco estudante de Direito. — Na vida pratica. — Seu patrimonio literario. — Dados biographicos.



DURANTE todo esse periodo (de 1847 a 1851) continuou acephala a Academia de S. Paulo. Dizemos *continuou*, porque a acephalia já vinha do anno de 1842, data da demissão de Nicolau Vergueiro, e prolongou-se até 1 de dezembro de 1857, data da nomeação effectiva de Manuel Joaquim do Amaral Gurgel.

Em todo esse periodo intermediario estiveram

como directores interinos Brotero e Manuel Joaquim, pois que o effectivo, Visconde de Goyana, jamais entrou em exercicio.

Compunha-se nessa época a congregação da Faculdade, dos seguintes lentes: Brotero, Carneiro de Campos, Cabral, Falcão, Manuel Joaquim, Pires da Motta, Manuel Dias, Anacleto, Silveira da Motta, Chrispiniano, Ramalho, Pedreira e Carrão.

Damos em seguida, observada a ordem chronologica, a relação dos lentes da Academia de S. Paulo, desde a data da sua fundação até ao presente:

— José Maria de Avellar Brotero, nomeado a 12 de outubro de 1827, jubilado em 1872, fallecido em 1873;

— Balthazar da Silva Lisboa, nomeado a 22 de junho de 1828, demittido em 1830, fallecido em 14 de agosto de 1840;

— Luiz Nicolau Fagundes Varella, nomeado a 22 de junho de 1828, fallecido em 1831;

— Thomaz José Pinto de Cerqueira, nomeado a 22 de junho de 1828, demittido a 24 de abril de 1834;

— Antonio Maria de Moura., nomeado a 11 de agosto de 1828, fallecido a 12 de março de 1842;

— Carlos Carneiro de Campos (depois Vis-

conde de Caravellas), nomeado a 9 de fevereiro de 1829, jubilado a 29 de janeiro de 1858;

— José Joaquim Fernandes Torres, nomeado a 21 de fevereiro de 1829, demittido a 22 de agosto de 1833, fallecido em dezembro de 1869;

— Prudencio Geraldês Tavares da Veiga Cabral, nomeado a 8 de abril de 1829, jubilado a 22 de janeiro de 1861, fallecido em 1862;

— João Candido de Deus e Silva, nomeado a 30 de outubro de 1830, não tomou posse; fallecido;

— Clemente Falcão de Souza, nomeado a 5 de novembro de 1830, jubilado a 17 de setembro de 1864, fallecido a 28 de abril de 1868;

— Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, nomeado a 12 de outubro de 1833, jubilado a 18 de março de 1858, fallecido a 18 de novembro de 1864;

— Vicente Pires da Motta, nomeado a 22 de maio de 1834, jubilado a 7 de agosto de 1860;

— Manuel Dias de Toledo, nomeado a 22 de maio de 1834, jubilado a 26 de outubro de 1870, fallecido em 1874;

— Anacleto José Ribeiro Coutinho, nomeado a 20 de junho de 1834, jubilado a 1 de janeiro de 1859;

— José Ignacio Silveira da Motta, nomeado a 20 de junho de 1834, jubilado a 31 de maio de 1856;

— Francisco José Ferreira Baptista, nomeado

a 3 de setembro de 1834, demittido a 31 de março de 1837;

— Francisco Bernardino Ribeiro, nomeado a 22 de dezembro de 1835, fallecido em 1837;

— João Chrispiniano Soares, nomeado a 23 de abril de 1836, jubilado a 22 de novembro de 1871, fallecido em 1876;

— Joaquim Ignacio Ramalho, nomeado a 23 de abril de 1836, jubilado em 1880, fallecido a 15 de agosto de 1902;

— Luiz Pedreira do Couto Ferraz (depois Visconde de Bom Retiro), nomeado a 25 de outubro de 1839, demittido em 1868;

— Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, nomeado a 26 de outubro de 1839, jubilado em 1882, fallecido a 3 de maio de 1890;

— João da Silva Carrão, nomeado a 10 de junho de 1845, jubilado em 1879, fallecido em 1887;

— Martim Francisco Ribeiro de Andrada, nomeado a 1 de julho de 1854, fallecido em 1886;

— Antonio Joaquim Ribas, nomeado a 1 de julho de 1854, jubilado a 23 de fevereiro de 1870, fallecido no Rio, em 1885;

— Gabriel José Rodrigues dos Santos, nomeado a 1 de julho de 1854, fallecido a 23 de maio de 1858;

— João Dabney de Avellar Brotero, nomeado para a Faculdade de Pernambuco a 1 de julho

de 1854, removido para S. Paulo a 3 de maio de 1856, fallecido a 1 de setembro de 1859;

— José Bonifácio de Andrada e Silva, nomeado para a Faculdade de Pernambuco a 1 de julho de 1854, removido para a de S. Paulo a 5 de maio de 1858, fallecido a 26 de outubro de 1886;

— Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, nomeado a 3 de agosto de 1859, jubilado em 1890, fallecido a 19 de outubro de 1902;

— Francisco Justino Gonçalves de Andrade, nomeado a 17 de setembro de 1859, jubilado compulsoriamente em 1890, fallecido a 25 de julho de 1902;

— Clemente Falcão de Souza Filho, nomeado a 16 de maio de 1860, fallecido a 4 de abril de 1887;

— João Theodoro Xavier, nomeado a 6 de novembro de 1860, fallecido a 31 de outubro de 1878;

— Ernesto Ferreira França, nomeado a 20 de julho de 1861, jubilado, fallecido no Rio de Janeiro;

— Manuel Antonio Duarte de Azevedo, nomeado a 30 de julho de 1862, jubilado, presidente do Senado de S. Paulo;

— José Maria Corrêa de Sá e Benevides, nomeado a 8 de julho de 1865, jubilado em 1890, fallecido nesta capital.

— João Jacintho Gonçalves de Andrade, nomeado a 6 de março de 1869, jubilado em 1890, fallecido nesta capital.

— Carlos Leoncio da Silva Carvalho, nomeado a 4 de janeiro de 1870, jubilado em 1901;

— José Joaquim de Almeida Reis, nomeado a 27 de setembro de 1871, fallecido a 18 de agosto de 1873;

— Francisco Antonio Dutra Rodrigues, nomeado a 9 de outubro de 1872, fallecido a 29 de setembro de 1888;

— Joaquim José Vieira de Carvalho, nomeado a 17 de junho de 1874, jubilado em 1897, fallecido a 23 de setembro de 1899;

— Joaquim Augusto de Camargo, nomeado a 4 de dezembro de 1875, fallecido a 10 de agosto de 1882;

— Joaquim de Almeida Leite Moraes, nomeado a 24 de agosto de 1873, fallecido a 1 de agosto de 1895;

— José Rubino de Oliveira, nomeado a 18 de novembro de 1880, fallecido a 4 de agosto de 1891;

— João Pereira Monteiro, nomeado a 2 de setembro de 1882, em disponibilidade, fallecido a 18 de novembro de 1904;

— Vicente Mamede de Freitas, nomeado a 2 de setembro de 1882, em exercício;

— Americo Brasiliense de Almeida Mello,

nomeado substituto em 1882 e cathedratico a 18 de novembro de 1888, falleceu no Rio de Janeiro a 25 de março de 1896;

— Antonio Dino da Costa Bueno, nomeado substituto em 1883 e cathedratico a 6 de setembro de 1890, em exercicio;

— Brásilio Augusto Machado de Oliveira, nomeado substituto a 30 de junho de 1883 e cathedratico a 30 de setembro de 1890, em exercicio;

— Brásilio Rodrigues dos Santos, nomeado substituto em setembro de 1883 e cathedratico a 30 de dezembro de 1890, fallecido a 30 de março de 1901;

— Frederico José Cardoso de Araujo Abranches, nomeado substituto a 2 de setembro de 1887 e cathedratico a 30 de dezembro de 1890, jubilado a 17 de junho de 1903 e fallecido a 17 de setembro do mesmo anno;

— Pedro Augusto Carneiro Lessa, nomeado substituto em 1888 e cathedratico a 21 de março de 1891, em exercicio;

— Manuel Clementino de Oliveira Escorel, nomeado em 1888 para a Faculdade do Recife e transferido para a de S. Paulo, a 21 de março de 1891, em exercicio;

— João Mendes de Almeida, nomeado substituto em 1889 e cathedratico a 21 de março de 1891, em exercicio;

— José Luiz de Almeida Nogueira, nomeado

substituto em 1890 e cathedratico a 31 de janeiro de 1891, em exercicio;

— Antonio Amancio Pereira de Carvalho, nomeado a 2 de fevereiro de 1891, em exercicio;

— Uladislau Herculano de Freitas, nomeado a 21 de março de 1891, em exercicio;

— Jesuino Ubaldo Cardoso de Mello, nomeado a 21 de março de 1891, exonerou-se;

— Antonio de Campos Toledo, nomeado a 21 de março de 1891, exonerou-se;

— Antonio Januario Pinto Ferraz, nomeado a 21 de março de 1891, em exercicio;

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, nomeado a 21 de março de 1891, fallecido a 20 de abril de 1897;

— Augusto Cesar de Miranda Azevedo, nomeado a 21 de março de 1891, em disponibilidade; fallecido a 12 de março de 1907;

— Augusto Nogueira da Rocha Miranda, nomeado a 21 de março de 1891, fallecido em setembro de 1893;

— Ernesto Moura, nomeado a 1 de agosto de 1891, em exercicio;

— Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, nomeado a 1 de agosto de 1891, em gozo de licença;

— Manuel Pedro Villaboim, nomeado a 1 de agosto de 1891, em exercicio;

— José de Oliveira Machado, nomeado a 1 de agosto de 1891, em disponibilidade;

— Severino de Freitas Prestes, nomeado a 8 de agosto de 1895, fallecido a 11 de setembro de 1896;

— Raphael Corrêa da Silva Sobrinho, nomeado a 15 de maio de 1895, em exercício;

— José de Alcantara Machado, nomeado a 4 de setembro de 1895, em exercício;

— José Ulpiano Pinto de Souza, nomeado a 27 de janeiro de 1897, em exercício;

— Candido Nazianzeno Nogueira da Motta, nomeado a 19 de abril de 1897, em exercício;

— João Pedro da Veiga Filho, nomeado a 12 de maio de 1897, em disponibilidade;

— José Mariano Corrêa de Camargo Aranha, nomeado a 5 de julho de 1897, em exercício;

— Gabriel José Rodrigues de Rezende, nomeado a 10 de agosto de 1897, em exercício;

— Reynaldo Porchat, nomeado a 18 de outubro de 1897, em exercício;

— Dario Sebastião de Oliveira Ribeiro, nomeado a 17 de janeiro de 1898, em exercício;

— José Bonifacio de Oliveira Coutinho, nomeado a 5 de junho de 1901, em exercício;

— Frederico Vergueiro Steidel, nomeado a 17 de maio de 1902, em exercício;

— João Braz de Oliveira Arruda, nomeado em outubro de 1906, em exercício.

Muito reduzida foi a turma academica que se bacharelou em 1851. Não excedia, no seu

5.º anno, de oito estudantes, dos quaes cinco paulistas, um fluminense, um bahiano e um espirito-santense.

Aos nossos leitores, dados a estudos estatísticos, offerecemos o seguinte quadro relativo ao numero de bachareis formados annualmente pela nossa Academia, desde a data da sua fundação até hoje:

1831	6	1852	22
1832	35	1853	40
1833	54	1854	38
1834	77	1855	32
1835	41	1856	43
1836	36	1857	58
1837	33	1858	66
1838	21	1859	56
1839	17	1860	52
1840	7	1861	69
1841	9	1862	92
1842	9	1863	113
1843	13	1864	60
1844	10	1865	86
1845	15	1866	65
1846	11	1867	91
1847	9	1868	45
1848	25	1869	62
1849	14	1870	31
1850	29	1871	26
1851	8	1872	25

1873	25	1890	84
1874	25	1891	56
1875	32	1892	43
1876	29	1893	50
1877	32	1894	31
1878	46	1895	18
1879	35	1896	48
1880	82	1897	46
1881	82	1898	11
1882	82	1899	2
1883	90	1900	32
1884	103	1901	68
1885	64	1902	40
1886	80	1903	47
1887	63	1904	62
1888	51	1905	66
1889	70	1906	129

Estes algarismos sommados dão o total de 3.490. É este, até ao fim de 1906, o numero de bachareis graduados em direito pela Faculdade de S. Paulo.

Destes, defenderam theses e receberam o grau de doutor, até o anno proximo passado, 115, cujos nomes são os seguintes:

Em 1833

Manoel Dias de Toledo, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel e Vicente Pires da Motta.

Em 1834

Anacleto José Ribeiro Coutinho, Francisco José Ferreira Baptista, Francisco de Assis Monte Carmello, Manuel Libanio Pereira de Castro, Miguel Archanjo Ribeiro de Castro Camargo, José Ignacio Silveira da Motta, Francisco Antonio de Araujo, Raphael de Araujo Ribeiro, Joaquim José Pacheco e Marcellino José da Ribeira Silva Bueno.

Em 1835

Francisco Bernardino Ribeiro, Joaquim Ignacio Ramalho, João Chrispiniano Soares e José Joaquim de Siqueira.

Em 1836

Cypriano José Lisboa e José Thomaz de Aquino.

Em 1838

Gabriel José Rodrigues dos Santos, Ildefonso Xavier Ferreira, Joaquim José Ribeiro Guimarães e João da Silva Carrão.

Em 1839

Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça e Joaquim Antonio Pinto Junior.

Em 1840

Antonio Joaquim Ribas.

Em 1843

José Antonio Pimenta Bueno.

Em 1846

Eduardo Olympio Machado.

Em 1849

Agostinho Marques Perdigão Malheiros, Olegario Herculano de Aquino e Castro e Francisco Maria Velho da Veiga.

Em 1851

Francisco Justino Gonçalves de Andrade e João Dabney de Avellar Brotero.

Em 1852

Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Em 1856

João Theodoro Xavier, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e Antonio Ferreira Vianna.

Em 1857

Domingos de Andrade Figueira e Clemente Falcão de Souza Filho.

Em 1858

João Baptista Pereira, José Maria Corrêa de Sá e Benevides, José Maria da Camara Leal,

Tito Augusto Pereira de Mattos e Mamede José Gomes da Silva.

Em 1859

Hygino Alves de Abreu e Silva, Aureliano Candido Tavares Bastos, Vicente Mamede de Freitas, Balthazar da Silva Carneiro, Manuel Antonio Duarte de Azevedo, José Carlos de Oliva Maia e Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira.

Em 1860

Paulo Antonio do Valle, José Vieira Couto de Magalhães, Americo Brasiliense de Almeida Mello, Joaquim de Almeida Leite Moraes e Ernesto Ferreira França.

Em 1862

Emilio Valentim Barrios, Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes, Francisco Gomes dos Santos Lopes e José Joaquim de Almeida Reis.

Em 1863

José Joaquim Vieira de Carvalho, José da Silva Costa e Egydio Barbosa de Oliveira Itaquí.

Em 1865

João Jacintho Gonçalves de Andrade.

Em 1866

Joaquim Augusto de Camargo, Francisco

Antonio Dutra Rodrigues e Emygdio Joaquim dos Santos.

Em 1867

Ezequiel de Paula Ramos e Delfino Pinheiro de Ulhôa Cintra.

Em 1869

Antonio Candido da Cunha Leitão, Carlos Leoncio da Silva Carvalho, José Rubino de Oliveira e Antonio Ferreira França.

Em 1870

José Julio de Albuquerque Barros.

Em 1871

Afonso Augusto Moreira Penna.

Em 1872

José Pereira Terra Junior e Victorino Caetano de Britto.

Em 1873

Benedicto Cordeiro dos Campos Valladares e João de Souza Reis.

Em 1874

José Luiz de Almeida Nogueira, João Pereira Monteiro Junior e Genuino Firmino Vidal Capistrano.

Em 1875

Brasílio Augusto Machado de Oliveira, Julio Cesar de Moraes Carneiro, João Evangelista Sayão de Bulhões Carvalho e Romualdo de Andrade Baena.

Em 1876

Antonio Dino da Costa Bueno e Antonio Augusto de Bulhões Jardim.

Em 1877

Antonio Januario Pinto Ferraz, Antonio Tiburcio Figueira, Frederico José Cardoso de Araujo Abranches e José Maria Leitão da Cunha.

Em 1878

Pedro Vicente de Azevedo e Luiz Lopes Baptista dos Anjos Junior.

Em 1879

Vicente Ferrer de Barros Vanderley.

Em 1880

Antonio Caio da Silva Prado, Fernando Mendes de Almeida, João Manuel Carlos de Gusmão, João Mendes de Almeida Junior, José Antonio Pedreira de Magalhães Castro, Manuel Joaquim da Silva Filho e Severino de Freitas Prestes.

Em 1881

Affonso Celso de Assis Figueiredo Junior e
Antonio Luiz dos Santos Werneck.

Em 1883

Joaquim de Almeida Leite Moraes Junior.

Em 1887

Jesuino Ubaldo Cardoso de Mello.

Em 1888

Abelardo Saturnino Teixeira de Mello e Pe-
dro Augusto Carneiro Lessa.

Em 1904

João Gonçalves Dente e José Fernandes
Coelho.

Em 1905

Armando da Silva Prado.

Em 1906

Luiz Nunes Ferreira Filho.

É tempo de passarmos á resenha dos estu-
dantes que compuzeram a turma academica que
perambulou pelas arcadas da Academia no quin-
quennio de 1847 a 1851.

Comecemos, pois.

CARLOS CANUTO MALHEIROS. — Paulista, apa-

rentado numa importante familia fluminense. Filho de Antonio Pinto Cardoso Malheiros.

Exerceu nesta provincia, logo após a sua formatura, os cargos de promotor publico, em 1852, e de juiz municipal, em 1853.

Deixou depois a magistratura e abriu escriptorio de advocacia, cremos que na cidade do Rio Claro.

Escasseiam-nos noticias a seu respeito.

FRANCISCO EMYGDIO DA FONSECA PACHECO. — Paulista, natural de Ytú, de antiga e illustre familia daquelle municipio. Filho de José Manuel da Fonseca Pacheco.

Desde a sua formatura, envolveu-se activamente nas agitações da politica local, onde gozava de grande prestigio e muita popularidade no seio do partido conservador.

Nos biennios de 1854-55, 1858-59 e 1860-61, fez parte da Assembléa Provincial de S. Paulo.

Em 1871, juntamente com outros importantes fazendeiros seus conterraneos, o dr. Fonseca Pacheco declarou-se republicano.

Não faltou quem filiasse essa resolução politica á primeira lei de emancipação do elemento servil.

O que é certo, entretanto, é que essa ardente e prestigiosa phalange deu vivo impulso á propaganda republicana. De então em diante appareceu sempre o nome do dr. Fonseca Pa-

checo entre os dos mais ardentes campeões das novas idéas.

Após a proclamação da Republica, foi senador do Estado, na 1.^a e 3.^a legislaturas, a saber, em 1892 e em 1896, vindo a fallecer antes de terminado este sexennio.

JOAQUIM BAPTISTA MARTINS DE SOUZA CASTELLÕES. — Fluminense, carioca.

Em 1857 foi supplente de juiz municipal na Côrte.

Exerceu por algum tempo a advocacia e foi conselheiro do Instituto da Ordem dos Advogados.

É fallecido ha muitos annos.

JOSÉ MARIA DE ANDRADE. — Paulista, desta capital, filho de Jeronymo de Andrade e irmão do dr. Candido de Andrade e de Jeronymo de Andrade, que foi escrivão do Tribunal da Relação deste districto; e pae do dr. José Augusto de Andrade, secretario da Junta Commercial. Era casado com uma filha do dr. Daniel Machado, do qual já nos occupámos.

Na Academia, foi um estudante regularmente applicado e de exemplar assiduidade.

Após a sua formatura, dedicou-se ás lides forenses, trabalhando no escriptorio de José Bonifacio, de quem foi amigo constante e dedicado.

No segundo periodo da existencia do *Ypiranga*, valente organ do partido liberal paulista, foi elle o principal proprietario e um dos redactores da folha, a qual tambem redigiam com muito brillantismo e excessiva vivacidade Salvador de Mendonça e Ferreira de Menezes, sem falarmos nos collaboradores, que eram muitos, e da categoria de José Bonifacio, Martim Francisco, Carrão, Americo Brasiliense e outros.

Antes de se arvorar jornalista, o dr. José Maria de Andrade havia desempenhado os cargos de promotor publico desta capital, de juiz municipal de Jacaréhy, de secretario da policia desta Provincia em 1857, e de juiz de orphams de S. Paulo em 1862.

É fallecido ha muitos annos.

JOSÉ MARTINIANO DE OLIVEIRA BORGES.—Paulista, de Guaratinguetá, filho do Visconde de Guaratinguetá e sogro do conselheiro Rodrigues Alves.

Foi no seu curso academico um estudante talentoso, circumspecto e applicado.

Começou como promotor publico e depois juiz municipal em Guaratinguetá em 1855. A comarca de Guaratinguetá comprehendia nesse tempo os termos de Guaratinguetá, Bananal, Arêas e Lorena; Barreiros, Queluz e Silveiras nem termos ainda eram. De Cruzeiro e Cachoeira, não falemos.

Em 1858 foi eleito deputado á Assembléa Provincial de S. Paulo, para o biennio de 1858-59.

De volta do Rio de Janeiro, falleceu em caminho, na Barra Mansa, victimado pela febre amarella, que trazia incubada e então se manifestou com fulminadora violencia.

LAURINDO ABELARDO DE BRITO. — Nascido em 8 de setembro de 1828 em Montevideu, de paes paulistas, que lá se achavam em serviço de guerra. Filho de Manuel José de Brito.

Sua mãe casou-se, em segundas nupcias, com o conselheiro Ramalho que, affeição-do-se muito ao enteado, fel-o estudar preparatorios e aos 19 annos matricular-se no curso juridico.

Durante todo o seu periodo academico, foi Laurindo um bom estudante, intelligente e bastante applicado. O padrasto alli estava sempre vigilante ao seu lado, incitando-o ao estudo, dirigindo-o e explicando-lhe os pontos mais complicados.

De posse do seu pergaminho, seguiu o dr. Laurindo para Curityba, que era então a séde da 5.^a comarca da provincia de S. Paulo, e ahi fez carreira.

Em 1852, foi promotor publico de Curityba; em 1857, deputado á Assembléa Provincial do Paraná. Contrahiu matrimonio com uma filha do coronel Manuel Ignacio do Canto e Silva, e permaneceu por mais de vinte annos no Paraná,

onde, apesar de abrir lucta com o conselheiro Jesuino Marcondes, proeminente chefe do partido liberal, então dominante, conseguiu eleger-se deputado geral, na 12.^a legislatura.

Em 1878, mudou a sua residencia para esta capital, onde, após a ascensão do ministerio Sinimbú, foi nomeado inspector do thesouro provincial de S. Paulo; e no anno seguinte, em 1879, presidente da provincia, de cujo cargo tomou posse a 12 de fevereiro daquelle anno, exercendo-o até 4 de março de 1881.

A sua administração, se bem que acoimada pelos adversarios politicos como excessivamente partidaria, assignalou-se todavia por mais de um importante melhoramento para a provincia. Basta mencionarmos a reorganização da Escola Normal, a restauração do Jardim Publico e os amplos auxilios que prestou ao Lyceu de Artes e Officios.

Em 1881, por ocasião do primeiro ensaio da reforma eleitoral Saraiva, o conselheiro Laurindo de Brito (pois fôra agraciado com o titulo de conselho), apresentou-se candidato á Assembléa Geral pelo 1.^o districto de S. Paulo.

Era o unico candidato do partido liberal, e tinha por antagonistas dois candidatos conservadores, Antonio Prado e João Mendes, e um candidato republicano, Americo Brasiliense.

Este, relativamente, teve pouca votação. En-

entre tres outros, porém, que alcançaram a maioria relativa, a votação distribuiu-se assim:

Laurindo de Brito	411 votos
Antonio Prado	409 »
João Mendes	381 »

Nos termos da lei então vigente, teria de correr segundo escrutinio entre os dois candidatos mais votados.

Fôra presumível, a julgar-se pela força politica manifestada nesse resultado, que o nome de Antonio Prado emergisse victorioso, por consideravel maioria, das urnas do segundo escrutinio. Havia, porém, em opposição a esta conjectura outro factor — a animosidade existente em avultado numero de conservadores *mendistas* contra Antonio Prado e o seu supremo interesse em combater por todos os modos a influencia *pradista*.

Esta odienta discordia, entre as duas avultadas fracções do partido conservador, deveria necessariamente beneficiar a candidatura do conselheiro Laurindo.

Aguardava-se, por isso, com geral emoção, o segundo escrutinio, marcado para o dia 9 de dezembro de 1881.

A eleição correu animada e disputadissima. O resultado foi o seguinte:

Antonio Prado	658 votos
Laurindo de Brito	658 »

Esta hypothese, prevista pela lei eleitoral, resolvia-se pela idade dos candidatos. O mais velho seria considerado o eleito.

Coube, por isso, a victoria ao conselheiro Laurindo.

Appareceu nessa occasião, na secção livre do *Correio Paulistano*, o seguinte epigramma, cheio de espirito e mordacidade, allusivo á eleição e ao voto que havia dado ao candidato liberal o coronel Dente, eleitor conservador:

«Nhô Lau, rindo, *egualou* pelo *dente*».

Embora alistado no partido liberal, o conselheiro Laurindo era dotado de um espirito accentuadamente conservador... quasi tão conservador quanto era liberal Antonio Prado. Os rotulos evidentemente andavam trocados.

Esse sentimento auctoritario do conselheiro Laurindo, que elle externou em seu discurso de estreia na Camara dos Deputados, e teve occasião de comprovar por mais de um acto de sua administração nesta provincia, não impediu que elle fosse, com razão talvez, accusado de intolerante por seus adversarios politicos.

É possivel que contribuíssem para tal apreciação tanto propriamente os actos como algumas manifestações oraes e até o gesto irritado que elle por vezes não reprimia.

Em represalia chasqueava-o, por isso, a sa-

tyra politica em allusão á sua pequena estatura, com o appellido de «*Tico-tico raivoso*».

Como se sabe, estava naquelle tempo, em S. Paulo, dividido e subdividido em fracções, grupos e greys, o partido liberal paulista. O conselheiro Laurindo fliava-se dedicadamente ao grupo, á grey mais intima de José Bonifacio.

Para exprimir a sua paixão pelo grande orador, pelo «*Divino*», seu chefe, costumava elle dizer que — preferia errar com José Bonifacio a acertar com quem quer que fosse.

Esta fórmula irritava sobremaneira os seus correligionarios anti-bonifacistas.

Sincero abolicionista, o conselheiro Laurindo demonstrou praticamente os seus sentimentos phantropicos de um modo expressivo, a saber — libertando espontaneamente todos os seus escravos.

Referem-nos (e é este um complemento da demonstração do quanto elle era humanitario) que tinha particular carinho pelas crias da sua casa, tratava-as com extrema bondade e meiguice, zelava-lhes pela saúde e prodigalizava-lhes todos os possiveis confortos.

Era, além disso, um exemplar pae de familia.

O conselheiro Laurindo falleceu nesta capital no dia 2 de abril de 1885.

LUIZ JOSÉ FERREIRA DE ARAUJO. — Espiritosantense.

Foi deputado á Assembléa Geral pela sua provincia á 9.^a legislatura.

Faltam-nos noticias a seu respeito, e seriamos gratos a quem nol-as fornecesse.

PASCHOAL PEREIRA DE MATTOS. — Bahiano.

Cursou na Academia de Olinda os tres primeiros annos e fez em S. Paulo... outros tres.

De facto, teve de cursar duas vezes o 5.^o anno, por ter sido reprovado em 1850.

Deste desastre nenhuma pecha resulta para o seu nome, pois foi devido a uma causa, por assim dizer, extrinseca. Fôra visto pelos seus lentes, na *ópa* de um collega que se graduára, em dia em que estava de *oratorio*.

Será necessario explicarmos que, na gíria academica, *ópa* é o festim de grau, e *oratorio* o estudo do ponto na vespera do acto?

BERNARDO JOAQUIM DA SILVA GUIMARÃES. — Mineiro, de Ouro Preto; filho de João Joaquim da Silva Guimarães. Nasceu a 15 de agosto de 1827; outros biographos pretendem que de 1825.

Alto, magro, tez morena, barba toda e pouca, anellada, assim como os cabellos, que eram castanhos e repartidos á direita; testa larga, com grandes entradas. Olhos garços e scismadores; a sua expressão physionomica que, na quadra academica, era viva e prazenteira, revestiu-se,

com o perpassar do tempo, de vaga melancolia, que se foi transformando em sombria tristeza. Eis como nol-o descreve Couto de Magalhães, na *Revista Academica* de 1859:

«Emquanto estudante, Bernardo Guimarães era dotado de um character alegre e expansivo; sua conversação era interessante, pelos rasgos humoristicos em que abundava. Nalguns desses muitos folguedos, que os estudantes fazem para matar o tempo, elle deixou sua lembrança profundamente gravada nas discussões cheias de sayras e de rasgos extravagantes, que elle derramava como uma torrente de H. Heine.

Alguns amigos reuniam-se em casa d'elle, e deste numero era o distincto poeta Aureliano José de Lessa. Reuniam-se em torno da mesa nas quartas-feiras de tarde, preparavam uma ceia *escolastica*, faziam saúdes e cada um tinha por obrigação dizer um discurso *bestiologico*. Bernardo Guimarães era um verdadeiro genio neste genero; subia acima de uma cadeira e começava a discorrer: foi numa dessas occasiões que elle improvisou uma celebre poesia, em que viam toda a sorte de extravagancias, e que fez tal impressão que tem sido conservada na memoria dos estudantes.»

Apreciem este trecho de uma das taes poesias *bestiologicas*.

Hão de ver os leitores que os versos são simplesmente admiraveis, quanto á forma, á estru-

ctura, de uma arte perfeita; quanto ao fundo, porém, são adrede monstruosos, verdadeiros *œgri somnia*:

Com grande desgosto dos povos da Arabia
Vieram os bonzos da parte de além,
Comendo presuntos, empadas de trigo,
Sem ter um vintem.

E os ratos vieram, trotando depressa,
De espada na cinta, barrete na mão,
Prostraram-se ante elles, fazendo caretas
Com gran devoção.

E o filho dos ermos, do monte rolando,
Puchou pela faca de grande extensão,
Cahiú como o cysne que toca trombeta
De ventas no chão.

E lá pelos pólos de gelo abrazados
Eu vi Napoleão
Puchando as orelhas ao fero Sansão,
E um lindo mancebo de nobre feição
Brincando entre as pernas do rei Salomão.

Bernardo Guimarães figura com justo titulo na galeria dos melhores poetas e dos mais notáveis literatos brasileiros.

Contemporaneo e amigo dedicado de Alvaros de Azevedo, era digno de emparelhar com elle. Houve mesmo entre elles e Aureliano Lessa o projecto de darem á publicidade, sob o titulo *Lyra dos vinte annos*, uma collecção de poesias dos tres poetas mineiros.

Teria sido Bernardo Guimarães um dos socios da *Epycuréa*, sociedade academica fundada

no tempo de Alvares de Azevedo e cujo nome deixa entrever o programma?

Eis sobre esta associação a noticia que encontramos num estudo historico de Couto de Magalhães sobre a literatura academica:

«Composta de um grande numero de academicos, tinha ella por fim realizar os sonhos de Byron. Um dos socios, que vive hoje ⁽¹⁾ em Minas, narrou-me o seguinte:

«Eram diversos os pontos em que nos reuniamos: ora nos Ingleses, ora nalgum outro arabalde da cidade. Uma vez estivemos encerrados 5 dias, em companhia de perdidos ⁽²⁾, commetendo, ao clarão de candieiros, por isso que todas as janellas eram perfeitamente fechadas desde que entravamos até sahir, toda a sorte de desvalios que se póde conceber.»

.

Alguns estudantes, que se entregaram mais oidamente a estes excessos, ou que eram dotados de uma constituição menos robusta, de lá sahiram com molestias de que depois morreram.

Esta associação teve uma grande influencia na poesia de nossa mocidade; quem ler successivamente os diversos jornaes sente accents desperados nos versos que correspondem a essaepoca. Dizem que Alvares de Azevedo na sua

⁽¹⁾ A saber, em 1859.

⁽²⁾ Não apreciam este euphemismo?

Noite da taberna descreve, em parte, uma dessas scenas.»

Durante toda a sua quadra academica, Bernardo Guimarães revelou-se fraco estudante de Direito, mas fecundo literato, critico mordaz e principalmente inspirado poeta. As suas produções assignalam-se geralmente pela fluencia e espontaneidade do verso, pelo colorido das descrições, pela delicadeza dos conceitos e constante elevação das idéas.

As revistas academicas do tempo veem repletas de escriptos seus em prosa e em verso; estes, quer jocosos quer sentimentaes, sempre bem feitos e primorosos.

Tendo cursado o seu 5.^o anno em 1851, Bernardo Guimarães não se formou nesse anno, com os seus collegas; fez acto na *segunda época*, a saber, em março de 1852, e então sómente se bacharelou. Ainda assim, com um *simpliciter* na carta.

Ao sahir da Academia, fez o quatriennio de juiz municipal em Cataloi; depois, por pouco tempo, leccionou rhetorica no Lyceu de Ouro Preto.

Em 1859, passou a residir no Rio de Janeiro, occupando-se mais de literatura e jornalismo que de advocacia. Escreveu, então, artigos de critica literaria, folhetins e versos para a *Actualidade*.

Voltou, alguns annos depois, a Minas, onde contrahiu matrimonio e escreveu livros de versos e romances, sempre acolhidos favoravelmente pelos criticos e muito lidos do publico.

As suas principaes collecções poeticas são as seguintes: *Cantos da solidão*, que teem tido tres edições; *Inspirações da tarde*, 1858; *Poesias*, 1865; *Novas Poesias*, 1876; *Folhas do Outomno*, 1883.

Tambem deu á publicidade os seguintes romances: *O Ermitão de Muquem*; — *Lendas e romances*; — *O Seminarista*; — *O Indio Affonso*; — *A Escrava Isaura*; — *O Pão de Ouro*; — *A Ilha maldita*; — *O Garimpeiro*; — *Mauricio, ou os Paulistas em S. João d'El-Rey*; — *Rosaura, a engeitada*; e — *Historia e tradições*.

As *Ephemerides Mineiras*, precioso repositório de dados historicos, devido á penna competentissima de José Pedro Xavier da Veiga, trazem uma interessante biographia do grande poeta e bem assim conceituoso juizo critico sobre o seu valor literario.

Bernardo Guimarães falleceu em Ouro Preto, a 10 de março de 1884.



CAPITULO VI

A turma academica de 1862-66

PARTE PRIMEIRA

Plures vocat, pauci autem electi. — Dois doutores em borla e capello. — Dois directores. — Os lentos em exercicio. — Incidentes nas aulas com o Chrispiniano. — Com o José Bonifacio. — Com o Antonio Carlos. — Passando em resenha. — Agostinho Vidal. — Americo Brasileiro. — Alonso de Faria. — Serapião. — Etymologia do nome. — Um grupo de *virtuosi*. — Juiz e juiza. — Monteiro Vianna. — Moraes Salles. — Costa Barradas. — Carvalho Serra. — Lobo de Moura Junior. — Gomes dos Reis. — Paixão pelas caçadas. — Um pae carinhoso. — Antunes Ribas. — No Seminario da Luz. — No *Atheneu Paulistano*. — Quadrinha pernetta. — De quem a obra? — O *avança dos cascabulhos*. — Contra ambos. — O Ribas no curso superior. — Como se cura um namorado timido. — Os *canivetes* do Miranda. — Um frade itinerante. — Voluntario da patria. — O boiadeiro e a hespanhola. — Dados biographicos. — Duarte Silva. — Carlos do Amaral. — Souza Lima. — Raptado por uma dama. — Dados biographicos. — Carlos Ottoni. — Cassiano Tavares Bastos. — Domingos Marcondes. — Emiliano Amorim. — Estevam de Siqueira. — Ezequiel Ramos. — Guimarães. — Era o primeiro estudante. — Na vida pratica. — Na Republica. — Bulhões Ribeiro. — Chaves Faria. — Ferreira Rabello. — «A questão da manteiga.» — Evangelista de Araujo.



MATRICULARAM-SE no 1.^o anno da Academia de S. Paulo, em 1862, nada menos de 135 estudantes!

Destes, porém, nem todos eram caloiros,

pois grande numero de repetentes tinham ficado da turma que seguiu para deante.

Houve, effectivamente, no anno de 1861 tremenda bateria de *bombas*, que assolaram, especialmente, a caloirada. No anno seguinte, o mesmo bombardeio exterminador. Este repetiu-se ainda no terceiro anno da turma, a saber, em 64.

Em geral, naquelle tempo era o 1.º anno uma barreira difficil de atravessar-se, e em cujas trincheiras pereciam alguns combatentes. A este Curupaity succedia, mais terrivel, o Humaytá do 3.º anno. Superadas estas fortalezas, vencia facilmente o combatente as outras já enfraquecidas resistencias, até chegar victorioso á Assumpção, no caso, o glorioso templo de Minerva.

Não é extranhavel, visto o exposto, que dos 135 primeiro-annistas de 1862, tenham chegado ao 5.º anno, ainda assim com o contingente recebido em caminho, sómente 80 estudantes.

Tal foi, na verdade, o numero dos bachareis formados em 1866.

Destes, defendeu theses, logo no anno seguinte, Ezequiel de Paula Ramos: sem offensa aos seus collegas — o mais habil de todos, o primeiro estudante, no consenso geral da Academia.

Doze annos depois, em 1878, tambem se doutorava outro distincto estudante da mesma pleiade, Pedro Vicente de Azevedo.

Durante o periodo que nos occupa, foram directores da Academia, até 1864, o conselheiro Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, fallecido a 15 de novembro desse anno; e de 30 de janeiro de 1865 em diante, o conselheiro Vicente Pires da Motta.

No intervallo, ao conselheiro Brotero, como decano da congregação, coube o exercicio interino daquelle cargo.

Os lentes, que preleccionaram para a turma de 1862-66, foram os seguintes :

No 1.º anno: Brotero e Chrispiniano.

Na aula deste ultimo foi chamado á lição um estudante (para que lhe dizer o nome?) que deu formidavel *tiro*. O Chrispiniano, de mau, prolongou por alguns minutos a espera em silencio (o mais incommodativo para o auditorio e o mais compungente, o mais angustioso para o pobre alumno), concluindo afinal, em tom de severa ironia:

—É bastante, senhor! Tem dicto muito bem!

E lançou a nota em que incorrera o estudante.

No 2.º anno: Brotero e Falcão Filho. Este em Direito Ecclesiastico, em substituição a Martin Francisco, ausente durante a sessão legislativa, por ser deputado geral.

No 3.º anno: Justino de Andrade e Antonio Carlos.

Foram ambos substituidos, a saber — o Justino pelo José Bonifacio, de volta do parlamento; e o Antonio Carlos pelo Duarte de Azevedo, em consequencia de um incidente que vamos referir.

Antes, porém, queremos consignar que as prelecções de José Bonifacio se revestiam de fórma eloquentissima.

Mesmo tratando de assumptos tidos por pesados, elle sabia encantar pela magia do seu verbo eloquente. Tornou-se isto sensivel no 3.^o anno, a proposito de — *Cabeça de casal*, e no 4.^o, a respeito de — *Posse*.

Era amavel e cavalheiro no trato com os alumnos; não se dispensava, entretanto, de os *espichar* desapiedadamente nos *actos*. Argumentava por dilemmas, e, quando o adversario, preso e já sem sahida, se punha a estrebuchar... então José Bonifacio ria gostosamente, mas concluia com um:

— Tem dicto bem, estou satisfeito.

Raramente chamava os discipulos á licção ou fazia sabbatina.

Sahindo uma vez desta regra, na aula do 4.^o anno, deu a palavra a um estudante vindo de Pernambuco e que para lá voltou no anno seguinte.

Este levantou-se... Surprehendeu assim a toda a aula, suppondo alguns que fosse o systema, na outra Faculdade, ficar-se em pé, ao dar-se a licção.

O caso, porém, era outro, pois o pernambuco deu um *tiro politico*.

—Peço excusa a v. ex.^a, porque não me acho preparado...

José Bonifacio, extremamente generoso, interrompeu-o de prompto:

—Oh, meu collega, queira perdoar-me!... Eu não sabia... Falará noutra occasião...

O incidente com o Antonio Carlos foi o seguinte:

Como todos os Andradas, era elle talentosissimo. Todavia, não passou jámais por estudioso, *maximé* emquanto lente.

Os quarto-annistas de 1865 não lhe apreciaram as primeiras prelecções. Mão occulta, suppondo interpretar a impressão geral, traçou num *papagaio* este irreverente aviso e deixou-o sobre a carteira da cathedra:

«Queremos apprender Direito e nada de bagaceiras. V. ex.^a estude, para nos ensinar, e não venha aqui encher linguaça.»

Deparando-se-lhe este escripto grosseiro, Antonio Carlos córou e levantou precipitadamente a aula; bateu com violencia sobre a carteira, desceu rapido da cathedra e sahiu...

Levou o caso ao conhecimento da Congregação, á qual declarou que não mais leccionaria aquella turma incivil. Foi, então, substituido pelo Duarte de Azevedo.

Este, no *cavaco* de abertura, alludiu aos deveres reciprocos de discipulos e mestre, entre os quaes significativamente accentuou o mutuo respeito. Declarou mais que estudaria as prelecções e que, por sua vez, deveriam os alumnos estudar as licções.

De facto, as suas prelecções de Direito Commercial foram excellentes. Dos estudantes, como é habitual, nem todos tiveram applicação. Por isso, no fim do anno, explodiram algumas bombas.

No 5.^o anno, explicavam: Economia Politica, Sá e Benevides; Processo, o conselheiro Ramalho; e Direito Administrativo, o conselheiro Furtado.

Nas aulas de Economia Politica e de Direito Administrativo houve dois incidentes de somenos importancia, que havemos de referir adeante, em occasião opportuna.

Sendo extensa a lista dos nomes que terão de vir á berlinda desta chronica, não nos é dado prolongar por mais tempo este preambulo, ainda que de utilidade historica.

Comecemos, pois, a revista, na observancia do estylo até agora seguido.

AGOSTINHO VIDAL LEITE DE CASTRO. — Mineiro, cremos que de Mar de Hespanha, filho de Francisco de Salles Oliveira Castro.

Alto, moreno, olhos pretos, barba á cavaignac, como estava então em voga. Cabellos pretos, meia cabelleira, repartida lateralmente e com topete no cimo da cabeça e tambem repartida atraz, segundo a moda dos *leões* da época.

Trajava com apuro: sobrecasaca com gola de velludo, chapéo alto, bengala, e, frequentemente, luvas de pellica preta ou de côr.

Era estudante intelligente e bastante applicado.

Tinha fortuna e outros elementos sociaes para fazer figura no scenario politico. Fel-a, com effeito, mas não tanto quanto promettia.

Advogou na Provincia do Rio, não sabemos bem se na Parahyba do Sul; depois da Republica, foi chefe de policia do Estado do Rio de Janeiro e deputado ao Congresso Nacional.

De passeio, uma vez, pela rua da Boa Vista (quando estudante, já se vê), em companhia do seu collega Pedro Vicente, com quem conversava, e como se offerecesse azada occasião, elle, sem malicia, deu uma beijoca em gentil mocinha que estava á janella... e continuou com toda a naturalidade o passeio e a conversa.

Quem acreditaria em tal, vendo-o trinta annos depois, grave e correcta auctoridade, pelas ruas de Nictheroy?...

É fallecido ha poucos annos.

AMERICO BRASILEIRO DA COSTA MOREIRA. — Fluminense, filho de José da Costa Moreira.

Estatura mediana, um tanto corpulento, moreno, cabellos pretos. Já não era creança. Intelligencia regular.

Não fez sulcos nem levantou vagas no oceano da vida, e seguiu... para a eternidade.

ANTONIO ALONSO DE FARIA. — Fluminense, filho de José Alonso de Faria.

Magro, alto, pallido, pouca barba, e esta preta, assim como o cabello, penteado, já se sabe, com a risca lateral e repartido por traz ao meio.

Usava monoculo. Estavam em muito apreço os monoculos, que eram então quadrados. Ou bem monoculo ou bem olhos. Quem não usasse olhos ou monoculo não era gente. Todavia, o mais *chic* era mesmo o monoculo. O *pince-nez* tinha cahido muito.

Estudante intelligente e applicado.

Seguiu a magistratura. Andou lá pelas bandas de Goyaz.

Não temos d'elle outra noticia.

ANTONIO AUGUSTO DOS REIS SERAPIÃO. — Mineiro, da Campanha, filho de João Possidonio dos Reis.

Alto, magro, moreno pallido, cabellos pretos, barba preta e escassa; ligeiramente curva-

lo. Fosse inverno ou verão, usava chapéo de Chile. Gostava de passeios a cavallo, e era bom cavalleiro.

Intelligencia regular. Applicação, a principio, nulla; tanto assim que teve de repetir quasi todos os annos e por vezes escapou, por um triz, de ser *jubilado*. Entretanto, *à force de forger l'on levient forgeron*; e assim, no 5.^o anno, já o Serapião dava soffrivelmente o seu recado.

Curioso por etymologias, indagámos — qual do appellido — *Serapião*, visto, no caso, não ter nome patronymico.

Disseram-nos que, quando estava para vir á luz o menino Antonio, pediram os seus paes a uma cigana o prognostico da creança nascitura.

— Será peão — vaticinou a sybilla.

Como sempre se introduz alguma obscuridade nos oraculos, ficou em duvida se o vaticinio se referia simplesmente ao sexo da creança, se, de preferencia, á sua futura profissão, ou se, num sentido geral, exprimia que, quando homem, viria a ser, como foi, valente cavalleiro.

Em todo o caso, porém, o dicto da bohemia originou para o menino um appellido, accrescentado depois ao nome.

Quando estudante, tinha elle pronunciada vocação pela musica e mesmo alguma cultura artistica.

Era um gosto ouvi-lo tirar accordes do seu mavioso violão.

Reunia-se com o Felisberto Horta, seu inseparavel companheiro e garrulo pistão, com o Venancinho Costa, eximio compositor e admiravel na rabeca, com o Pedro Rodovalho, seu rival no cavaquinho, e com outros *virtuosi* ⁽¹⁾ e então eram celestial delicia os concertos e as serenatas que elles formavam!...

O ponto de reunião era a *republica* do Rodrigo Leite, o mais ardente dos *dilettanti* academicos. Quem havia de dizer que o circumspecto senador paulista foi (e quem sabe se o é ainda?) um habil e apaixonado clarinettista?

Chamavam-lhe os collegas «o *Carnioli*», alludindo á sua paixão pela musica. E elle sempre justificava esse appellido, já, naquelles tempos, cuidando dos collegas artistas, affagando-os, zelando delles e dos respectivos instrumentos, como tambem, mais tarde, fazendeiro no Bananal, organizando e mantendo na sua fazenda de S. Francisco uma excellente banda

(1) De facto, a esse grupo artistico de alegres rapazes reunia-se por vezes, humilde na posição, mas nobilitado pela arte, o preto Venancio, notabilidade no violão. Era creado do Aubertin, superintendente da ferrovia ingleza. O seu amo, um exaltado *dilettante*, admirador do talento do Venancio, levou-o á Inglaterra e exhibiu-o nos aristocraticos salões de Londres, onde elle, cantando as *sentimentaes* modinhas brasileiras e os chistosos lunduns bahianos, conquistou francos applausos do frio e excêntrico temperamento britannico.

de musica de famulos seus, dirigida por habil maestro allemão.

Voltemos, porém, ao sympathico Serapião.

Depois de formado, regressou a Minas, onde exerceu em diversos termos e comarcas cargos de magistratura, até que veio a fallecer na terra do seu berço, ha cêrca de dois annos.

Como juiz municipal no sul de Minas, tornou-se celebre por se fazer acompanhar (empenho d'elle ou della?) por sua esposa em todas as diligencias judiciaes fóra da séde do juizado ou mesmo da cidade. Os jurisdiccionados davam o cavaco, por terem de hospedar juiz e juiza.

Era tio, por affinidade, dos drs. Sylvio de Almeida e Osorio de Almeida.

ANTONIO BENEDICTO MONTEIRO VIANNA. — Paulista, de Guaratinguetá, filho de Salvador Fernandes Vianna.

Altura regular, gordo, tez clara, olhos azues. Não se distinguio como estudante.

É fallecido desde muito, numa fazenda em Lorena.

ANTONIO CARLOS DE MORAES SALLES. — Paulista, de Campinas. Filho de Reginaldo Antonio de Moraes e parente de Campos Salles.

Era um dos mais moços da turma; não passava, no 1.^o anno, de um menino imberbe. En-

tretanto, intelligente e applicado; bom estudante. Character apreciavel, trato delicadissimo; era, por isso, estimado de todos.

Advogado em Campinas, adquiriu merecida nomeada, não sómente alli como em todo o Estado, de onde recebia consultas sobre pontos controvertidos de Direito.

Acommettido de fatal neurasthenia, por ella foi levado a desenlace fatal, ha tres para quatro annos.

ANTONIO AUGUSTO DA COSTA BARRADAS. — Fluminense. Filho de Antonio da Costa Barradas.

Estatura média, ou talvez pouco abaixo della; moreno, bigodes, meia cabelleira repartida atraz, como toda a gente a trazia; *pose* de diplomata. Correctamente e mesmo — elegantemente trajado. Estudante regular.

Advogado em Santa Catharina e em Juiz de Fóra.

Dahi por deante, perdemol-o de vista.

ANTONIO DE CARVALHO SERRA. — Maranhense. Filho de Joaquim Serapião Serra.

Gordo, pallido, quasi imberbe. Era o que, no calão academico, se chamava *cynico*. Convem explicar aos não iniciados que este epitheto era desviado, na applicação da época, da sua significação normal. Expressia simplesmente — homem

de poucas palavras, mau conversador, mata-prosa, em summa.

No mais, era Antonio Serra um vadio original, desses que ficam em casa, deitados, sem abrir livro, quasi sem falar, a contar as taboas do tecto.

Ignoramos o destino que tomou ao sahir da Academia.

AUGUSTO LOBO DE MOURA JUNIOR. — Paranaense, filho do dr. Augusto Lobo de Moura, que nascera em Portugal e se bacharelou em S. Paulo em 1835.

Estatura mediana, robusto, tez clara, corado, tirando para louro, voz aflautada e trato delicado.

Intelligencia regular e muito amor ao estudo.

Foi chefe de policia no Espirito Santo e no Paraná, e juiz de direito em Goyaz, na Uruguayana e em Campo Largo; pertenceu ao primeiro Tribunal da Relação instaurado no Paraná, depois da Republica.

Falleceu em novembro de 1904, em Curitiba, como desembargador aposentado.

ANTONIO GOMES DOS REIS JUNIOR. — Paulista, de S. José dos Barreiros. Filho do commendador Antonio Gomes dos Reis, que foi por muitos annos, naquella zona, importante chefe conservador.

Estatura regular, moreno pallido, muito crestado pelo sol das caçadas, pois era, de facto, apaixonado pela arte venatoria.

Isto de caçadas, é assim mesmo; não comporta meio termo: ou a gente as aborrece ou é por ellas apaixonado.

Estava o Reis nesta segunda categoria, e por signal que dahi lhe veio a antonomasia pela qual o conheciam nas rodas academicas: *Reis Caçador*. Descriminavam-no assim de outros Reis sem corôa, seus contemporaneos, a saber — o Reis *Philosopho*, ou Reis *Sem Nariz*; o Reis *Patusco*, e um seu primo e conterraneo, então *bicho*, ao qual já nos referimos na chronica da turma de 1873: o Reis... o Reis, como diremos? — o Reis *Cavaquista*: serve assim?

O Reis Caçador levou muitos annos a formar-se, não que lhe faltasse intelligencia ou elle se deixasse reprovar, mas porque, em regra, perdia o anno, excedendo o numero das faltas do regulamento. Outras vezes, quando os seus deveres de caçador lhe deixavam tempo para, de espavento, apparecer nas aulas, e elle assim não conseguia perder o anno, então apegava-se ainda a um recurso: deixava de fazer acto.

E conseguiu, dest'arte, prolongar a sua permanencia em S. Paulo, continuando na vidinha e proseguindo na emprehendida devastação de toda a caça dos mattos e campos circum-paulistanos.

Em geral, passava nesta capital as férias escolares, e isto por duas razões: a primeira, porque não interrompia assim as suas habituaes occupações do anno lectivo; a segunda, porque não se animava a affrontar a colera paterna.

Esta ultima razão não passava de mero pretexto. Elle conhecia a fundo o bondoso e fraquissimo coração do seu velho progenitor. Character arrebatado... mas sómente na superficie. Quando lhe chegava a noticia de que o filho perdera mais um anno, effectivamente esbravejava, ameaçava céos e terra; que havia de fazer, acontecer, etc.

Entretanto, quando por vezes vinha ás férias o joven caçador, e o carinhoso pae o avistava ao chegar, commovia-se profundamente e abraçava-o, com os olhos rasos de lagrimas e o coração a transbordar de contentamento: «Meu filho! meu filho!» repetia sem achar outra formula mais expressiva.

E não sómente não lhe falava na perda do anno, como (sublime delicadeza do carinho paterno!) nem mesmo admittia de quem quer que fosse a mais longinqua allusão áquelle facto.

O dr. Antonio Gomes dos Reis é lavrador em S. José dos Barreiros, gosta ainda de caçadas e tem a mesma alma ingenua e affectuosa dos tempos da Academia.

Devemos-lhe muitos favores, entre os quaes

algumas das melhores aneddotas que temos referido.

ANTONIO ANTUNES RIBAS. — Natural do Paraná, mas educado desde a infancia no Rio Grande do Sul, em Cruz Alta. Filho de Antonio Antunes da Costa. Estatura acima de mediana, tronco reforçado, tez morena, barba á cavaignac e grande cabeça — o que lhe originou o appellido — *Ribas Cabeça*.

Era, não obstante, bem apessoado. Saúde vigorosa, animo intemerato, character alevantado, generoso coração. Era um forte.

Seus defeitos? Constitue defeito num estudante o ser trocista? Neste caso, não seria o Ribas positivamente um santo.

Estava elle sempre a imaginar impagaveis brincadeiras, ou mesmo a improvisal-as quando se lhe offerecia ensejo. Isto quer dizer — quasi a todo momento.

Não duvidaremos, para condescender com o leitor, mencionar aqui algumas destas facecias.

Fique, porém, consignado, antes de proseguirmos — que o Ribas era dotado de bello talento e possuia em grau subido predicados de orador, ou antes, de tribuno popular. Para o effeito das suas vibrantes allocuções contribuiam poderosamente a sua voz forte e avolumada e o seu busto leonino.

Era ainda muito joven quando veiu a S. Paulo. Talvez para sujeital-o a uma severa disciplina, propria a modificar-lhe o espirito arrebatado, puzeram-no como interno no Seminario da Luz.

Alli conservou-se por algum tempo estudando preparatorios. Alli mesmo, porém, não deixou de fazer das suas.

Assim, narra a chronica do tempo que, inculcando-se padre, elle ouviu no confessorio um *formigão* novato e lhe deu por penitencia cantar em voz alta a *Salvè Rainha* por occasião do recreio.

A consequencia dessa brincadeira foi, para o Ribas, o *quarto escuro* e depois a sua expulsão do Seminario, com o que, valha a verdade, elle pouco se affligiu.

Entrou em seguida para o *Atheneu Paulistano*, estabelecido então na ladeira do Porte Geral, e posteriormente no grande predio entre a rua Alegre e a de Santa Iphigenia, onde esteve a Escola de Pharmacia e está hoje installado o Conservatorio de musica.

Era então dirigido pelo honrado cidadão e bondoso educador sr. Julio Galvão de Moura Lacerda, a quem os rapazes alcunhavam *Julio Paganini*. (1)

(1) Ninguém nos ponde explicar a origem deste appellido. Seria uma allusão maligna á pericia, tão generalisada, na arte de *tocar rabeca*, em sentido figurado?

Nesse estabelecimento de ensino, praticou o Ribas diabruras... Foi sempre o chefe, ora de *grèves*, ora de assuadas contra o director e os lentes.

Numa destas occasiões, tal celeuma se produziu, que teve de comparecer no collegio, em pessoa, o chefe de policia, acompanhado de força publica, e de effectuar a prisão do Ribas Cabeça. Relaxou-a, porém, pouco depois, a pedido do conego Ildefonso Xavier Ferreira, correspondente e amigo do turbulento rapaz.

Noutras occasiões, o attribulado director levava o caso para o terreno do espirito e porfiava em jocosidades com o seu insubordinado alumno.

Assim, de uma feita, preso na *cafua*, o Ribas escreveu na parêde: «Se eu não fosse o Ribas, quizeria ser Napoleão».

Mais tarde, vindo inspeccional-o, o director leu aquelle distico, e logo escreveu por 'baixo:

Se tu não fosses pimpão,
Não estarias na prisão;
Mas com agua e pão
É facil a digestão!

O Ribas esperou que se retirasse o Julio, depois do que traçou rapidamente este improviso:

É do Julio Paganini
Esta quadrinha pernetta;
Se elle é forte na *rabeca*,
Em versejar não se metta!...

Entretanto, nem sempre se compadecia com a situação esse humorismo de um e de outro.

Assim, em consequencia de um dos barulhos promovidos no collegio pelo Ribas, teve mau successo a virtuosa consorte do director.

Este, afflicto, e com o intuito de provocar o arrependimento do irrequieto alumno, chamou-o para ver a creança recém-nascida morta:

— Está ahi, sr. Ribas — disse-lhe compungido — contemple a sua obra!...

— Minha obra, não, sr. Julio; oh! não diga isto! É sua!

O almoço no *Atheneu* constava apenas de chá (do Morumby, já se vê) e de um pão de dois vintens (o mesmo que hoje se vende a tostão). Quando se apresentava o copeiro com a bandeja dos pães, era um *avança* medonho dos *cascabulhos*, de modo que os discretos, os lerdos, ficavam a vêr navios.

O Ribas, favorecido por um sobretudo de mangas largas, de que usava, servia-se ostensivamente de um pão, mas escamoteava dois outros.

Isto, porém, sómente por amor á arte, pois que repartia a presa com os collegas mais amigos.

É possivel que o copeiro desse pela prestidigitação, mas tinha, segundo parece, serios motivos para não denunciar o facto.

Muito maguado por ter perdido uma ben-

gala de unicornhe com castão de ouro, o respeitavel director do *Atheneu* fez inserir no *Correio Paulistano* um annuncio promettendo gratificação a quem tivesse achado e lhe restituisse aquelle objecto.

No dia seguinte, na mesma folha, deparou-se-lhe uma publicação, declarando que á rua de S. José n.º... estava uma bengala de unicornhe, que seria entregue a quem dêsse os respectivos signaes, etc., etc.

— É a minha! — disse alvoroçado o sr. Julio Galvão. E seguiu, sem demora, a reclamar o objecto annuciado.

Ao chegar á casa indicada, bate palmas, e surge-lhe no patamar o estudante Ramos Nogueira. Má impressão para ambos, pois eram inimigos.

— Que deseja o senhor?! — interpellou em tom colerico o dono da casa.

— A minha bengala.

— Que bengala?! Que historia é essa?

— A minha bengala, que o senhor annunciou.

— Que eu annunciei! O senhor está doido?

— Doido é elle! Alto lá! Veja esta publicação.

O Ramos, surprehendido, leu o trecho que lhe era apresentado, e respondeu, com mau humor:

— Isto é alguma caçoada que lhe fizeram...

— A mim, não; ao senhor!

— A você, sim, seu *Paganini*!

— Foi a você, seu *Pereréca*!

Nisto intervem em tom conciliador o Ribas, que *casualmente* por alli passava, e *fôra extranho* a todo aquelle episodio:

— Não se queimem por tão pouco; nenhum tem razão de queixa: de certo a brincadeira foi com ambos.

Matriculado no curso superior, não conseguiu o Ribas, por diligencias que empregasse, fazer má figura nas aulas. Era vadio, mas, mesmo assim, a sua lucida e aguda intelligencia suppria em parte a falta de applicação.

Bastava-lhe olhar de relance para os auctores, ou apenas ouvir a prelecção, e... prompto!

Imaginem agora se elle se resolvesse a estudar...

Segundo nos informa um seu amigo intimo e indefectivel companheiro de casa, o Ribas não se furtava jámais, quando convidado, ás emocionantes caçadas nocturnas de cabritos e gallinaços, de parceria com o Carijó, o Domingos Marcondes, o Pedro Rodovalho, o Agostinho Vidal e outros collegas, afeiçãoados a este *sport* academico.

Não poupava nas suas troças os amigos e os mais dedicados dos seus companheiros de casa.

Em ambas estas categorias estava o João Carvalho, estudante paulista, do Bananal, que cursou até ao 2.^o anno e depois abandonou os estudos. O João Carvalho, hoje residente nesta capital e respeitavel pae de familia, era o *fidus Achates* do Ribas.

Tinha elle uma namorada...

Esperamos que lhe não vá ás mãos, por isso, a sua digna esposa, nossa conterranea, mesmo porque os direitos conjugaes não podem retroagir a ponto de comprehender periodo anterior ao casamento. E depois, deve saber aquella senhora que, em geral, quanto mais peralta um homem tenha sido, em solteiro, mais fiel se torna depois de marido. *Il faut bien que jeunesse passe.*

Estavamos dizendo, pois, que o João Carvalho tinha uma namorada, e de peregrina belleza, segundo elle confidencialmente informa. Acontecia, entretanto, que, por timidez, nem ou-sava, sequer, cumprimental-a.

Numa tarde, o bregeiro do Ribas sahe com elle a passeio de braço dado, e, ao enfrentar a casa da graciosa menina, que estava á janella, passa o braço por sobre os hombros do amigo, e, num rapido movimento, tira-lhe o chapéo e faz com elle num gesto largo uma expressiva barre-tada. Ella correspondeu risonha e surprehendida á inesperada saudação.

O João Carvalho, porém, ficou rubro, depois

pallido, depois macillento, trémulo, agitado, comovido, sem saber se deveria amofinar-se ou ficar contente com o occorrido.

Levou uma semana a commentar o caso.

Assignalava-se o Ribas como excellente cavalleiro. Não fosse elle gaúcho...

Quando ia com outros collegas alugar *canivetes* na cocheira do capitão Miranda, para algum bota-fóra até á *arvore das lagrimas*, ou para as jaboticabas na Bella Cintra ou no Barro Branco, pedia elle invariavelmente para si o *pito* mais chucro, mais empacador e manhoso.

É excusado explicar que na volta o Bucephalo via-se transformado em Rossinante, e estava entregue, frouxo e derreado.

Tinha tal gosto em cavalgar que, numa das suas férias, fez por terra a cavallo as centenas de leguas entre S. Paulo e o Rio Grande.

Para augmentar o conforto da viagem, teve a lembrança original de deixar crescer a barba e vestir um habito. Em todos os pousos era acolhido com affago o *padre santo*; tudo lhe eram facilidades, e os presentes de frangos, ovos, leitões, fructas, etc., acudiam-lhe com prodigalidade. Elle, bondoso, abençoava de todo o coração a gente que pelo caminho o mimoseava com presentes. Della obtinha todo o necessario para a viagem. E o mais que quizesse e houvesse, era sómente pedir por bocca...

No 4.º anno seguiu em companhia de Martinico, seu inseparavel amigo, para o Paraguay, como *voluntario da patria*.

De passagem por Montevideu, achou-se numa noite envolvido em grande *rôlo*, dentro de um café, com um magote de orientaes, *blancos* provavelmente, que chasqueavam dos brasileiros.

Corajosamente desancou com a sua durindana tres ou quatro daquelles insolentes, e tambem recebeu em troco, na refréga, um grande golpe no hombro.

Tomou parte em varias escaramuças com os soldados de Lopez. Banhando-se, porém, muitas vezes no Rio Paraná, em consequencia do calor excessivo da estação, o heroe rio-grandense viu-se victimado por uma erupção de mau character, que o obrigou a voltar a S. Paulo.

Ainda uma estudantada do Ribas, que nos foi referida por testemunha presencial:

Morava na rua do Quartel, nesta cidade, uma linda hespanholita recém-chegada e muito requestada por toda a alta roda academica e certa burguezia ricaça da Paulicéa.

Era uma fortaleza que se não rendia, talvez á espera dos recursos de Philippe — o ouro, e muito ouro.

Foi ella prevenida por alguns estudantes de que á noite lhe seria apresentado um sertanejo

bastante rico, porém boçal, quasi imbecil, cuja bagagem ficára em Pinheiros, onde estava acampada a sua enorme boiada. Em tudo acreditou a bella hespanhola e planejou desde logo rendosa conquista.

Á noite, o Ribas calçou grandes botas brancas, envergou pala, adornou-se, ou antes, desfigurou-se com barba postiça, desabou amplo chapéo de Chile e dirigiu-se, em companhia de alguns collegas, á casa da ambiciosa andaluza.

Depois de apresentado, desempenhou-se maravilhosamente do seu papel, desfiando com espirito um rosario de despropositos, debaixo de imperturbavel seriedade.

— Mecê tenha as boas noites, moça.

— Buena noche, caballero.

— Não arrepare neste traje, porque eu venho de longe. Moro em Calcuttá, que fica nas banda dos Goyaz. Ha quatro meis que não saio de cima da «Faceira». Aquillo é que é mula de virá e rompê!

— Mui bien! Mui bien!

— Passado um dia de viage, arranchemo em Bombaim, onde fomo atacado por Annibal e por Leonidas, chefres de ciganos...

— Caramba! Que han hecho ustedes?

— Fizemo carniça daquelles diabo, com perdão da palavra...

— Caramba!

— Viagemos mais uma sumana, e quando

cheguemo a Salamina, bem perto de Lepanto, Virge Nossa Senhora!...

— Que es acontecido, entonces?

— Um bando de bugre, siá dona, um bando de bugre nos atacou de bodoque.

— Que barbaros!

— Foi um baruío que Deus te livre. Mais, porém, a minha gente era turuna. Matemo gentio como quem mata içá, quando tá p'ra chovê. Morreu um chefe chamado Mirabô, de cara be-xigosa, e outro chamado Montezuma, e outro chamado Massena. Foi um tempo quente. Não perdemo cabôco, porquê nós tinha garrucha de dois cano. Tambem tivemos briga em Marengo, Austroliz e Sucupira. No arraial de Marathona tivemos um catêretê chibante. Sapatiei com Popéa, muié de nhô Nero: era uma tyranna que sabia repinicá. Simão de Nantua dansou com Carlota Corday e com siá Helena, caseira de Menelau.

UM ESTUDANTE: — Como é que mecê se lembra de tantos nomes tão exquisitos?

— Eu lhe digo, nhô moço — replicou o Ribas; — um franceis das Francias, que vem conmigo, escreveu tuda essa historia. Depois, suspendemo acampamento, atravessemos o rio Volga, onde perdi um boi afogado, e rodemos p'ra cá. Entre parente: siá dona não terá algum espirito p'ra nós bêbê? Calô tá fazendo a gente suá.

— Como no?! — disse a moça.

E, num piscar de olhos, o caipira e os companheiros enxugaram seis garrafas de cerveja.

Ao despedir-se, o caipira goyano de Calcuttá pediu licença para no dia seguinte repetir a visita.

O Ribas foi pontual ao *rendez-vous*.

Voltou, porém, casacalmente trajado com todo o apuro do luxo e da elegancia.

Não foi reconhecido senão quando tratou de arremedar o boiadeiro da vespera.

Divertiu-se a moça com a espirituosa pilheria, e, em vez da conquista que planejára, foi ella, ao contrario, a conquistada.

Ao sahir da Academia, o Ribas deixou em S. Paulo, com a casca do estudante, as boas pandegas e as troças engraçadas, conservando, porém, incolume a sua altivez de espirito e tratando de ser na sociedade um homem util, um cidadão prestimoso.

Casou-se no Paraná com uma filha do commendador Rozeira, e foi residir em Porto Alegre.

Embora republicano exaltado desde os tempos da Academia, esteve por algum tempo alistado no partido liberal, que o elegeu deputado á Assembléa Geral em 1881.

Pouco fez nesse posto, que logo abandonou por divergencia com Gaspar Martins, o chefe su-

premo e incomparavelmente auctoritario daquelle partido no Rio Grande do Sul.

A divergencia foi motivada pelo apoio que o Ribas julgou dever prestar ao ministerio Paranaguá, o qual Gaspar hostilisava e o invectivára como «sahido dos quartos baixos do paço de S. Christovam».

Foi chefe de policia no memoravel governo de Julio de Castilhos, tendo-se filiado ao partido republicano desde 1887.

Nesse cargo prestou serviços assignalados á Republica e á causa da legalidade. Além disso, expurgou toda a campanha dos innumerados ladrões de animaes e dos malfeitores que a infestavam. De uma illimitada devotação aos deveres que lhe incumbiam, andava, ás vezes, 20 e 25 leguas a cavallo num só dia!

Em 1895 trabalhou activamente pela pacificação do Rio Grande, e nesse nobilissimo empenho prestou a mais efficaz cooperação aos esforços de Prudente de Moraes.

Era ultimamente desembargador aposentado e grão-mestre da maçonaria rio-grandense.

Vivia em Porto Alegre, onde ha cêrca de dois annos veio a morte surprehender aquella vigorosa existencia.

CANDIDO ALVES DUARTE E SILVA. — Fluminense, de Saquarema; filho de Nuno Alves Pereira da Silva.

Alto, magro, pallido, escassa barba; usava oculos.

Intelligente e bom estudante.

Seguiu a judicatura. Foi juiz municipal de Saquarema e de S. Pedro da Aldeira, comarca de Cabo Frio.

Falleceu ha cerca de seis annos em Itaboraahy.

CARLOS AUGUSTO DO AMARAL SOBRINHO. — Paulista, de Campinas; filho de Antonio Rodrigues de Almeida.

Moreno, alto, grande cavaignac, bonita figura.

Estudante regular.

É fazendeiro no Amparo e residente em S. Paulo.

Era, na politica local, uma das fortes columnas do partido liberal. Tem conservado intacta no regimen republicano a sua fé monarchista.

CARLOS AUGUSTO DE SOUZA LIMA. — Paulista, campineiro.

Menino imberbe, pallido, cabellos crescidos e pretos, feição sympathica e expressão physiologica cheia de meiguice.

Talentosissimo. Oxalá fosse elle mais applicado!

Uma vez, foi raptado e esteve por muitos

dias sequestrado pela Antoninha Bella, que tinha por elle ardente «*paixa*». É de crer que o joven estudante não tivesse feito grande esforço por se livrar do rapto e do sequestro.

Em todo o caso, o seu desaparecimento produziu cuidados na Academia e a policia preocupou-se delle.

Embora pouco estudioso, sempre Souza Lima fez boa figura nas aulas. Dava regularmente os seus 39 pontos, e depois, com a espada de Damocles sobre a cabeça, atirava-se com a ferro aos livros e distinguia-se nos actos, tanto pelos conhecimentos juridicos que revelava como pela fluencia na exposição e agudeza de espirito no discutir.

Depois de formado, exerceu alternativamente a advocacia e a magistratura, ora nesta capital, ora noutras cidades, sempre neste Estado, chegando a occupar por muitos annos o elevado cargo de presidente do Tribunal de Justiça.

Foi tambem, por algum tempo, professor de mathematica no Curso Annexo á Faculdade de Direito.

Em todos estes postos, o dr. Souza Lima assignalou-se por notaveis predicados de superior intelligencia, de estudo e de integridade de character.

Era republicano historico.

Falleceu ha cerca de quatro annos.

CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI. — Mineiro, filho de Ernesto Benedicto Ottoni e sobrinho do grande Theophilo e de Christiano Ottoni.

De estatura regular, já corpulento e prometendo mais; moreno, pouca barba.

Habil e estudioso.

Foi presidente da Provincia do Ceará, em 1884, e deputado ao Congresso Federal na legislatura passada e na actual.

CASSIANO CANDIDO TAVARES BASTOS. — Alagoano, filho do conselheiro José Tavares Bastos e irmão do eximio publicista Aureliano Candido Tavares Bastos.

Estatura regular, o que vale dizer — o mais alto da familia; pallido, magro, pouca barba.

Foi distincto estudante.

Occupa elevado posto na magistratura do Districto Federal.

DOMINGOS MARCONDES DE ANDRADE. — Fluminense, de Barra Mansa. Filho do capitão Marcos Marcondes de Andrade.

Estatura mediana, tez clara, cabellos castanhos, barba... em perspectiva, physionomia viva e cheia de expressão.

Poeta, orador e bom estudante.

Sabia e executava com graça varias sortes de magica, e com isto muito se divertia e divertia aos collegas.

Foi advogado em Barra Mansa e no Rio Claro, da Provincia do Rio, promotor publico em Bananal de S. Paulo; deputado á Assembléa Provincial do Rio de Janeiro; promotor publico em Itaguahy; juiz municipal no Porto do Cachoeiro, Estado do Espirito Santo. Deixou então a magistratura e veio advogar na cidade do Rio Claro, Estado de S. Paulo, onde actualmente reside.

EMILIANO PIRES DE AMORIM. — Fluminense, filho de José Pires de Amorim.

Alto, gordo, moreno, quanto ao physico. No moral — intelligente e bom.

Fez, durante o quinquennio juridico, figura acima de regular.

Seguiu a magistratura.

A um seu collega, que o encontrou juiz de direito numa boa comarca do Espirito Santo, declarou que havia pedido remoção porque desejava não passar á categoria de tio e não via na sua comarca com quem se devesse alliar matrimonialmente.

Removido para a Provincia de Minas, alli de prompto se completou moral e socialmente, achando a *metade* pela qual a sua alma tanto suspirava.

ESTEVAM JOSÉ DE SIQUEIRA. — Fluminense, filho de outro de igual nome.

De pequena estatura, magrinho, louro, quasi imberbe.

Vinha de anno superior.

Intelligente e pouco applicado.

Muito sociavel.

Foi juiz municipal em Jundiahy. Mudou-se, depois, para a Provincia do Espirito Santo, onde continuou na carreira da magistratura, vindo a occupar os mais altos cargos, cremos mesmo que o de presidente do Tribunal de Appellação.

EZEQUIEL DE PAULA RAMOS. — Paulista, do Bananal; filho do commendador Francisco Ramos de Paula.

Estatura regular, moreno pallido, cabellos pretos, barba... trazia sómente bigodes.

Sómente mais tarde começou a conservar a moda, convenientemente aparada, e emmoldurando-lhe decorativamente a face.

Olhar expressivo, cheio de candura e bonalade; fronte intelligente. Aspecto geral — serio em affectação e sympathico.

Era, como dissemos, um grande estudante, primeira figura do anno.

Defendeu theses com brilhantismo e alcançou approvação unanime em ambos os escrutinios regulamentares: o que exprime que teve a nota — *plenamente*.

Em geral um estudantão não pratica estu-

dantadas. É que nem sempre ha tempo para tudo, nem mesmo sómente para todas as coisas boas.

De Ezequiel, entretanto, poderíamos dizer que no seu 5.^o anno algo se divertiu...

Além dessas reticencias não irá, porém, a nossa indiscreção.

Ao sahir da Academia com ambas as cartas que gloriosamente conquistára, abriu escriptorio de advocacia na cidade da Limeira, onde se casou em distincta e abastada familia paulista, e se constituiu fazendeiro.

Vinha alistado, tanto pelas suas idéas como pelas tradições de familia, nas fileiras do partido liberal, e nelle sempre militou, ora arregimentado, ora em facções dissidentes.

Durante todo o periodo monarchico não representou Ezequiel Ramos na scena da alta politica o papel eminente a que lhe davam direito o seu talento, a sua illustração e os seus outros predicaos moraes. Não explica sufficientemente esta preterição o facto de ser diminuto o numero dos cargos da representação popular e avultado o das pretensões a desempenhal-os, pois restariam, ainda assim, as commissões politicas, para não falar noutras — as presidencias das provincias.

É que, partidario embora, elle não se enfeudava como vassallo a nenhuma das quatro ou

cinco suzeranias rivaes, que constituíam outras tantas greys fraccionarias no seio do partido liberal paulista.

O advento da Republica veio encontral-o a chefiar no municipio da Limeira um grupo dissidente sob a denominação — *partido democrata*, e com programma quasi republicano.

Dahi evolueu naturalmente para o novo regimen que despontava, e nelle se constituiu, para a sua organização e consolidação, um dos mais auctorizados, leaes e vigorosos cooperadores.

Mudado para esta capital, o dr. Ezequiel Ramos fez parte do Congresso Constituinte do Estado, em cujos trabalhos *pars magna fuit*, pois lhe coube a honrosa tarefa de relator do projecto da Constituição. Nessa qualidade, como era natural, tomou parte activa nos debates, revelando sempre uma orientação liberal segura e criteriosa.

Terminada a sessão constituinte e começada a 1.^a legislatura, continuou Ezequiel Ramos, como senador, a collaborar activamente na confecção das leis organicas do Estado, até que, sobrevindo, em novembro de 1891, o golpe de Estado do marechal Deodoro e tendo adherido ao mesmo o dr. Americo Brasiliense, então presidente de S. Paulo, elle se declarou em opposição ao mesmo, conjunctamente com Martim Fran-

cisco, Brasílio dos Santos, Ricardo Baptista e Teixeira de Carvalho.

Acclamado presidente, em 14 de dezembro daquelle anno, o dr. Cerqueira Cesar, e por elle dissolvido o Congresso do Estado, foi restituida a Ezequiel Ramos a sua cadeira de senador, e pelos votos dos seus pares teve elle a presidencia do Senado.

Foi de novo re-eleito para o sexennio de 1898-93. E ainda nesta legislatura lhe coube sempre, em todas as principaes questões que se debateram, proeminente papel.

Victimada por grave affecção cardiaca, foi ceifada esta preciosa vida a 24 de março de 1905.

FRANCISCO ALVES GUIMARÃES. — Paranáuense. Filho de João Francisco Guimarães.

Magro, baixo, moreno, pouca barba. Bom estudante.

De volta, graduado em direito, á sua terra natal, alli exerceu varios cargos administrativos, entre os quaes o de director da Instrucção Publica, e foi advogado notabilissimo no fôro de Curityba.

É fallecido ha cerca de dez annos.

FRANCISCO CANDIDO DE BULHÕES RIBEIRO. — Fluminense. Filho de Francisco Manuel de Bulhões Ribeiro.

Alto, corpulento, claro, olhos grandes, bella

figura, que lhe dava propicio acolhimento pelo bello sexo: com o que elle, por certo, não se mortificava. Tanto assim que, uma vez, animado por anteriores triumphos, elle fazia a côrte a uma senhorita do *high life* paulistano, das mais requestandas, e, na verdade, linda e captivante; esta, provavelmente por ter outras vistas mais praticas, interpellou-o á queima-roupa — quaes eram os seus intuitos e a sua posição social.

Desgostoso de tanto positivismo, o Bulhões Ribeiro desviou-se daquelle objectivo e fez-se de vela para outras plagas...

Ao matricular-se no Curso Juridico trouxe um diploma de bacharel em letras, que sempre soube honrar nos prelios academicos, salientando-se como estudante intelligente e applicado.

É advogado no Rio de Janeiro.

FRANCISCO DA COSTA CHAVES FARIA. — Fluminense, da Côrte; filho de Francisco da Costa Faria.

Estatura mediana, meio louro, bonita apparencia. Trajava com elegancia.

Estudante mais que regular.

FRANCISCO CORRÊA FERREIRA RABELLO. — Mineiro, filho de Francisco José Corrêa.

De pequena estatura, moreno, barba aparada e pouca.

Bom estudante.

Era conhecido nas rodas mais intimas pelo appellido de *Pichico*.

Estava um dia dando lição na aula de Economia Politica o Prestes Pimentel. A materia explicada no dia anterior era a *classificação das industrias*. No desenvolvimento desse ponto tinha-se demorado a Cadeira em demonstrar a imperfeição da classificação de Dunoyer, em industrias *extractiva — agricola — manufactureira* e de *transportes*; e tambem da de Courcelle Seneuil, que á mesma accrescentava — a *commercial*.

Um dos argumentos da Cadeira (o dr. Benevides) consistira em demonstrar a arbitrariedade em collocar os *lacticinios* na classe da industria *agricola*.

O estudante, talvez, em allusão, ligeiramente ironica, á prolixidade da prelecção, começou dizendo:

— Vamos tratar da importante questão da manteiga.

O dr. Benevides não apreciou este exordio, mas limitou-se a tossir e a concertar a garganta.

Em seguida, contestou o estudante que fosse aquella a doutrina de Courcelle Seneuil, como affirmára a Cadeira.

Então, o dr. Benevides, interrompendo a lição, insiste na sua affirmativa.

Nisto, pede a palavra o *Pichico*, e, tendo-a obtido, limita-se a dizer:

— É esta uma simples questão de facto.

Trago aqui o Courcelle Seneuil e passo a lêr a opinião delle no ponto indicado pela illustrada Cadeira.

De facto, este auctor não enunciava a opinião que lhe era attribuida; elle comprehende a industria dos *lacticinios*, como subdivisão da *pecuaria* que, por sua vez, juntamente com a *pesca* e a *caça*, são *industrias annexas* á da agricultura, ao contrario da doutrina de outros economistas, que consideram todas estas especies como — *industria extractiva*.

O *Pichico*, dahi por deante, ufano com o quinhão que tinha dado, tomou assim uns ares de eximio economista...

Depois de formado, exerceu a advocacia, parece-nos que na Leopoldina ou em Mar de Hespanha, e foi deputado ao Congresso Federal.

FRANCISCO EVANGELISTA DE ARAUJO. — Mineiro, filho de João Evangelista de Araujo e nascido em 1842.

Estatura regular, claro, cabellos louros, que trazia á meia cabelleira: usava bigodes e cavai-gnac, louros, naturalmente.

Rico, talentoso e applicado, entretanto despretencioso e modesto. Amicissimo do seu collega Pedro Vicente.

Quando caloiro, tirou numa grande rifa que correu pela Academia um esplendido cavallo branco, no qual se aprazia em passear todas as

tardes, fazendo *successo* entre os collegas e o bello sexo paulistano, mas... *insuccesso* perante a mesa examinadora do 1.º anno.

Tinha em Tres Pontas uma boa fazenda de crear e muito se deleitava nos cuidados da industria pecuaria.

Exerceu no seu municipio natal e na Provincia de Minas varios cargos de eleição popular e foi eleito deputado provincial e geral em varias legislaturas, e todos esses mandatos politicos elle desempenhou com zelo e patriotismo.

Alliou-se á familia do Barão de Pontal, o chefe mais proeminente da politica sul-mineira.

Falleceu em 1884, legando com a liberdade a terça parte da sua fortuna aos seus escravos, e fazendo no testamento — a apologia da abolição e da Republica, pois sempre foi, apesar do atrazo dos tempos, abolicionista e republicano.

Residia em Tres Pontas, deixando numerosa familia.

Era sogro do dr. Veiga Filho, illustre lente da nossa Faculdade.



CAPITULO VII

A turma academica de 1862-66

SEGUNDA PARTE

Francisco Veiga. — Quintanilha. — Araujo e Silva. — Francisco Gualberto. — Valmont. — Um hercules da Mourama. — Paixão romantica. — Uma caçada celebre. — Sapo impenitente. — Bohemio noctivago. — Andarilho. — Forte carregador. — Desenlace fatal. — Ferraz e Souza. — Rodrigues dos Santos. — Galduino Travassos. — Geraldo Belens. — Graciano de Azambuja. — Um baile pittoresco. — Dados biographicos. — Alves de Carvalho. — Marques de Carvalho. — Herculano de Figueiredo. — Baptista Drummond. — Baptista Furtado. — João Candido. — Notas biographicas. — Segundo tomo do dr. Fonseca. — O jogo da paciencia. — Um sacrificio invejado. — Gomes da Silva. — Jiquiriçá. — Joaquim Penido. — Joaquim Piza. — Barros Duarte. — Calazans. — Domingues dos Santos. — Ferreira de Menezes. — Sua evolução mental. — Folhetim nas licções. — O mosquito e o leão. — Moraes Junior. — Machado Cesar. — José Penido. — Marcondes Cesar. — Duarte Ribas. — Xavier de Toledo. — Sua fê de officio. — Ladrões de gallinha presos e... festivamente acolhidos.



FRANCISCO LUIZ DA VEIGA. — Mineiro da Campanha... pois que a Campanha é o berço natal dos Veigas.

Filho do tenente-coronel Lourenço Xavier da Veiga.

Estatura regular, moreno pallido, barba á

cavaignac, cabellos pretos á meia cabelleira, repartida lateralmente, como se usava. Aspecto grave, physionomia concentrada; um tantinho surdo e tatibitate. Já não era menino.

Estudante de primeira plana, tanto pelo talento como pelo estudo.

Fôra alumno do afamado Collegio Marinho do Rio.

Membro de diversas associações literarias, que pullulavam na Academia, nalgumas dellas exerceu a presidencia, para o que com razão lhe achavam os collegas figura assaz decorativa.

Tambem fazia desde esse tempo o seu tirocinio no jornalismo, honrando as gloriosas tradições de familia legadas pelo grande Evaristo.

Ao sahir da Academia, dedicou-se primeiramente á carreira de advogado e abriu escriptorio, a principio em Porto Alegre, depois em Ouro Preto.

Na administração publica exerceu o cargo de secretario da provincia de Sergipe, em 1868, para onde foi quando presidente Evaristo Ferreira da Veiga, seu irmão, formado em 1855, e depois senador do Imperio; e o de inspector da thesouraria provincial de Minas.

Foi deputado á Assembléa Provincial mineira em muitas legislaturas, e deputado geral em mais de uma. Após a proclamação da Republica, foi eleito representante ao Congresso Constituinte e tem sido constantemente deputado ao

Congresso Nacional, onde já occupou o cargo de vice-presidente da Camara e bem assim o de presidente da commissão de orçamento.

O dr. Francisco Veiga redigiu por longos annos, em Ouro Preto, a *Resenha Juridica*, apreciada revista de direito e jurisprudencia, e rege presentemente uma cadeira de lente na Faculdade Livre de Bello Horizonte.

É deputado federal, com o pé no degrau para uma cadeira de senador.

É pae do dr. Edmundo Veiga, formado em S. Paulo em 1889, actual secretario do conselheiro Affonso Penna.

FRANCISCO MACIEL GAGO QUINTANILHA. — Fluminense. Filho de Francisco Manuel Gago Quintanilha.

Moreno, corado, bem moço, quasi um menino. Não possuia então os bellos bigodes que depois lhe adornaram o rosto.

Bastante applicado e regularmente habil. Seguiu a carreira judiciaria.

Nenhuma outra informação nos consta.

FRANCISCO DE PAULA ARAUJO E SILVA. — Fluminense. Filho de Luiz Ferreira de Araujo e Silva.

Era um bonito moço, moreno pallido, estatura regular, olhos e cabellos pretos. E depois, trajava, no rigor da moda, roupa de talho flumi-

nense, denunciando a já admirada thesoura do Raunier.

A proposito de moda: as calças a balão começavam a cair da voga; não assim, na *toilette* feminina, os vestidos a balão.

A sobrecasaca cedia o passo ao fraque; e quanto ao chapéo, usava-se muito cartola, bem alta e direita. Entretanto, os chapéos *melão* despontavam já no horizonte.

Araujo e Silva era bacharel do Collegio Pedro II e no curso juridico distinguui-se bastante, como em geral se distinguem os bachareis em sciencias e letras, por disporem para os estudos superiores de solidos preparos.

Exerceu cargos de magistratura no Rio Grande do Sul.

FRANCISCO GUALBERTO DA SILVA. — Fluminense, de Valença. Filho de João Gualberto da Silva.

Conhecemol-o estudante de preparatorios, em Barra Mansa, em 1860, no Collegio Joviano, onde tambem eram alumnos internos Antonio Leite e Joaquim Leite Filho, Vieira Ferraz, Elpidio e Braulio Gomes, Hilario Figueira, os irmãos Baptista Marcondes Celso e Alvaro Rodovalho, Antonio Manuel de Freitas e Celso dos Reis, os quaes tomaram diversos rumos nos estudos superiores; além de muitos que não proseguiram na carreira das letras.

O Gualberto, no tempo em que cursou a Academia de S. Paulo, era de estatura pouco elevada, gordo, moreno carregado, ou antes, para dizer com franqueza, pardo claro; imberbe, feio. Em compensação, sympathico, bom estudante, bom rapaz e optimo collega.

Era intelligente e assiduo ás aulas ou *assento de ferro*, quasi na phrase pittoresca (pois ella é mais crúa) com que pelos vadios são acoimados os estudantes frequentes.

De temperamento communicativo e amavel, dava o cavaco por uma boa prosa, para a qual contribuia com a sua *verve* inexgottavel.

Advogou, por algum tempo, na sua terra natal porém com pouco successo. Tambem se envolveu na politica local, como conservador.

É fallecido ha cerca de trinta annos.

FRANCISCO DE PAULA COELHO VALMONT. — Mineiro, de Pouso Alto. Filho de Francisco de Paula Coelho.

É uma originalissima figura, das mais characteristics que teem perambulado sob as arcadas da Academia. E foi, aliás, romantizado num trabalho literario de Ramos Figueira: é o *Dalmo* dos *Mysterios da noite*.

O primeiro ponto que nos preoccupou foi o seu appellido *Valmont*, que, como se vê, não lhe veio do sobrenome paterno.

Disseram-nos que elle o adoptou como tri-

buto de gratidão a um protector assim chamado.

O seu aspecto physico, algum tanto rustico, era o de um Hercules, tendo nas veias muitas gottas de sangue mouro. Alto, grosso, espadaúdo, bastante trigueiro, rosto bexigoso, olhos estrabicos, voz de baixo profundo e dicção incorrecta. Quanto ao vestuario... a pedir escova, em altos brados.

Em geral, quietarrão. Falava, entretanto, quando puxavam por elle; tinha, então, boas pilherias, algumas bastante salgadas.

Falava de si na terceira pessoa.

Original, mas bondoso; repartia com os collegas doces e queijos, que recebia da sua terra e trazia guardados debaixo da cama.

Era noctivago, e constituia este facto a sua principal singularidade; foi mesmo o ponto de partida do Ramos Figueira para fazer do *Dalmo* o protagonista do seu romance, que tem por theatro a Paulicéa nocturna.

Havia, effectivamente, um mysterioso romance na vida do Valmont. Diz-se que num dia, ou antes numa noite aziaga, recebera de sua noiva bem amada uma carta desfazendo o projecto de casamento, no qual elle concentrava o seu doirado sonho de ventura. Dahi por deante, não poudes mais dormir naquella hora da noite, e

por isso a prolongava até ao despontar da aurora.

Consagrou-se em espirito áquelle amor não correspondido, sem poder olvidar-se da ingrata deidade, que lhe amargurára para sempre a existencia...

A sua máguá, porém, tinha intervallos de lenitivo, ou pelo menos de atordoamentos.

Acontecia assim, quando, por exemplo, elle capitaneava caçadas nocturnas... nalgum quintal.

Tornou-se afamada nas rodas academicas a *caçada*, por elle dirigida, de um gordo cevado, dos frades do Seminario da Luz.

Rezam as chronicas que esta aventura foi das mais emocionantes, tendo sido effectuada com extrema pericia para vencer difficuldades e perigos.

Os travessos *caçadores* seguiram via fluvial, Tamanduatehy abaixo, e, na descida, tudo correu bem, todos os santos ajudaram, salvo, no caso, a irreverencia da pretendida cumplicidade. Chegando, porém, os moços aos fundos do quintal do Seminario, avultaram os obstaculos. Teve de vencer-os a força prodigiosa do Valmont. Esta era tal que elle levantava com uma só mão um pilhar! Foi assim que, uma vez morto o cevado, o Valmont o collocou a pulsos na canôa.

Auxiliado pelos companheiros (o Fernandão, o Euclydes, o Carijó e o José Wenceslau) nave-

gou rio acima, a poder de varejão. Eis, porém, que este se quebra, e não havia remo, para substituí-lo. Afflictiva situação! O Valmont, que não conhecia difficuldades, atira-se á agua e em distancia, excedente talvez a um kilometro, até ao porto da Figueira, adeante da Tabatinguera, vem trazendo á mão, ora puxando, ora impellindo, a canôa com a pesada carga e a respectiva tripulação.

Ainda foi prestante a força dos seus musculos, no transporte do *javalí* até áquelle ponto, onde o desembarcaram e o esconderam no matto, já pela madrugada.

Alli ficou um guarda, de fuzil em punho, á guiza de caçador, esperando as providencias para a entrega da *caça* aos seus donos.

Não foram avarentos os caçadores na distribuição da sua presa ás *republicas* irmãs. A do Domingos Marcondes e a do Juca Paranhos foram contempladas com dois alvissimos lombos de exquisito sabor, pois era fama que os frades engordavam os seus cevados a fubá mimoso.

Dest'arte, quantos dias gordos e quanta alegre patuscada não proporcionou aos collegas a prestimosa robustez do *Dalmo*!

O Valmont tinha gosto, tinha mesmo paixão pelo jogo. Como, porém, não tinha dinheiro para jogar, consolava-se em *sapear* noites e noites inteiras. Fôra dessa applicação, perambulava nocturnamente pela cidade e seus arrabaldes, obstando

1 muitas vezes, até com risco da vida, a actos de
vingança ou de iniquidade, defendendo o fraco
contra o forte. Não são méras ficções de ro-
mance o que a este respeito refere o auctor do
Dalmo.

Intelligente, mas pouco applicado ao estudo
e necessariamente pouco assiduo ás aulas, pois
não as havia nocturnas, conseguiu elle prolongar
além do quinquennio o seu curso academico. E
tanto a esse meio se affeioou que, mesmo depois
de formado, conservou-se em S. Paulo nas mes-
mas rodas, com a mesma vida nocturna, em pura
bohemia.

Em geral, matriculava-se sob os ultimos nu-
meros, de modo a assentar-se no banco mais
trazeiro. Entrava na aula sempre retardado e
pisando os pés dos collegas que lhe ficavam
visinhos. Um dia chegou muito suado, coberto
de pó, á aula do Furtado, que começava á uma
hora da tarde, e disse a meia voz aos collegas:
«Estou chegando de Sorocaba, tendo feito a via-
gem a pé.» Era um andarilho.

Quando marchou para o Paraguay, o 7.º ba-
talhão de voluntarios e no primeiro dia foi acam-
par no Ypiranga, á noite, de um bello luar, os
estudantes para lá se transportaram para sauda-
rem os collegas Martinho Prado e Ribas Cabeça,
levando como orador o Silveirinha.

Pois bem, tanto na ida como na volta, o Valmont carregou ás costas um dos collegas, para mostrar a sua força e resistencia, do que interessadamente os outros duvidavam.

Afinal, voltou ao seu Pouso Alto, a residir na freguezia do Picú, de onde frequentemente vinha a passeio ou a serviço á Barra Mansa e a Rezende. Viajava, então, a cavallo, e trazia elle mesmo a sua roupa de viagem num bahú de folha collocado á frente sobre a cabeça do sellim.

Quando por vezes dava *rendez-vous* ao José Wenceslau e ao Reis Caçador na fazenda das Palmeiras, proxima á estação do Pombal — que dias de festa para o dono da casa, o seu saudoso collega Pedrinho Rodovalho!

É triste o final desta historia. Morreu o Valmont ha alguns annos, extinguindo-se-lhe, antes da vida, a luz da razão.

Consta que, para viver, se fez trabalhador de enxada, occultando o nome e o grau scientifico. Descoberto e conhecidas as suas habilitações, deram-lhe o emprego de mestre-escola.

De preparatorios, sómente um conhecia bem: era latinista.

Era um excellente coração.

FRANCISCO DE PAULA FERRAZ E SOUZA. — Fluminense, de Rezende, filho de outro de igual nome.

Alto, moreno, corado, com *pose* de homem sisudo, cujo typo completava com chapéo alto, longa *redingote*, gravata preta e olhos de ouro.

Quanto á gravata, afastava-se elle da moda academica e da de toda a *haute gomme* do tempo, que trazia manta de seda, bem leve, de côres vivas e atada com certa phantasia, á artista. As camisas tinham punho e collarinhos pregados, estes geralmente deitados, á Casimir Périér. Os colletes eram de brim ou de algodão com bordados de seda, fundo claro, e abotoaduras postiças, de ouro ou outro metal fino, ou de pedras, sempre vistosas. Das correntes dos relógios pendiam medalhas, com receptáculos para preciosidades do coração.

Os homens sérios, todavia, como o Ferraz e Souza, não se subordinavam ao rigorismo da moda; delle discretamente se conservavam, como ainda hoje acontece, a razoavel distancia.

Dado ao estudo, tinha copiosa e selecta livraria. Era mesmo um bibliophilo.

De posse do seu pergaminho de bacharel, exerceu por algum tempo a advocacia em Resende. Ahi contrahiui casamento com uma filha do coronel Antonio Pereira Leite e Silva e estabeleceu-se na fazenda do Ribeirão Razo (¹),

(¹) A mesma descripta por Horacio de Carvalho no seu interessantissimo livro — *Excursão ao Itatiaia*.

onde explorou uma caieira de cal-cimento hy-draulico.

É fallecido ha cinco annos.

GABRIEL JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS. — Paulista, desta capital. Filho do tenente-coronel João Ribeiro dos Santos Camargo, e, portanto, sobrinho do benemerito paulista e grande orador parlamentar cujo nome elle reproduz.

Menino ainda, moreno, olhos e cabellos pretos, barba em pennugem, bigodes — ligeiro buço.

Intelligente e applicado. Seguiu sempre a carreira do functionalismo publico, e nella, como sóe acontecer, enervou-se para os prelios da vida noutras applicações intellectuaes.

É chefe de secção na Secretaria da Justiça do Estado.

GALDINO DE FREITAS TRAVASSOS. — Riograndense, de Porto Alegre. Filho do desembargador Manuel José de Freitas Travassos, formado em 1834, e tio do saudoso lente desta Faculdade dr. Severino de Freitas Prestes.

Estatura regular, claro, cabellos castanhos, rosto redondo, olhos vivos, physionomia expressiva e risonha.

Distincto estudante, muito estimado de todos.

Advogou a principio em Porto Alegre; mudou-se depois para Nietheroy, onde ainda reside,

endo no Rio de Janeiro o seu escriptorio de advocacia.

Foi membro da Assembléa Provincial fluminense, em varias legislaturas.

GERALDO NOGUEIRA DA GAMA CARNEIRO BELENS. — Fluminense, da Côrte. Filho de Braz Carneiro Belens.

Altura regular, magro, pallido, pouca barba, olhos e cabellos negros.

Trajava com esmero e era adamado.

Bom estudante, intelligente e applicado.

GRACIANO ALVES DE AZAMBUJA. — Riograndense, de Porto Alegre. Filho de Manuel Alves de Azambuja.

De pequena estatura, mas bonito rapaz... *in illo tempore*.

Bom estudante, antes literato e philosopho que jurisconsulto.

Era muito amigo do Juca Paranhos, hoje Barão do Rio Branco, de quem adeante falaremos. Nada perderá por esperar.

Entre os interessantes episodios da quadra academica do Azambuja, conta-se um baile dado pela *Sociedade Mocidade Academica*, organizada pelos creados dos estudantes. Foi uma festa de um luso... pittoresco sem igual.

Lá se apresentou um pardavasco muito per-

nostico, envergando vistosa casaca verde de botões amarellos. Foi o leão da noite.

Trajavam as *damas* vestidos de seda de cores vivas, superpostos a saias de balão de incrível circumferencia, quer dizer — no rigor da moda. Os penteados formavam topetes encarapinhados de altura descommunal.

Entre as notabilidades que então deram sorte salientou-se um crioulo, pela sua extraordinaria predisposição para a oratoria, falando sem *caroço*, pelo tempo que se quizesse, e empregando a proposito imagens, tiradas de factos e lendas da escriptura sagrada.

Estiveram presentes (ora! que mal haverá em dizel-o?) o Azambuja, o Guilherme Ellis (de casaca), o Barbosa Torres (que fez discurso), o Frederico Rego, o Domingos Marcondes e varios outros estudantes.

Tambem compareceu o Furtado, que prohibiu os moços de dançarem.

O Azambuja casou-se em S. Paulo na familia Taques-Japejú. Mudado para o Rio Grande, dentro em pouco tempo enviuvou.

Exerceu por muitos annos, em Porto Alegre, no antigo regimen, o rendoso officio de escrivão dos feitos da Fazenda.

Presentemente é advogado.

O dr. Graciano Azambuja é dado a estudos

de agricultura, e neste assumpto representa no seu Estado o papel de *leader*, assim como os Drs. Pereira Barreto e Carlos Botelho em S. Paulo.

A sua especialidade agronomica é a viticultura.

Costuma publicar annualmente um interessante *Almanach*, editado pela livraria Gundlack.

HENRIQUE ANTONIO ALVES DE CARVALHO. — Fluminense, carioca. Filho de Luiz Antonio Alves de Carvalho.

Altura abaixo de mediana, magro, pallido, pouca barba.

Estudante regular e rico.

Tinha uma rica e escolhida bibliotheca, cujos volumes eram todos de encadernação vermelha. Era um bibliophilo, muito preocupado, tambem, pela esthetica das suas estantes.

É fallecido.

HENRIQUE MARQUES DE CARVALHO. — Tambem do Rio. Filho de José Marques de Carvalho.

Alto, moreno, pallido, barba e cabellos pretos. Já não era creança.

Intelligente e estudioso, como tal se assignalou durante o seu quinquennio academico.

Depois de ter corrido Séca e Méca, foi estabelecer-se em Piracicaba, em cujo fôro teve

por antagonistas Prudente de Moraes e Moraes Barros.

Ainda reside e advoga naquella importante cidade paulista.

HERCULANO DE FIGUEIREDO e SOUZA. — Fluminense, de Vassouras.

Estatura regular, magro, pardo, imberbe; physionomia cheia de vivacidade.

Delle diriam os americanos — que era um *self made man*. Pobre, sem recursos, amparado por modica mesada, devida á philantropia do seu bondoso conterraneo João Vieira Machado da Cunha, que se formou um anno depois delle, correspondia a essa delicada intenção entregando-se aferradamente ao estudo.

Era intelligente, applicado e de constante bom humor; por isso, apreciavam geralmente os collegas a sua amena e variada conversa.

Advogou em Vassouras, e o seu escriptorio era dos mais rendosos; distribuia, porém, aos pobres quanto recebia dos seus clientes.

É fallecido ha cêrca de trinta annos.

JOÃO BAPTISTA DE CARVALHO DRUMMOND. — Mineiro, de Itabira; filho de José Carvalho de Abreu.

Alto, claro, corado, cabellos louros e crespos, pouca barba, tambem loura e crespa.

Era um bom estudante, conhecido geral-

mente pelo cognome de Civiry, que elle adoptava no trato familiar.

Exerceu a profissão de advogado na sua cidade natal; foi depois nomeado promotor publico da comarca e, em 1876, juiz municipal do termo; reconduzido em 1880. Em 1884, teve a investidura do juizado de direito de Jequitahy, no norte de Minas, de onde tem successivamente passado para as comarcas de Sant'Anna dos Ferros, Santa Barbara e Itapira, onde contrahiu matrimonio em primeiras e segundas nupcias e é proprietario de importante fazenda de café, no districto de Santa Maria.

JOÃO BAPTISTA FURTADO DE MENDONÇA. — Fluminense, da Parahyba do Sul. Filho de Herculano Furtado de Mendonça.

Moreno pallido, altura mediana, delgado. Bom estudante.

Faltam-nos informações a seu respeito.

JOÃO CANDIDO RODRIGUES DE ANDRADE. — Fluminense, de Paraty. Filho de Candido José Rodrigues de Andrade.

Estatura regular, claro, corado, epiderme estragada por profusão de espinhas; cabellos castanhos e tambem castanha escura a sua barba nascente.

Physionomia sympathica, alma bondosa.

Tinha fervorosa fé na doutrina catholica.

Isto não obsta a que fosse muito brincador e mesmo que incidisse em mais de um peccado, pois, embora religioso, não era santo.

Entre os seus peccados dever-se-á incluir o de gostar das moças?

Se é isto peccado, num rapaz, num estudante, venha á scena o pascacio que se julgue habilitado a atirar-lhe a primeira pedra.

Não obstante este seu pronunciado pendor pelo bello sexo, nem assim dava o João Candido para janota; era, ao contrario, muito *philosopho*, para não dizermos descuidado, na *toilette*.

Faltava, assim, ao primeiro preceito da *arte de amar* de Catulle Mendès: *soyez beau!*

Esta sua despreoccupação do vestuario e da esthetica pessoal, originou-lhe entre os collegas o appellido de — *Pae João*.

Trajava invariavelmente fraque e collete pretos, surrados, calças de casimira escura, gravata preta e cartola.

Tinha lucida intelligencia, regular applicação e dotes oratorios.

Falava e escrevia com muita correcção de fórma, e com criterio no fundo.

Tinha varias excentricidades... que vamos mencionar, depois de registrados aqui alguns dados biographicos a respeito d'elle.

Logo após a formatura, dedicou-se o dr. João

Candido á carreira de magistrado, e foi promotor publico em sua provincia natal.

Veu, depois, como juiz municipal a S. Luiz de Parahytinga, onde completou dois quatriennios.

Nomeado, em 1881, juiz municipal para o termo de Silveiras, por pouco tempo exerceu esse cargo; e deixou-o, bem assim por algum tempo a magistratura, para exercer na comarca de S. Luiz a advocacia.

Em 1886, foi nomeado juiz de direito nessa mesma comarca, onde residira por tantos annos e gosava da maior estima.

Conservado nesse lugar por occasião da reorganização judiciaria deste Estado, no regimen republicano, nelle permaneceu o dr. João Candido de Andrade, até que, inválido e quasi completamente cego, veiu buscal-o a morte, ha cêrca de quatro annos.

Revelou sempre, no seu longo tirocinio de magistrado, character probo e devotado amor á justiça.

Foi politico, foi mesmo partidario. Jámais, porém, no exercicio de seus cargos judiciarios, distinguu correligionarios ou adversarios, amigos ou desaffeitados.

Era o dr. João Candido extremamente distrahido, quasi tanto, ás vezes, como o dr. Antonio Augusto da Fonseca. Assim, frequentemente sahia á rua sem chapéo.

Uma vez, á mesa do Barão de Parahytinga, seu compadre e amigo, servia-se elle, para tomar a sopa, da colher grande do arroz.

Riram-se as moças daquelle cumulo de distracção. Riu-se tambem o dr. João Candido, sem atinar com o objecto da hilaridade, até que, advertido, desapontou, mas... riu-se ainda mais, fazendo côro com todos os convivas.

Entretinha-se horas e horas com o *jogo da paciencia*, consistente em conseguir, jogando só, ou consigo mesmo, certa disposição nas cartas de um baralho.

Nesses momentos, preso pelo interesse de tal jogo, alheava-se aos circumstantes e não dava palavra.

O Barão de Parahytinga, muito apreciador de palestra, ordenava então na presença mesmo da sua visita:

— Escondam todos estes baralhos, para que o dr. João Candido os não veja e venha conversar com a gente.

Como dissemos, era elle politico ; era extremado conservador.

Pleiteava-se, num districto desta provincia, no regimen transacto, uma eleição para deputado geral.

O candidato conservador, amigo intimo do João Candido, pediu-lhe que o coadjuvasse num

dos collegios eleitoraes. Elle prometteu que sim, e melhor executou.

A habilidade do caballista consiste em descobrir os dynamos de onde partem os fios propulsores da acção eleitoral.

Profecto nesta arte, verificou o João Candido que uma formosa dama, de posição equivocada, podia influenciar sobre os votos de tres ou quatro eleitores, seus compadres ou pessoas da sua afeição. Tratou logo de lhe captar as graças e como *les cadeaux mènent vite l'affaire*, offereceu-lhe delicadas lembranças. Efficaz foi o estratagemma, pois os votos cahiram na urna.

Dias depois, prestando conta da sua missão ao candidato já victorioso, o dr. João Candido referiu o caso ao seu amigo, e concluiu, em tom affectadamente compungido:

— Ora, compadre, veja, por amor á sua candidatura, o sacrificio que eu fiz!...

Um collega presente interrompeu-o:

— Olhe, dr., proponho-lhe uma troca: na proxima eleição, serei eu o seu emissario nesse collegio eleitoral. Sujeito-me ao sacrificio.

JOÃO JOSÉ GOMES DA SILVA. — Fluminense, filho de Pacifico José da Silva.

Alto, corpulento, pallido, cabellos castanhos, pouca barba. Do grupo dos velhos, queremos dizer — dos menos jovens.

Bom estudante, ainda que muito apegado ás postillas.

Nenhuma noticia temos sobre o seu destino.

JOAQUIM IGNACIO DE MELLO E SOUZA JIQUIRIÇÁ. — Mineiro, de Baependy; filho de Joaquim Ignacio de Mello e Souza.

O sobre-nome Jiquiriçá, está-se vendo, foi additado por amor ao indigenismo. Estava isto muito no gosto da época, e vinha de longe. Disto nos dão exemplos notaveis os Japi-assú, Bocayúva, Sinimbú, Tibiriçá, Araripe, Carijó, Tamandaré, Gitahy, Cuim-Atuá, Beriguy, Tupinambá, Tatagyba, Moacyr e tantos outros.

Ainda quando esses patriotas são *auxiliados* por um typo moreno ou bronzeado, de caboclo, *transeat*... mas por vezes taes homonymos dos nossos caciques ou dos indigenas da nossa terra são louros como Jorge Tibiriçá ou enobarbos como o dr. Moura Carijó... Sirva isto de compensação a tantos Valmont, Bittencourt, Cavalcanti, Braga, etc. — morenos, e mesmo, alguns, enfarruscados.

O nosso Jiquiriçá, de estatura regular, parecia menor por ser algum tanto corcundo; olhos grandes, muito moreno, cabellos pretos e longo cavaignac. Temperamento nervoso.

Teve dois estadios na Paulicéa. Na primeira phase, não pegava em livros, e, ao contrario, entregava-se aos divertimentos.

Não esteve pelos autos a sua familia e fel-o *recambiar* (era o termo consagrado pela metaphora academica); mais tarde, voltou com outras disposições, fez-se bom estudante e bacharelou-se sem favor dos lentes.

Teve por algum tempo escriptorio de advocacia em Valença.

Alli, como delegado de policia e juiz municipal supplente em exercicio, praticou algumas arbitrariedades, chegando mesmo a aggreddir com bengaladas o advogado João Rufino, irmão do distincto dr. Rufino Furtado, da Parahyba do Sul.

Mudou-se depois para Minas, onde falleceu ha nove para dez annos.

JOAQUIM IGNACIO NOGUEIRA PENIDO. — Mineiro. Filho de José Ignacio Nogueira Penido.

Era este dos mais edosos da turma academica de 1862-66. Gordo, fartamente barbado, olhos e cabellos pretos.

Intelligente e applicado, com muita preocupação de apparecer.

Não temos delle noticia.

JOAQUIM DE TOLEDO PIZA E ALMEIDA. — Paulista, de Porto Feliz, filho de José de Toledo Piza e Almeida, e nascido aos 18 de outubro de 1842.

Alto, magro, moreno, pallido, cabellos pre-

tos, quasi nenhuma barba, ligeiro buço a despontar sobre o labio superior; olhos negros e acariciadores. *Physionomia* muito *sympathica*.

Era intelligente e extremamente applicado. Apreciava muito o convivio dos livros; era mesmo bibliophilo e alfarrabista.

Character sem jaça, moralidade exemplar.

Apesar de bom estudante, impressionava-se muito com a prova dos actos e mais de uma vez em taes occasiões teve tanto abalo, que chegou a ser acommettido de vertigem.

Seguiu constantemente a carreira da magistratura, quasi sempre em sua provincia natal.

Eis os principaes estadios da sua vida publica:

Promotor publico de Taubaté, em 1867; juiz municipal de Sorocaba, em 1874; transferido para a capital como juiz de orphams, em 1876; juiz de direito de S. Matheus, no Espirito Santo, em 1877; chefe de policia de S. Paulo, em 1878; juiz de direito de Piracicaba, em 1879; juiz de direito de Sorocaba, em 1884; ministro do Supremo Tribunal Federal, desde 1891, e hoje seu distincto presidente.

Casou-se em primeiras nupcias, ainda estudante, com uma sua prima, filha do conselheiro Manuel Dias de Toledo, fallecido em 1872. Contrahiou segundo matrimonio em 1879, com D. Christina Leite da Fonseca, filha de Fernando Leite da Fonseca, antigo funcionario publico.

JOSÉ DE BARROS DUARTE. — Paulista, da Limeira ou de Campinas. Filho de José de Barros Dias.

Estatura mediana, cabellos castanhos, escassa barba.

Pouco dado ao estudo. Amigo inseparavel de Reducinio, que foi *jubilado* e se tornára famoso pela sua força herculea, a ponto de ser mencionada num soneto satyrico de Fagundes Varella. Era irmão da virtuosa consorte do dr. Bernardino de Campos.

Barros Duarte falleceu ha cerca de trinta annos.

JOSÉ DE CALAZANS RODRIGUES DE ANDRADE JUNIOR. — Fluminense carioca; filho do dr. José Calazans Rodrigues de Andrade, medico, que o acompanhou a S. Paulo e aqui se conservou durante todo o curso academico do filho.

De pequena estatura, moreno.

Intelligente e bom estudante, de inexcedivel assiduidade, pois não dava um ponto!

No 1.º anno, na aula de Direito Romano, o lente interrompeu um dia a explicação e durante alguns minutos conservou-se calado... Estupefacção geral! Que seria? Estava o Chrispiniano com uma cara de poucos amigos, armado do seu monoculo a contemplar os rapazes; nos bancos reinavam o silencio e o medo. Passados alguns terriveis instantes, disse afinal a Cadeira:

— Estou esperando que o sr. Calazans acabe de conversar.

O incidente creou talvez desfavoravel prevenção contra o Calazans. Esta conjectura robusteceu-se pelo facto de ter sido elle simplificado no fim do anno, exactamente na cadeira de Direito Romano.

Despeitado com este insuccesso, o dr. Calazans pae queixou-se amargamente da injustiça feita ao filho, que, dizia elle, «sabia Direito Romano mais que o proprio Chrispiniano».

O Calazans era, effectivamente, um estudante applicado; comtudo, o conceito paterno exaggerava.

Formado, Calazans seguiu a carreira do functionalismo publico, sempre na Côrte.

É fallecido ha tres annos.

JOSÉ DOMINGUES DOS SANTOS JUNIOR. — Fluminense, de Rezende. Filho de outro de egual nome.

Alto, moreno claro, sympathico e até bonito.

Mais dado ás letras que ao estudo juridico allemannista. Levou mais de um quinquennio a bacharelar-se; não, certamente, por falta de talento, mas de esforço e de applicação.

Além da literatura preferia ao Direito a caça, a pesca e o bilhar, o bilhar sobre tudo.

Era, com effeito, um dos melhores tacos da Paulicéa, rivalizava com o Doque Coutinho. E

tava muito em voga naquelle tempo o jogo do bilhar, e constituia um dos principaes divertimentos da mocidade academica. As quartas e sabbados ficavam a regorgitar os salões do Hotel de Italia e do Hotel Brasil, na rua Direita, do Lefebre no largo do Collegio, do Fretin e do Planet na rua do Rosario (depois Imperatriz, hoje Quinze de Novembro).

As partidas entre o José Domingues e o Doque eram sempre sensacionais.

Depois da sua formatura, voltou a Rezende o José Domingues; alli vive numa chacara, tem advogado e escripto na imprensa local.

JOSÉ FERREIRA DE MENEZES. — Fluminense, filho de José Joaquim Ferreira de Menezes.

De estatura regular, côr parda, nenhuma barba, bigodinhos, sorriso levemente sarcastico, monoculo.

Intelligente, perspicaz, temperamento artistico. Dado ás letras, ao jornalismo, á critica, ás diversões theatraes. Valente polemista. Inclinações á vida de bohemio, coração humanitario.

Desde a Academia, era redactor politico e literario do *Ypiranga*, orgam liberal. E volveu, depois, para o radicalismo e por fim para a Republica.

Tomou parte activissima no movimento abolicionista, na Côrte, onde fundou e manteve a

conhecida *Gazeta da Tarde*, até que veio a morte surprehendel-o.

Na Academia não se assignalou como estudante de Direito; entretanto, mesmo tratando pela rama o objecto das licções e sabbatinas, ainda assim sobre taes materias traçava oralmente folhetins sempre ouvidos com agrado pelos collegas e pelo lente.

Tornou-se tradicional num desses torneios escolares em que o Ferreira de Menezes temerariamente se empenhou com o Rufino Furtado.

Era o Rufino um dos primeiros estudantes de Direito, o emulo do Ezequiel Ramos e do Mello Franco, á medida que o Menezes não passava de um mosquito para aquelle leão. Pois, srs., repetiu-se exactamente o episodio da fábula: o mosquitinho levou de vencida o leão. É excusado explicar que não foi a sciencia, mas o fino espirito — que alcançou essa victoria.

Deu-se o caso na aula de Direito Administrativo no 5.^o anno. O Rufino Furtado formulára formidavel objecção contra as doutrinas da cadeira; e o conselheiro Furtado tinha de lhe oppôr a resposta. Eis quando, com estupefacção geral, o Ferreira de Menezes pede a palavra para responder ao collega.

Gostosamente lh'a deu o velho lente, satisfeito por se vêr livre da alhada. Trava-se, então,

o curioso debate, com grande contrariedade para o Rufino.

O resultado, já o mencionámos. A objecção, quanto ao fundo, ficou incolume; todavia, o Meneses... brilhou.

JOSÉ JOAQUIM DE MORAES JUNIOR. — Paulista, filho de outro de igual nome.

Altura mediana, magro, bem moreno. Não se distinguia como estudante.

Fazendeiro em Itapira, onde foi presidente da camara municipal. Transferiu, posteriormente, sua residencia para a cidade de Mogy-mirim.

Falleceu em 1895.

JOSÉ MONTEIRO MACHADO CESAR. — Paulista, de Pindamonhangaba; filho de Claro Moreira Cesar.

Alto, moreno, barbado.

Intelligente e estudioso.

Foi a principio advogado, e depois fazendeiro em seu municipio natal.

É fallecido.

JOSÉ MAXIMO NOGUEIRA PENIDO. — Mineiro, filho do dr. Jeronymo Maximo Nogueira Penido, formado em 1834.

Chamavam-no o «Penidinho», para differencal-o do Joaquim Penido, seu primo, que era o «Penidão».

Bom estudante, intelligente e argucioso. Era um assiduo discutidor, especialmente nas associações academicas.

Ignoramos o seu destino.

JOSÉ PEDRO MARCONDES CESAR. — Paulista de Pindamonhangaba. Filho do coronel Antonio de Oliveira Cesar, e nascido a 17 de setembro de 1837.

Estatura regular, moreno, pallido, olhos grandes, luzentes e cheios de candura; cabellos pretos e repartidos lateralmente; barba toda, bonitos dentes, expressão sympathica. Modos e gestos acanhados. Temperamento concentrado. Character leal, bondoso e modesto. Pronunciado espirito religioso. Era da turma dos mais edosos.

Intelligente e dado ao estudo, fez na Academia figura regular.

Seguiu depois a carreira da magistratura, muito em harmonia com o seu temperamento.

Foi successivamente promotor publico de Parahybuna; juiz municipal de Lorena, Guaratinguetá, Cunha e Paraty; juiz de direito de Campos Novos, em Santa Catharina; chefe de policia em S. Paulo e em Santa Catharina; juiz de direito no Jahú. Depois aposentou-se e ficou advogando nessa comarca.

Na nova organização da magistratura do Estado, foi nomeado juiz de direito de Cunha sendo posteriormente removido para Itatiba.

Por decreto de 2 de janeiro de 1896, foi nomeado ministro do Tribunal de Justiça deste Estado. Nesse cargo foi compulsoriamente aposentado em 1902, por ser maior de 65 annos, *ex-vi* do art. 60 § 1.º da Constituição de S. Paulo.

JOSÉ RODRIGUES DUARTE RIBAS. — Paulista, desta capital, filho de Thiago Rodrigues Ribas, e irmão, pelo lado materno, do dr. Peixoto Gomide.

Estatura regular, antes para magro que para corpulento, pouca barba, claro, cabellos castanhos.

Dado á arte venatoria, era chamado — «o Ribas Caçador», para assim se discriminar do «Ribas Cabeça» e do «Ribas Filho», que se formou em Pernambuco, por um capricho do pae, o distincto lente e civilista, cujo cavaco algum dia referiremos.

Tem exercido varios cargos administrativos e judiciarios.

Foi recentemente avaliador do Banco de Credito Real e é hoje promotor publico em Santa Izabel.

JOSÉ XAVIER DE TOLEDO. — Mineiro, a saber, nascido em Minas, mas de antiga familia paulista. Filho do tenente-coronel Francisco de Paula Xavier de Toledo.

Era ainda menino, quando em 1862 se ma-

tricolou no curso juridico. Contava menos de 16 annos, pois é nascido a 21 de junho de 1847.

Formava com o Souza Lima e o Moraes Salles entre os mais jovens do anno.

O seu physico bem quadrava com a idade: totalmente imberbe, vivo, jovial. Entretanto, como os seus dois outros colleguinhas, intelligentissimo e bom estudante.

Era então Xavier de Toledo um bonito menino; tornou-se, pouco depois, um moço elegante, e é hoje... hesitamos em dizer um velho, é hoje, embora encanecido, o mesmo *gentleman* aprumado, esbelto, distincto. Mas... basta de *engrossamento*.

Vamos, ao contrario, para nos desforrarmos da pecha em que possamos ter incorrido com estas blandicias, referir delle uma estudantada.

Todavia, registemos, antes, os seguintes apontamentos biographicos:

Logo após a formatura, exerceu a advocacia nesta capital, no escriptorio do conselheiro Ramalho.

Pouco depois, promotor publico da Franca; — no anno seguinte, juiz municipal, e de orphans dos termos reunidos de Araraquara e S. Carlos do Pinhal. Nestes municipios exerceu cumulativamente o cargo de delegado de policia. — Em 1874, juiz de direito do Rio Verde, em Goyaz,

de onde foi removido para a comarca de Araraquara, onde ficou até 1878. — Nessa data, sua remoção para Iguape. — Em 1885, chefe de policia do Espirito Santo, e, depois, de Santa Catharina. — Juiz de direito de Piracicaba. — Removido para Itapetininga em 1886. — Ministro do Tribunal de Justiça de S. Paulo desde 1892. — Presidente desse Tribunal em 1900, 1906 e 1907. — Chefe de policia do Estado em 1896 e 1897.

É casado em segundas nupcias com a primorosa poetisa D. Zalina Rollim.

Agora a estudantada.

Vae referida tal qual nol-a communicou um contemporaneo da quadra academica do dr. Xavier de Toledo.

Nas proximidades da casa do coronel Paula Toledo, no paredão do Piques, tinha séde uma *republica* composta do Moraes Costa, do Quimquim Breves e de outros estudantes fluminenses, muito amigos do Xavier de Toledo e, por isso, muito sympathicos ao coronel, seu velho pae, que era, como toda a gente sabe em S. Paulo, um perfeito cavalheiro, de character expansivo, extremamente bom e sociavel.

Contemplavam os rapazes diariamente o galinheiro do coronel, e viam-n'o fartamente provido de gordo gallinaceo, a saber: rotundos perús, lindos frangos, patos, marrecos e gallinholas...

Esse constante espectáculo acabou por lhes suggerir ao espirito um projecto de *caçada nocturna*. Como, effectivamente, resistir a tamanha tentação?!

Mas... e o Zéca Toledo? *Hoc opus hic labor erat!*... Um dia, para verem como elle acceitaria o caso, disseram-lhe *por gracejo* a tentação que lhes vinha. Elle achou graça na idéa. Isto os animou a falarem-lhe com maior desembaraço. Para abreviar razões, depois de se certificarem da sinceridade dos protestos do Zéca e da sua absoluta discreção, fizeram-no participar do *complot* contra o gallinheiro paterno.

E não era insignificante a cooperação d'elle. Fôra incumbido de afastar na noite aprazada a solicita vigilancia de um enorme fila, cujos dentes aguçados eram outras tantas ameaças á integridade das pernas de quaesquer temerarios *caçadores*.

Tudo se combinou pelo melhor modo.

No dia e á hora préviamente determinados, veio o Xavier de Toledo avisar aos collegas que todos dormiam na sua casa; o cão fôra, por elle mesmo, posto em liberdade na rua e partira contente em goso daquelle feriado; que, em summa, tudo corria propicio para se effectuar a projectada *limpeza* do gallinheiro «do velho».

Recebida com alvoroço a noticia, partem os rapazes, protegidos pelas sombras nocturnas. Penetram de manso pela porta do quintal, aberta

pelo collega peitado. Com tão seguro *cicerone* tudo promettia correr ás mil maravilhas.

Penetra sorrateiramente no recinto toda a malta dos *ladrões de gallinha*, e desde logo preliam o prazer que lhes havia de dar a esplendida e emocionante aventura.

Estão já os rapazes junto aos poleiros e, contendo a respiração, extendem as mãos para se apoderarem da caça, quando de subito se abrem todas as portas e janellas do salão de jantar, profusamente illuminado, e o coronel Toledo com a sua durindana de G. N. assoma no patamar da escada do quintal, bradando:

— Gatunos! Péga ladrão!...

Terrivel momento, medonha collisão! Aquelles brados põem em debandada o rapazio tomado de panico. Mas, ai! Está fechado o portão!... E agora?! Desorientados, gritam os moços:

— Traição! Traição!

Desce, n'um apice, o coronel Toledo, e, rindo, abraça carinhosamente os moços e convida-os a entrarem:

— Meus amaveis vizinhos, sejam bem vindos!... Os senhores apenas acceleraram uma festa que desde muito eu tinha em mente offercer-lhes, pela amizade que teem a meu filho e pela muita sympathia que me inspiram...

— Mas, coronel, que vergonha para nós!

— Vergonha, porque? Os srs. procuram, além da ceia, episodios emocionantes, eu com-

prehendo o caso; por isso, lhes offereço com muito gosto ambas as coisas. Creio mesmo que com o susto que tiveram...

— E a surpresa do desenlace...

— Sim, e o inesperado do desenlace, terão tido emoção muito maior do que a que esperavam.

— Oh! Forte de mais! — confessa o Breves.

— Bem, entremos, então; vamos concluir a prosa lá dentro.

— Mas, coronel, nestes trajés? — objecta o Moraes Costa.

— Assim mesmo, estão muito bem. Entrem. O festim não será tão ruidoso e alegre como tinham planejado, mas eu garanto que lhes é offerecido de todo o coração. Relevem-me a brincadeira da fórmula e não deixem de corresponder á minha intenção de obsequial-os.

— Ora, sr. coronel — disse o Quimquim Breves — o sr. é um homem incomparavel! Que idéa espirituosa a que teve!...

— Resta-me um favor a pedir-lhes: o indulto ao traidor.

Nisto apparece o Zéca Toledo, que é abraçado por todos.

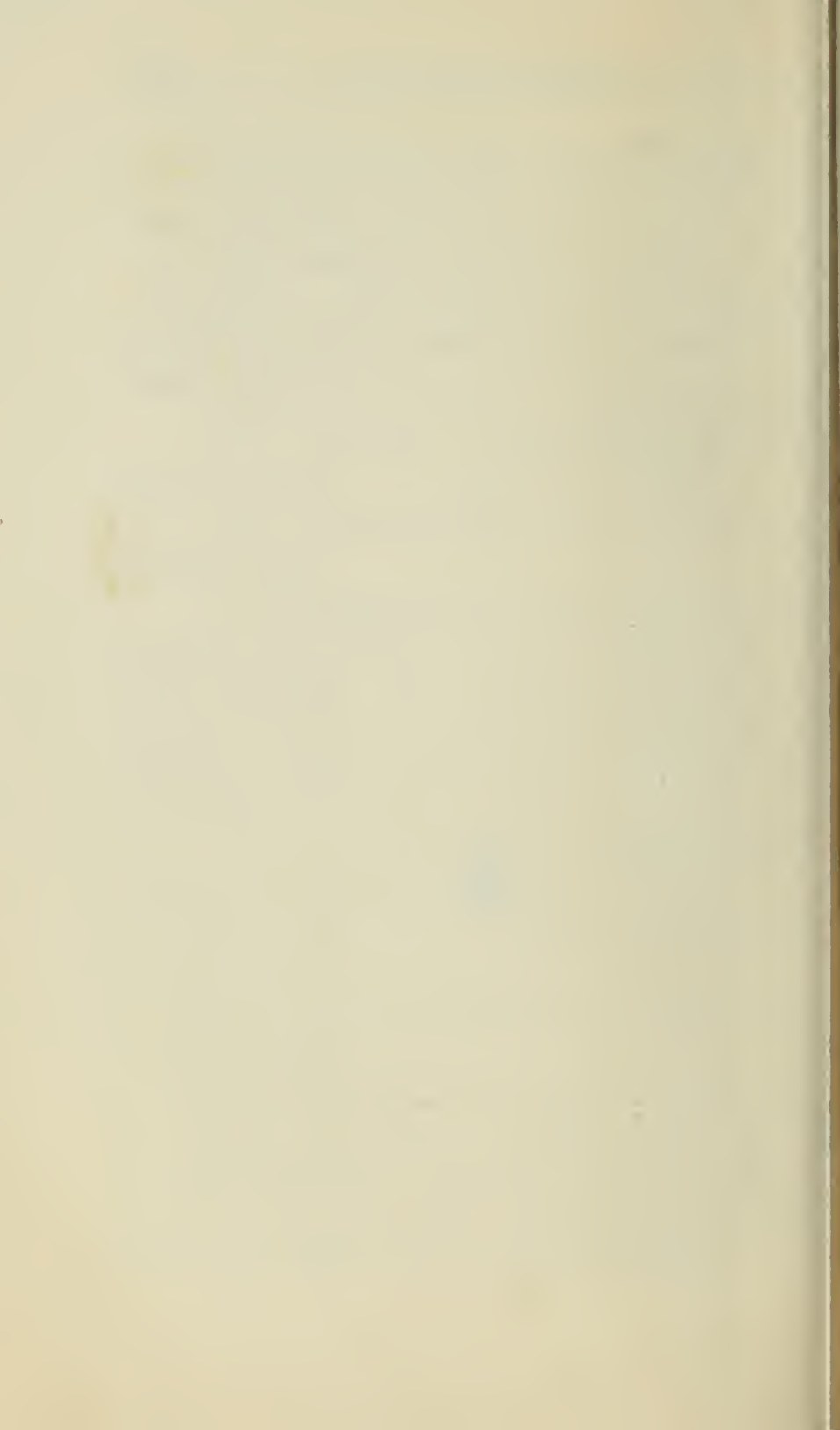
Ao penetrarem na sala de jantar, depara-se aos alegres convivas uma opipara ceia: — Perú de forno, gallinhas recheadas, leitôa de espeto, empadas... e, para regar a festa, uma bateria de empoeiradas garrafas de velho Bourgne.

Num brinde que então propoz, demonstrou o Moraes Costa que o Zéca não tinha sido traidor, e que, ao contrario, o procedimento, que teve na collisão em que se viu, foi o unico que o podia livrar de commetter uma traição — ou aos collegas ou sua familia, e de conciliar o dever de colleguismo com o de lealdade para com os seus.

— Hip! hip! hip!

— Hurra... a... ah!!!





CAPITULO VIII

A turma academica de 1862-66



TERCEIRA PARTE

Julio Pestana. — Lomba. — Leonidas Marcondes. — Levindo. — Lucio Malta. — Silva Carvalho. — Luiz Braga. — Lupercio. — Mendonça Britto. — Manuel Furquim. — Pires da Silva. — Martinho Prado Junior. — A principio conservador. — A *Brasilica*. — Seu selecto pessoal. — Manifesto politico. — *Alea jacta erat!* — A sua vida publica. — Episodios de estudante. — O theatrinho Baturai. — O italiano e o macaco. — Prestes Pimentel. — Hippolyto de Souza Junior. — Pinto de Castro. — Pedro Vicente. — Sua vida publica. — A quem não tem cauda... põe-se-lhe uma. — Trocadilho fatal. — Repulsa e acolhimento. — Ouvir não é vêr! — Recibo compromettedor. — Tito Dortas. — Raphael Branco. — Rufino de Mendonça. — Saturnino da Silveira. — Saturnino de Arruda. — Pessoa de Mello Filho. — Vicente Ferreira da Silva. — Virgilio de Mello Franco. — Virgilio Leite. — Silva Paranhos. O seu retrato de estudante. — Uma tradição talvez apocrypha. — As suas propensões de espirito. — Banhos frios. — O Martiniano. — Amor á esthetica. — Tempestade por um copo d'agua. — Um vate desvendando o futuro.



JULIO PINTO RABELLO PESTANA. — Paulista, e Pindamonhangaba; filho de José Pinto Rabello Pestana.

Alto, louro, corado, bigodes e cavaignac.

Moço com temperamento de velho, a saber - socegado, sisudo, quieto.

Estudante regular, quanto á intelligencia á applicação.

Formado, casou-se pouco depois, como frequentemente fazem os bachareis.

Para que se forma uma pessoa? Não é certamente para passar a solteirão... Dedicou-se a lavoura como tambem praticam os bachareis... os felizes que assim o podem fazer.

Residia em sua fazenda no municipio de Pindamonhangaba, onde falleceu ha já alguns parcos de annos.

LEONEL TEIXEIRA LOMBA. — Mineiro, filho de Braz Manuel Teixeira Lomba.

Era o vovô do anno, pois contava, ao terminar o curso, nada menos de 40 annos feitos.

Forte em latim... Dizia-se então que todo mineiro genuino devia ser latinista, musico, catholicos e... economico. Era este o typo classico accedido e consagrado do estudante mineiro.

O Lomba era um legitimo especimen do genero.

Tal era o seu conhecimento do latim, que lhe dava para escrever na lingua de Cicero (fôra exaggeração dizer-se que no mesmo estylo) suas dissertações academicas.

Tinha sido professor de escola régia em antes de se matricular na Academia.

Depois de formado, exerceu a advocacia na sua provincia e... nada mais nos consta.

eu respeito. Se ainda vive, deve ser octogenário.

LEONIDAS MARCONDES DE TOLEDO LESSA. — Fluminense, de Barra Mansa; filho de José Gomes Varella Lessa.

Baixo, gordo, louro, sympathico.

Pertencia como estudante á primeira categoria. Era, além disso, orador.

Seguiu a carreira da magistratura, sem embargo de haver exercido alguns cargos administrativos, como seja o de inspector geral de Instrucção Publica na Provincia de Minas, durante a presidencia do dr. Pedro Vicente, em 1875.

Foi juiz municipal em Barra Mansa; juiz de direito em Bom Conselho, Provincia de Pernambuco, em 1861, e em Belem do Descalvado, na de S. Paulo, no anno seguinte.

Pertinaz molestia o accommetteu em 1890, obrigando-o a deixar a magistratura.

Retirou-se, por isso, á Barra Mansa, onde falleceu tres annos depois, deixando viuva e filhas, gentilissimas e primorosamente educadas.

O dr. Leonidas era casado, desde 1881, com D. Anna Francisca Homem de Mello, filha do tenente-coronel Benedicto Marcondes Homem de Mello, de Pindamonhangaba, sobrinha do Barão Homem de Mello e irmã de D. José, ex-arcebispo do Pará.

LEVINDO FERREIRA LOPES. — Mineiro, filho de Erminio Candido de Assis Lopes.

Moreno pallido, cabellos pretos, olhos grandes.

Bom estudante, talentoso e applicado.

Foi juiz de direito, a principio em Matto Grosso, e depois em Minas Geraes; chefe de policia no Ceará e tambem, posteriormente, em Minas.

É hoje illustre advogado, lente erudito de direito na Faculdade Livre de Bello Horizonte e senador estadual de Minas, desde 1895.

Redigiu de collaboração com o seu distincto collega dr. Virgilio de Mello Franco o codigo do processo de Minas.

LUCIO DE TOLEDO MALTA. — Paulista, de Jacarehy. Filho de José Francisco Malta.

Moreno pallido, barba e cabellos pretos muita espinha no rosto, estatura regular.

Intelligente, porém mais affeiçãoado ás diversões que ao estudo.

Exerceu sempre a advocacia na sua cidade natal, onde gosou de geral estima.

É fallecido ha cinco para seis annos.

LUIZ ALVES DA SILVA CARVALHO. — Fluminense, filho de Luiz Alves da Costa.

Estatura regular, moreno pallido, sympathico; trazia bigodes e era algum tanto parecido physicamente, com Ezequiel Ramos.

Foi nomeado auditor de guerra para Matto Grosso, para lá seguiu, lá contrahiui matrimonio, fez carreira na magistratura e lá se conserva até a presente data.

LUIZ JOSÉ FERREIRA BRAGA. — Fluminense, carioca. Filho de Clemente José Ferreira Braga, abastado capitalista na Côrte.

Estatura regular, magro, pallido, maxillares salientes. Trajava com apuro.

Tinha accentuado sotaque portuguez, originado provavelmente de longa permanencia em Portugal, ou quiçá, mesmo do meio em que convivia no Rio de Janeiro. Temos visto contrahirem essa peculiar pronunciação moços brasileiros empregados por longo tempo em casas commerciaes portuguezas, convivendo com outros empregados dessa mesma nacionalidade.

Na Academia era conhecido o Braga pelo appellido de «Braga Gallego».

Depois de formado, voltou ao Rio de Janeiro, á sua esplendida chacara da rua de S. Clemente.

Dahi por deante ignoramos o seu destino.

LUPERCIO DA ROCHA LIMA. — Bahiano, filho do coronel Cypriano da Rocha Lima, militar.

Alto, esbelto, elegante, tez clara, bigodes em ponta de anzol (e não o seriam?), bem tratados; mais tarde, usou barba á andó; olhos

grandes e ternos, cabellos castanhos, soffrivelmente crescidos, repartidos lateralmente, formando topete ao meio no alto da testa e tambem divididos atraz e trazidos á frente. Cabello com muita pomada, os bigodes a luzirem de brilhantina. Tudo lhe ficava bem. Trajava com certo apuro, sempre costumes de casimira de côr e levava o dandynismo ao ponto de mudar o fato tres vezes por dia. Usava chapéo molle de feltro, cópa alta e abas largas, feitio castelhano, que quadrava bem com a sua physionomia e lhe dava assim uns ares dos fidalgos aventureiros das *Minas de Prata*, ou de conquistador hespanhol. E, de facto, conquistador não seria elle? Falem antes a sua figura de *galant* dramatico e ainda mais a sua imaginação romanesca.

Dotado embora de viva e lucida intelligencia, preferia ao enfado de manusear os carcomidos *in-folio* de Pegas e Vallasco, o delicioso contacto das mãos aristocraticas dos seus pares de valsa nos encantados salões da *Concordia* ou do *Cassino Paulistano*. Desvanecia-se elle, com effeito, de ser o primeiro e o mais elegante valsista da Paulicéa de outr'ora.

Todavia, o sympathico e amavel bohemio, longe de ser um effeminado pela inebriante atmosphaera das salas, sentia a pulsar-lhe no peito o coração de patriota; e o seu sangue era o dos heróes. Alistou-se *voluntario da patria* em 1865, e, interrompendo o seu curso juridico, mar-

chou para o Paraguay como alferes-ajudante do 42.º batalhão de voluntarios paulistas.

Fez uma parte da campanha, e, por actos de valor, foi agraciado com o grau de cavalleiro da Ordem da Rosa.

De regresso a S. Paulo, e já então com a aureola da gloria marcial, voltou a ser o bohemio e o primeiro valsista de antes, passando não já a derrotar os fanaticos soldados de Lopez, mas a derreter o gelo dos corações do bello sexo paulistano.

De posse da carta de bacharel, o Lupercio poz termo á sua bohemia e tornou-se outro homem.

Advogou por algum tempo nesta capital, no escriptorio do dr. João Mendes (senior); exerceu os cargos de thesoureiro e de secretario da Repartição da Policia, os de juiz municipal de S. Roque, de S. José dos Campos e de Pirassununga; de juiz de direito de Xiririca, de Socorro, e, por fim, de Campos Novos do Parapanema, no qual acaba de ser aposentado compulsoriamente, *ex-vi* da Constituição do Estado.

Tal aposentadoria forçada, tendo por fundamento a presumpção legal de invalidez pela idade de 65 annos, tornou-se, na hypothese, um decisivo argumento para a revogação da lei, pois, de facto, o Lupercio está escandalosamente moço, forte e a vender saúde.

Ainda que um pouco encanecido, continúa lepidamente e bonito homem como sempre foi; tem o passo firme, o talhe apurado, a cutis lisa e fresca, os olhos vivos e travessos, o mesmo sorriso malicioso de antanho, e, com isto, sempre amável, jovial, faceiro.

Dir-se-ia um joven com os cabellos e a barba empoados, estylo Luiz XV.

E, no mais, activo, laborioso, a não deixar para o dia seguinte o que na vespera póde fazer... ao inverso do seu amigo que lhe traça este perfil, e cujo preceito, infelizmente, é o opposto: não fazer hoje o que póde ficar para amanhã.

Mas, voltemos ao Lupercio.

Não é elle sómente um bom cidadão, mas também um excellente chefe de familia.

Leva esta qualidade ao ponto de primar como *dona* de casa.

Conhece, na verdade, todas as artes da economia domestica, e não raro as exerce, ou por inclinação, ou como pretexto de auxiliar a sua estremecida «Yáyá», mas realmente para se conservar durante o dia no mais intimo conchego familiar.

Assim, é perito na costura, bordado, córte, como *tailleur de dames*; e também sabe engommar, pentear, frisar, cozinhar, fazer doces, geleas, suspiros, conservas, linguiças, etc., etc.

Ninguém como elle tem o gosto e o talento

de adornar uma sala, preparar uma mesa, enfeitar um armario, e outras habilidades feminis; tudo isto, cumpre accrescentar, sem prejuizo dos arranjos do seu escriptorio, da boa disposição da sua bibliotheca, da maxima pontualidade da sua correspondencia epistolar, que não é pequena, e do consciencioso estudo dos autos...

MANUEL AUGUSTO DE MENDONÇA BRITTO. — Paulista, filho de Antonio Benedicto de Mendonça, que fôra empregado na Academia e a quem se dirigia o conselheiro Brotero quando teve o engraçado trocadilho, que toda a gente conhece, sobre as garatujas desenhadas na parede e que deveriam ser apagadas antes da visita do imperador.

Era alto, moreno, corado, cabellos crescidos, barba preta e cerrada.

Não fez figura na Academia.

Advogou nesta capital no escriptorio do dr. Joaquim Augusto de Camargo, que foi lente da Faculdade.

É fallecido.

MANUEL FURQUIM DE CAMPOS. — Paulista, filho do tenente José da Silveira Campos e neto do capitão-mór de Atibaia — Lucas de Siqueira Franco.

Claro, castanho, pouca barba, estatura mediana. Fraco estudante.

Em 12 de setembro de 1867 foi nomeado promotor publico de Santos.

Fez parte da Assembléa Provincial de S. Paulo no biennio de 1868-69.

Em 1873 foi promotor publico em Bragança e em 1878 juiz municipal de Itatiba.

Falleceu, ha para doze annos, em Santo Antonio da Cachoeira, onde residia.

MANUEL PIRES DA SILVA. — Fluminense, de Campos, filho de Thomaz Antonio dos Santos.

De estatura regular, magro, pallido, moreno, pouca barba.

Distinctissimo estudante na Academia, distinctissimo advogado posteriormente, na sua terra natal.

Era muito economico, e com vista de aproveitar até ao fim as velas de composição (pois não havia naquelle tempo illuminação electrica, nem mesmo a gaz, em S. Paulo) tirava elle do castiçal os cotos e pregava-os sobre uma taboinha até se extinguirem.

Com tanta propensão á economia e com a aptidão profissional que adquiriu, fez grande fortuna o dr. Pires da Silva no exercicio da advocacia.

MARTINHO DA SILVA PRADO JUNIOR. — Paulista, filho do dr. Martinho da Silva Prado, formado em 1835, neto do Barão de Iguape, e irmão de Antonio Prado.

De estatura mediana, moreno, olhos e cabelos pretos, olhar expressivo e ardente, physionomia muito vivaz, temperamento algo irrequieto, e, por vezes, impetuoso, a saber, sómente na oratoria politica ou popular. Fóra dessas occasiões, no trato particular, o Martinico, como todos lhe chamavam, era, na extensão da palavra, — um bom rapaz.

Delle já nos occupámos na chronica referente á turma academica formada em 1865, que elle acompanhou até ao quarto anno. Tendo marchado naquelle anno como *voluntario da patria* para o Paraguay, sómente em 1866 veio a bacharelar-se.

Não voltamos ao seu nome, senão principalmente para referir um episodio historico, entretanto inedito, da sua vida publica.

Prende-se ao facto da conversão de Martinho Prado Junior ao republicanismo.

Pertencia elle, como toda a gente sabe, a uma familia tradicionalmente conservadora, e que contava em S. Paulo muitas summidades desse credo partidario.

Pode-se, portanto, dizer que o Martinico nasceu conservador. Mais ainda. Dominado pela suggestão do meio, o seu espirito desenvolveu-se affeito ás mesmas idéas, e compartilhando as sympathias e as prevenções dos seus ás pessoas, ás coisas e aos factos, apreciados através do mesmo prisma especial.

Outro corollario destes factos, confirmado pelos coévos e consequente do proprio temperamento do Martinico, que não era homem de meias medidas, nem sabia fazer as coisas a meio corpo. Elle era conservador... extremado.

Tanto assim que fez parte da *Brasilica*.

— Que é, ou que era, a *Brasilica*? — dir-nos-á o leitor.

É o que lhe vamos explicar.

Havia nesse tempo em S. Paulo, sob tal denominação, e vinha de alguns annos anteriores, uma sociedade academica secreta, muito fechada, cujo programma era o fortalecimento da idéa conservadora... no Brasil! Cumpre advertir que não era tão pretenciosa, como póde parecer, tal aspiração, attento o facto de sahirem, em geral, das Academias, da Academia de S. Paulo especialmente, muitas das mentalidades dirigentes da politica nacional.

Ainda nestes dias que correm, não se está produzindo o mesmo facto? De onde sahiram todos os presidentes civis que teem governado a Republica? Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves e Affonso Penna, não perlustraram, todos elles, os bancos da nossa velha Academia?

Se assim é, nada mais racional para os ardentes sectarios de alguma escola politica ou social do que assentarem nos subterraneos da so-

ciidade academica o ponto inicial da sua propaganda.

Não haveria, além da *Brasilica*, outras sociedades, secretas tambem, mas com intuitos diversos e quiçá oppostos?

Havemos de vêr que sim; que os ardentes sectarios da idéa republicana e do abolicionismo da escravidão — não foram menos sollicitos que os conservadores pelo progresso pratico do ideal que os influenciava.

Voltemos, por agora, á *Brasilica* de 1864.

Era então seu presidente honorario o dr. Duarte de Azevedo; tinham-n'o sido antes o conselheiro Nebias e o dr. Barbosa da Cunha.

O presidente effectivo, era sempre um academico quinto-annista dos mais distinctos e conceituados; estes em regra vieram a representar na vida publica saliente papel, bem como os principaes *iniciados* da *Brasilica*, como foram Paulino, Andrade Figueira, Rodrigo Silva, Duque Estrada Teixeira, Coelho Bastos, Delfino Cintra, Benjamin Pereira, Bento Lisbôa, Moraes Navarro, Pinto Moreira, Tosta, Ribeiro de Almeida, Macedo Soares, Antonio Prado, Belisario, Carvalho Rezende, Barros Cobra, Paula Toledo, Thomaz Coelho, Eufrazio Corrêa, Rodrigues Torres, Ledo Véga, Azevedo Castro, Mello Mattos, Antonio Paulino, Paulo Egydio, Cardoso de Mello, Abranches, Francisco Veiga,

Azevedo Macedo, Carneiro Belens e outros e outros.

Vejam os leitores entre que gente (illustre sim, mas de carregado matiz conservador) estava alistado o Martinico.

Prescreviam os estatutos que mensalmente seria redigido, por um socio da *Brasilica*, um memorial historico e critico sobre o movimento, nesse periodo, da politica nacional.

Era esse sempre um trabalho feito com cuidado e ao mesmo tempo uma peça de valor politico e até literario. Tal era a tradição que vinha de longe.

Chegára a vez do relatorio do Martinico.

Visto a sua aptidão intellectual, a sua autonomia de espirito, a originalidade de alguns dos seus pontos de vista e principalmente o seu ardor partidario, aguardava-se com anciedade o trabalho que lhe fôra incumbido.

E, de facto, a leitura do mesmo foi, no seio da *Brasilica*, um acontecimento sensacional.

Imaginem: produziu o chronista um estudo politico desenvolvido, commentado, mas — ardentemente republicano!

E tanto maior foi a celeuma produzida, quanto era totalmente inesperado aquelle desfecho. O Martinico, expansivo por temperamento, tinha, não obstante, intencionalmente guar-

dado reserva sobre aquella profissão de fé que ia enunciar.

A consequencia, foi elle retirar-se desde aquelle momento da associação conservadora. Despediu-se cordealmente dos seus ex-correli-gionarios, levando com as idéas que expendera compromisso de honra de não revelar jámais, não sómente os trabalhos, mas nem mesmo a existencia da *Brasilica*.

O outro corollario logico do facto foi a repetição em occasiões publicas daquella profissão de fé. Dahi por deante, elle não perdeu ensejo para, opportuna ou inopportunamente, apregoar as suas crenças republicanas e acommetter a golpes de eloquencia o regimen monarchico.

Imaginavam os pessimistas que aquelle entusiasmo democratico do joven estudante não assava de fogo de palha que, prestes, se extinguiria, com a terminação da vida academica. Assim não aconteceu. Desde a memoravel sessão secreta da *Brasilica*, tinha elle proferido o seu *lela jacta est*, e, de facto, na Academia ou depois ella, jámais pensou em retroceder para os anti-os arraiaes.

Deputado a todas as assembléas republicanas, o periodo da propaganda, membro da Assembléa Provincial de S. Paulo, pelos suffragios dos seus partidarios em tres legislaturas, deputado

ao Congresso Constituinte e á primeira legislatura do Congresso Nacional, desaveiu-se elle posteriormente com o partido republicano; em consequencia disso e de fatal enfermidade, retrahiuse da vida publica, até que o anno passado, a 25 de maio, desprendeuse da vida corporea, contando 64 annos de idade.

Espirito alevantado, capaz de enfrentar e levar a exito final os mais arrojados empreendimentos (bastariam como prova — as vastissimas culturas de café que organizou e explorou, auferindo dellas colossal fortuna), tinha, algumas vezes, como contraste, lembranças pueris, de nunciadoras da sua propensão á jovialidade e á brincadeira. Se assim praticava mesmo na idade madura, que não teria feito na sua quadra de estudante?

Reza vetusta chronica que era elle um dos mais assiduos frequentadores do theatrinho do Baturai.

Era situado este estabelecimento á rua da Cruz Preta (hoje Quintino Bocayuva), na parte comprehendida entre as da Freira (hoje Senado Feijó) e a do Jogo da Bola (hoje Benjamim Constant), lado da numeração impar.

Levantava-se alli pequeno palco, precedido de platéa e uma só ordem de tribunas, com a lotação maxima para 200 espectadores.

Enchia-se quasi sempre, não sómente porque a entrada era baratissima (1\$000) para os que a quizessem pagar, e mais barata ainda para os que, conhecidos do empresario, penetravam... sem trocar palavra com o bilheteiro, mas, tambem, porque não deixavam de ser attrahentes e com pittoresco sainete academico aquelles espectaculos.

Por qualquer pretexto pronunciavam-se alli discursos patrioticos, politicos e literarios e tambem engraçadisimos *bestialógicos*. Outras vezes, os espectadores liam versos, ou improvisavam-n'os mesmo alli.

Neste genero adquiriu celebridade um soneto do Martinico com o titulo — *Sobre a copa do chapéo*. Essa epigraphe indicava o modo pelo qual eram compostas no local as estrophes dos vates do parnaso batuirense.

Tambem improvisavam versos nesse theatrinho o Souza Lima e o Domingos Marcondes, que, com o Martinico, eram os *habitués* da casa.

Logo, ao levantar do panno, era recebido com sinceros applausos o Baturia...

Não imaginem que elle tinha então as venerandas barbas de apostolo (e elle o é na verdade) que hoje lhe adornam o rosto; não, embora fizesse geralmente os papeis de *centro*, não tinha uma figura de espantar creanças, tanto assim que agradava, e que era recebido com palmas e versos, logo que apparecia em scena; e

por vezes prolongavam-se tanto as ovações que elle solicitava dos seus admiradores que lhes puzessem termo, a fim de começar o espectáculo (¹).

Eram frequentes nesse theatrinho os dialogos entre os actores e a platéa.

Causou successo entre as peças do pouco variado repertorio o *Rabecão*.

Pois, senhores, não é que a salinha do Batuiria fazia séria concorrência ao palco do S. José, no qual se exhibiam o grande Joaquim Augusto, o João Eloy e a Julia Azevedo?

Uma jovialidade do Martinico, a qual por elle mesmo ouvimos narrar.

Ao som monotonico de um realejo e exhibindo as habilidades de um macaco, um italiano dava espectáculo numa rua qualquer desta cidade.

Attrahidos pelo ajuntamento que logo fez circulo ao redor do empresario e do actor, o Martinico e outro collega reunem-se ao magote de povo que alli estacionava. Occorreu-lhe de subito uma idéa bregeira. Mandou, por um dos assistentes, comprar uma banana e com ella, sem que o italiano visse, acenava ao macaco. Este,

(¹) Algumas vezes os versos eram da força destes :

Salve, grande Batuiria,
Com teus dentes de trahira,
Com teus olhos de saphyra,
Com tua arte que m'inspira,
Nas cordas da minha lyra
Estes versos de mentira.

com o sentido na banana, perturbava-se e errava as sortes.

Era por isso castigado pelo severo patrão.

Indignado com a ingratidão do homem que tão injustamente opprimia o pobre quadrumano, a cuja custa vivia, teve o Martinico a idéa de libertar o Jacob (pois assim se chamava o macaco, cremos mesmo que todos os macacos sabios se chamam Jacob ou Simão), desprendendo-o do poder tyrannico do seu ingrato senhor.

Entretendo a attenção do italiano, faz com que sorrateiramente seja cortada a corda que aprisiona o macaco. Este, de prompto, se evade e, perseguido pelo dono, apéga-se a uns andaimes, sóbe por elles, e, em poucos segundos, está á beira de um telhado, inaccessible ao seu algoz, e a fazer-lhe momices de lá...

O povo, inclusivé os dois estudantes, acompanha com vivo interesse esta scena, muito mais divertida do que todas as habilidades até então exhibidas.

O mais jocoso, porém, é a fala suasoria que o italiano dirige ao macaco:

— Vem cá, Jacob! Que é isto? Não faça a minha desgraça, não! Desce, meu negro, vem, tem dó do seu patraozinho, do seu amigo. Vem, Jacozinho bonito... vem, meu amor!

O caso estava realmente jocoso e com elle muito se divertia o zé povinho. Alguns, mesmo,

da arraia miúda, davam ao fugitivo conselhos em sentido opposto.

— Não seja tolo, Jacob — diziam-lhe; — não volte, não. A v. não incommodará a policia, nem o capitão do matto. Vá embora, recobre a sua liberdade. Não seja idiota, basta de ser escravo e de levar chicote.

— Não fale assim! — supplicava o italiano.

É provavel que em sua linguagem estivesse o macaco a responder alguma coisa aos interpellantes. Pelos gestos e pela situação, parecia que elle estava dizendo — que não, que não voltaria, que estava queixoso da ingratidão e da maldade do patrão; que este o deixasse em paz e trabalhasse para viver; que fosse pentear monos; que, por sua parte, estava cansado de sustentar barrigudos, etc., etc.

Em todo o caso, o Jacob persistia em não descer e mostrava-se inflexivel aos rogos humildes que em tom plangente e com lagrimas nos olhos lhe endereçava o patrão. Nada o abalava, nem lhe tocavam o coração os carinhos e as promessas dulçurosas que em vão lhe eram feitas.

Nisto, lembra o Martinico:

— Porque não lhe offerece um cacho de bananas?

— Boa idéa — disse com os seus botões o homem do macaco.

De facto, fez vir o objecto indicado, cuja seducção foi irresistivel. «Desceu apressadamente

o macaco, e... o italiano o está beijando até agora», concluia hyperbolicamente o auctor deste episodio.

FRANCISCO DE PAULA PRESTES PIMENTEL. — Fluminense, da Côrte, filho de Francisco de Paula Pimentel.

Alto, magro, louro, pouca barba.

Bacharel em letras pelo Collegio Pedro II.

Bom estudante.

Nenhuma informação temos sobre o seu destino.

HIPPOLYTO JOSÉ SOARES DE SOUZA JUNIOR. — Paulistano. Filho do dr. Hippolyto José Soares de Souza, formado em 1842.

Alto, magro, pallido, tez clara, barba e cabellos pretos.

Pouco affeito ao estudo.

É fallecido.

JOÃO PINTO DE CASTRO. — Paulista, cremos que desta capital.

Alto, magro, louro, quasi imberbe.

Pouco manuseava os livros, dando preferencia aos bailes, jogos e outros divertimentos.

Não fez acto do 5.^o anno na época legal, e sim a 11 de março de 1867; nesse dia recebeu o grau.

Falleceu repentinamente de uma syncope

cardiaca no mez atrazado, estando a palestrar no *Club S. Paulo*, desta cidade.

Era casado com uma filha do conselheiro Barão de Ramalho.

PEDRO VICENTE DE AZEVEDO. — Paulista, filho de José Vicente de Azevedo, e nascido em Lorena a 29 de junho de 1844.

Estatura regular, esbelto, tez clara, olhos e cabellos pretos, bigodes e barba, aparada no queixo, feita em todo o resto da face, como ainda usa, com a differença apenas que a não polvilhavam naquelle tempo sal e pimenta.

Estudára preparatorios nos collegios do padre Mamede e do Julio Galvão, nesta cidade; e depois, em Lorena, latim, com o major Joaquim Simões da Cunha, que, mudado posteriormente para Arêas, foi nesse municipio um dos chefes do partido conservador.

Pedro Vicente conservou-se na Academia retrahido dos folguedos; sem as despreoccupações proprias da idade, tinha já certa prematura gravidade. Figurou durante todo o seu quinquennio academico, e com muita justiça, entre os primeiros estudantes do anno. Era amigo intimo de Ezequiel Ramos, foi por algum tempo seu companheiro de casa, e, por vezes, nas aulas, com elle discutiu vantajosamente em sabbatinas.

Defendeu theses em 1878 e recebeu o grau de doutor.

Formado, advogou por pouco tempo em Lorena; em novembro de 1868, foi nomeado juiz municipal de S. Luiz de Parahytinga, cargo que exerceu apenas durante um anno, deixando de vez a magistratura para seguir a carreira politica e administrativa.

Foi deputado á Assembléa Provincial de S. Paulo nos seguintes biennios: de 1870-71, de 1872-73, de 1874-75, de 1878-79, de 1882-83 e de 1888-89.

Presidente das provincias: do Pará, de 17 de janeiro de 1874 a 17 de janeiro de 1875; de Minas Geraes, de 22 de março de 1875 a 25 de fevereiro de 1876; de Pernambuco, de 10 de novembro de 1886 a 27 de outubro de 1887; de S. Paulo, de 23 de janeiro de 1888 a 11 de abril de 1889.

Presidente da Camara Municipal de S. Paulo em 1887, no quadriennio de 1892-95; desde então, vereador e sub-prefeito até ao anno proximo passado.

Em todos estes cargos publicos, assignou-se o dr. Pedro Vicente pelo talento, pela austeridade de character e pelo tino administrativo, sabendo conciliar com a energia o tacto e a prudencia indispensaveis á acção governamental.

Não haverá, talvez nos pergunte o leitor, algum pequeno incidente a referir, que lhe de-

screva o character, melhor que uma longa dissertação?...

Comprehendemos a intenção da pergunta. O leitor o que quer é alguma anecdota...

— Isto mesmo! Não haverá?

— Ha de haver... Tem elle tão longo e tão repleto o seu tirocinio de vida publica! E tudo com alguma dose de sarcasmo, se pode prestar á critica e ao humorismo. Assim, no Pará, elle prendeu o bispo D. Antonio, que jogava as peras com... el-rei nosso senhor; em Minas, naturalmente, saboreou bom queijo e optimo lombo de porco; em Pernambuco, andou profligando «o uso do abuso» da faca; em S. Paulo, teve que se oppôr a uma extemporanea proclamação da Republica, promovida pelo dr. Carlos Garcia e outros rapazes, como elle, sem o beneplacito do *turunas* da propaganda.

Em todos esses factos ha de haver provaavelmente, ou se poderá inventar—um lado comico.

Não é este, porém, o systema seguido nas nossas chronicas. Damos a nota jocosa quando ella nos acode espontanea e vem, de facto, acrescentar um traço caracteristico do perfil esboçado, ou então constitue um episodio da vida academica.

Ora, Pedro Vicente foi na Academia, como dissemos, um moço velho, a saber, circumspetto sem uma só estudantada... que se conheça. É

provavel que elle não tenha sido um santo; a vulgar-se, porém, pelas apparencias... e como vulgar, a não ser pelas apparencias?

Entretanto, para satisfazer ao leitor, ahi vão alguns factos de insignificante valor, unicamente para compensar a pesada leitura do que até aqui temos escripto.

Por um defeito de dicção assaz frequente, mesmo em pessoas de grande cultura literaria, o dr. Pedro Vicente troca, por vezes, especialmente na oratoria, o som do *l* por *r*, e vice-versa.

Não acontecia outro tanto com o illustre Marquez de S. Vicente?

Numa sessão da Assembléa Provincial, querendo, por generosidade de adversario, elogiar o presidente da Provincia, que era o Jojoca, dizia —, com emphase, da tribuna:

O SR. P. VICENTE: — S. ex.^a, dotado de uma intelligencia *curta*...

O SR. ABRANCHES: — Apoiado!

Uma vez, numa excursão eleitoral pelo antigo 3.^o districto de S. Paulo, encontraram-se dois amigos, ambos conservadores, sendo um candidato á Assembléa Geral; o outro, o dr. Pedro Vicente, á Assembléa Provincial.

O candidato á Assembléa Geral parecia-se muito, até no nome, com o auctor destas linhas; era sómente mais moço, bonito e menos corpulento.

Deu-se o encontro num hotel, na Cachoeira hoje Villa da Bocaina.

— Vamos visitar o padre Antonio — propo- um dos amigos.

E assim foi resolvido. Transpuzeram o Parahyba numa balsa então alli existente e enca- minharam-se para a casa do vigario, que era chefe conservador na localidade.

Estava ás escuras a sala da frente. Havia porém, ligeiro rumor nos commodos mais afastados. Os visitantes bateram palmas. Nada! Bateram de novo. O mesmo silencio. Após um ou dois minutos, terceiras palmas mais estrepitosas.

Ouve-se então iracunda a voz do Padre Antonio, aliás bondosissima creatura:

— Não sejam impertinentes! Não sejam ma- çantes! Não recebo ninguem agora!

Felizmente, elle accrescentou logo:

— Estou-me vestindo para ir visitar os meus amigos drs. Pedro Vicente e Almeida Nogueira.

Dado a conhecer o equivoco, foram acolhi- dos os visitantes com todo o carinho e mesmo com a maxima effusão.

Illuminou-se logo a sala, appareceu o viga- rio e pouco depois uma linda mocinha, sua afi- lhada, e por elle primorosamente educada.

Pouco após as primeiras expansões, dados pelos candidatos os recados que traziam engati- lhados, e satisfeita a curiosidade sobre a politica geral que muito interessava o reverendo amigo,

mandou este á menina que em obsequio ás visitas cantasse alguma coisa ao piano.

O Almeida Nogueira, sabendo que seria assim agradável ao dono da casa, approximou-se ao piano e collocou-se em attitude de poder apreciar bem a musica e ao mesmo tempo admirar a pianista.

O dr. Pedro Vicente, porém, por acanhamento ou antes pelo seu natural retrahimento, conservou-se onde estava.

O padre, porém, reclamou:

— Sr. dr. Pedro Vicente, approxime-se mais.

— Não é preciso, sr. vigario, ouço daqui mesmo perfeitamente...

— Ouve, mas não vê!... Olhe o doutor Almeida Nogueira como está apreciando.

Uma vez, em seu escriptorio em S. Paulo, foi procurado o dr. Pedro Vicente por um candidato ao magisterio primario, que lhe trazia de Junha uma carta de recommendação.

— Sim, sr. — disse elle — não tem duvida. Diz-me o Freire que o sr. está convenientemente reparado. Espero que ha de ser feliz no exame...

— Mas, sr. dr., não dispenso a sua recommendação aos examinadores. A gente póde-se perturbar...

— Está entendido. Eu o recommendarei com maior empenho.

Além da recommendação, trazia o professo-

rando uma ordem para o recebimento de pequena quantia.

Deu-lh'a o dr. Pedro Vicente; e o recommendado passou-lhe o competente e retirou-se.

Verificou, então, o dr. Pedro Vicente que o recibo começava assim:

«*Arrecebi* do sr. dr. Pedro Vicente, etc.»

— *Arrecebeu*, hein?! E ainda assim, quer que eu o *arrecommende* para ser professor... Nem tanta inconsciencia!...

Dias depois, reaparece ao dr. Pedro Vicente o seu recommendado.

— Estou perdido! — disse elle com os seus botões — Este sujeito com certeza foi reprovado, e vem agora fazer-me recriminações...

— Sr. dr. — disse o homem — venho agradecer o que fez por mim...

— Como?!

— ... reconheço que, sem a sua recommendação, eu não teria sido...

— Pois, o sr. foi?...

— Approvado, sim, sr., e nunca me esquecerei do que lhe devo.

— Está bom, acceite os meus parabens.

Não lhe tirou a illusão o dr. Pedro Vicente, e raciocinou assim, falando aos seus botões:

— São tantos os ingratos que não reconhecem os serviços que lhes tenho prestado: pouco é que, para compensação, fique agradecido este pobre diabo por beneficio que lhe não fiz.

TITO LIVIO VIEIRA DORTAS. — Sergipano, filho de Candido Vieira Dortas.

De estatura pouco abaixo de mediana, magrinho, pallido, moreno, de cabellos pretos e barba escassa.

Foi durante o seu curso academico um fraco estudante.

Não temos delle noticia alguma.

RAPHAEL LOPES BRANCO E SILVA. — Natural da cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Filho de Joaquim Matheus Lopes Branco e Silva e de D. Maria das Dôres Marcondes Branco. Era primo do conselheiro Jesuino Marcondes, grande influencia politica do Paraná, no tempo do Imperio.

O dr. Raphael era amador de caçadas de perdizes, que constituíam seu predilecto divertimento, quando academico. Batia os campos dos arredores de S. Paulo acompanhado do seu inseparavel *Pharol*, um dos mais afamados perdigueiros da época.

Depois de formado, seguiu para Paraná, onde casou com sua prima D. Maria Augusta Marcondes de Albuquerque, e onde exerceu a profissão. Viajou depois pela campanha do Rio Grande do Sul, e, finalmente, veio a Campinas, onde seu pae, abastado creador, resolvera estabelecer lavoura, para a qual comprára uma fazenda de café.

Em Campinas, exerceu a promotoria publica, com grande intelligencia, mas o gosto pela lavoura arrastou-o para trabalhos mais movimentados. Preferia sempre o trabalho do campo e o ar livre ao ambito acanhado do gabinete.

Fez-se tambem lavrador de café, abandonando a carreira de advogado.

Era um republicano intransigente.

Genio alegre e folgazão, de um caracter bondoso e affavel e de uma rigidez de principios, que conquistava sympathias pelo modo franco com que os expunha, conseguiu logo captar a amizade de todos os que sabiam apreciar-lhe os elevados dotes naturaes. Quirino dos Santos, Jorge Miranda, Glycerio, Bento Quirino, todos os chefes republicanos de Campinas lhe disputavam a palestra, e no ponto de reunião, a Casa do Eloy, sua entrada era sempre acolhida com alegria.

Acommettido de uma affecção da larynge, que o torturou durante dois annos, obrigando-o a viagens continuas, veio a fallecer nesta capital, em 1886, deixando libertos todos os escravos que possuia.

RUFINO FURTADO DE MENDONÇA. — Cearense. Filho de outro de igual nome.

Baixo, bastante trigueiro, pouca barba.

Usava tomar tabaco, pelo que alguns lhe chamavam *Rufino Pitada*.

Grande estudante.

Tem exercido a advocacia na Parahyba do Sul, e o seu escriptorio é um dos mais conceituados e dos mais rendosos daquelle cidade.

SATURNINO AMANCIO DA SILVEIRA. — Mineiro, filho de Urias Antonio da Silveira.

Baixo, corpulento, moreno.

Estudante regular.

Não temos a respeito delle noticia alguma.

SATURNINO EPAMINONDAS DE ARRUDA. — Rio-grandense. Filho de José Mendes de Arruda.

Estatura mediana, busto reforçado, moreno, voz stentorica.

Bom estudante e muito estimado dos collegas.

Foi, por designação geral, o orador do anno na solennidade da collação do grau.

Exerceu a advocacia em Pelotas.

Em politica era liberal. Foi eleito por esse partido deputado á Assembléa Provincial do Rio Grande.

Por occasião da dissidencia *Osorista* em opposição á chefia de Gaspar Martins, o dr. Saturnino de Arruda alistou-se entre os dissidentes. Retirou-se, depois, da actividade politica.

Era proprietario e estancieiro.

Falleceu ha alguns annos.

URBANO SABINO PESSOA DE MELLO FILHO. — Pernambucano, filho do lente da Faculdade de Direito, cujo nome elle repete.

Estatura regular, tez morena, ou antes bronzeada, de caboclo; pouca barba, regularmente surdo. Calmo, attencioso.

Bom estudante.

VICENTE FERREIRA DA SILVA. — Paulista, desta capital, filho de Fortunato Antonio da Silva.

Estatura regular, claro, pallido, cabellos crescidos, quasi imberbe; typo original e excêntrico, não tanto physica como moralmente.

Assim, era elle muito retrahido, não tinha nem jámais teve amizades intimas; por isso, refractario ao casamento. De poucas palavras, de temperamento quasi insociavel, era chamado *Vicente Mata-prosa*.

Assiduo ás aulas, durante as explicações estava sempre a tomar apontamentos, sem methodo, sem ordem, em tiras de papel, pedaços de jornaes, nas margens dos compendios; e jámais admittia que os collegas vissem, quanto mais decifrassem, os seus hieroglyphos.

A sua principal originalidade na Academia estava em ser bom estudante e, entretanto, não fazer boa figura nas aulas. Parecia não ter a calma e a habilidade necessarias para fazer uma exposição oral methodica e clara, nem o sangue

rio, o desembaraço e a presença de espirito indispensaveis para as discussões.

Formado, entregou-se ao exercicio da advocacia, no qual experimenta os mesmos embaracços. Todavia, para a discussão nos autos, é um temivel adversario. Dispõe de copiosa erudição, antes de jurisperito que de jurisconsulto.

Advogou por algum tempo no escriptorio do dr. João Theodoro, e deste convivio lhe adveiu profundo desdem e completo scepticismo no tocante á parte doutrinaria do Direito. Quando algum collega o consulta sobre ponto juridico difficil ou controvertido, o dr. Vicente, em vez de sobre o objecto da consulta enunciar a sua opinião, expõe o *pro* e o *contra*, com todos os argumentos num e noutro sentido.

É, comtudo, um habilissimo advogado, especialmente no fôro civil.

Durante muitos annos não sómente teve ingresso no recinto cancellado do Tribunal de Justiça, como á sua privativa disposição uma mesa e cadeira para se installar e tomar commodamente as suas notas sempre hieroglyphicas.

Era nessa tarefa mais assiduo como o mais frequente dos ministros de ambas as camaras do Tribunal de Justiça.

Sem ser politico, nem ter propensão para as contendas partidarias, foi por muitos annos indefectivel frequentador das galerias da Assembléa Provincial.

E havia de ser das galerias. Se o presidente o secretario ou algum deputado lhe mandasse offerecer alguma tribuna ou o ingresso nos corredores do recinto, recusava peremptoriamente e era inutil qualquer insistencia.

Esta particularidade do dr. Vicente Ferreira em fingir-se de simples e de ignorante, quando é um espirito culto, perspicaz e terrivelmente ardiloso, será uma fina estrategia, uma habili-
dade a mais?

Varios factos conhecidos no nosso fôro parecem confirmar esta conjectura.

VIRGILIO MARTINS DE MELLO FRANCO. — Mineiro, filho de José Martins Ferreira, e pae dos drs. Affonso Arinos, Afranio de Mello Franco e Adhemar de Mello Franco.

Alto, moreno, barba á cavaignac.

Tinha já, quando se matriculou na Faculdade de Direito, o curso de pharmacia.

Era um estudante *hors ligne*.

Foi juiz de direito no Alto Tocantins, em Goyaz, em Paracatu, Provincia de Minas, e, depois, em Barbacena, aposentando-se como desembargador.

No regimen monarchico, foi deputado á Assembléa Geral; e depois da Republica, membro do Congresso Constituinte Mineiro e senador ao Congresso Legislativo de Minas.

Era advogado em Ouro Preto. Com a mu-

lança da capital do Estado para Bello Horizonte, e, também para esta cidade transferiu elle o seu escriptorio de advocacia.

É lente da Faculdade Livre de Direito de Bello Horizonte.

VIRGILIO AMANCIO PEREIRA LEITE. — Fluminense, de Rezende, filho do commendador Antonio Pereira Leite.

Estatura regular, tez clara, cabellos castanhos, pouca barba.

Como estudante, algum tanto bohemio. Dava-se naquelle tempo o qualificativo de *bohemio* ao estudante que andasse de passeio pela cidade noutros dias, além dos domingos e quintas-feiras, e também aos sabbados e quartas, á tarde.

Como vae anachronico em nossos dias este rigorismo !

O Virgilio era um moço amavel, intelligente e de gosto e propensões artisticas. Tinha mais admiração por Murillo e Rossini do que por Mello Freire ou Savigny. Era, com effeito, desenhista e mesmo pintor acima de soffrivel, e pianista bem regular.

Era casado com uma filha do sr. José Maria Gavião Peixoto.

Exerceu a advocacia nas comarcas de Areias e Queluz e é fallecido ha cêrca de dez annos.

Deu á publicidade um estudo genealogico sobre a familia Pereira Leite.

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JUNIOR. — Bahiano, filho do Visconde do Rio Branco.

É o caso de repetirmos *the last, but not the least!*

Não fez elle o seu 5.^o anno em S. Paulo, e sim no Recife, onde se bacharelou; cursou, porém, em nossa Academia desde o seu 1.^o anno em 1862, até ao 4.^o, em 1865. Faz, portanto parte da turma academica que estamos descrevendo.

Alto, magro, ou antes — esbelto, sim, esbelto, insistimos, por extranho que pareça o facto para quem hoje contemple o inclito e volumoso Barão do Rio Branco, que é um grande vulto, moral e physicamente falando.

Tez alva, cutis fina, tenue buço a sombrear-lhe de leve o logar dos bigodes; feições puras, perfil correcto, mas todo o conjuncto de uma esthetica algo feminil: tanto assim que, no dizer dos collegas, assemelhava-se, por extranha coincidencia, a uma formosa dama que lhe tinha ardente amor.

Rareavam-lhe os cabellos, cuja ausencia prematura patenteava, desde a fronte intelligente até ao cimo da cabeça, uma bella calva que, entretanto, ao dono muito contrariava.

Refere uma tradição, cuja authenticidade podemos em quarentena, que para corrigir esta ca-

rencia natural, o Paranhos teve o mau gosto de usar por algum tempo de uma peruca.

Desse facto, real ou problematico, fazem nascer uma anedota.

Dizem que um amigo do Paranhos (amigos taes... p'ra longe!) para vexal-o, poz na carneira do chapéo d'elle bastante gomma arabica e convicou-o a um passeio, com o percurso forçado pela frente da casa da namorada.

Accrescentam que, ao chegar a esse ponto e tirando o Paranhos o chapéo, juntamente com elle sahiu a cabelleira...

«Si non è vero, è... *male* trovato!»

Talerto superior, primoroso, não porém com muita propensão para a jurisprudencia, affeiçãoava-se mais aos estudos sociologicos e também, com pronunciada predilecção, ás pesquisas historicas, mórmente da historia patria.

No trato com os collegas, era o Paranhos de extrema delicadeza, e quando se familiarizava, tornava-se franco, expansivo, *bon garçon*. Era, por isso, geralmente estimado por toda a Academia.

O Paranhos nesse tempo era muito apreciador de banhos frios, ao ar livre, e costumava tomal-os no Tamanduatehy, onde havia para esse regalo dos estudantes pontos apropriados, como fossem os *Inglezes* e a *Figueira* ou a *Fortunata Lopes*, pouco acima da ponte da Tabatinguera. Partiam os rapazes em grupo de quatro, cinco ou

mais, e alegremente procuravam aquelles sitios onde as margens grammadas, o leito arenoso, as limpidas aguas e a regular profundidade do ribeirão lhes proporcionavam as gratas diversões de exercicios recreativos aquaticos e terrestres.

Banhavam-se jubilosos em trajes do paraíso.

A innocencia dos costumes da época não lhes permittia aperceberem-se da presença, naquellas poeticas paragens, de nymphas disfarçadas em lavadeiras.

A *republica* do Paranhos tinha sua séde em 1863 á rua do Riachuelo. No anno seguinte foi installada no predio, que ainda existe, da rua do Meio (hoje *Rodrigo Silva*), esquirea da rua Livre que desce em ladeira, outr'ora popularmente denominada «*Becco dos Cornos*», pelo grande deposito de chifres que alli existia. O senhorio era um velho marceneiro, aposentado com boas patacas e que... merece um parographo especial.

O velho e estimado cidadão Martiniano Rubim Cesar, legendario pelo seu exaggerado partidario e a sua mania de versejar, constituiu-se na burguezia paulistana uma personalidade popular, sem embargo de ser um typo verdadeiramente original.

Era proprietario de predios adrede construidos para a moradia de estudantes e accumulava a qualidade de senhorio com as funcções de

inagre, nas occasiões aziagas, e de conviva nos festins dos seus jovens inquilinos. Prestava-se de bom humor ás caçadas que lhe faziam, mellos quando ellas se traduziam pela ausencia dos pagamentos dos alugueres ou a restituição dos empréstimos.

Formaram genero á parte, sob o nome de — *rubinadas*, os versinhos de prosa rimada que elle costumava improvisar á sobremesa ou em situações differentes.

Ahi vão algumas amostras:

Viva o lente do primeiro anno,
O conselheiro Chrispiniano!

E esta outra:

Não ha livro sem prefacio,
Viva o José Bonifacio!

E mais esta:

Toda vassoura varre cisco,
Viva o nosso Martim Francisco!

E ainda esta:

Fóra o Mendes cabeçudo,
Que, além de feio, é cascudo!

Não se limitava a musa *martinianica* ás expansões de partidarismo; tambem fazia cobranças por bilhetes rimados. Perpetuou-se na tradi-

ção academica mais esta quadrinha endereçada a um *bicho*:

Já perco a paciencia,
Oh! seu Kubistéque;
P'ra cá meu dinheiro:
Não seja moleque!

O devedor, tambem poeta, respondeu-lhe assim:

Não perca a paciencia,
Oh! seu Martiniano;
Que lhe hei de pagar:
Não seja tyranno!

O genero *rubinada* chegou a fazer escola, pois n'uma parede da casa da rua do Meio lia-se a seguinte quadrinha:

A' meia noite,
Sahiu dum cano,
Sujo de mel
O Martiniano.

Fechemos, porém, o parenthesis, que já vae longo, e voltemos a occupar-nos do Paranhos.

Já nos tempos academicos era elle, como é hoje, delicado admirador da plastica feminina e pellava-se por poder contemplar, com o favor de generoso decote, alvissimo cóllo de cutis assestinado.

É provavel, ainda assim, ou antes, por isso mesmo, que elle não tivesse feito grande empenho por analogas exhibições no tal baile da *Mocidade Academica*, ao qual compareceu o

Graciano Azambuja, desacompanhado, desta vez, do seu inseparavel amigo.

Dizem-nos que, hoje em dia, essa cultura artistica tem-se apurado no grande diplomata. Assim, referem as boas linguas que quando alguem lhe vae pedir para damas fluminenses ou petropolitanas convite para algum sarau promovido pelo Barão do Rio Branco, fica na contingencia de responder a tres perguntas:

— É moça? — É bonita? — Sabe decotar-se?

Resposta negativa ou mesmo restrictiva a qualquer desses pontos acarreta delicada excusa do organizador da festa.

Corria o anno de 1863.

A pequena habitação, sita á rua da Santa Casa, hoje Riachuelo, e bem fronteira ao velho solar dos barões da Limeira, era occupada por quatro ou cinco estudantes fluminenses, todos intelligentes e distinctos. Eram elles o Paranhos, o Bittencourt, o Pedro Rodovalho e mais um ou dois cujos nomes escapam ao nosso informante.

Com o serem estudiosos e de bom procedimento, não deixavam todavia os alegres rapazes de pagar o tributo á mocidade.

Por occasião do anniversario natalicio de um delles, foi combinado fazerem um festejo e pregarem uma boa peça a alguns collegas.

Nesse proposito, distribuiram convites a uns

doze ou quinze dos mais intimos, para um modesto copo de agua ás 6 horas da tarde.

Os felizes convidados ficaram radiantes de contentamento por tão grata noticia.

A despeito do estylo modesto do convite, imaginaram que não se tratava propriamente de um copo de agua, mas, visto a hora indicada, de um verdadeiro jantar, ou, na peor hypothese, de um *lunch* ajantarado.

Na *republica* do Aureliano de Magalhães, á hora do jantar (4 da tarde) assentaram-se todos á mesa, menos o Aureliano.

Chamaram-no os companheiros, mas elle respondeu:

— Não, não janto hoje.

— Não janta! V. está doente?

— Ao contrario, vendo saúde.

— V. está mysterioso, Aureliano; aqui ha coisa. V., que é a encarnação do *avança*, está agora a fazer dente soberbo. Vamos, desembucha!

— Pois, então, oiçam: Na *republica* do Paranhos ha hoje anniversario e pagodeira grossa; e eu fui contemplado. Por consequencia — abaixo o *picadinho* e o doce de batatas!

— Felizardo! — disse o interlocutor. — O Paranhos é de fino gosto, portanto...

— Pudera! Nascido e educado na alta roda fluminense...

Dialogos como este e scenas analogas reproduziram-se provavelmente noutras *republicas*.

O certo é que ás 5 e meia começaram a chegar os convidados á rua da Santa Casa. Por cautella, vinham todos... sem jantar, afim de melhor saborearem as delicadas iguarias que esperavam.

Eram acolhidos com amabilidade pelos donos da casa. Notavam que estava fechada á chave (coisa desusada em todas as *republicas*) a porta do corredor que dava para a sala de jantar.

Era notavel a alegria communicativa dos donos da casa. O Paranhos sempre amavel a dispensar attenções a todos os collegas, o Rodovalho a tocar piano, cantando uma *romance* franceza, muito em voga, cujo estribilho, repetido em côro, terminava assim:

.
Amours nouvelles,
Changer de belles,
Tous les huit jours!...

Chegada, finalmente, a hora suspirada, o Paranhos abriu a porta e convidou os collegas a passarem á sala de jantar.

Pressurosos, acudiram ao convite.

Que haviam, porém, de encontrar? Uma grande mesa enfeitada com profusão de flores e uns vinte grandes copos todos cheios de agua.

Tableau!...

Entreolharam-se os rapazes sem comprehen-

der bem aquillo, ou, antes, receosos de bem comprehenderem.

Murmuravam uns, outros esperavam que a pilheria terminasse por uma agradavel surpresa. Alguns, mais impacientes, correram á cozinha e espreitaram todos os commodos adjacentes... Reconheceram desapontados a triste realidade. Não havia indicio algum de jantar. O fogo apagado, tudo vazio e sem vestigio de... nada!

Diziam alguns, apegando-se ainda a uma tenue esperança:

— Aqui ha coisa! Não percebo qual será o desenlace, mas esperemos por elle...

— E eu que estou com uma fome onça! — murmurava outro.

— Meus bons collegas, — disse o Paranhos — nós vos convidámos para um copo de agua. Agradecemos a gentileza da vossa presença ao nosso modesto festim. Assentae-vos e servi-vos... sem cerimonia. É o que ha.

— Paranhos, — disse um dos circumstantes — a tua pilheria tem espirito, mas é cruel! Admittem-se troças, *qui pro quos*, mas... com o estomago vazio não se brinca!

— Concorde — replicou o Paranhos — que v. v. se tenham equivocado sobre os termos do nosso convite, mas, tambem, não imaginavamos que viessem sem ter jantado... Agora, porém, deixemos de discussões byzantinas. O ponto é este: v. v. não jantaram ainda e estão com fome. O

nosso copo de agua é insufficiente para os alimentar. Pois bem, vamos ao Hotel de Italia. Estamos sem dinheiro, mas o José Maragliano e a D. Mariquinhas nos farão credito. É possível que mesmo a esta hora lá encontremos que comer.

O Hotel de Italia não tinha naquelle tempo uma tão profusa mesa como o «Rio Minho», por exemplo, que o Barão do Rio Branco poz na moda; mas, ainda assim, alli ninguem morreria de fome.

Foi, por isso, acolhido com alvoroço o convite do Paranhos.

— Bravo! Bravo o Paranhos!

Encaminharam-se todos para o Hotel de Italia, nos *Quatro Cantos*, no mesmo predio hoje occupado pelo Hotel de França.

Ao chegarem, logo tiveram os moços a chave do problema.

Aguardava-os ali opiparo banquete, que lhes offereciam o Paranhos e os seus companheiros de casa.

Uma estrepitosa salva de palmas foi a eloquente manifestação com que os convivas espontaneamente saudaram aquella encantada apparição.

— Incomparavel Paranhos! — exclamava um — tu és a oitava maravilha do mundo!

— Tu, *Marcellus eris!*... — dizia outro em tom prophetico, e de facto prophetizava.

— Viva a Sorocabana! — bradava o Aureliano.

O Chico Veiga, que era um dos convivas brindou pelas glórias futuras do grande estadista diplomata que havia de ser o Paranhos...

Não estava presente a esta festa o Fagundes Varella, que já então se destacava como um sol na abobada literaria da Academia, aliás, com a videncia peculiar aos espiritos geniaes, podia elle ter saudado o Paranhos em termos mais significativos ainda que os do Chico Veiga. Poderia ter lido nos *clichés* fluidicos do futuro as glórias sem igual do diplomata das Missões, do Amapá, do Acre e do Juruá; do organizador do Congresso Pan-Americano e da approximação da Argentina pelas festas de recepção ao General Roca; poderia ter entrevisto o luminoso perfil do grande ministro dos presidentes Rodrigues Alves e Affonso Penna; do eminente brasileiro — o Barão do Rio Branco.

O seu desvelo e fino gosto na organização das hospedagens vae ao ponto de não omittir os mais insignificantes objectos de toucador e de attender até á figura dos creados. Estes teem de ser, além de respeitosos e correctos — sympathicos, intelligentes, espertos e trazerem toda a barba sempre rapada de fresco; quanto ás creadas, é de rigor serem jovens e elegantes, além das habituaes aptidões.

Ultimamente, quando o governo federal hospedou no Rio de Janeiro, no Hotel dos Extran-
geiros, o Dr. Campos Salles e a sua comitiva,
por ocasião das festas de recepção do General
Lima, admiraram todos e celebraram com louvor
meticuloso cuidado com que pessoalmente o
Barão do Rio Branco attendera á arrumação dos
respective commodos. Nada faltava para o luxo
e, mórmente, para o conforto da hospedagem.

Foi, por isso, recebida com amavel hilari-
dade a visita do solícito secretario do ministro,
sr. Pecegueiro do Amaral, que vinha inquirir
dos hospedes — se lhes faltava alguma coisa.

Disse, então, a meia voz, gracejando mali-
ciosamente, o deputado Rodolpho Miranda:

— Homem! A unica falta que noto é que as
camas são muito largas... para solteiros, como
todos nós estamos.

— Cala a boca — atalhou Campos Salles,
com o seu habitual bom humor; — está certo v.
e que não ouvirá, á meia noite, um toquezinho
segredo á sua porta?...



CAPITULO IX

A turma academica de 1870-74



A turma academica de 1870-74. — Os lentes que a leccionaram. — Cinco doutores. — Quatro que se poderiam ter doutorado. — Immediatos em merecimento. — Dois intelligentissimos bohemios. — Pequeno grupo, assim, assim... — E os outros. — Alberto de Andrade. — Antonio Candido do Amaral. — Episodio no Recife. — Traços biographicos. — Pinto Ferraz, o *primus inter pares*. — Incidente com o Martins Guimarães. — Candido de Lacerda. — Francisco de Barros. — Faria Villas Boas. — Lopes de Freitas. — Salles Ribeiro. — Guilherme Caetano. — Honorio Hermeto. — Insolencia a proposito. — Equivoco jocoso n'uma solenne occasião. — Moraes Vieira. — Cerqueira Mendes. — Viriato de Medeiros. — O Luz. — Mais uma troça impagavel. — A fugir de um sapo. — Velhos circumspectos. — Papagaio come milho... — Abraço á força. — Fernandes Coelho. — Bulla palpavel?! — Leitão da Cunha. — J. Theotonio Pacheco. — Julio de Britto, refractario ao *bis in septem*. — Julio Cesar e Julio Maria. — Paulo Queiroz. — Pedro Teixeira. — Romualdo Baena. — Severino Vieira. — Retrato ou caricatura? — Alma de luctador. — Theophilo Braga. — O Ludovice. — Natureza ou arte? — Marquez de Carabás. — «Tem, mas já se acabou». — «Abraçe, mas não se esparte...»



A TURMA academica matriculada em 1870 na Faculdade de S. Paulo foi uma das que maiores atribulações teve que padecer durante o seu irocinio quinquennal, sob as arcadas do velho mosteiro franciscano.

Compunha-se inicialmente de 42 estudantes, dos quaes durante o curso

Deu tango mangolo nelles,
Não ficaram senão... quinze.

Não sabemos se o verso está correcto, mas, como diz o outro: esta é a verdade!

Sim, é a verdade, e por ella podem apreciar os leitores a rigorosa depuração: de 42 salvaram-se 15, *perecendo*, portanto, quasi o dobro desse numero — nada menos de 27!

É esta uma proporção nada commun.

Ao venturoso grupo que, «em perigos e guerras esforçados», superou tantas borrascas e sobreviveu ao naufragio de tantos collegas, vieram durante a longa romaria aggregar-se nove companheiros, legados de annos anteriores, e dois outros oriundos do Recife.

Alcançou assim o numero de 25 o contingente bacharelado em 1874.

Antes de encetarmos o estudo analytico dessa pleiade de moços... que hoje em dia já não poderão, os que ainda vivem, negar os seus 50 verões, digamos algo sobre o corpo docente daquella época.

Era director da Academia o conselheiro padre Vicente Pires da Motta.

Os lentes cathedromaticos e os substitutos, que

regeram cadeiras para essa turma, foram os seguintes:

No 1.º anno: O conselheiro Brotero, em Direito Natural. Já não era elle, nem pela profusa erudição nem pelo fulgoroso verbo, o grande Brotero dos tempos idos; todavia, mesmo assim, sob o peso de oitenta janeiros, algumas vezes os arroubos de eloquencia do illustre ancião arrebatavam «os seus meninos».

O conselheiro Chrispiniano enfeixava brilhantemente as sabias prelecções da sua cadeira de Direito Romano.

No 2.º anno: Ainda o conselheiro Brotero, em Direito Publico.

O conselheiro Martim Francisco, mais talentoso que applicado, regia, sem muito amor, a cadeira de Direito Ecclesiastico.

No 3.º anno: O dr. Justino de Andrade, ao contrario do precedente, mais erudito que talentoso, porém com real proveito para o ensino juridico, explicava Direito Civil.

A cadeira de Direito Criminal era regida pelo dr. Almeida Reis, recém-nomeado, conhecido entre os lentes pela antonomasia de *Reis Philo-sopho*, e entre a rapaziada pela de *Reis Sem Nariz*. Appellido este injusto ou, pelo menos, exaggerado, embora certamente o digno lente não fosse adornado (?) de um appendice nasal á Cyrano. O dr. Almeida Reis, intelligente e erudito, era, não obstante, diffuso, obscuro e sem methodo

nas suas prelecções, segundo ouvimos de um dos seus alumnos, competentissimo.

Os lentes do 4.^o anno foram: O mesmo dr. Justino, em Direito Civil, e os drs. Antonio Carlos e Benevides em Commercial. Destes dois, o primeiro — muito habil e pouco applicado, o segundo — muito habil, muito applicado, mas muito prolixo.

No 5.^o anno: Os conselheiros Ramalho, erudito e methodico; Furtado, erudito e sem methodo; e Carrão, erudito, arguto e dialectico temivel. Desposára desde 1868, em Economia Politica, as innovações doutrinarias de Macleod, que começára a conhecer pelo resumo de Riche-lot — *Une révolution en Economie Politique*.

Dos bachareis de 1874, doutoraram-se 5, a saber: Moraes Carneiro e Romualdo Baena, em 1875; Leitão da Cunha, em 1877; Pinto Ferraz, em 1878; e Fernandes Coelho, em 1904, a saber, exactamente trinta annos depois... Este não teve pressa!

Geralmente, a approvação em defesa de theses denota uma selecção na lista dos bachareis de cada anno.

A regra, entretanto, não é absoluta; não tanto porque não sejam, com effeito, dos mais habeis os que disputam o grau de doutor, mas, principalmente, porque não é raro que, por mo-

ivos diversos, deixem estudantes habilissimos
e se propôr a essa distincção academica.

Na verdade, se uma ou outra vez produz
surpresa o facto de inesperadas inscripções para
defesa de theses, occorre, ao contrario, com
maior frequencia perguntarem os collegas e
mesmo os lentes — porque não quiz F. propôr-se
ao doutoramento!

Isto aconteceu em relação á turma, que ora
nos occupa a attenção.

De facto, além dos nomes que acabamos de
enumerar, assignalaram-se tambem durante todo
o curso lectivo, pela intelligencia tanto como pela
applicação e pelo estudo, entre os primeiros em
todos os exercicios escolares: Lopes de Freitas,
Severino Vieira, Pedro Netto Teixeira e José
Theotonio Pacheco.

A este grupo distincto seguiam-se, eguaes
talvez quanto ao talento, inferiores porém na
applicação, alguns dos quaes calaceiros, os se-
quentes nomes: Candido de Lacerda, Honorio
Termeto, Cerqueira Mendes, Theophilo Braga,
Paulo de Queiroz, João Ludovice e Ribeiro da
Silva.

Os dois ultimos — notaveis pelo talento, pelo
espírito quanto pelo intenso amor á vida
bohemia.

Ahi estão já enumerados nada menos de 16;

portanto, em 25, quasi os dois terços do anno, com referencias favoraveis.

Tão honrosa estatística já, de per si, seria sufficiente para abonar os fóros intellectuaes da turma dos bachareis, formados em 74.

Accresce, porém, que os nove nomes restantes estão longe de constituir um restólho. Ao contrario, deparam-se entre elles, como se verá da lista integral que adeante daremos, os de moços (e não é que constantemente voltamos a esta illusão dos tempos idos! sim, moços... com o peso de mais trinta e dois annos sobre os vinte que já traziam nos costados) os de homens conhecidos como talentosos e que como taes se teem acreditado no scenario da vida pratica.

Segue-se a estes um pequeno grupo — assim, assim; e depois... mas comprehende o leitor que não nos é dado apurar muito a classificação, nem mesmo destacar nominalmente os bons e os passaveis, aos quaes fazemos allusão. Em que situação, aliás, ficariam os que fossem preteridos?!

Passemos, agora, em revista, assignalando cada nome com dados biographicos, os 25 bachareis de 1874, observada a ordem alphabetica dessa lista.

Rememoraremos, ao mesmo tempo, em re-

ação a cada um, os episodios academicos, que chegaram ao nosso conhecimento.

Comecemos.

ALBERTO GONÇALVES PEREIRA DE ANDRADE.

— Natural de S. Paulo, desta capital. Intelligente, sympathico e bondoso. Olhos vivos, bastas sobranceiras, alto, claro, corado, bem apesadoado, cabellos pretos e abundantes, buço preto e barba por nascer. Sensual por temperamento, trabalhador por vontade.

Duante o curso juridico pouco se assignalou. Formado, exerceu a promotoria publica em S. José dos Campos e em Ubatuba. Estabeleceu-se depois nesta capital com escriptorio de advocacia; muito operoso, porém de actividade dispersiva.

É fallecido ha uns tres para quatro annos.

ANTONIO CANDIDO DO AMARAL. — De Campinas. Filho de Floriano de Camargo Penteado. Estatura regular, moreno claro, expressão muito animada, temperamento exaltado, espirito independente.

Conhecemol-o tambem desde o nosso curso de preparatorios. Era intelligente, mas pouco dado ao estudo. Extremamente jovial, tornou-se no 2.º anno o terror dos caloiros.

Condemnado em processo disciplinar por disturbios na Academia e assuadas contra os lentes, transferiu-se para o Recife.

Naquella cidade, foi ainda mais trocista que na Paulicéa. As suas brincadeiras, porém, eram geralmente espirituosas e não prejudicavam a ninguém.

Referem que, numa feita, assistindo nos bastidores a uma representação theatral, penetrou Antonio Candido em scena a tomar parte num banquete com os personagens da peça, e com elles dialogou muito a proposito. A estudante das torrinhas ria-se, ria-se a valer, e ao mesmo tempo acclamava estrepitosamente o Antonio Candido. O publico da platéa, porém, nada percebia daquelle alvoroço, imaginando que era da peça quanto se passava no palco. Graças á presença de espirito de um dos actores, findou-se a scena sem maior incidente.

Ainda estudante, casou-se Antonio Candido com uma gentil senhorita, hoje distincta matrona, filha do popular e estimado cidadão, de saudosa memoria, coronel Gabriel Cantinho.

Falleceu prematuramente.

ANTONIO JANUARIO PINTO FERRAZ. — Filho de outro, de igual nome. Quem o não conhece e o não admira em S. Paulo, como provector advogado, erudito lente e um dos ornamentos do Senado estadual? Pois desde os bancos academicos mostrava elle quem havia de ser.

Já no seu primeiro anno se revelou o Ferrazinho (assim lhe chamavam os collegas) aproveitado discipulo de Papiniano... que tanto vale dizer Chrispiniano. Tambem, que admiração! Se elle almoçava, jantava e ceava... Savigny. Por tal modo manuseou e ainda manuseia o eximio romanista que se assimilou não sómente as doutrinas do mestre como a sua technica e até, por assim dizer, a sua propria psychologia juridica.

É paulista, campineiro. Reside em S. Paulo desde a formatura.

Era de estatura regular, moreno pallido, cabellos castanhos, barba e bigodes em projecto. Trajava frequentemente costumes de casimira de côr clara e usava chapéo de Chile ou de castor melão.

A sua defesa de theses foi um successo academico.

Por motivos que não vem ao caso rememorar, tinham-se constituido adversos ao doutoramento do Ferrazinho os lentes Furtado e Camargo.

Malicioso, como era, o João Theodoro convencera a ambos que o doutorando necessariamente os *espicharia*, tal o preparo excepcional que adquirira e o afan com que se preparára nas materias das respectivas cadeiras.

Nesta ultima parte, tinha razão o zombeteiro intrigante. O que é facto é que no dia da

defesa deixou de comparecer o Camarguinho, e foi substituído pelo Justino de Andrade.

Quanto ao Furtado, trouxe, como era seu habito, objecções de algibeira, a saber, baseadas na casuística dos Avisos e Instrucções do governo.

O Ferraz, que tinha effectivamente queimado as pestanas no estudo das suas theses de Direito Administrativo, a tudo respondeu com vantagem, levando á parede o velho lente.

Para se apreciar a indole affectuosa de Pinto Ferraz e a sua elevação moral, basta saber-se do seu procedimento para com Martins Guimarães.

Conhecem, ou antes conheceram os leitores, o Martins Guimarães?

Era a principio um modesto guarda-livros portuguez, cujo unico defeito, bem venial, consistia em fazer, fora das rodas literarias, versos de pés quebrados. Pois bem, alguns estudantes souberam por tal modo explorar este peccado do pobre Martins, que fizeram d'elle um poetastro notavel, realmente notavel no genero bestialogico. E assim, victimado pela propria megalomania literaria, abandonára o emprego e vivia nas rodas academicas, applaudido, *debicado*, es-carnecido, e, não raro, sovado. O Ferrazinho chamou a seu lado aquella alma infantil e dispensou-lhe carinhosa protecção.

Mais tarde, no escriptorio do illustre advo-

gado, assentava-se o Martins a uma mesa em sala contigua, e alli, grave, silente, immergia-se em profundas cogitações... até que lhe desse a palavra o seu amigo e bemfeitor.

Por vezes, para alliviar-se do *surmenage* dos seus estudos, dava o dr. Pinto Ferraz um thema ao Martins.

Este, qualquer que fosse o assumpto, sobre elle dissertava... pelo tempo que se quizesse. Imaginem com que originalidade!

Um dia, estando o dr. Pinto Ferraz a pa-
lestrar com distincto medico, muito seu affei-
çoado, o talentoso e erudito dr. Amancio de Car-
valho, cahiu a discussão sobre um ponto de
medicina publica.

Querendo proporcionar ao amigo, que não
conhecia o Martins, uma interessante e divertida
surpresa, perguntou a este:

— Oh! Martins, que pensa v. sobre este
ponto scientifico?

Mal começára o Martins a dissertar, quando
o distincto cientista lhe contestou uma proposi-
ção paradoxal. Dahi, discussão calorosa, já algu-
mas palavras azedas e crescente extranheza do
illustre medico, que afinal interpellou o seu in-
terlocutor, que lhe parecia um ignorante:

— E quem é o sr.?!

A esta pergunta, o Martins Guimarães, le-
vantando theatralmente as pontas do collarinho,
numa *pose* admiravel, e sublime de soberba con-

vicção, responde com a sua voz nasal, em tom emphatico:

— Poeta, philosopho e dramaturgo!

— Este homem é mentecapto! — exclamou então, com alguma hyperbole o discipulo de Esculapio. — Eu o denuncio como tal! Tem todos os symptomas typicos...

— Não — disse o dr. Pinto Ferraz, comprimeindo a custo o riso; — isto não! elle não é doido salvo se todos os genios o são. Excuse-me o collega não lh'o ter apresentado: Pois é o excelso vate Martins Guimarães, o laureado auctor da *Capella Poetica*, das *Reflexões biblicas sobre Londres* e de outros primores literarios mencionados no Novo Methodo.

Estas palavras, sublinhadas por ligeiro piscaer d'olhos, puzeram termo ao incidente.

CANDIDO BAPTISTA DE LACERDA. — Filho de João Baptista de Lacerda. Fluminense, de Campos. Alto, bem alto, pallido, bem pallido, olhos grandes, esbugalhados e scismadores; barba toda, preta, curta. Fronte saliente e espherica.

Pouco expansivo, entretanto bom orador.

Democrata radical, inclinado ao socialismo.

Intelligentissimo, porém mais dado ao estudo de sciencias sociaes que do Direito.

FRANCISCO AUGUSTO DE BARROS. — Filho de Emygdio José de Barros. Mineiro, da terra do

«seu Ozebio». Dotado de vigorosa compleição e força muscular correspondente. Alto, corpulento; entre claro e moreno, cabellos castanhos, pouca barba.

Estudante regular.

Ignoramos que foi feito delle.

FRANCISCO DE FARIA VILLAS BOAS. — Filho de Bento José de Faria. Delle já nos occupámos, a proposito da turma de 1873.

FRANCISCO LOPES GOMES DE FREITAS. — Filho de Feliciano Gomes de Freitas. Fluminense, da gemma, a saber — carióca, da rua de S. Clemente.

Matriculou-se muito joven na Faculdade. Era totalmente imberbe. Estatura regular, tez clara, cabellos castanhos, olhos limpidos e expressivos; physionomia risonha e acariciadora quando falava ás pessoas da sua afeição. Extremamente sympathico e bem educado. Coração adoravel. Distinguiu-se logo entre os melhores estudantes do anno, e nesta linha sempre se manteve.

Depois de formado foi promotor publico em S. José dos Campos e juiz municipal em Jun-diahy. Casou-se com uma distincta senhorita de familia iguapense, da qual teve um filho, Julio de Freitas, que mora no Rio. Falleceu prematuramente.

FRANCISCO DE SALLES DIAS RIBEIRO. — Filho de Lucio José do Espirito Santo. Natural de Minas.

Matriculou-se já bem adeantado, na casa dos vinte. Estatura regular, claro, barbado; socogado, attencioso para com todos.

Era ajudante do bibliothecario na Faculdade. Como estudante, foi da turma dos regulares. Desempenhava sem brilho, mas honradamente, as suas obrigações escolasticas.

GUILHERME CAETANO DA SILVA — Paulistano. Filho de outro de igual nome. De estatura abaixo de mediana. No physico, não era propriamente um Adonis, nem no moral um Pico de Mirandola. Exerceu cargos de magistratura em diversas comarcas deste Estado. Veiu, depois, estabelecer-se como advogado na capital.

Pouco fez no exercicio da profissão.

É fallecido, ha cêrca de dez para doze annos, ou mais.

HONORIO HERMETO PINTO DE FIGUEIREDO. — Natural do Rio de Janeiro, filho de um conhecido e prestimoso *bispo* do Thesouro, o commendador Carlos Pinto de Figueiredo, e neto pelo lado materno do Marquez de Paraná, de quem tomou metade do glorioso nome.

Alto, moreno, typo meridional, cabellos bem pretos, olhos da mesma côr, imberbe, pequenos

bigodes. Gravidade exaggerada, substituída ás vezes por um sorriso zombeteiro. Voz grossa, linguagem correcta, avessa a dictos e fórmulas triviaes. Conversa attrahente e de espirituosa originalidade. Opiniões *tranchées* sobre todos os factos, coizas e pessoas. Extraordinario talento de synthese: com uma phrase, ás vezes com uma palavra, elle caracteriza uma doutrina, um acontecimento, uma individualidade.

Honorio Hermeto!... Conhecemol-o muito, fomos muito amigo delle e admirador do seu primoroso talento, e mais ainda da sua espirituosa penna de jornalista.

Devotado á politica (era conservador e catholico) causa surpresa a sua ausencia da scena publica.

Talvez a neurasthenia tenha sido a causa deste phenomeno.

Teve na sua vida academica dois periodos bem differentes, dos quaes não conhecemos senão o segundo, o bom.

Dizem que, antes, a saber, quatro annos atraz, havia sido o Honorio um estudante irrequieto e endiabrado, a ponto de justificar a alcunha de *Rocambole*.

Mais tarde, porém, tornou-se de procedimento exemplar e de uma gravidade tal, ao menos *coram populo*, que ninguem a julgava sincera; consideravam-n'a muitos uma mascara impostora: dahi, muitas antipathias ao Honorio, que, só-

mente na intimidade, pelos amigos era apreciada no seu justo valor.

Tinha elle, é certo, alguns vezos. E quem o não tem? Consistia um destes num accentuado instincto de avassallamento e em certa preocupação de grandezas. Esta, se por vezes lhe corria bem, não raro lhe trouxe contrariedades.

Em 1878 redigia elle a *Nação*, organo do partido conservador. Nesta folha publicou artigo notabilissimos de opposição ao gabinete Sinimbu

Uma occasião, queixando-se o auctor destas linhas ao Honório Hermeto de que lhe não fôr possível visitar certa repartição publica, em consequencia da incivilidade do respectivo administrador, o facto causou-lhe indignação.

— Quê! — disse o Honório. — Pois V. deixou-se maltratar por um empregado subalterno? Ha de voltar lá commigo, quero vêr isto.

— Mas Honório, porque espera V., que ainda estudante, ter melhor exito...

— Do que V., que já é *deputado*. Pois ha de vêr

E, de facto, para lá voltámos na primeira oportunidade. Ao chegarmos, apresentou-se referido administrador e perguntou-nos com carece de poucos amigos o que queriamos.

— Visitar o estabelecimento! — respondeu-lhe o Honório em tom duro e imperioso, e, mostrando-me, accrescentou: — Este senhor vem em minha companhia.

— Sim, senhor, senhor doutor — redarguiu em tom respeitoso o administrador. — V. Ex.^a dê-me as suas ordens.

Pois, senhores, percorremos todo o estabelecimento, o director proporcionou-nos todas as explicações, sempre solícito, sempre complacente, submisso até. Entretanto, continuava o Honório, com estudada severidade, a censurar tudo, e a dar ordens, como se fosse o presidente da provincia ou o imperador.

Terminada a visita, perguntou-lhe o companheiro:

— Mas, Honório, como foi isto?! Quem imaginou elle que V. fosse?

— Quem sou!

O outro facto de que temos noticia, referente a Honório Hermeto, occorreu depois da sua formatura, sendo elle secretario da Provincia de Minas.

Estava na sua maior effervescencia a agitação religiosa occasionada pelo conflicto havido entre a Egreja e o Estado em certo periodo de regimen transacto, sob o governo do gabinete Rio Branco.

O bispo de Mariana acabava de publicar uma pastoral, profligando a prisão dos bispos de Olinda e do Pará, ordenada pelo gabinete Rio Branco.

Estava, porém, o ministerio disposto a limi-

tar áquelles actos a sua reacção anti-clerical. Resolveu, por isso, segundo parece, não se dar por achado ante aquella nova manifestação episcopal. Repugnava-lhe, mórmente, ter de proceder com rigor contra o velho e santo bispo D. Viçoso, adorado pelas suas ovelhas.

Tendo disto conhecimento o Honório Hermeto, persuadiu ao presidente da provincia (cremos que o conselheiro Freitas Henriques) de que seria de bom effeito, para dissipar quaesquer prevenções, e mesmo tirar todo o alcance politico á pastoral, — fazer uma visita ao bispo na séde da sua diocese, que, como se sabe, demora apenas a duas ou tres leguas de Ouro Preto.

Incumbido o dr. Honório Hermeto de dar as providencias relativas á conducção presidencial, e organização da comitiva, concebeu elle desde logo vastos planos e pol-os em execução. E assim, no dia aprazado, o presidente viu com surpresa reunir-se-lhe, ao partir, além de numerozo pessoal grado da cidade, toda a officialidade do Corpo Policial e da Guarda Nacional em uniforme de grande gala.

A D. Viçoso nada se communicára, exactamente para se lhe reservar o agrado da surpresa.

Aconteceu, porém, que, ao chegar a Mariana tão luzida e numerosa comitiva, alvoroçou-se desde logo a população e circulou o boato alarmante de que o objecto daquella diligencia era effectuar a prisão do venerando prelado.

A consternação foi geral.

Ao dirigirem-se os cavalleiros ao paço episcopal, parecia confirmar-se a triste noticia.

Então o espanto subiu ao cumulo: os homens protestavam, chorava o mulhierio e as creanças vociferavam imprecações.

Sem dar por essa interpretação popular, tão inesperada e tão fóra de proposito, sem mesmo comprehender toda aquella celeuma, sobe o presidente as escadas do palacio. Vem ao seu encontro em pessoa D. Viçoso, que, em tom plangente, o recebe com estas palavras:

— Sr. presidente! Para aprisionar um pobre padre, velho e enfermo, não precisava v. ex.^a de fazer-se acompanhar de tanta gente e de tantos soldados, nem mesmo vir em pessoa...

— Pelo amor de Deus, sr. bispo, imploro a v. ex.^a que não prosiga — interrompeu-lhe estupefacto o presidente, ajoelhando-se e beijando-lhe o anel; — eu venho visitar a v. ex.^a e prestar-lhe sinceras homenagens de affecto e de veneração...

A despeito destas palavras, e das mais que se seguiram, o *qui pro quo* primitivo produziu desapontamento geral e tirou toda a graça á manifestação.

O Honorio foi ás nuvens, pois que era delle a lembrança de todo aquelle apparato.

JOÃO BAPTISTA DE MORAES VIEIRA. — De S. Paulo, filho do dr. José Innocencio de Moraes Vieira, que foi por muitos annos bibliothecario

cario da Faculdade. Estudante regular. De pequena estatura e compleição delicada, tez morena, olhos e cabellos pretos.

Dedicou-se á magistratura. Irmão do juiz de direito em S. Roque, dr. José de Moraes Vieira.

JOÃO DE CERQUEIRA MENDES. — Natural da Bahia. Filho de Antonio José de Oliveira Mendes. Inteligente, literato, orador, extremamente amavel. Estatura regular, cheio de corpo; moreno pallido, cabellos castanhos, barba quasi loura, aparada curta, bem tratada.

Alguns collegas achavam-n'o demasiadamente formalista para estudante. Isto porque, tanto na linguagem como nas maneiras, guardava elle certa compostura que destoava do meio academico; por exemplo, dava a todos os collegas, mesmo *caloiros* e *bichos*, o tratamento de *doutor*.

Pouco depois de formado, casou-se numa familia paulista. Exerceu com muito exito a advocacia em Belem do Descalvado. Mudou-se depois para a capital, e recentemente voltou a advogar no interior do Estado, em varias comarcas, com séde em Jaboticabal.

Foi eleito deputado á Assembléa Provincial no biennio de 1888-89, pelo partido conservador do antigo 9.º districto eleitoral.

JOÃO JOSÉ FREDERICO LUDOVICE. — Deixemol-o para o fim.

JOÃO PEREGRINO VIRIATO DE MEDEIROS. — Do Ceará. Filho de José Peregrino Vicente de Medeiros. Alto, magro, pallido, barbilongo, olhos com aros de ouro, cartola; parecia ter já perto de trinta janeiros. Não tinha o typo de estudante. Assemelhava-se, antes, pela sua longa *redingote* e o seu grave aspecto, a um pastor evangelico.

Debaixo de toda aquella austeridade, era sarcastico e na intimidade tinha dictos chistosos, expressões originaes e pittorescas, como o dr. Clementino de Castro.

Depois de formado, estabeleceu-se em S. Roque com escriptorio de advocacia e fabrica de um molho inglez, um excellento molho inglez da sua invenção, do mesmo sabor do de *Lea and Perrins*, cujo segredo elle descobriu.

Salvo a transformação das suas barbas pretas, hoje completamente prateadas, o dr. Viriato de Medeiros, que ainda vive e floresce em S. Roque, — é o mesmissimo homem.

JOAQUIM AUGUSTO RIBEIRO DA LUZ. — Fluminense, de Rezende. Bacharel em letras pelo Collegio de Pedro II. Grande intelligencia e generoso coração; além disso, de um physico sympathico, mas... nunca passou talvez pela Academia trocista de marca maior!

As travessuras, de que se tornou protagonista, não podem circumscrever-se aos estreitos

limites desta chronica. Dariam para um livro. E, de facto, occupam ellas muitas e das melhores paginas das *Horas do bom tempo*, de Lucio de Mendonça.

Fóra da Academia não se metamorphoseou o diabrete do Luz, como tantos outros que conhecemos, em santo de pau oco; foi sempre dominado pelo mesmo temperamento irrequieto, que ora lhe inspirava espirituosas pilherias, ora brincadeiras de mau gosto e até crueis perseguições contra pessoas que lhe eram desaffectedas.

Não sabemos em qual destas categorias classificar um escandalo, que elle ia produzindo no Rio, numa sessão literaria, por occasião do tricentenario de Camões.

Estava Joaquim Nabuco proferindo em honra ao poeta um discurso monumental. O Luz, da platéa, interrompia-o de tempo em tempo com ápartes como estes: «Fale no Braziel!» «Não se esqueça do Braziel, de Rezende!»

É excusado dizer que estas interrupções eram acolhidas por imperiosos «psio! psio!» do avultado auditorio.

Por fim, um amigo do Luz, para evitar mal maior, conseguiu retiral-o da sala.

Não tinha a mesma longanimidade que o coronel Braziel para aturar as provocações do Luz um parente deste, o Antonio Torquato. O Luz sabia disso, e, apesar de extremamente im-

prudente, arreceava-se do genio insoffrido e da superioridade de forças desse moço.

Protestou, comtudo, fazel-o correr, um dia, e disso se jactava. Chegou a ameaça aos ouvidos do Antonio Torquato, que, attrahido por ella, procurou o Luz.

Este, prevenido, tinha tomado precauções e armára-se... do unico objecto que poderia impressionar o outro.

Deixa, por isso, impassivel, que se approxime o iracundo adversario, até que, achando-se este em sua frente e já prestes a aggredil-o, eis que sacca o Luz do bolso um horrendo sapo... sim, um sapo, e o apresenta á cara do Torquato como cabeça de Medusa. Effeito prodigioso! O affeito aggressor, que tinha horror áquelle inoffensivo animal, foge espavorido, e o Luz acompanha-o, perseguidor, acenando-lhe sempre com o maravilhoso talisman. Mais tarde, o Antonio Torquato veio a saber que o sapo, que o puzera em debandada, não passava de um artefacto de borra-cha.

Era frequente metter-se o Luz a brincar com as pessoas mais graves, embora não fossem das suas relações.

Por vezes, vinha-lhe a idéa, por exemplo, de abraçar effusivamente todo velho circumspecto que encontrasse.

E executava o programma. Logo que avistava

a pessoa a quem destinava a meditada troça, abria largamente os dois braços, e, antes que aquella voltasse da surpresa, dava-lhe um apertado abraço:

— Oh! meu amigo!... V. por aqui? Quando chegou?!

— Cuido que o sr. está enganado...

— Como?! Pois v. não é o Fragoso?!

— Qual Fragoso, sr.! Eu sou o Commendador F. Pereira.

— Oh! sr. Commendador! Queira perdoar-me... V. Ex.^a parece-se tanto com um amigo meu!...

Outras vezes, executava elle, com variantes, a mesma pilheria, caminhando sorrateiramente por traz do «personagem circumspecto» e, tapando-lhe os olhos com ambas as mãos:

— Adivinhe!

Á vista de tanta familiaridade, o vendado aventurava os nomes dos seus mais intimos amigos. Está visto que não acertava. Por fim, recobrando a vista, reproduzia-se a scena anterior, com as explicações reciprocas, e seguia cada um o seu caminho.

Ao dr. Justino de Andrade tinha o Luz particular ogerisa. Nunca lhe perdoou um justiceiro *R* com que em Direito Civil fôra brindado pelo erudito lente.

Dahi, innumeradas perseguições por elle exer-

cidas contra o venerando mestre, algumas das quaes são referidas com muita *verve* nas *Horas de Bom Tempo*.

Conhecemos duas aneddotas ineditas dessa collecção. Eil-as.

No sitio da rua Quinze de Novembro, onde hoje se levanta o elegante predio da *Platéa*, havia outr'ora uma casa terrea, onde fôra a redacção do *Correio Paulistano* e antes d'elle o *Café Europeu*, e antes do *café* um *restaurant*, e que antes do *restaurant* fôra a habitação de uma bonita mulher, cujo nome ignoramos, geralmente conhecida pela alcunha de *Pirúla*.

Morava em companhia della sua mãe, uma verdadeira megéra, que prorompia em improprios contra quem chamasse a filha pelo appellido. Sabendo disto, viu o Luz um dia approximar-se da dicta casa o dr. Justino, que todas as tardes pontualmente *fazia* o triangulo paulistano.

Logo que o Justino estava quasi a enfrentar a casa da *Pirúla*, adeanta-se apressadamente o Luz, bate á janella e grita para dentro:

— Pirúla safada!

Dicto isto, dobra elle a esquina do becco do Commercio e desaparece.

Acóde á janella, rubra, iracunda, que nem uma fera, a terrivel mãe da boa rapariga, olha por todos os lados, e não vê senão o dr. Justino, que acaba de passar pela frente; não titubêa, despeja sobre as costas d'elle o mais por-

nographico dos vocabularios, accusando-o por provocar a quem está quieta, etc., etc.

O outro facto occorreu em 1883, no Rio de Janeiro, onde estava de passeio o Luz, já formado, e onde se achava o dr. Justino, em commissão do governo, em estudos do projecto de Codigo Civil offerecido pelo jurisconsulto mineiro dr. Joaquim Felicio.

Deu-se o incidente na rua do Ouvidor.

Estava ao lado do Luz o estudante de medicina Emilio Ribas, hoje distincto medico, director geral da administração sanitaria de S. Paulo.

Homem prudente, mesmo quando joven academico, e inteirado da antipathia do companheiro ao eximio lente de direito, pediu áquelle:

— Dr. Luz, alli vem o Justino; peço-lhe, por quem é, que o não maltrate.

— Maltratal-o? Não! Esteja socegado. Vae vêr.

E, approximando-se do dr. Justino, em tom festivo e com voz meliflua e arrastada:

— A... a... a... adeus, Justino! Bons olhos o vejam! Como está V., meu negro? Quanta saudade! E como vem bonitinho!...

O dr. Justino, muito grave, nada responde e procura desviar-se.

— Não! Não! Fale com a gente! Está tão trombudo! Que é isto? Mas, como está *chic*!... Esta *redingote*, e os oculos de ouro, tudo isto

por causa das mulatas (*dando-lhe umas pancadinhas no ventre*), maganão!

O dr. Justino, sempre com o semblante carregado, nada diz e tenta desviar-se do importuno. O Luz, porém, não lh'o permite e acrescenta:

— Não, isto não vae assim! V. ainda não me deu um abraço... Como deixou «o máno»? É outro pandego como V. E a velha Pirúla? Lembra-se daquella feita em que V. boliu com ella?...

— Ora, deixe-me, chô!...

— Não, não! venha cá primeiro o abraço! Não o deixo sem o abraço. Não seja ingrato, dá cá esses ossos!

Foi preciso que interviesse o Ribas e por boas maneiras arredasse d'alli o seu travesso amigo, dando por fim *habeas corpus* ao dr. Justino de Andrade.

O Ribeiro da Luz advogou na cidade de Rezende, e, por vezes, com brilhante resultado no fôro criminal.

Era casado com uma filha do dr. Joaquim Maia, formado em 1861.

Falleceu ha cêrca de 10 annos.

JOSÉ FERNANDES COELHO. — Carióca. Filho de Antonio Fernandes Coelho.

Estatura regular, de côr preta. Amavel, intelligente e bom estudante. Formado, constituiu

familia em S. Paulo e aqui tem sempre vivido.

Todo S. Paulo o conhece, o estima, admire o talento, e especialmente a vigorosa oratoria na tribuna judiciaria, pois aqui reside desde a sua formatura.

Em assumptos de direito ecclesiastico e canonico, poucos no Brasil lhe levarão a palma. Aliás, sempre foi dado a esta especialidade juridica, assim como catholico pratico.

Isto não significa que elle seja o que vulgarmente se chama — um ultramontano. Não, ao contrario. E mesmo algumas vezes tem elle revelado tanta coragem e tanto sentimento de civismo na polemica a favor do que considera os direitos do Estado contra certa tendencia avassalladora por parte da Santa Sé, a respeito das corporações de mão morta, que um seu amigo, quem escreve estas linhas... mas convém fazer outro periodo.

Dissemos, um dia, gracejando com elle a proposito das suas polemicas sobre confrarias religiosas:

— Veja lá! Seja prudente, senão...

— Senão, quê?!

— Oh! bem sei que não será condemnado á fogueira, entretanto...

— Entretanto, quê?!

— Alguma bulla de excommunhão, hein!...

— Ora, bulla! Que vem a ser isto? — respon-

deu-nos elle. — É alguma coisa palpavel? Que côr tem?

Proferida por outro, a facecia não teria chiste, mas pelo Fernandes Coelho, tão catholico, tão carola mesmo... achamos-lhe um sal!...

Entretanto, não passava de uma *boutade*, pois no dia seguinte estava elle a confessar-se, e, quem sabe, penitenciando-se deste irreverente gracejo?

Uma feita, occupando a promotoria publica, o dr. Fernandes Coelho havia accusado com o fulgor habitual da sua palavra o réo que era um homem de côr e tentára assassinar um outro preto.

Luiz Gama, como advogado da defesa, tirou partido da circumstancia e disse na sua peroração:

— Vós vêdes, srs. jurados, que tudo é negro neste processo. O advogado da defesa é negro, o promotor publico é negro, o accusado é negro, a pretendida victima é tambem um negro. Sómente vós, srs. juizes, sómente vós sois brancos. Que tem branco que metter o nariz em negocios de negro? Mandae, pois, embora, este desgraçado.

Como dissemos no preambulo desta chronica, o dr. Fernandes Coelho defendeu theses em 1904, obtendo assim o grau de doutor em borla e capello.

A defesa de theses de Fernandes Coelho não correspondeu á expectativa armada pela notoriedade do seu talento e preparo juridico.

A todos pareceu que o doutorando se achava em estado de quasi apathia mental, o que lhe inutilizava a mais poderosa das armas de combate no prélio scientifico com a douta Congregação da Faculdade — a sua prodigiosa facundia.

Dera causa a tão penosa situação psychologica o conselho de um amigo urso.

Esta explicação deu-nol-a elle mesmo:

— Que foi isto, dr. Fernandes Coelho, que fez da sua eloquencia habitual?

— Que quer, meu amigo? Aconselharam-me que deixasse em paz a rethorica; que ella aqui estaria deslocada e daria effeito contraproducente...

— E então...

— Fiquei a pé...

— Compreendo. Não lhe sendo possivel, pela força do habito, falar bem sem falar bonito...

— Não digo tanto.

— Mas foi isto mesmo.

— Sim; salvo, todavia, a redacção.

JOSÉ MARIA LEITÃO DA CUNHA. — Paráense, filho do ex-senador do Imperio Barão de Mamoré. Estatura regular, feições tambem muito regulares, de uma bella cutis morena, olhos e ca-

bellos negros; nenhuma barba, bigodes ainda em buço.

Cursou em Pernambuco o 1.^o e 2.^o annos. Moço sympathico e até bonito, de trato extremamente amavel. Um dos melhores estudantes da turma.

Tem no Rio rendosa advocacia, principalmente como advogado de partido de bancos e companhias.

JOSÉ THEOTONIO PACHECO. — Mineiro de Minas, como dizia um politico mineiro, cioso dos seus conterraneos que, residentes no Rio, queriam dalli governar a provincia. Filho de José Miguel Pacheco. Alto, moreno, cabellos pretos, pouca barba, muito escassa; physionomia pouco expressiva; aspecto rustico. Moço talentoso e muito applicado. Faltava-lhe, para apparecer mais, certo verniz literario. E quem sabe se tambem mais algum cuidado na *toilette*, o que tinha de sobra o Leitão Cunha. Não se tem sa-
tiantado na vida publica.

JULIO ALVES DE BRITO. — Da Côrte. Filho do dr. Francisco Alves de Brito (?), formado em 1831.

Estatura regular, grosso, sem elegancia; claro, nariz adunco, rosto comprido; olhos mortos. Bom rapaz, intelligencia regular, mas *postilleiro*.

E, ainda assim, havia para elle occupação

mais importante que a leitura das postillas. Eram os passeios nocturnos ás margens do Tamanduatehy e do Acú. Sómente em vez de fazel-os *bis in septem*, elle valentemente modificava a boa regra para *septem in biduo*.

Depois da Academia, perdemos-o totalmente de vista; nem sabemos se ainda vive.

JULIO CESAR DE MORAES CARNEIRO. — Filho de Firmino de Moraes Carneiro. Fluminense, de Angra dos Reis. Talento primoroso, muito amor ao estudo, e, já na Academia, possuidor de rico peculio literario. Poeta, orador, critico, fecundo jornalista. Estatura inferior á mediana, moreno, olhar intelligente e cheio de expressão. Agrada vel timbre de voz.

Defendeu theses e por occasião da collação do grau de doutor proferiu notavel discurso sustentando a doutrina socialista. Isto, ha trinta annos: imaginem o successo de escandalo que produziria!...

Era talvez o influxo do Evangelho, que já lhe começava a dominar a alma generosa.

Julio Cesar, ao sahir da Academia, a principio foi politico; depois andou a exercer cargos de magistratura na Provincia de Minas.

Casado e viuvo duas vezes, desgostou-se da vida profana e poz ao serviço da egreja os elevados dotes da sua intelligencia e do seu coração. Ordenou-se e como repudio das ambições

terrestres eliminou o seu segundo nome (pois que *Cesar* exprime o poder, o governo temporal) e substituiu-o pelo de *Maria*, para significar o seu culto mystico á Virgem Santissima.

O padre Julio Maria, que o publico paulistano teve occasião de ouvir, é hoje uma notabilidade da tribuna sagrada e uma das glorias do clero brasileiro.

PAULO DE SOUZA QUEIROZ. — Paulista e paulistano. Filho do Barão da Limeira. Da importante e abastada familia Souza Queiroz. Intelligente, estudioso, assiduo ás aulas.

De estatura regular, cheio de corpo, rosto comprido, tez clara, cabellos pretos, imberbe, pequeno buço preto no sobrelabio.

Geralmente estimado pelos collegas, por seus excellentes predicados moraes.

Casou-se com uma filha do conselheiro José Bonifacio.

Republicano historico, absteve-se de qualquer pretensão politica no regimen monarchico.

Proclamada a Republica, exerceu primeiramente uma vara de delegado na capital e depois a chefia de policia; mais tarde, sob a primeira presidencia do dr. Bernardino de Campos, Paulo de Queiroz foi secretario da Fazenda.

Eleito senador estadual em 1903, resignou logo o seu mandato.

PEDRO JOSÉ NETTO TEIXEIRA. — Da Côrte. Filho do illustre visconde do Cruzeiro (Jeronymo José Teixeira Junior) e digno filho de tal pae. Alguns chamavam-lhe o «Gaviãozinho», em allusão ao appellido paterno *Gavião Molhado*.

De estatura pouco inferior á mediana, rosto grande, peito largo, nariz aquilino, cabellos castanhos, imberbe.

Era um estudante distinctissimo e um moço estimavel sob todos os pontos de vista.

Morreu cedo, pouco após a formatura, mallogrando assim as legitimas esperanças que despertava.

ROMUALDO DE ANDRADE BAENA. — Fluminense, de Itaguahy. Filho de Ayres Hygino Monteiro de Baena. Irmão, pelo lado materno, do conselheiro Andrade Figueira, tem com este alguma semelhança, senão no physico ao menos no caracter, ou antes no temperamento.

Estatura regular, ou pouco inferior a ella, moreno pallido, cabellos pretos; sem barba, e, em compensação, bastos bigodes. Physionomia expressiva, denotando energia de vontade.

Foi um dos primeiros estudantes do anno, mas pouco sympathizado pelos collegas, por algum tanto insociavel.

Tem exercido a advocacia, em Valença ou Vassouras, e, ultimamente, em Nictheroy.

Esteve ha cêrca de tres annos neste Estado

e chegou a estabelecer-se em Jahú, onde pouco permaneceu.

É genro do senador federal fluminense dr. Oliveira Figueiredo.

SEVERINO DOS SANTOS VIEIRA. — Filho de Antonio dos Santos Vieira. Da Bahia — quem o não sabe?

Baixote, moreno, olhos esbugalhados, barbica no queixo, feições desgraciosas, voz nasal.

Fez no Recife os dois primeiros annos do curso.

De physico ingrato, mas em compensação muito talentoso e optimo collega; por isso, geralmente estimado na Academia.

Com o tempo e o estudo desenvolveu-se-lhe o grande talento, e a fealdade apurou-se, isto é — desenvolveu-se tambem. E chegou a celebrar-se por tal modo que, quando elle deputado geral, no Rio, a sua imagem fiel figurava como caricatura nas caixinhas de phosphoros de cêra. Longe de dar o cavaco com a brincadeira, elle, ao contrario, achava-lhe graça e distribuia aos amigos os taes phosphoros, não para *reclame* da fabrica, mas como lembrança da sua pessoa e prova de popularidade.

Embora de pequena estatura, tem uma alma de luctador. E que temivel adversario que elle é!

Sem o talento de Ruy Barbosa, mas muito mais habil do que elle, Severino Vieira é talvez a primeira figura da politica bahiana.

THEOPHILO JOSÉ ANTUNES BRAGA. — Paulista de Lorena, da distincta familia Moreira Lima. Filho de Joaquim José Antunes Braga.

Bacharel do Collegio Pedro II, matriculou-se na nossa Academia precedido de grande expectativa. Inteligente, applicado, foi em todo o seu curso um estudante acima de regular.

Era alto, cheio de corpo, bem parecido, corado, e trazia bigodes que já não eram de adolescente. Usava oculos com aros de ouro. Muito communicativo.

Casou-se quando estudante: o que exprime que desde logo se segregou dos folguedos academicos para alistar-se entre os homens serios.

Ao sahir da Academia, abriu escriptorio em Lorena, e exerceu a advocacia naquella e nas comarcas vizinhas.

Muito dado á politica, alcançou pela sua actividade partidaria grande influencia no partido liberal de todo o antigo 3.^o districto eleitoral, e por elle, varias vezes, foi eleito deputado á Assembléa Provincial. Em 1889, sob o ministerio Ouro Preto, fez-se eleger deputado geral, em concorrência com Rodrigues Alves; não chegou, porém, a tomar assento, por ter sobrevivido a Republica.

Dahi por deante, o dr. Theophilo Braga não

poude mais tomar pé na politica, e com isto teve desgosto tão profundo, que lhe affectou o espirito. Comtudo, ainda por algum tempo, exerceu com successo a advocacia na Capital Federal, até que teve de recolher-se ao sanatorio do dr. Eiras, onde veio a fallecer ha cerca de seis annos.

Agora o Ludovice, aliás — João José Frederico Ludovice, filho de outro de igual nome.

Conhecemol-o muito de perto, pois, além de conterraneo, foi nosso amigo e collega desde a infancia.

Era, portanto, paulista e bananalense. Seus paes, portuguezes. Seu pae era commerciante e tinha o mesmo nome que o filho.

Era de estatura pouco abaixo de mediana, tez clara, cabellos louros, imberbe, bigodes tambem louros, pelle rugosa á força de espinhas e botões; maus dentes, pernas ligeiramente tortas em arco; andar apressado; temperamento nervoso, impressionavel. Espirito de creança, coração de anjo.

Estudou primeiras letras no antigo Collegio Marinho, do Rio. Foi, depois, empregado de pharmacia no Bananal, e mais tarde proseguiu nos seus estudos de humanidades na fazenda da Loanda, daquelle municipio, sob a direcção do nosso preceptor mr. Henri Farjou. Isto de 1865 a 1867. Quanta saudade nos trazem taes reminiscencias!...

O Ludovice foi melhor estudante de preparatorios que de direito.

Era vivo, intelligente e vigoroso *piocheur*. Tinha já então algumas tinturas literarias.

A habil direcção de mr. Farjou deu-nos, a elle como a nós, alguns conhecimentos menos superficiaes de literatura classica, especialmente grega, latina e franceza.

Em S. Paulo, o Ludovice deu para *bohemio*. Por isso, não fez na Academia a figura que se esperava; ao menos, — nas aulas: pois não deixou jámais de ser festejado pelos collegas como poeta, dramaturgo, orador e até um bocadinho musico.

Depois de formado, exerceu a advocacia na comarca da Franca, depois em Uberaba e noutras comarcas de Minas, onde chegou a ser eleito deputado provincial. Mais tarde constituiu familia.

É fallecido no dia 3 de junho de 1892, na idade de 43 annos.

Deixou esparsas pelos jornaes varias producções, em verso, e em prosa, e um volume intitulado *Rabiscos*.

Tinha João Ludovice verdadeira paixão pela arte dramatica; aprazia-lhe muito a companhia de actores e actrizes e a frequencia dos bastidores. Chegou mesmo uma ou outra vez a tomar parte em representações particulares.

Em scena, possuia-se do seu papel e tornava-se frenetico quando não faziam outro tanto os seus interlocutores.

Um dia, ou antes, uma noite, representava elle o papel do carpinteiro no *Poder do Ouro* e no momento em que avançava armado de um compasso para apunhalar o insolente, que lhe havia desrespeitado a filha, conservava-se esta apathica, insensivel, como que indifferente áquella scena violenta...

Dirige-se a ella a meia voz o Ludovice e diz-lhe: «Segura-me!» A moça, sempre inerte e acanhada, nada faz. Elle insiste: «Segura-me!» E cada vez mais nervoso e imperativo: «Segura-me!» Até que, exasperado, mas comprehendendo que não podia razoavelmente assassinar de verdade o tyranno, accrescentou: «Segura-me, lesma!»

A pobre actrizinha obedece-lhe então, mas, molestada pela injuria, dispara a chorar...

Oh! não imaginam o effeito produzido no publico.

Ignorantes da causa daquelle pranto, e attribuindo-o á arte de quem até então se mostrára tão fria, proromperam os espectadores em freneticos applausos á obscura Rachel, que tanto os commovia.

E o Ludovice poudo, por isso, obter della o seu perdão.

Era dotado de espirito caustico, e tinha, não

raro, respostas agudas aos gracejos que lhe dirigiam.

Recordamo-nos, por exemplo, de que, um dia, fazendo zombeteira allusão á sua physionomia amarrotada de velho fidalgo do antigo regimen, um collega nosso, discipulo de Farjou, o Luciano Vallim, hoje Barão de Almeida Vallim, poz-se a cantar, apontando para o Ludovice, o seguinte verso do *Marquez de Carabás*, de Bé-ranger:

*Voyez ce vieux marquis
Nous traiter en peuple conquis!...*

Ao que, immediatamente, replica o Ludovice, apontando o seu aggressor, com a continuação da mesma estrophe:

*Son coursier decharné
De loin chez nous l'a ramené.*

É excusado mencionar que elle chamou para o seu lado os galhofeiros, que se voltaram todos contra o collega provocador.

Deste gracejo tirou o Luciano larga desforra.

Assim, numa occasião, achando-se gravemente enferma uma creança, de distincta familia cuja casa o Ludovice frequentava, preparou este um soneto, com a epigraphe da conhecida citação de Malherbe, consagrado á morte da menina e destinado á sua desolada mãe.

Ora, aconteceu, felizmente, que a creança recobrou a saúde.

Entretanto, o Luciano, de posse dos versos do Ludovice, ameaçava-o sempre que com este brigava («brigas de pintos!» na phrase do Candido de Mendonça) de endereçar o soneto á sua destinatária.

Para *cabrionar* (expressão muito em voga na Paulicéa em 1867 e 68) para cabrionar o Ludovice, tinha o Luciano um indefectivel compaheiro no nosso irmão Pedro, primo delle.

Divertiam-se os dois meninos, então estudantes de preparatorios, em trazer de canto chorado o Ludovice.

A culpa era deste que, apesar de muito mais velho e *cursista*, se prestava a taes caçadas, dando confianças a dois *bichos* creançolas, os quaes, em fundo, seus amigos, só pensavam em brincar, obedecendo á inclinação propria da idade.

Um dia, cansado de aturar os dois bichos zombeteiros, seus companheiros de casa, refugiou-se o Ludovice n'uma *republica* vizinha, e ali formulou acerba catilinaria contra os seus «alagozes», acoimando-nos como tambem culpado por achar graça naquellas semsaborias.

Quando imaginava com taes lamentos ter formado uma atmospherá hostil aos accusados, accrescentou, para tornar mais odiosa a situação:

—E sabem V. V. a causa de tão infrene perseguição? É porque eu sou pobre!...

—Tambem, quem é que manda V. ser pobre?—objectou-lhe o Celso Rodovalho, amigo e collega dos dois meninos.

Que havia de responder o Ludovice a essa extranha interpegação?

Havia, *in illo tempore*, em S. Paulo, o café Levy, cuja principal attracção era o proprietario, o sr. Henrique Luiz Levy, mórmente quando estava de humor a fazer-se ouvir na sua maviosa clarineta. O Ludovice era amigo e admirador do Levy, que, por sua vez, muito o apreciava.

Aprazia-se, entretanto, a caustical-o, pedindo ao *garçon* do café, mas de modo a ser ouvido pelo amigo, bebidas que elle imaginava não haver na casa. Elle sabia que mortificava assim o amor proprio do Levy, muito susceptivel neste ponto:

—*Garçon* — dizia elle em voz alta — dá-me kirsch.

—Não tem, não sr.

—Tem! Tem! — acudia pressuroso o Levy; — mas já se acabou.

Uma noite...

Morava o Ludovice nesse tempo no Tanque do Zunega (hoje Largo do Paysandú). Fazia muito calor. Para respirar um ar mais puro, ou para qualquer outro objectivo, sahiu elle á rua,

mas em trajés caseiros, a saber, em *robe de chambre*. Apenas se distanciou alguns passos, ouviu insistentes chamados — pscio! pscio! — e viu caminhar para o seu lado um vulto que, á luz de um lampeão, conheceu ser o Julio de Britto, que andava como um corsario a toda a roupa, talvez com a mesma preocupação que o Ludovice.

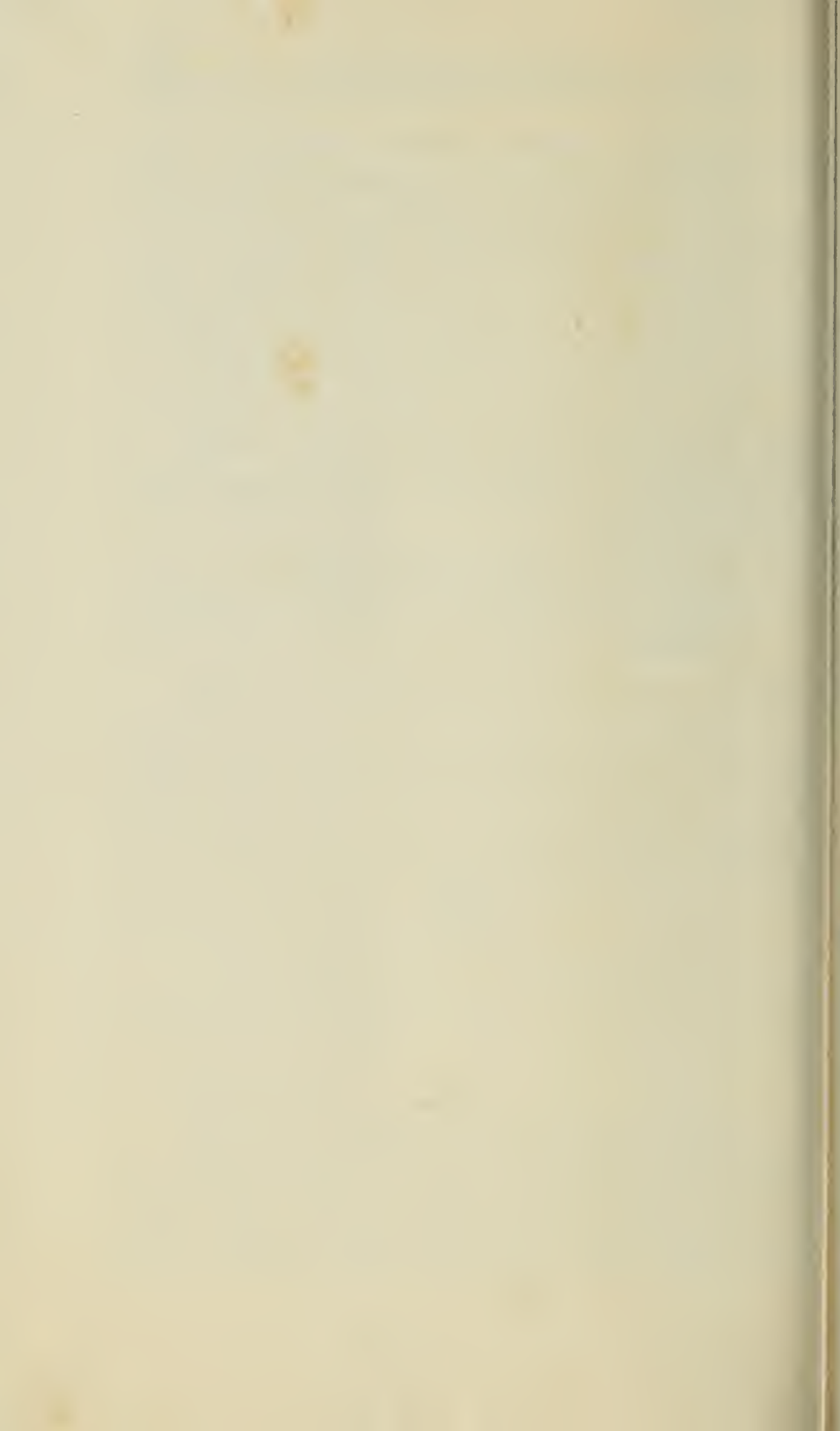
Este, sem attender, continuou a andar vagarosamente, até que se approximou o vulto, e, provavelmente, victima de erro essencial, lhe pediu um abraço.

Voltando-se, então, o Ludovice:

— Pois não, meu amor; mas não se espete!

Tableau!





INDICE

	Pags.
PREFACIO	I
CAPITULO I — A primeira turma academica de 1831 .	1
CAPITULO II — A turma academica de 1839-43 . .	31
CAPITULO III — A turma academica de 1841-45 (1. ^a parte)	63
CAPITULO IV — A turma academica de 1841-45 (2. ^a parte)	97
CAPITULO V — A turma academica de 1847-51. . .	143
CAPITULO VI — A turma academica de 1862-66 (1. ^a parte)	175
CAPITULO VII — A turma academica de 1862-66 (2. ^a parte)	215
CAPITULO VIII — A turma academica de 1862-66 (3. ^a parte)	253
CAPITULO IX — A turma academica de 1870-74 . .	301



DO MESMO AUTOR:

Direito civil — Dissertação sobre a these: «Na herança ou legado condicional transmite-se a esperança *debitum-iri*?» — S. Paulo. 1872.

Ensaio Juridico e Sociaes. — S. Paulo. 1873.

Direito Constitucional. — Monographia sobre a these: «Podem os Estados e os Municipios contrahir emprestimos externos?» — S. Paulo. 1904.

Economia Politica. — Estudo sobre a denominação «Economia Politica». — S. Paulo. 1905.

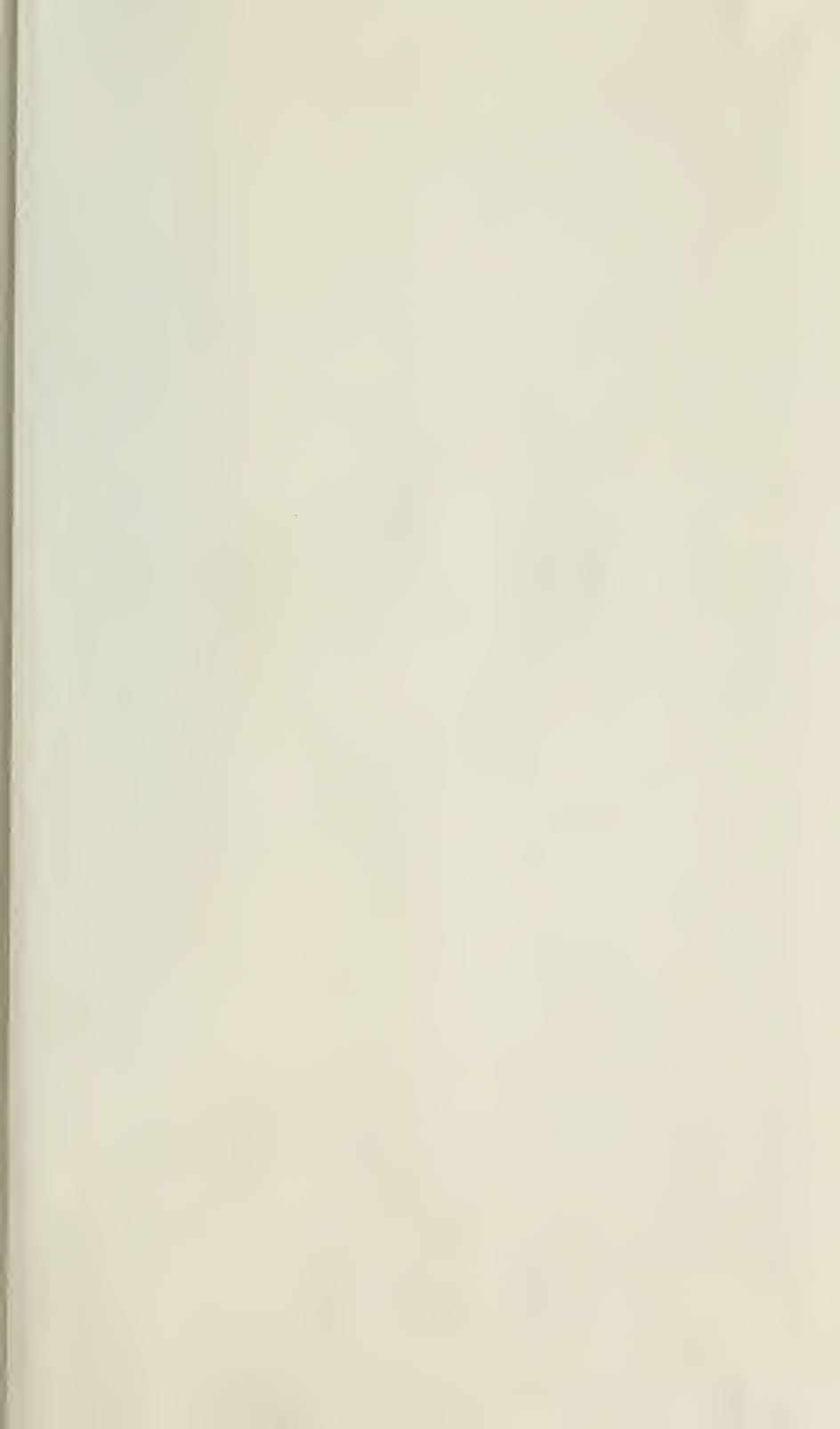
Economia Politica. — Qual o objecto da Economia Politica? Estudo didactico. — S. Paulo. 1906.

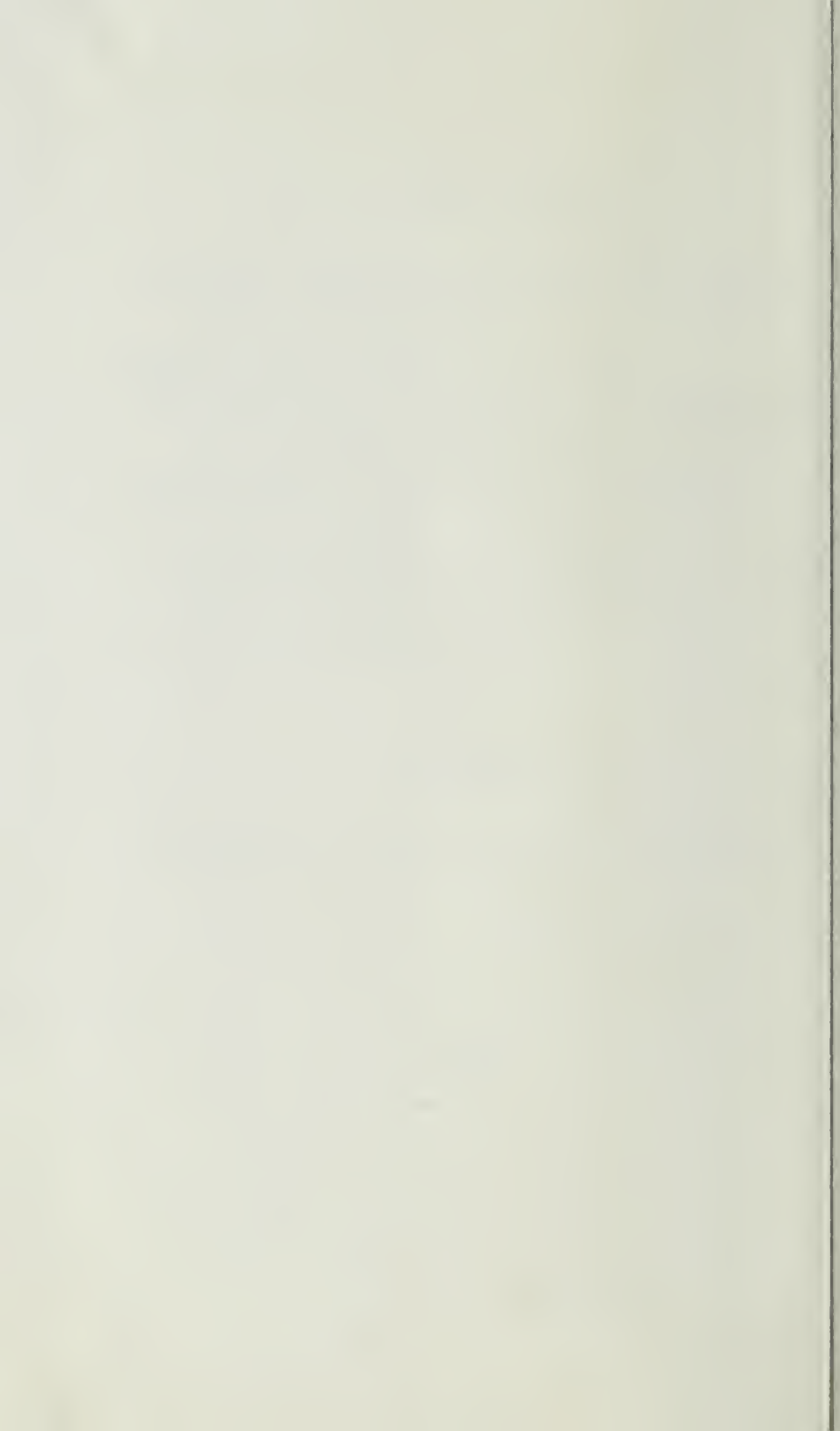
A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscencias. 1.^a série. — S. Paulo. 1907.

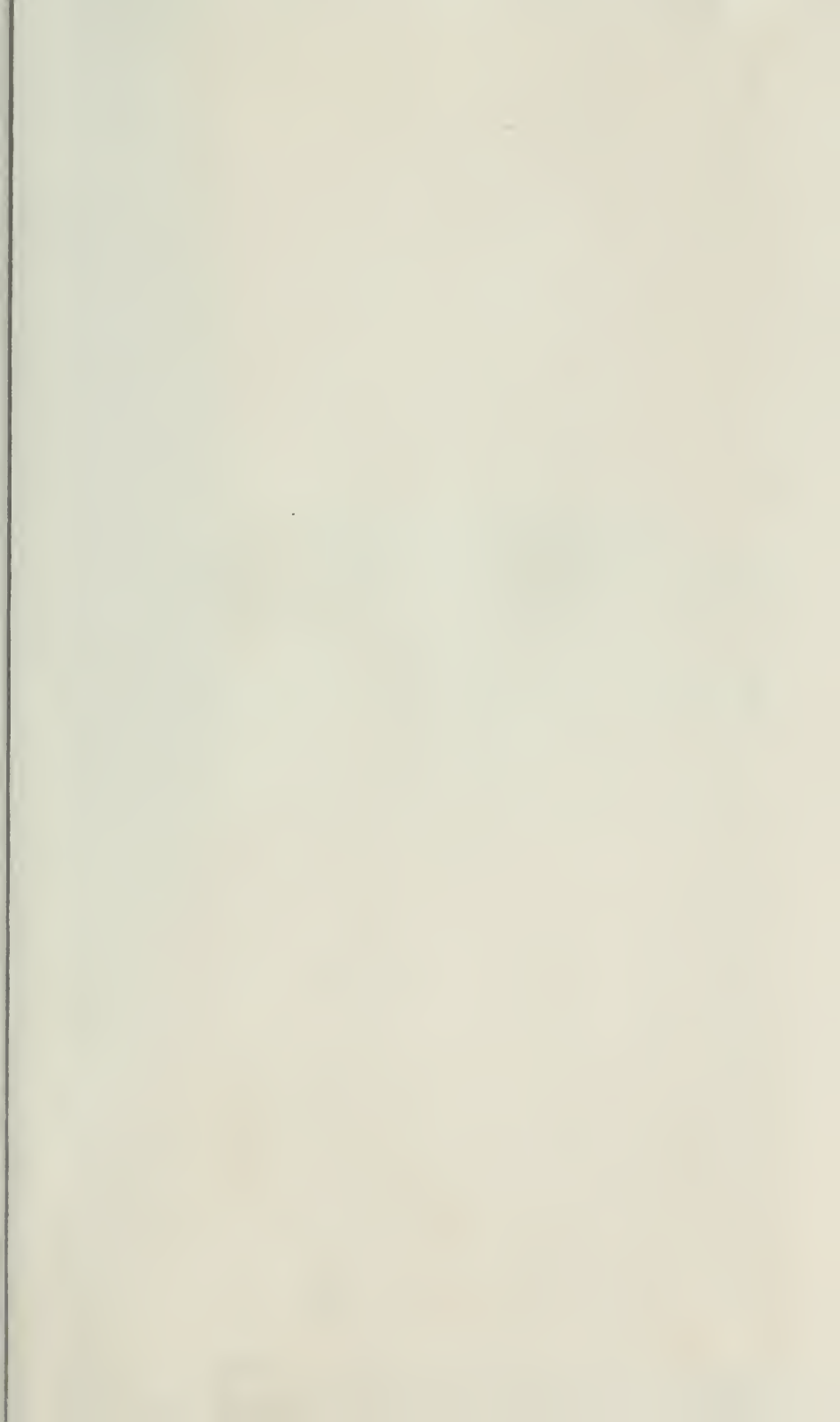
NO PRÉLO

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscencias. 3.^a serie.











**PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET**

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

UTL AT DOWNSVIEW



D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 10 15 01 14 009 0